

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LÍGIA MORI MADEIRA

**A atuação da sociedade civil na ressocialização
de egressos do sistema penitenciário:
estudo de caso sobre a FAESP**

Porto Alegre

2004

LÍGIA MORI MADEIRA

**A atuação da sociedade civil na ressocialização
de egressos do sistema penitenciário:
estudo de caso sobre a FAESP**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.a. Dra. Clarissa Eckert
Baeta Neves

Porto Alegre

2004

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO(CIP)
BIBLIOTECÁRIOS RESPONSÁVEIS: Eliane Maria Severo Gonçalves

CRB-10/796

Maria Lizete Gomes Mendes

CRB-10/950

M181A

Madeira, Lígia Mori

A atuação da sociedade civil na
ressocialização de egressos do sistema
penitenciário : estudo de caso sobre a
FAESP / Lígia Mori Madeira. – Porto
Alegre, 2004.

244 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)
– Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia. Porto Alegre, BR-RS, 2004.
Orientador: Profa. Dra. Clarissa Eckert Baeta
Neves.

1. Presidiários : Ressocialização : Porto
Alegre : Rio Grande do Sul : Brasil. 3. Sociedade
civil. 4. Sistema penitenciário. 5. FAESP. 6.
Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema
Penitenciário. I. Título.

CDD 343.2

Dissertação intitulada “A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário: estudo de caso sobre a FAESP”, de autoria da mestranda Lígia Mori Madeira apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Clarissa Eckert Baeta IFCH/UFRGS – Orientadora

Profa. Dra. Cornélia Eckert PPGAS/ UFRGS

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos PPGS/ UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo PPGS/ UFRGS

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2004.

AGRADECIMENTOS

Para a realização dessa pesquisa, tive que contar com uma série de pessoas, desde aquelas que foram meu objeto de pesquisa - os egressos, a quem agradeço por toda a disponibilidade de tempo e boa vontade, em contar-me suas trajetórias.

À FAESP, pela acolhida e pela abertura de sua entidade a uma pesquisa, que, talvez, apresente resultados que impliquem em mais trabalho para aqueles que a dirigem e nela são voluntários, porém que, sobretudo, teve a pretensão de contribuir e publicizar tanto o trabalho realizado, quanto a causa nobre, que é o apoio a egressos do sistema penitenciário. Faço um agradecimento especial à Dra. Tânia Sporleder de Souza, em nome da diretoria da FAESP, e a todos aqueles que, gentilmente, aceitaram ser entrevistados: Giuseppe, Lúcia, Heloísa, Cláudia e Luiz, sendo-me solícitos em revelar a realidade daquela causa.

Agradeço, de forma especial, à Jaqueline, pela ajuda, amizade e pelas discussões críticas a respeito do objeto de pesquisa.

Agradeço, também, à VEC e à VEPMA, e seus respectivos juízes titulares, em nome de suas assistentes sociais, do Programa de Acompanhamento Social/ PAS: Viviane, Rosane, Luciana e Ana, pela ajuda e pela luta de acesso aos dados de pesquisa.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa, que financiou meus estudos de mestrado, permitindo a realização dessa pesquisa.

Agradeço à minha querida orientadora, pela predisposição em aceitar o desafio de trabalhar em uma pesquisa da área da sociologia da criminalidade. Além disso, agradeço-lhe as horas de discussão, a sua incansável disponibilidade, responsável pela concretização desse trabalho.

Por fim, agradeço a meus familiares e meu namorado, pois muitas vezes foram obrigados a ajudar, de uma forma ou de outra, para que esta se realizasse.

Zeus não podia desatar as redes de pedra que me cercam. Esqueci-me dos homens que antes fui, sigo o odiado caminho de monótonas paredes que é o meu destino. Retas galerias que se curvam em círculos secretos ao término dos anos. Parapeitos que a mesquinhez dos dias tem fendido. No pálido pó ei decifrado rastros que temo. O ar me tem trazido pelas côncavas tardes um bramido ou o eco de um bramido desolado. Sei que na sombra há Outro, cuja sorte é fatigar as longas soledades que tecem e destecem este Hades e ansiar meu sangue e me tragar a morte. Buscamo-nos os dois. Como eu quisera fosse este o último dia dessa espera!

Jorge Luis Borges, O Labirinto.

RESUMO

O tema dessa dissertação é a ressocialização de ex-presidiários, a partir da atuação da Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP, criada em 1997, em Porto Alegre-RS.

Considerando-se a falência do sistema prisional e o não cumprimento da Lei de Execuções Penais/ LEP, buscamos investigar o papel da FAESP como instituição encarregada da ressocialização e reintegração social de egressos, analisando quais as características da Instituição, concepções, e resultados; qual o perfil e a trajetória dos egressos apoiados; e se houve, e de que tipo, um processo de ressocialização e reintegração social desses egressos.

Como resultados, constatamos que a categoria-chave para indicar um processo de ressocialização, tanto na visão da Entidade, quanto na visão dos egressos, é o trabalho. Além disso, verificamos que a atuação da Fundação é positiva, uma vez que o índice de reincidência dos egressos apoiados por ela é de 23%, enquanto o índice no sistema penitenciário gaúcho estima-se que seja, atualmente, de cerca de 70%. Todavia, a atuação da FAESP é dependente da trajetória dos egressos, sendo muito mais efetiva quando os egressos tiveram elevados níveis de capital social e cultural, bem como uma socialização secundária voltada ao trabalho, e, a partir de um monitoramento reflexivo, já chegaram à entidade em busca uma ressocialização.

Palavras-Chave: Egressos do sistema penitenciário. Organizações não-governamentais. Criminalidade. Trajetórias de vida. Socialização. Ressocialização. Reintegração social. Reincidência.

ABSTRACT

The subject of the present dissertation is the re-socialization of former convicts, as a measure of the performance of FAESP/Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (Former Convicts Support Foundation).

Taking into consideration the collapse of our prison system, and the non-fulfillment of the LEP/Lei de Execuções Penais (Penal Code Enforcement), - we have sought to investigate FAESP's role as an institution which is in charge of the re-socialization and social reintegration of former convicts, analyzing which the institution's characteristics, conceptions, and results are; also, which the former convicts' profile and trajectory are.

Furthermore, we have sought to find out whether there has been – and, what kind of process it was – a re-socialization and reintegration process of these supported former convicts.

Consequently, we have found evidence that the main category to indicate a re-socialization process – both to the entity's and the former convicts' mind – is work. Moreover, we have found out that FAESP's performance is positive, taking into account that its supported former convicts' recidivism rate is of 23% only, whereas it has been estimated that – in this state (Rio Grande do Sul) – the rate in 2003 has been found to be of around 70%. However, FAESP's performance has depended on the former convicts' trajectory, and has been much more effective in the cases when they have come from the so-called “highest walks of life”, as well as from a work-oriented secondary socialization, and – from a reflexive monitoring viewpoint – they have arrived at the organization yearning for re-socialization.

Keywords: Former convicts. Socialization. Re-socialization. Social reintegration. Former convict's profile and trajectory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Listagem de diretores e voluntários da FAESP entrevistados	95
Quadro 2	Listagem de egressos da FAESP entrevistados, cor, idades e crimes cometidos	129
Quadro 3	Escolaridades antes e depois da prisão; e escolaridade atual, dos egressos da FAESP entrevistados	150
Quadro 4	Escolaridades e idades dos egressos entrevistados pela pesquisa	152
Quadro 5	Ano dos crimes e ano de prisão dos egressos entrevistados	183
Quadro 6	Crimes cometidos, penas e regimes aplicados, e tempo de cumprimento da pena em regime fechado	184
Quadro 7	Grau de satisfação com a vida e com a FAESP, dos egressos que estão, ou estiveram atrelados a programas de trabalho da Instituição	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estado civil dos egressos apoiados pela FAESP	115
Tabela 2 Idade dos egressos apoiados pela FAESP	115
Tabela 3 Escolaridade dos egressos apoiados pela FAESP	116
Tabela 4 Profissões dos egressos apoiados pela FAESP	118
Tabela 5 Crimes cometidos, motivadores de condenação, dos egressos apoiados pela FAESP	119
Tabela 6 Situação habitacional dos egressos apoiados pela FAESP após a saída da prisão	122
Tabela 7 Situação jurídica atual dos egressos apoiados pela FAESP	124
Tabela 8 Distribuição do universo de egressos quanto aos crimes cometidos, sexo, cor e religião	127
Tabela 9 Espécies de crimes cometidos, motivadores de condenação, dos egressos entrevistados pela pesquisa, distribuídos por sexo e cor	128
Tabela 10 Tipos penais cometidos pelos egressos da FAESP entrevistados	175
Tabela 11 Situação profissional atual dos egressos da FAESP entrevistados	219

LISTA DE SIGLAS

AF – Albergue Feminino

CARRIS – Companhia Carris Porto Alegre

CORAG – Companhia Riograndense de Artes Gráficas Diários

CAPPB – Casa do Albergado Padre Pio Buck

CPA – Colônia Penal Agrícola

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

FAESP – Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

IMD – Instituto Miguel Dario

IPEP – Instituto Penal Escola Profissionalizante

IPF – Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso

IPM – Instituto Penal de Mariante

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LEP – Lei de execuções Penais

MP – Ministério Público

PLD – Patronato Lima Drummond

PAC – Programa de Acompanhamento Carcerário

PAS – Programa de Acompanhamento Social

PASC – Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas

PCPA – Presídio Central de Porto Alegre

PEC – Penitenciária Estadual de Charqueadas

PEJ – Penitenciária Estadual do Jacuí

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PFMP – Penitenciária Feminina Madre Pelletier

PMEC – Penitenciária Modulada de Charqueadas

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Sursis - Suspensão Condicional da Pena

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários

TJ/RS – Tribunal de Justiça do RS

VARIG – Viação Aérea Riograndense

VEC – Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre

VEPMA – Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema de pesquisa	15
1.2	Objetivos	19
1.3	Hipóteses	20
1.4	Justificativa	20
1.5	Métodos e técnicas de pesquisa	21
1.6	Indicadores de perfil e de trajetória dos egressos	23
2	O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL, A PRISÃO E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO: REVISÃO DAS DIVERSAS ABORDAGENS	25
3	SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: OS VÁRIOS ENFOQUES TEÓRICOS	37
3.1	O conceito de socialização nos autores clássicos	38
3.2	Os conceitos de socialização e ressocialização nos autores contemporâneos: elementos para a análise teórica	45
3.3	As críticas à noção de ressocialização no sistema penitenciário	63
4	A FUNDAÇÃO DE APOIO AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO/FAESP	86
4.1	A FAESP vista pelos dirigentes, voluntários, funcionários e parceiros	94
4.2	Egressos do sistema penitenciário apoiados pela Fundação: um perfil	114
5	EGRESSOS EM ENTREVISTA: TRAJETÓRIAS DE VIDA, PRÉ E PÓS-PRISIONAIS	126
5.1	Trajetória familiar	129
5.2	Trajetória educacional	142
5.3	Trajetória profissional	155
5.4	Drogas	169
5.5	Trajetória criminal	174
5.6	Lazer	193
5.7	Religião	196
5.8	Cidadania	204
6	O PAPEL DA FAESP E SUA EFETIVA ATUAÇÃO FRENTE AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	205
6.1	A FAESP na visão dos egressos do sistema penitenciário apoiados	208
6.2	A constituição de redes de ex-presidiários	219
6.3	A ressocialização da perspectiva dos egressos	221
7	CONCLUSÕES	237
	REFERÊNCIAS	240

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa dissertação é a ressocialização de egressos do sistema penitenciário, inserida em um contexto de estudos sobre criminalidade e violência que tem tido cada vez maior abrangência na Sociologia e em suas áreas afins.

Grande parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos trata da criminalidade a partir da perspectiva institucional, fazendo análises de prisões, manicômios judiciários, instituições de internações de adolescentes infratores. Há muitos estudos também que buscam compreender se existe ou não um processo de ressocialização dentro da prisão, destacando-se os de Hassen (1999), Salla (1995) e Ramalho (2002). Esses trabalhos buscam investigar principalmente a temática do trabalho prisional, verificando que, mais do que conseqüências positivas aos presos, depois de sair da prisão, o trabalho prisional tende a trazer-lhes vantagens durante o cumprimento da pena, pela distinção que faz entre “criminosos natos” e “presos trabalhadores”.

Assim, a contribuição do trabalho prisional está na esfera simbólica, pois consegue estabelecer pólos distintos entre presos trabalhadores e presos comuns, ou seja, entre trabalhadores e “vagabundos”, perpetuando as categorias trazidas de fora, das classes populares. Outra constatação dos autores é quanto ao fato de o trabalho prisional não garantir a ressocialização, por ser muito diferente do trabalho fora da prisão; assim, os ofícios aprendidos na prisão, na maioria dos casos, não terão mercado de trabalho fora dela. Sendo assim, o trabalho prisional acaba por ser útil apenas para “passar o tempo” (GOFFMAN, 2001), mas não no sentido de reeducar completamente o indivíduo, a fim de torná-lo um trabalhador fora da prisão.

Apesar da grande quantidade de estudos sobre a temática da prisão, poucos são os estudos que buscam realizar análise de trajetória e investigar o processo pós-prisional, ou seja, o processo de ressocialização e reintegração social, ou não, daqueles que são egressos do sistema penitenciário. Dentre esses trabalhos destaca-se a dissertação de mestrado de Pozzebon (2001), mas que trata do tema pela perspectiva da ciência jurídica e não da sociologia.

Nossa proposta de dissertação busca contribuir com a investigação dessa problemática, tendo como foco principal de análise a experiência de uma Fundação voltada especificamente à ressocialização e reintegração social de ex-presidiários à sociedade: a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP, criada em 1997, em Porto Alegre.

Pretendemos investigar os egressos do sistema carcerário, considerando sua trajetória e suas condições de ressocialização e reintegração. Para tanto, tomamos como objeto de análise egressos que já estão fora da prisão, porque cumpriram toda a sua pena e estão em liberdade, ou estão naquele período chamado de livramento condicional - em que já cumpriram parte de sua pena, devendo prestar informações periódicas de sua situação às Varas de Execuções Criminais -, e que estão sendo apoiados pela Fundação.

A FAESP foi criada como uma fundação, do tipo organização não governamental (ONG), voltada à ressocialização dos egressos do sistema penitenciário, cujo objetivo maior é a reintegração social, contando, para isso, com a prestação de uma série de serviços, segundo seus objetivos, voltados a recuperar a cidadania, dar possibilidades de estudo e trabalho e reintegrar o egresso à família.

O texto dessa dissertação está dividido em seis capítulos. Este primeiro, introduz o tema da pesquisa, englobando aspectos como problema de pesquisa, hipóteses, justificativa, métodos e técnicas, e indicadores sociais.

O segundo capítulo, busca contextualizar a nossa pesquisa, trazendo uma análise bibliográfica acerca das pesquisas sobre o sistema de justiça criminal; o surgimento, a função e as mazelas da prisão, demonstrando sua inefetividade na recuperação dos presos, através dos tempos; e mais especificamente, a discussão sobre a recuperação via trabalho prisional como única forma de ressocialização de presos, apesar de sua curta abrangência, haja vista os tipos de trabalho realizados.

O terceiro capítulo contém o marco teórico, incluindo a discussão acerca dos conceitos de socialização nos autores da sociologia clássica e a discussão acerca dos conceitos de socialização e ressocialização nos sociólogos contemporâneos. Incluímos ainda, a problemática da crítica à noção de ressocialização no sistema penitenciário.

O quarto capítulo busca contextualizar a surgimento da Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP, num contexto de discussão acerca dos encarcerados, feita pela Campanha da Fraternidade de 1997. Tal texto busca também demonstrar o modo de funcionamento, a estrutura, e os objetivos da Fundação, trazendo, além disso, a avaliação da atuação da Entidade na visão de seu voluntariado (incluindo a diretoria); de seus funcionários; e de seus parceiros. Neste capítulo há, também, uma descrição do perfil do público apoiado pela Instituição: os egressos do sistema penitenciário.

O quinto capítulo inicia a análise qualitativa de dados, a partir da descrição e interpretação de entrevistas realizadas com ex-presidiários que foram apoiados pela Fundação. Aqui, o intuito foi trabalhar com as trajetórias de vida desses egressos,

dividindo o texto em trajetória familiar, educacional, profissional e criminal, além de incluir informações sobre religião, lazer e cidadania. Há que se esclarecer que, tendo em vista a preservação dos atores, optamos por usar nomes fictícios em seus depoimentos.

O penúltimo capítulo busca fazer uma análise acerca da atuação da FAESP na visão dos egressos do sistema penitenciário apoiados por ela, considerando-se o apoio concedido e a situação atual deles. Além disso, é nesse capítulo que está a discussão-chave acerca da ressocialização, na perspectiva dos egressos, incluindo a investigação sobre a constituição de redes de egressos, e a análise acerca de suas expectativas.

Por fim, no último capítulo trazemos as conclusões obtidas com essa pesquisa.

1.1 Problema de pesquisa

Desde 1984, com a reforma da Parte Especial do Código Penal, promulgou-se a Lei de Execuções Penais/ LEP – Lei n. 7210 de 11 de julho de 1984, que prevê como se dá a execução da pena instituída via decisão ou disposição judicial. Nesta lei, está estipulado que o apenado terá direito à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Explicita o art. 10 desta lei que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

A lei, garantindo uma série de assistências aos presos, amplia o rol dos beneficiados, incluindo nele os egressos do sistema penitenciário, ou seja, aquelas pessoas que já cumpriram sua pena, saíram das prisões, mas ainda dependem da

tutela do Estado para conseguir se manter e sobreviver. Tal extensão dos benefícios dos presos aos egressos é assegurada pelo art. 10, parágrafo único da LEP (BRASIL. Lei 7210, Art. 10), no qual está expresso que “a assistência estende-se ao egresso”.

Esta mesma lei esclarece como se dá essa assistência ao egresso e em que condições o preso é considerado egresso:

Art. 25. A assistência ao preso consiste:

I – Na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II – na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção do emprego.

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I – o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II – O liberado condicional, durante o período de prova.

Quanto ao trabalho, a LEP lhe atribui uma importância social, sendo caracterizado como “dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva”. Já no que se refere à assistência educacional, de acordo com o Art. 17 da LEP, esta “compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Além disso, a lei estipula que o ensino fundamental é obrigatório.

Contudo, na prática, como os indicadores oficiais vêm demonstrando, há um descumprimento à lei, pois os índices de trabalho prisional no Estado do Rio Grande do Sul situam-se em torno de 45% (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002, p. 523). Além disso, os dados acerca da escolarização nos presídios não são consagrados em informações oficiais da Susepe, nem constam nos processos de execução

criminal, do que se depreende serem menos abrangentes que os índices de trabalho prisional.

Quanto às inovações estatais, destaca-se cada vez mais uma política de penas alternativas à prisão, como a Prestação de Serviços à Comunidade/ PSC, bem como a criação de um novo sistema de resolução de conflitos, baseado na informalidade (AZEVEDO, 2000); políticas estas que visam a não “contaminar” o autor de crimes dentro do sistema carcerário (BRASIL. Lei 9714).

Há um grande número de estudos que vêm se dedicando em demonstrar as mazelas do sistema carcerário brasileiro (ADORNO, 1991c, 1991d, 1994, 2002a, 2002b; LEMGRUBER, 1996; KARAM, 1995; ZALUAR, 1994; PINHEIRO, 2000; RODLEY, 2000, BOLÍVAR O., 2000).

Esses estudos explicitam como se constróem as carreiras criminais, a partir da entrada em estabelecimentos penais. Nessa gama de pesquisas, os autores demonstram ser a prisão um duplo erro econômico, na medida em que não reprime a criminalidade e tem um alto custo econômico para o país. Quanto às conseqüências individuais da prisão, quando da saída dos criminosos, verifica-se haver um círculo vicioso, pois além de não conter a criminalidade, o sistema carcerário ainda pode ser considerado uma “pós-graduação” para o crime.

Há também outros problemas, mais graves, como os de violação dos direitos humanos dentro das prisões, que são responsáveis, quando não por violações físicas, por uma violação moral muito grande, responsável por uma estigmatização do indivíduo, perante si próprio, mas principalmente perante a sociedade (PINHEIRO, 2000).

Fruto da falência da pena de prisão como instrumento de ressocialização e reintegração social e do descumprimento da Lei de Execuções Penais, verifica-se,

também, o problema da reincidência criminal – objeto de pesquisa realizada por Adorno no estado de São Paulo (ADORNO, 1989, 1991a) - , cujo impacto negativo no tocante ao aumento dos índices de criminalidade é aterrorizante, se constatarmos que de um total de 19.801 presos no Rio Grande do Sul, tem-se, atualmente, um índice estimado de reincidência de cerca de 70% (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002, p. 523)¹. Tal dado demonstra que, ao contrário do que defende a legislação, as penas só têm caráter retributivo ao crime cometido, ou seja, o sistema judiciário-criminal encarrega-se de tirar o criminoso do convívio social por determinado período de tempo, fazendo com que pague com a reclusão o fato que cometeu; mas, ao sair, o sistema não lhe dá condições de retornar à sociedade como cidadão apto a reintegrar-se, e isto acaba transparecendo nestes índices alarmantes de reincidência.

Tendo em vista os problemas advindos da não ressocialização dentro do sistema carcerário, foi criada, no contexto da Campanha da Fraternidade de 1997, uma fundação voltada à ressocialização e reintegração social de egressos do sistema penitenciário, a partir de um processo pós-prisional. A FAESP surgiu, pois, como forma de diminuir os custos sociais advindos da falência da pena de prisão no estado do Rio Grande do Sul.

Partindo desta contextualização, essa dissertação teve, pois, como problemática, a atuação da Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP, que tem por objetivo “apoiar o egresso como autor de sua reintegração produtiva com a participação da sociedade”².

¹ Índice também revelado pelo Superintendente da Susepe reportagem veiculada na Zero Hora do dia 31/02/2004; bem como em palestra realizada por ele no 2º Congresso Interdisciplinar de Ciência Penitenciária na UCPEL, Pelotas, em 2003.

² FAESP, 2000.

Assim, considerando-se a falência do sistema prisional e o não cumprimento da Lei de Execuções Penais, buscou-se investigar o papel da FAESP, criada em 1997, como instituição encarregada da ressocialização e reintegração social de ex-presidiários. Que características têm essa Instituição? Quais as concepções do corpo técnico e diretivo? Quais as metas colocadas pela Instituição, quais as suas ações e resultados? Qual o perfil do egresso apoiado pela Instituição? Tem ele características distintas dos demais presidiários no RS, sendo este um fator explicativo de um maior sucesso em sua política de ressocialização? É possível constatar um processo de ressocialização e reintegração social? Se ocorre, de que tipo?

1.2 Objetivos

O objetivo dessa dissertação foi estudar a atuação da Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP e os egressos apoiados por ela. A partir de um estudo de caso, englobando as três principais subunidades de análise: instituição (conselho diretivo), trabalhadores voluntários, e egressos, procuramos (a) investigar a atuação da FAESP, a partir de sua especificidade como organização não-governamental, no apoio à ressocialização do egresso do sistema penitenciário; (b) verificar como se dá este processo, como o egresso se vê nele, e qual o seu impacto na vida desses ex-presidiários; (c) verificar qual o perfil e as trajetórias de vida pré e pós prisionais dos egressos atendidos pela Instituição; e (d) quais as reais chances de ressocialização e reintegração social, e que tipo de reintegração social ocorre.

1.3 Hipóteses

- A atuação da FAESP é dependente da trajetória dos egressos, sendo muito mais efetiva quando os egressos tiveram elevados níveis de capital social e cultural, bem como uma socialização secundária voltada ao trabalho, e, a partir de um monitoramento reflexivo, já chegam à entidade buscando uma ressocialização;
- A concepção de ressocialização dos egressos e da FAESP é pautada pelo trabalho, devido a esta ser a concepção divulgada dentro do sistema prisional e pela própria sociedade.
- A atuação da FAESP, apesar de suas concepções serem voltadas à ressocialização e reintegração sociais, acaba sendo pautada mais por ações assistencialistas;
- Os egressos apoiados pela FAESP têm índices baixos de reincidência, por haver uma sobrerrepresentação, em seus quadros, de presos-trabalhadores;

1.4 Justificativa

Essa pesquisa teve como justificativa contribuir com os estudos recentes sobre o sistema de justiça criminal brasileiro, especialmente sobre iniciativas do terceiro setor voltadas ao cumprimento de funções que, legalmente, estão a cargo do Estado, como é o caso da ressocialização de ex-presidiários. Buscamos, também, verificar e analisar como a FAESP tem cumprido tal função, com o intuito de um posterior retorno à Entidade, para que possa ter na pesquisa algum tipo de subsídio para implementação de políticas futuras. Além disso, o estudo poderá servir

de base a implementações de fundações desse tipo em outros locais, onde não há tal iniciativa.

1.5 Métodos e técnicas de pesquisa

A dissertação foi realizada a partir de um estudo de caso, que teve como foco de análise a atuação da FAESP e os ex-presidiários apoiados por ela. A opção pelo estudo de caso deveu-se à especificidade da FAESP, na busca pela ressocialização e reintegração social de ex-presos. Para tanto, dividimos a realização da pesquisa em duas fases, considerando-se a análise da Instituição e dos egressos apoiados.

Com relação à FAESP, a dissertação fez uso da chamada análise documental, uma vez que a Instituição dispunha de documentos como estatuto, regimento interno, bem como reportagens veiculadas na mídia, que deveriam ser analisadas.

Num segundo momento, realizamos uma série de entrevistas com pessoas ligadas à FAESP: diretores, voluntários, funcionários e parceiros, a fim de obtermos informações no que se refere à atuação da Instituição: antecedentes, estrutura, operacionalização, dificuldades e resultados foram as categorias de análise utilizadas.

Por fim, realizamos uma coleta de dados em prontuários mantidos pela FAESP sobre os egressos que passaram pela Instituição até o final de 2002, totalizando 146 casos. Esses dados foram tratados com a lógica da Survey, a partir de tratamento estatístico no SPSS. Tal fase foi desenvolvida para termos uma base de dados quantificável sobre a população atendida pela FAESP para podermos traçar um perfil desta população.

O prontuário continha informações fechadas e abertas, referentes ao perfil de identificação do egresso (nome, idade, sexo, religião), família de origem e família atual, dados sobre educação e trabalho, bem como sobre a situação com a Previdência Social. Não constavam no prontuário informações sobre a vida criminal dos egressos.

Quanto aos egressos apoiados pela Fundação, realizamos uma pesquisa acerca de informações relativas à trajetória criminal, coletadas, a partir do nome do egresso, diretamente nos processos de execução criminal, nas Varas de Execuções Criminais/ VEC, de Execuções de Penas e Medidas Alternativas/ VEPMA, ambas no Foro Central de Porto Alegre; e no Arquivo Judicial do Rio Grande do Sul. Nos processos de execução foram coletados dados referentes ao crime cometido, tipo de pena aplicada e o *quantum*³; e dados sobre reincidência, bem como dados sobre cor, profissão, religião e informações dos laudos técnicos acostados aos processos. Tais dados, como se verá no capítulo em questão, foram utilizados na análise do perfil dos egressos apoiados pela FAESP.

Além disso, realizamos uma série de entrevistas com egressos apoiados pela Fundação, a fim de obtermos uma análise da trajetória de vida dos egressos, consagrando suas experiências pré e pós-prisionais; sua avaliação da Instituição; bem como suas representações acerca dos processos de ressocialização e reintegração social. Também utilizada na análise de entrevistas, o conceito de rede social foi bastante importante na articulação com a análise de trajetória dos egressos.

A seleção dos respondentes foi feita por amostragem, dando conta da representatividade do universo. O critério de amostragem utilizado foi o de saturação

da amostra. Todas essas entrevistas foram analisadas a partir de matrizes, construídas com o auxílio do software Nud*lst N'VIVO, destinado à análise qualitativa de dados.

1.6 Indicadores de perfil e de trajetória dos egressos

- Perfil: idade, sexo, naturalidade.
- Trajetória familiar: família de origem (profissão dos pais, idades, número de irmãos); família atual (profissão da esposa/ companheira, idade, número de filhos, idades, escolaridades); importância dos laços de sociabilidade.
- Trajetória educacional: escolaridade antes de preso; educação na prisão, educação depois da saída da prisão; e atualmente; importância da educação.
- Situação habitacional: sem moradia, casa alugada, casa própria, morando com a família, com a esposa, com amigos.
- Trajetória profissional: profissão, trabalho atual, trabalho na adolescência, trabalho antes da prisão (se trabalhava, tipo de trabalho), aptidões para o trabalho, atividades profissionais depois da saída da prisão, e atualmente; importância do trabalho.
- Trajetória criminal: tipo de crime, tipo de pena, *quantum*, situação penal (se liberdade ou livramento condicional); existência de novos processos-crime onde figura como autor (reincidência); trabalho prisional; estudo prisional; representações acerca do cumprimento da pena.
- Lazer: atividades de lazer; representações acerca do tempo livre.

³ *Quantum* é o termo utilizado juridicamente para designar o tempo da condenação, fixado na sentença judicial.

- Religião: tipo de religião; frequência à igreja; conversão religiosa; importância de Deus (espiritualidade).
- Situação de cidadania: documentos, situação com o INSS (contribuições atuais e anteriores).

2 O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL, A PRISÃO E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO: REVISÃO DAS DIFERENTES ABORDAGENS

Considerando o papel da prisão, historicamente, de contenção do delito, via punição e recuperação, e as impossibilidades desta servir como espaço de recuperação, nesse capítulo pretendemos contextualizar o objeto de análise de nossa pesquisa, a partir de estudos acerca do sistema de justiça criminal; da função da prisão e de suas mazelas; e do trabalho prisional como única forma ressocializadora *intra-muros*.

Historicamente, o sistema de justiça criminal visa a conter o delito na sociedade, através da punição, e, dependendo da legislação adotada, da recuperação ou não, daqueles que atentam contra o pacto social.

No Brasil, conforme já foi salientado, é dever do Estado assistir ao preso durante o cumprimento de sua pena e durante um certo período após o seu término, quando o ex-presos recebe a nomenclatura de egresso (BRASIL. Lei 7210, Art. 10).

No mundo, a prisão surge como forma de o Estado controlar a criminalidade. Assim, os estudos apontam que o surgimento da prisão marca um momento importante na história da justiça penal, pois o poder de punir passa a ser exercido pela sociedade, através do Estado.

Lemgruber (1996, p. 73) alerta para o fato de que “ao longo do século XIX a pena privativa de liberdade passa a ser o principal instrumento de controle do sistema penal e começa a se desenvolver a noção, absolutamente cristalizada nos dias de hoje, de que punição é igual à prisão”.

Quanto à função da prisão, esta foi concebida no século XIX como lugar de meditação e arrependimento interior, nos moldes de uma instituição total.

Todavia, desde o seu surgimento, a prisão foi apontada como mantenedora das assimetrias existentes na sociedade. Foucault denuncia, em suas clássicas pesquisas sobre o sistema penitenciário (1996, p. 207) que há “uma justiça que se diz ‘igual, um aparelho judiciário que se pretende ‘autônomo’, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, ‘pena das sociedades civilizadas’”. De acordo com Foucault, a prisão destinava-se à privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.

Na mesma esteira de estudos sobre a prisão e o sistema penal, Lemgruber vê na prisão, atualmente, um duplo erro econômico, pois seu custo de manutenção é alto e, além disso, ela não reprime a criminalidade, o que se comprova pelas altas taxas de reincidência, principalmente em países cuja taxa de encarceramento é elevada.

Outro problema apontado pela autora (1996, p. 76) é verificado pela “impossibilidade de o sistema de justiça criminal funcionar como inibidor da criminalidade em contextos nos quais se verifica um fraco desempenho do aparelho policial, que não consegue produzir material suficiente para que a justiça possa agir, mesmo em casos de crimes violentos”.

Contudo, a autora comenta que se continua a defender a pena privativa de liberdade como forma de contenção da criminalidade e de saída para o fim da insegurança, com uma política de recrudescimento da legislação penal (LEMGRUBER, 1996, p. 76).

Karam (1995) demonstra as conseqüências individuais e sociais do encarceramento. A autora mostra como o sistema penitenciário acaba por se transformar num círculo vicioso, em que os condenados fazem toda uma

“especialização” que lhes proporcionará voltar e atuar cada vez melhor na esfera da criminalidade.

Ao provocar o isolamento, a estigmatização e a submissão ao inútil e desumano sofrimento da prisão daqueles que seleciona para que, presos, processados ou condenados, sejam identificados e, assim, passem a desempenhar o papel de criminoso, o sistema penal faz destes poucos selecionados pessoas mais desadaptadas ao convívio social e, conseqüentemente, mais aptas a cometer novos crimes e agressões à sociedade, funcionando como um alimentador da criminalidade. (KARAM, 1995, p. 37).

A autora mostra, também, como se dá a seleção dos criminosos e de como ela acaba por recair sobre os mais pobres.

A seleção dos que vão desempenhar esse papel de criminoso, dos que vão ser submetidos à repressão formal e informal, naturalmente, obedece à regra básica da sociedade capitalista, ou seja, a desigualdade na distribuição de bens. Tratando-se de um atributo negativo, toda a carga de estigma, de injustiça e de violência, direta ou indiretamente provocada pelo sistema penal, vai recair preferencial e necessariamente sobre os membros das classes subalternizadas. (KARAM, 1995, p. 39).

Os estudos voltados à análise do sistema penal, e principalmente, das prisões, na América Latina, demonstram haver uma grande disparidade entre o que preceituam as leis e a maneira como as instituições responsáveis por proteger e implementá-la funcionam na prática.

De acordo com Pinheiro (2000), as garantias constitucionais são amplamente violadas, não crendo, os cidadãos, em princípios como igualdade e imparcialidade. As instituições estatais encarregadas da lei e da ordem são percebidas como disfuncionais.

O sistema prisional, falido há anos, nunca teve efetivamente uma política de recuperação de seus internos. Seja pela falta de vagas e conseqüente superlotação,

seja pelo ambiente “viciado” que se cria nas cadeias, essas funcionam não como local para a recuperação, mas como escola do crime.

De acordo com Pinheiro (2000, p.16),

As condições nas prisões são caracterizadas pela superlotação na maior parte das instituições. A alimentação, as condições de saúde e assistência médica são precárias. A administração dessas instituições, na maioria dos casos, é arbitrária e opressiva, e muito freqüentemente a sua manutenção interna é abandonada aos próprios presos. As conseqüências desses fatores para centenas e milhares de prisioneiros concentrados em espaços muito limitados e submetidos à pura opressão pelos guardas e à violência sexual dos próprios presos incluem freqüentes tumultos e revoltas.

Também segundo Rodley (2000, p. 49),

As razões para a superlotação não são difíceis de encontrar: a ansiedade pública por ‘lei e ordem’ está alcançando proporções psicóticas em muitos países. Os juízes estão respondendo mandando ainda mais pessoas suspeitas e condenadas para as cadeias.

Contextualizando-se o problema da prisão na realidade brasileira, muitos dos estudos demonstram haver uma seletividade de classe, fazendo com que apenas uma parcela da população – a de classe popular – que comete crimes, chegue a ser punida com a pena de prisão.

Adorno (1994, 2002b) faz uma constatação que não é inovadora, mas que tende a demonstrar como é o funcionamento do sistema criminal brasileiro, e de como “preferem-se” certos indivíduos a outros, a fim de que o sistema, mesmo em níveis praticamente insuportáveis, não acabe por se destruir, mostrando quais as estratégias utilizadas que acarretam o fracasso no controle da criminalidade.

Tudo caminha no sentido de demonstrar que o sistema de administração da justiça criminal, em seu funcionamento, adquire a

forma de um funil. Largo em sua base – as ocorrências criminais -, estreita-se em seu gargalo, ou seja, quando se consideram os indiciados e réus, condenados ou não, recolhidos às prisões. Esse funil decorre, em parte, do desequilíbrio entre o 'potencial' da criminalidade no interior da população urbana e a efetiva capacidade de o sistema penitenciário recolher aqueles condenados à pena de privação de liberdade civil. Se, presentemente, o aparelho judiciário aumentasse suas taxas de condenação, enviando para a prisão todos aqueles que estivessem com responsabilidade criminal perfeitamente caracterizada; ou, ainda, se fossem cumpridos todos os mandados de prisão, o sistema penitenciário implodiria. (ADORNO, 1994, p. 314).

Assim comportando-se, procura conter a superpopulação carcerária dentro de determinados limites 'suportáveis'. Seja quais forem essas estratégias, o sistema penitenciário é necessariamente o tributário desse estrangulamento e, além de tudo, responsabilizado pelo fracasso no controle da criminalidade. (ADORNO, 1994, p. 316).

Ao analisar o sistema penitenciário brasileiro, Zaluar (1994, p. 65), afirma que

O conceito de autoria é que sustenta todo o sistema, por ele, o criminoso não é objeto de suas anomalias e carências, mas o sujeito de suas ações. A certificação da autoria, por sua vez, desvinculou-se da idéia de que todos são iguais perante a lei. A constatação da autoria de um crime, pelo que já foi exposto tem se caracterizado entre nós por uma competência altamente diferenciada segundo a origem social dos autores e não seu status de cidadão ou sujeito que passa a predominar e a favorecer o rigor e a rapidez das investigações. Para os pobres, então, restou apenas um número de identificação e as impressões digitais marcadas na polícia. Não é a condição de sujeito, mas a de assujeitado ao controle e vigilância do Estado, senão à opressão policial pura e simples.

Além disso, dentro das prisões o convívio social só favorece a expansão de uma subcultura criminal, com o surgimento de relações de poder hierarquizadas. Estudos têm mostrado que "a prisão é de fato o lugar onde se completam os circuitos da revolta por ser pobre, do aprendizado do crime e da aquisição de vícios pelo ócio". (ZALUAR, 1994, p. 85)

Outra gama de estudos, também bastante importantes para situar o objeto de análise dessa pesquisa – os egressos do sistema penitenciário – voltaram-se a

estudar o processo de recuperação através do trabalho prisional, buscando a ressocialização. Tais pesquisas verificam que, se existe uma possibilidade de ressocialização dentro da prisão, esta se dá via trabalho prisional.

Dentre estas pesquisas, destaca-se a de Hassen (1999), que buscou pesquisar um universo de presos trabalhadores, do setor de Valorização Humana, no Presídio Central de Porto Alegre. A obra tende a mostrar que o trabalho prisional traz vantagens para os presos durante o período de cumprimento da pena privativa de liberdade, pois os presos trabalhadores têm, dentro do presídio, condições de moradia muito mais favoráveis do que o restante deles, bem como acesso aos locais privilegiados da prisão. Contudo, quanto a possibilidades efetivas de aprender um ofício e utilizá-lo depois de saírem da prisão, a autora demonstra ser muito difícil, pois os ofícios aprendidos na prisão são típicos dela, e não constituem trabalhos garantidores de emprego do lado de fora.

A autora (HASSEN, 1999, p. 25) demonstra que a grande contribuição do trabalho prisional está na esfera simbólica dos presos, que conseguem estabelecer pólos distintos entre presos trabalhadores e presos comuns, o que perpetua as categorias trazidas de fora, das classes populares, entre trabalhadores e vagabundos. A autora demonstra que os presos que eram trabalhadores antes da prisão, tendem a continuar sendo dentro dela.

A autora demonstra empiricamente que o mito de que os crimes são cometidos mais por desempregados do que por trabalhadores não é verdadeiro, pois há uma gama grande de crimes cometidos por trabalhadores, até mesmo em seu local de trabalho. Assim, há crimes que não tem relação nenhuma com o trabalho e outros, em que o próprio local de trabalho acaba por se tornar “vítima”, nos casos de crimes contra o patrimônio.

Contudo, Hassen (1999, p. 55), ao analisar um universo de presos trabalhadores, demonstra que, se as chances efetivas de se aprender ofícios e arrumar empregos com o trabalho prisional são remotas, a dimensão simbólica acionada por ele é muito forte.

A autora afirma que há uma divisão

[...] em grupos distintos: um que vem com uma biografia de trabalho e outro que não trabalha. A trajetória passada praticamente coincide com a do presente, isto é, trabalha na prisão aquele que trabalhava ou intencionava trabalhar fora dela. Também se pode observar como o trabalho entra na constituição da identidade pessoal. Se na classe média, as pessoas se identificavam pela profissão que na sua especificidade concorre para individualizar, nos grupos populares, as pessoas identificam-se por serem trabalhadores, isto é, sob a forma genérica de trabalhador (que as opõe ao ocioso ou ao bandido). (HASSEN, 1999, p. 25).

Segundo a autora (HASSEN, 1999, p. 27), os presos que não querem ou não aceitam trabalhar são identificados com o mundo do crime, pela Instituição e pelos outros presos.

Outra obra que trabalha com a temática do trabalho prisional é a de Fernando Salla (1995), que na mesma esteira de discussões travadas por Hassen, demonstra que o trabalho prisional está longe de ser um garantidor, no processo de ressocialização, de reintegração social.

Autores como Salla (1995) e Hassen (1999), que investigaram a problemática do trabalho prisional, procurando verificar sua atuação sobre a modificação da conduta dos indivíduos, convergem em suas opiniões, ao encarar o trabalho prisional como algo vantajoso aos presos, apenas no sentido de fazer o tempo passar, compartilhando da idéia de Goffman (2001) de “sentimento de tempo morto”, mas nunca no sentido de reeducar completamente o indivíduo, a fim de torná-lo um

trabalhador fora da prisão, até porque os ofícios oferecidos nas prisões são tão desqualificados, que acabam por não ter utilidade fora delas.

Salla (1995, p. 100) demonstra que a reabilitação pelo trabalho tem limites muito claros.

A mera exposição temporária dos condenados a atividades de trabalho, educação, isolamento não chegam a apartar os indivíduos de uma cultura delinqüente muito mais absorvente, solidária e socializante. De tal sorte, tornou-se uma constatação imediata, já mesmo no século passado, de que a prisão era menos um lugar para a requalificação do indivíduo do que a sua confirmação no mundo do crime.

O autor (SALLA, 1995, p. 106) mostra como o trabalho prisional é distinto do trabalho habitual, pois não leva em consideração as habilidades e os trabalhos realizados no mercado comum, além de sua organização, em termos de processo de trabalho, jornada, remuneração, ser totalmente diversa do trabalho nas empresas, em geral. O pior, segundo o autor é que o critério de avaliação da recuperação do preso é justamente a inserção no mercado de trabalho, na condição de trabalhador.

Desconsidera-se a diferença de trajetórias de trabalhos anteriores à prisão, a formação profissional, as experiências de trabalho, as tendências e resistências a determinadas tarefas. E, neste sentido, a pesquisa realizada por Brant (1986), em prisões masculinas de SP, mostra que é ínfima a parcela da população prisional que nunca trabalhou e que não possui nenhum tipo de experiência, ocorrendo cedo a inserção no mercado de trabalho. Além do mais, é relativamente longa a sua permanência num determinado ramo de atividade. Argumentos que desqualificam boa parte destas representações do preso como pessoas desprovidas de 'hábitos de trabalho'. (SALLA, 1995, p.106).

Zaluar demonstra o contrário em suas pesquisas, afirmando ser o trabalho prisional um fator fundamental de ressocialização e reintegração social. Divergindo dos outros autores, Zaluar afirma que o trabalho tem uma função primordial nas prisões, uma vez que

Uma das idéias mais disseminadas e mais presentes entre as classes populares é a de que pobres, para sobreviver e para se tornarem cidadãos, precisam trabalhar neste país. Ora, se o trabalho é assim entendido, compreende-se porque o ócio dos presos é um tema que provoca indignação entre os de fora da prisão. Por não terem de trabalhar, os prisioneiros, nesta ótica, são considerados privilegiados, livres da escravidão do trabalho. É claro que isso é um elemento a mais a compor o estigma do prisioneiro e acabar por dificultar-lhe a convivência social. Essa é exatamente a percepção que tem o preso de sua imagem social e da trágica situação sem saída que lhe reservou a estada no estabelecimento prisional. (ZALUAR, 1994, p. 125).

Zaluar afirma que

Toda identidade social se constrói por oposição, de maneira que os trabalhadores se definem por oposição aos bandidos, vagabundos, malandros, atribuindo-se valor moral superior. Porém seu argumento evolui para afirmar que o respeito próprio advém do cumprimento da obrigação para com o sustento da família, uma vez que não há orgulho pelas profissões, nem satisfação moral nos seus trabalhos. Restaria ao trabalhador pobre, assim, tão somente o seu valor como provedor da família. Daí que sua ética não é uma ética do trabalho, mas uma ética do provedor. É uma situação em que o trabalho se apresenta como meio para aquisição de um fim definido e consciente. Assim, o bandido que puder manter sua família nos padrões materiais dimensionados por aquele grupo, está dentro da ética do provedor, embora radicalmente fora da ética do trabalho. (ZALUAR, apud HASSEN, 1999, p. 48 - 49).

Sendo assim, Zaluar (1994) esclarece que a ressocialização dos presos só seria possível, de acordo com seus próprios depoimentos, com mais educação, mais contato com a família, formação profissional e mais oportunidades de reiniciar no mundo do trabalho, esta seria a única saída que os pobres têm para deixar o mundo do crime.

Outra obra que analisa a relação do trabalho com o universo prisional é a de Ramalho (2002), que analisa a Casa de Detenção em São Paulo, demonstrando como se dão as relações dentro da Instituição e com as demais instituições, enfim, como se organiza o mundo do crime.

Dentre as contribuições desta obra, é fundamental a diferenciação trazida por ele entre criminosos natos e trabalhadores; em que os natos são vistos, por eles mesmos e pelos outros presos, como tendo uma trajetória sem retorno (RAMALHO, 2002, p. 105 -106).

Outra contribuição de Ramalho está na idéia de recuperação, relacionada diretamente com a categoria trabalho, na opinião dos presos, “na medida em que eles aceitam ou aparentam aceitar valores que a sociedade lhes impõe com a finalidade de demonstrar que merecem estar fora da prisão, a via legal para que esta saída ocorra é a adaptação do trabalho que lhe é proporcionado”. (RAMALHO, 2002, p. 125).

A relação com a família aparece como dimensão importante, na idéia de recuperação, através de um processo de ressocialização via trabalho.

Até poder ingressar num programa de trabalho, o preso está desligado de qualquer vínculo empregatício (no caso de ter tido um) externo, com o que deixa de prover ou colaborar com o sustento da família, ao contrário, dependendo dela. Quando é o único provedor da família, o caso assume graves proporções. Por menor que seja a remuneração líquida, ele poderá dispor dela para a família, uma vez que sua sobrevivência material mínima é assegurada pelo sistema. E assim há uma alteração positiva na relação com a família após a adesão a um programa de trabalho, que se reflete, por ocasião das visitas. A família o reconhece como um preso diferenciado da massa, um trabalhador. (RAMALHO⁴, apud HASSEN, 1999, p. 37).

Ramalho propõe indicadores para um conceito de “recuperação”, “que se define pela vontade e capacidade voltadas para o trabalho e também por outros fatores associados ao trabalho tais como capacidade de consolidar laços tradicionais com a família, além de amigos, religião, visitas, esforço de instrução”. (RAMALHO, 2002, p. 125).

Ramalho (2002, p. 125) afirma que “a viabilidade da recuperação se afirma pela prática do trabalho, pela manutenção ou restauração dos laços familiares, pelo acesso à instrução, pela profissionalização, valores aos quais o preso adere, por esforço pessoal, voluntariamente”.

Diante desse breve relato sobre estudos voltados à análise do sistema de justiça criminal e das prisões, verificando qual era, inicialmente, a sua função; e como esta continua sendo a forma básica de contenção da criminalidade - até mesmo com uma atual exacerbação do encarceramento no mundo (WACQUANT, 2001; MASÓ, 2003). Tendo em conta, também, a disparidade entre a norma legal e o que se verifica como práticas nessas instituições totais, constata-se as mazelas de um sistema voltado a perpetuar desigualdades e comportamentos violentos, não servindo como espaço de recuperação.

Assim, as pesquisas trazidas aqui são unânimes em mostrar que, se existe alguma forma de recuperação de pessoas enquanto presas, esta só poderia dar-se a partir do trabalho prisional como forma de ressocialização. Todavia, essas pesquisas demonstram como, na prática, tal processo acaba não ocorrendo, tendo em vista as dificuldades de se obter altos índices de trabalho prisional, pelas relações de poder estabelecidas; e, principalmente, tendo em conta os tipos de trabalhos realizados nos presídios, que não servirão de experiência profissional aos egressos, quando saírem do cárcere.

Tal referência a esta série de estudos é bastante importante para esta pesquisa, como veremos mais adiante, uma vez que ajuda a situar melhor quem são os egressos do sistema penitenciário, e como vêm suas trajetórias prisionais, a

⁴ RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: Graal, 1979. Apud HASSEN, 1999, P. 37.

partir de toda uma reflexividade acerca do trabalho desempenhado dentro das prisões.

3 SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: OS VÁRIOS ENFOQUES TEÓRICOS

A justificativa para a utilização, nessa pesquisa, do aporte teórico sobre os conceitos de socialização e ressocialização remonta à discussão fundante da sociologia – a busca pela compreensão das relações sociais e de como os indivíduos unem-se para constituir a sociedade.

A idéia da socialização surgiu como forma de integração, a fim de que todos os indivíduos respeitassem o contrato social. Todavia, com o passar do tempo, e como se verá aqui, os conceitos foram complexificando-se, principalmente, porque, cada vez mais, há indivíduos voltados a não cumprir o tal pacto, gerando fenômenos como a violência e a criminalidade, que, apesar de tida por Durkheim (2003) como fato social normal, atinge altos níveis, atualmente, podendo ser considerada um fato anômico.

A discussão sobre socialização, nessa pesquisa, justifica-se, na medida em que, apesar das diferentes abordagens teóricas, os pesquisadores, de uma maneira geral, concordam com o fato de que há, hoje, uma crise nas instituições de controle social, como a escola e a família, instituições que têm como função básica a socialização dos indivíduos (SANTOS, 2001, 2002a, 2002b). Com a falência nessas instituições, acaba por ser obtida uma cultura da violência, como forma de sociabilidade.

Assim, nessa pesquisa, apesar de a literatura sociológica não ter tratado muito do tema dos ex-presidiários – e isso se justifica, de certa forma, pelo índice de recuperação de ex-presidiários ser muito baixo, se comparado aos índices de reincidência verificados no sistema prisional gaúcho - que se estima ser, atualmente,

de cerca de 70% (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002, p. 523)⁵-, defendemos que tais indivíduos tiveram processos de socialização, que os incluíram em uma cultura da violência, sendo necessário, então, todo um processo de ressocialização que os retire a possibilidade de resolução de conflitos, de aquisição de bens materiais e de obtenção de prestígio social, via violência.

Por isso, uma outra concepção fundamental para a pesquisa é a de ressocialização, especialmente, daqueles egressos do sistema penitenciário que precisam superar essa cultura da violência para reinserirem-se socialmente.

Na reflexão teórica vamos explorar três aspectos que caracterizam a questão da sociabilidade: a socialização nos clássicos, trabalhando com as teorias de Durkheim, Piaget e Simmel; os conceitos de socialização e ressocialização nos autores contemporâneos, utilizando as teorias de Berger e Luckmann, Giddens e Bourdieu; bem como, a crítica à noção de ressocialização no sistema penitenciário, utilizando da teoria foucaultiana sobre prisões, pela ótica das ciências sociais; e a contribuição de alguns teóricos da criminologia que trataram do tema, como Baratta e Young.

3.1 O conceito de socialização nos autores clássicos

Para trabalhar com a idéia de socialização entre os teóricos, primeiro conceituaremos a socialização de forma coloquial, sendo considerada o processo no qual se forma todo um complexo de destrezas, qualidades, capacidades e habilidades necessárias para viver em sociedade (MILLÁN, 2000, p. 4).

⁵ Vide nota 1.

Tal processo se dá através das chamadas instituições socializadoras, que são a família, a escola, os grupos de pares, e meios de comunicação. Dentre estas, a escola e a família são as mais importantes por terem uma duração maior de influência aos indivíduos, sendo que a escola, entendida como a responsável pela escolarização formal, é considerada a instituição da sociedade que se encarrega de socializar os mais jovens para permitir a reprodução da sociedade e de sua cultura (MILLÁN, 2000, p. 4)

A socialização como processo dura toda a vida, sendo mais intensa durante a infância e a adolescência.

Começaremos com a noção de socialização nos clássicos, em que iremos nos valer da concepção de socialização de Durkheim, Piaget e Simmel, passando A socialização como processo dura toda a vida, sendo mais intensa durante a infância e a adolescência.

Começaremos com a noção de socialização nos clássicos, em que iremos nos valer da concepção de socialização de Durkheim, Piaget e Simmel, passando após a estudar esta problemática em alguns dos teóricos contemporâneos.

A preocupação dos clássicos em entender o processo de socialização dos indivíduos provinha de seu intento em compreender a sociedade, pois a produção do social era a sua principal questão. Os clássicos queriam entender porque a sociedade havia sido constituída e o que fazia com que permanecesse assim. Dentro dessa preocupação central estava a discussão se a sociedade era ou não a soma de seus indivíduos.

Nesse aspecto, Durkheim (1978) dá uma grande contribuição por afirmar que a sociedade constitui-se em algo diferente do que apenas a soma de seus indivíduos, por isso, a socialização, para esse autor, assumia tal importância, haja

vista ser responsável por transmitir as normas e valores da sociedade às gerações mais novas. Assim, Durkheim foi o primeiro sociólogo clássico a preocupar-se explicitamente com o fenômeno da socialização, desde a sua perspectiva funcionalista.

Durkheim (1978, p. 41), para quem as normas deveriam ser introjectadas, via na educação a forma básica de socialização dos indivíduos. Assim, Durkheim conceitua a educação como a ação que será responsável pela apreensão dos costumes, valores, que acabarão por fazer do indivíduo alguém apto a viver em dada sociedade.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se define. (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Durkheim também faz alusão ao controle social que deve ser exercido pela educação, uma vez que ela deve garantir a socialização das novas gerações.

Constituir um ser social em cada um de nós – tal é o fim da sociedade. Todo o sistema de representação que mantém em nós a idéia e o sentimento da lei, da disciplina interna ou externa, é instituído pela sociedade. A ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objetivo ou por efeito comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana. (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Durkheim (1978, p. 83) afirma que a educação, como forma típica de socialização, deve acrescentar ao ser egoísta e associal uma natureza moral e social.

Fernandes (1994, p. 62), fazendo uma análise da obra de Durkheim, principalmente quanto à questão da moral laica, vê no processo de educação moral

a forma básica de reconhecimento do outro, entendido como o ser social, pelas crianças. Assim, a autora vê a educação moral como “um lento e dificultoso processo de inscrição do outro na subjetividade infantil”. Através desse processo de moralização, a criança torna-se um adulto normal, que não mais precisa de controles externos, pois auto-polícia as suas ações.

Outro clássico a tratar de forma muito explícita a temática da socialização é Jean Piaget (1977). Suas etapas do desenvolvimento cognitivo esclarecem como os indivíduos vão tomando consciência da presença dos outros indivíduos; mas a escolha de Piaget, neste quadro teórico, deve-se principalmente à sua idéia de que, se as etapas do desenvolvimento não forem cumpridas nos prazos certos, os indivíduos não chegarão a completar seu processo de socialização, o que de certa forma poderia explicar certas condutas consideradas associadas.

Piaget verificou uma série de fases no desenvolvimento infantil, que serão responsáveis pela criança chegar à fase adulta. Caso falte uma das fases, o processo de socialização pode não se dar por completo (PIAGET, 1977; GIDDENS, 1994).

Piaget afirma que o desenvolvimento infantil dá-se a partir da adaptação, resultado da articulação de dois movimentos complementares e de natureza diferente, que são a assimilação, que consiste em incorporar coisas e pessoas externas às estruturas já construídas; e a acomodação, que consiste em reajustar as estruturas em função das transformações exteriores. Assim, a cada estágio distinguido por Piaget, constituem-se formas típicas de socialização, que constituem modalidades de relação das crianças com os outros seres humanos (PIAGET, 1977; DUBAR, 1999).

A passagem da coação à cooperação, ou seja, da submissão à ordem social à autonomia individual constitui um ponto essencial na análise piagetiana da socialização. Piaget resume o processo geral de socialização das crianças em quatro transformações básicas: a passagem do respeito absoluto (dos pais) ao respeito mútuo; a passagem da obediência personalizada ao sentimento da regra; a passagem da heteronomia total à autonomia recíproca, implicando a fixação de sentimentos novos como honestidade, camaradagem e justiça; e, por fim, a passagem da energia à vontade, que constitui uma hierarquização entre dever e prazer (PIAGET, 1977; DUBAR, 1999).

Para Piaget e Inhelder (1968, p. 118)

As trocas sociais, que englobam o conjunto das relações precedentes, porque são todas, ao mesmo tempo individuais e interindividuais, dão lugar a um processo de estruturação gradual ou socialização, que passa de um estado de não coordenação ou de não diferenciação relativa, entre o ponto de vista próprio e o dos outros, a um estado de coordenação dos pontos de vista e de cooperação nas ações e informações.

Claude Dubar, um dos teóricos franceses preocupados com a problemática da socialização, em sua obra *La Socialisation* (1999), demonstra que entre as obras de Durkheim e Piaget há semelhanças e diferenças. Entre as semelhanças estão a idéia de que a socialização é uma educação moral, mas, de acordo com esse autor, Piaget não se aproxima de Durkheim quando este vê na socialização uma transmissão pela coação, do espírito de disciplina completado por um ataque aos grupos sociais e interiorizado livremente graças a autonomia da vontade. Contrariamente a Durkheim, Dubar afirma que Piaget não estabelece um corpo radical e uma oposição efetiva entre as posições de coação fundadas sobre a lei de

autoridade e o sentimento do sagrado, e a posição de cooperação fundada sobre o respeito mútuo e a autonomia da vontade (DUBAR, 1999, p. 15).

Uma divergência essencial entre Durkheim e Piaget, para Dubar, é a questão da homogeneidade da sociedade. Piaget é considerado por Dubar como um relacionista-construtivista, pois considera a sociedade como um sistema de atividades onde as interações elementares consistem em ações se modificando umas com as outras, segundo certas leis de organização ou de equilíbrio. Assim, sua socialização pode ser definida como um processo descontínuo de construção coletiva de condutas sociais (DUBAR, 1999, p. 17 - 18).

Fernandes (1994, p. 71 - 74) , analisando também as duas contribuições dos autores quanto à temática da socialização, aponta que a crítica feita por Piaget a Durkheim, quanto a ele não ter considerado as influências socializadoras externas, não teria fundamento, pois a educação em Durkheim associar-se-ia mais com a questão da moralidade, pelo desejo da norma, e menos com a socialização.

Georg Simmel, teórico da sociabilidade, argumenta que esta é a forma lúdica de interação social. O autor trabalha com a idéia de que a sociabilidade transforma a comunicação séria em conversa inconseqüente. Assim, “o mundo da sociabilidade é algo precário e artificial que pode ser despedaçado a qualquer momento por alguém que se recuse a praticar o jogo”. (BERGER, 1973, p. 155).

Aqueles que participam de uma situação de pura sociabilidade abandonam temporariamente suas identidades ‘sérias’ e passam para um mundo transitório de faz-de-conta, que consiste, entre outras coisas, da simulação que todos os participantes foram libertados dos pesos de posição, propriedade e paixões normalmente associados a eles. Qualquer pessoa que traga para essa situação a gravidade (em ambos os sentidos da palavra) de interesses externos ‘sérios’ imediatamente despedaça esse frágil artifício de simulação. (BERGER, 1973, p. 155).

A idéia de Simmel relativa a relação entre sociabilidade e socialização é que, a sociabilidade constitui um caso específico de “brincar de sociedade” (BERGER, 1973, P. 155), e é através justamente dessa brincadeira que a criança aprende a assumir seus papéis “sérios”. É a partir do “brincar de sociedade” que uma pessoa aprende a ser um ator social em qualquer parte.

Haecht (1992, p. 144) analisando o conceito de socialização na tradição simmeliana, alerta para o fato de que, nela, a sociedade não aparece como um dado, mas como uma realidade prático-ideológica complexa, realizando-se através de processos sempre renovados de socialização, via interações sociais. O “devir social é, portanto, o produto, a nível dessas efectivações recíprocas, do processo de socialização”.

Em Simmel, são as interações que socializam, através de processos microsociais que farão com que os indivíduos assimilem os sistemas de regras-normas-valores.

Diante do exposto até aqui, e utilizando-se da crítica de Haecht (1992, p. 137-138) às concepções de socialização clássicas, percebemos que, enquanto funcionalista, a problemática da socialização em Durkheim esgota-se em sua finalidade integradora, uma vez que a educação, compreendida como socialização primária, será responsável pela interiorização das regras-normas-valores significativos para uma dada sociedade.

Haecht (1992, p. 137) critica tal conceituação por ela poder ser considerada uma espécie de “treino” de um programa destinado a ser executado, mecanicamente, no futuro.

Além disso, a autora (1992, p. 138) salienta que o conceito de socialização em Durkheim pode servir para ideologias de direita e de esquerda; a primeira, por

ser a socialização responsável pela feliz integração do indivíduo na sociedade, e garantindo a otimização da divisão social do trabalho; a segunda, por ser uma forma de alienação, considerada como uma inconsciente submissão à ordem estabelecida.

Haecht (1992, p. 138) demonstra ser a concepção de socialização de Piaget mais maleável que a de Durkheim, por permitir um esforço do sujeito em ajustar o seu comportamento em relação a suas preferências e aos seus interesses.

Assim, diante dessas constatações, percebemos o problema de o conceito de socialização nos clássicos não permitir a autonomia da ação, o que, na socialização dos autores contemporâneos, como veremos mais adiante, ação e estrutura adquirem a mesma importância, senão em todas, mas em muitas das teorias.

Todavia, considerando a concepção de socialização em Simmel como clássica, esta parece fugir à generalização feita anteriormente da não autonomia da ação, uma vez que a partir dela, inserimo-nos numa discussão teórica da fenomenologia, que está na base da discussão contemporânea de socialização de Berger e Luckmann.

3.2 Os conceitos de socialização e ressocialização nos autores contemporâneos: elementos para a análise teórica

Para trabalharmos com as concepções de socialização e ressocialização em autores da sociologia contemporânea, utilizaremos as concepções de Giddens, Berger e Luckmann, e Bourdieu. Nesses autores, perceberemos uma complexificação do conceito de socialização, como todos eles teorizando no sentido de romper com as clássicas dicotomias entre ação e estrutura, e indivíduo e

sociedade, bem como a inserção da problemática da ressocialização, nos casos em que há rupturas nos processos de socialização.

As concepções contemporâneas de socialização partem da idéia que o processo de socialização nunca permite interiorizar a totalidade da realidade social existente, dependendo da estrutura social de cada indivíduo. O processo de socialização reproduz a estrutura ou distribuição social de conhecimentos existentes na sociedade e materializa, no plano cultural e simbólico, a reprodução das relações sociais globais (MILLÁN, 2000, p. 7).

Dentre os autores contemporâneos preocupados com a questão da socialização e ressocialização, estão Berger e Luckmann⁶, que em *A Construção Social da Realidade* (2002), têm uma contribuição importante ao tema, pelas distinções conceituais que fazem, criando as noções de socialização primária e secundária.

Essas categorias, muito importantes para a explicação teórica de nossa pesquisa, indicam que, dependendo das condições dos pais, a socialização dos indivíduos será de uma ou de outra forma, dando conta em demonstrar que indivíduos de classes baixas terão um processo de socialização muito diverso dos de classes mais favorecidas, o que, nessa pesquisa tem um tom explicativo muito grande, dado o objeto de análise.

Berger e Luckman trabalham com a questão das socializações primária e secundária. A primária seria dada pela família, sem uma grande participação do indivíduo, que está sujeito a aprender aquilo que a sua família ensinar, dependendo da sorte de onde tiver nascido; já a socialização secundária é aquela mais

⁶ Aqui temos que deixar clara a dívida teórica desses dois autores com Alfred Schutz.

instrumental, dada pelo trabalho, em que o indivíduo vai ter que aprender um ofício (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 179 - 180).

Para esses autores, a sociedade deve ser entendida em termos de um processo cultural em curso, composto de três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Como os indivíduos não nascem membros da sociedade, mas com predisposição à sociabilidade, eles devem passar por esses processos (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 173).

A interiorização consiste primeiramente na compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. Essa interiorização, segundo os autores, faz dos indivíduos, membros da sociedade, entendido isso como processo de socialização, definida como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 175).

Para Berger e Luckmann (2002, p. 175) a socialização primária tem um valor mais importante, sendo a estrutura básica de toda socialização secundária, que deve assemelhar-se a ela. Para eles, todo o indivíduo nasce em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os significativos que se encarregam de sua socialização, assim, dependendo da classe social da família da criança, esta pode ter uma socialização não exitosa.

Os autores vêem que

A criança das classes inferiores não somente absorve uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a colaboração particular que lhe é dada por seus pais. A mesma perspectiva da classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargo ressentimento ou fervente rebeldia. Como consequência uma criança de classe inferior não somente irá habitar um mundo grandemente diferente do que é próprio da criança de uma classe

superior, mas pode chegar a ter um mundo inteiramente diferente daquele da criança de classe inferior que mora na casa ao lado. (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 176).

Assim, nesse referencial teórico, as noções de socialização primária e secundária ajudam a compreender os egressos e suas trajetórias, com vista a um processo de ressocialização

Outro teórico contemporâneo preocupado com a problemática da socialização e ressocialização é Anthony Giddens. Giddens (1989, 1994, 1998, 2001), com sua teoria da estruturação, destaca a importância da temática da socialização, na medida em que aceita que a constituição dos atores em sociedade se dá através de um processo de socialização, em que as agências socializadoras, como a família a escola, o grupo de pares e os meios de comunicação têm um papel fundamental. É a partir do processo de socialização que os atores passam a ter consciência de suas ações, devido à supremacia dada ao sujeito em sua teoria.

Dentre essas agências de socialização, Giddens vê a família como a mais importante agência na infância, mas reconhece que nas sociedades modernas a socialização pela família se produz de forma cada vez mais reduzida (GIDDENS, 1994, p. 109).

Giddens vê também no grupo de pares outra agência socializadora, considerando-o como grupos de amigos da mesma idade. A escola também tem um papel fundamental, mas Giddens afirma que ela deveria permitir escapar dos aspectos restritivos da origem social, o que, na prática, em muitas circunstâncias, acaba por reforçar as desigualdades existentes (GIDDENS, 1994, p. 110).

Para Giddens, a socialização continua ao longo de toda a vida dos indivíduos. Em cada fase da vida, para o autor, tem-se que realizar uma série de transições e superar uma série de crises.

Outra concepção importante para o nosso referencial teórico é o conceito de ressocialização de Anthony Giddens, trabalhado em sua obra *Sociología* (1994, p. 801). Este autor conceitua ressocialização como o “modelo de cambio de la personalidad por el que un adulto adopta modos de comportamiento distintos a los que previamente había aceptado”.

Giddens afirma que, sob determinadas condições, os indivíduos podem passar por momentos de ruptura de valores e modelos de comportamento previamente aceitos e pela subsequente adoção de outros radicalmente diferentes, o que indica um processo de ressocialização. O autor dá um exemplo de ressocialização com a entrada de um indivíduo em uma organização carcerária, em que este se separa do mundo exterior e passa a ser submetido a uma disciplina e exigências novas e estritas (GIDDENS, 1994, p. 113).

A ressocialização, para Giddens (1994, p. 113), refere-se a uma reestruturação da personalidade e das atitudes. Giddens (1994, p. 113 - 114) parte do pressuposto de que esta reestruturação pode ser benéfica ou maléfica aos indivíduos, dando como exemplos a internação em um manicômio, ou a passagem por um campo de concentração, onde haveria uma quebra na personalidade dos prisioneiros, devido ao medo, a privação e a incerteza sofridos.

Nestes casos, Giddens (1994, p. 114 - 115) afirma que o processo de socialização prévio tende a retroceder, pois a personalidade, os valores e a aparência das pessoas não são fixos, mas variam com relação às experiências vividas ao longo da vida.

Quanto a um exemplo de ressocialização benéfica, Giddens (1994, p. 115) traz à lembrança o caso de soldados de guerra, que após passarem por um período longe de casa, lutando, precisam se readaptar em um mundo pacífico.

Todo esse referencial teórico da socialização, agências socializadoras e ressocialização ajudam na compreensão de nosso objeto empírico, bem como a noção de ator consciente, desenvolvida por Giddens em sua teoria da estruturação, que passamos a expor abaixo.

A teoria da estruturação de Anthony Giddens (1989, p. 13) é feita com base em uma dualidade da estrutura, que trata a construção do mundo social de uma visão circular, em que as dimensões estruturantes estão ao mesmo tempo situadas antes da ação, como suas condições, e depois, como produto desta ação. Mas de acordo com Corcuff (2001, p. 78), tal noção de dualidade pode permitir que se perceba o estrutural sempre como limitador e habilitador da ação, ao mesmo tempo.

Giddens e sua teoria da estruturação vêm no sujeito alguém que faz monitoramento reflexivo de suas ações. Assim, os atores, em Giddens (1989, p. 4) “não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem”.

Esse conceito é muito importante por significar que a interação, em Giddens, (2001, p. 154), “é algo negociado de modo reflexivo, tendo como pano de fundo a racionalização da conduta”.

Giddens (1989, p. 5) faz uma distinção entre a monitoração e a racionalização da ação da motivação, alegando que esta não está tão diretamente vinculada à continuidade da ação quanto as outras duas. “Os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina. Muito de nossa conduta cotidiana não é diretamente motivada”.

Já a racionalização da ação é entendida por ele (2001, p. 155) como “a capacidade de todos os atores sociais humanos (‘competentes’) controlarem sua atividade por meio de uma consciência constante das condições e conseqüências que tal atividade implica, relacionando assim manifestações da vontade e intenções, ao que eles procuram conquistar, ativamente, em interações com os outros”.

Giddens dá ênfase ao caráter teleológico das ações sociais, mas sempre surge, da ação social intencional dos atores, conseqüências não desejadas por eles, que podem se tornar condições não reconhecidas de ações ulteriores (GIDDENS, 1989, p. 237 e CORCUFF, 2001, p. 82). Assim, para Giddens, (1989, p. 239), “os atores sociais têm razões para o que fazem, e o que fazem têm certas conseqüências especificáveis que ele não premeditam”. Essa noção, como veremos, pode servir de explicação teórica para uma série de questões dessa pesquisa

Giddens (1998, p. 320) afirma que “os seres humanos, na teoria da estruturação, são sempre e em toda parte considerados agentes conscientes, embora ajam dentro dos limites historicamente específicos de condições desconhecidas e das conseqüências não intencionais de seus atos”.

Assim, do referencial teórico giddensiano, os principais conceitos a serem utilizados em nossa pesquisa são a sua noção de socialização, via atuação de agências socializadoras; a idéia da ressocialização como reestruturação da personalidade e das atitudes; e o conceito de monitoramento reflexivo dos atores, e as conseqüências não intencionais de suas ações.

Por fim, outro autor contemporâneo que nos serviu de referência para a construção desse referencial teórico é Pierre Bourdieu, pela sua grande contribuição ao tema da socialização. Algumas de suas obras (1980, 1990, 1997), que trabalham com conceitos fundamentais de sua teoria, como *habitus*, capitais, campos e

violência simbólica ajudam a compreender como se dá a constituição da sociedade atual e, principalmente, romper com a dicotomia ação x estrutura. Tais conceitos são imprescindíveis para a explicação de nosso material empírico, como veremos a seguir.

Bourdieu, através de sua teoria da socialização, esclarece como se dá a trajetória dos indivíduos, a partir das disposições incorporadas via *habitus*, que refletem os capitais social e cultural dos pais. Estas obras ajudam a demonstrar como indivíduos, cujas famílias têm níveis de capital social e cultural muito baixos, acabam por reproduzir isso em suas trajetórias.

Bourdieu afirma que o indivíduo está condicionado por esse *habitus* que é introjectado, a partir do capital social e cultural adquirido por sua família. A partir desse *habitus*, a criança, e depois o adulto, estarão condicionados a reproduzi-lo, a partir dos gostos, das aptidões, mas nada impede que hajam quebras de trajetória, que implicarão em transformações desse *habitus*.

Para Bourdieu, as estratégias dos atores são ajustadas ao que é mais racional dentro de cada campo. Há um ajustamento do *habitus* às práticas sociais. Para ele, tudo é dado pelo processo de socialização, em que os atores tendem a incorporar um senso de jogo. Cada família deixa como legado um *habitus*, que dá uma certa propensão a agir estrategicamente.

Le principe des différences entre les habitus individuels réside dans la singularité des trajectoires sociales, auxquelles correspondent des séries de déterminations chronologiquement ordonnés et irréductibles les unes aux autres: l'habitus qui, à chaque moment, structure en fonction des structures produites par les expériences antérieures les expériences nouvelles qui affectent ces structures dans les limites définies par leur pouvoir de sélection, réalise une intégration unique, dominée par les premières expériences, des expériences statistiquement communes aux membres d'une même classe. (BOURDIEU, 1980, p. 101 - 102).

Bourdieu (1980, p. 88) afirma que “les conditionnements associés à une classe particulière de conditions d'existence produisent des habitus, systèmes de dispositions durables et transposables, structures structurés prédisposées à fonctionner comme structures structurantes”.

Bourdieu (1980, p. 91) afirma que, sendo o *habitus* produto da história, ele produz as práticas individuais e coletivas, conformados aos esquemas da história. Assim, em *Coisas Ditas* (1990, p. 23), ele revela que

[...] sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado de condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação.

Bourdieu (1997, p. 19) afirma que “a cada posición corresponde una classe de habitus (o de aficiones) producidos por condicionamientos sociales asociados a la condición correspondiente y, a través de estos habitus y de sus capacidades generativas, un conjunto sistemático de bienes y de propiedades, unidos entre sí por una afinidad de estilo”.

Assim, “el habitus es ese principio generador y unificador que retraduce las características intrínsecas y relacionales de una posición en un estilo de vida unitario, es decir un conjunto unitario de elección de personas, de bienes y de prácticas”. (BOURDIEU, 1997, p. 19).

Segundo Lahire (2002, p. 45), com a noção de *habitus* (sistema transferível de disposições socialmente constituídas), Bourdieu desenvolveu todo o programa de uma sociologia da socialização, vista por ele como uma sociologia genética das disposições, que se voltou a ultrapassar a oposição entre a sociedade e o indivíduo.

Outros conceitos fundamentais da teoria bourdiana para a explicação do fenômeno em questão são os conceitos de capitais, e o conceito de violência simbólica.

De acordo com Nogueira e Nogueira (2002, p. 21),

Em primeiro lugar, contrapondo-se ao subjetivismo, Bourdieu nega, da forma mais radical possível, o caráter autônomo do sujeito individual. Cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui, certos componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar. Fazem parte dessa primeira categoria o capital econômico, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. A bagagem transmitida pela família inclui, por outro lado, certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo o capital cultural na sua forma 'incorporada'.

Do ponto de vista de Bourdieu, o capital cultural constitui o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar.

Segundo Bourdieu, o capital social

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irredutível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado (como bem se vê no caso do novo rico), o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que

instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade. (BOURDIEU, 1999, p. 67).

Para ele (1999, p. 67 - 68), tal rede de relações que constitui o capital social não é um dado natural, mas sim, o produto do trabalho de instauração e de manutenção do que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos.

Além disso, é a troca proporcionada por essas relações sociais a responsável pelo reconhecimento mútuo e pelo reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica (BOURDIEU, 1999, p. 68).

Para Bourdieu (1999), a reprodução do capital social dá-se via sociabilidade, a partir da série de trocas tendentes a reafirmar o reconhecimento que implicam um dispêndio constante de tempo e esforços.

Muito importante, também, para esta pesquisa, é o conceito de capital cultural, que Bourdieu (1999, p. 74) afirma existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de

[...] disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 1999, p. 74).

Segundo este autor, a acumulação de capital cultural implica um trabalho de inculcação e assimilação, sendo caracterizado pelo dispêndio de tempo do investidor, ou do próprio sujeito, caso a aquisição de capital cultural seja pessoal.

Bourdieu vê no capital cultural um maior potencial simbólico do que no capital econômico.

Ele apresenta um grau de dissimulação mais elevado do que o capital econômico e, por esse fato, está mais predisposto a funcionar como capital simbólico, ou seja, desconhecido e reconhecido, exercendo um efeito de (des) conhecimento, por exemplo, no mercado matrimonial ou no mercado de bens culturais, onde o capital econômico não é plenamente reconhecido. (BOURDIEU, 1999, p. 75).

Relacionado à socialização, o capital cultural é visto como dependente do capital social incorporado pelo conjunto da família.

É na própria lógica da transmissão do capital cultural que reside o princípio mais poderoso da eficácia ideológica dessa espécie de capital. Sabe-se, por um lado, que a apropriação do capital cultural objetivado – portanto, o tempo necessário para realizá-la – depende, principalmente, do capital cultural incorporado pelo conjunto da família. Sabe-se, por outro lado, que a acumulação inicial do capital cultural – condição da acumulação rápida e fácil de toda espécie de capital cultural útil – só começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural; nesse caso, o tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização. Segue-se que a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital; por isso, no sistema das estratégias de reprodução, recebe um peso tanto maior quanto mais as formas diretas e visíveis de transmissão tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas. (BOURDIEU, 1999, p. 76).

De grande importância teórica, para essa pesquisa, é seu conceito de violência simbólica, criado, segundo Vasconcellos (2002), no intuito de desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “natural” as representações ou idéias sociais dominantes.

Bourdieu, em estruturas sociais e estruturas mentais (1991), conceitua violência simbólica como

[...] esta forma particular de constrangimento que não pode se exercer senão com a cumplicidade ativa – o que não quer dizer consciente e voluntária – daqueles que a sofrem, os quais não são determinados a não ser na medida em que se privam da possibilidade de uma liberdade baseada na tomada de consciência. Esse constrangimento tacitamente consentido exerce-se necessariamente todas as vezes que as estruturas objetivas encontram as estruturas mentais que lhes correspondem. É sobre a base da cumplicidade originária entre as estruturas cognitivas e as estruturas objetivas das quais elas são o produto que se instaura a submissão absoluta e imediata que é aquela da experiência dóxica do mundo natal, mundo sem surpresas onde tudo pode ser percebido como natural e evidente porque as tendências imanentes da ordem estabelecida vêm continuamente ao encontro das expectativas espontaneamente dispostas a antecipá-las. (BOURDIEU, 1999, p. 116).

Por fim, outro importante contributo teórico bourdiano está na relação entre esperanças e oportunidades. Tal discussão sociológica será de suma importância na análise das perspectivas dos egressos do sistema penitenciário objeto dessa pesquisa, como se verá mais adiante.

De acordo com Bourdieu (2001), como os agentes têm poderes (definidos pelo volume e pela estrutura de seu capital) bastante desiguais, as suas esperanças e aspirações, em virtude do *habitus*, tendem a se harmonizar às oportunidades objetivas.

A inserção precoce e durável numa condição definida por um determinado grau de poder tende, por meio da experiência das possibilidades oferecidas ou rejeitadas por tal condição, a instituir duravelmente nos corpos disposições de ser (tendencialmente) à altura de tais potencialidades. O *habitus* é esse ‘poder-ser’ que tende a produzir práticas ajustadas às possibilidades, sobretudo ao orientar a percepção e a apreciação das possibilidades inscritas na situação presente. (BOURDIEU, 2001, p. 264).

Para Bourdieu,

Ao desencorajar as aspirações orientadas para objetos inacessíveis, logo constituídos como pretensões ilegítimas, tais cobranças tendem

a redobrar ou adiantar as sanções da necessidade, e a orientar as aspirações para objetivos mais realistas, ou seja, mais compatíveis com as oportunidades inscritas na posição ocupada. O princípio de toda educação moral pode ser enunciado assim: torne-se o que você é (e nisso que você tem de ser) socialmente, faça o que você tem de fazer, o que te cabe ou te pertence de fato – é o tal autor pratein platônico -, verdadeiro dever-ser que pode exigir a superação de si ('noblesse oblige') ou lembrar os limites do razoável ('isso não é para você'). (BOURDIEU, 2001, p. 266).

Nesse aspecto, Bourdieu critica as teorias da decisão racional, por ignorarem as desigualdades de capital econômico e cultural, e as desigualdades daí decorrentes, quer no que se refere às possibilidades objetivas, quer no que se refere às crenças.

Bourdieu (2001, p. 269) aponta que as estratégias

[...] não são respostas abstratas a uma situação abstrata, elas se definem em relação a solicitações, inscritas no próprio mundo, sob a forma de indícios positivos ou negativos que não se endereçam a qualquer um, mas que só se revelam 'eloqüentes' para agentes dotados de um certo capital e de um certo habitus.

Analisando esta questão empiricamente, Bourdieu cita o exemplo dos "homens sem futuro", que para ele tanto podem ser os subproletários argelinos dos anos 60, ou os adolescentes desempregados dos grandes centros urbanos dos anos 90. Bourdieu demonstra, nesse texto, como o ajustamento das esperanças às oportunidades constitui um dos fatores de conservação da ordem social, uma vez que

[...] de um lado, ela garante a submissão incondicional dos dominados à ordem estabelecida mediante a relação dóxica com o mundo, adesão imediata que coloca as condições de existência mais intoleráveis (do ponto de vista de um habitus constituído em outras condições) a salvo do questionamento e da contestação. De outro lado, ela favorece a aquisição de disposições as quais, estando ajustadas a posições desfavorecidas, em declínio, ameaçadas de

desaparecimento ou ultrapassadas, não oferecem preparo adequado às exigências da ordem social, sobretudo porque encorajam diferentes formas de auto-exploração. (BOURDIEU, 2001, p. 283).

Por fim, Bourdieu, fazendo uma análise geral da sua teoria, afirma que todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende a funcionar como capital simbólico.

Todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico do capital) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. (BOURDIEU, 2001 p. 296).

Outro conceito bastante importante nesse referencial teórico é o de trajetória, explicitado por Bourdieu (1997, p. 82) como

[...] serie de las posiciones sucesivamente ocupadas por um mismo agente (o um mismo grupo) em un espacio em sí mismo em movimiento y sometido a incesantes transformaciones. Tratar de comprender una vida como una serie única y suficiente em sí de acontecimientos sucesivos sin más vínculo que la asociación a um sujeto cuya constancia no es sin duda más que la de un nombre próprio, es más o menos igual de absurdo que tratar de dar razón de um trayecto em el metro sin tener em cuenta la estructura de la red, es decir la matriz de las relaciones objetivas entre las diferentes estaciones. [...] sólo cabe comprender una trayectoria [...] a condición de haber elaborado previamente los estados sucesivos del campo em el que ésta se há desarrollado, por lo tanto el conjunto de las relaciones objetivas que han unido al agente considerado.

Uma das críticas à obra de Bourdieu, citada por Corcuff (2001), é o problema da proeminência das estruturas, o que levaria o autor a negligenciar o peso das interações de face a face nos processos de construção da realidade social.

De Bourdieu, os conceitos a serem utilizados para explicação dessa pesquisa são a noção de *habitus*, os capitais, a violência simbólica, o conceito de trajetória, e a relação entre esperanças e oportunidades.

Outro elemento que gostaríamos de incluir neste quadro teórico é a problemática do estigma, a partir da discussão trazida por Goffman (1988).

Goffman (1988) parte da tese que é a sociedade quem estabelece os meios de categorizar as pessoas, atribuindo a algumas a classificação de normais, e a outras, a de estranhos. Essa segunda categoria, a quem a sociedade considera “estragada” e diminuída, é o que Goffman conceitua como estigmatizada.

O autor afirma que o estigma é como um tipo especial de relação, entre atributo e estereótipo, sendo que, da perspectiva do desacreditado, essa característica distintiva já é conhecida ou evidente.

Em nossa pesquisa, a noção de estigma é importante por referir-se a um tipo específico, que atinge ex-presidiários. Assim, do ponto de vista sociológico, o estigmatizado é considerado “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, mas que possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Um ponto central na teoria do estigma refere-se à idéia de que o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças que “nós”. Sendo assim,

Os padrões que ele incorporou da sociedade maior, tornaram-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro, e pode imaginar-se como um não portador dele. (GOFFMAN, 1988, p. 17)

Goffman afirma que a predisposição à vitimização é uma tendência dos estigmatizados. Além disso, ele pode ver as privações que sofreu como uma

bênção, crendo na idéia de que o sofrimento pode ensinar muito sobre a vida e sobre as outras pessoas.

Essas noções são bastante importantes para a análise de nossa pesquisa, pois, como veremos, fazem parte, tanto das interpretações da FAESP, quanto dos egressos apoiados por ela.

Outra concepção de Goffman para nossa análise é a questão da formação de redes de pessoas estigmatizadas. Goffman (1988, p. 31 - 32) esclarece que

No estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse está geralmente voltado para o tipo de vida coletiva, quando esta existe, que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular. Aqui, certamente, se encontra um catálogo completo dos tipos de formação de grupo e de função de grupo.

O autor afirma que, nesses, publicizam-se a ideologia, sua política, suas aspirações, tudo como forma de consolidação da existência real do grupo (GOFFMAN, 1988, p. 34).

Goffman (1988, p. 124), na análise dos grupos, esclarece que, fora daquele grupo formado pelos seus iguais, todas as outras categorias e grupos aos quais ele pertence são considerados não-verdadeiros.

Outra noção importante de Goffman diz respeito à constituição de uma carreira moral. Nessa concepção, o autor afirma que as pessoas estigmatizadas tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem, sendo que uma das fases desse processo de socialização é a que essa pessoa aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade, e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular (Goffman, 1988, p. 41 - 42).

Esse mesmo autor, ao tratar da identidade do eu, afirma que ela é “o sentido subjetivo de sua própria situação e sua própria continuidade e caráter que o indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais”. (GOFFMAN, 1988, p. 116). Assim, na constituição de seu eu, das identidades sociais e pessoais, atuam interesses e definições de outras pessoas, mas ela também é uma questão subjetiva e reflexiva, que deve ser experimentada pelo indivíduo.

O indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação aquilo que elabora. (GOFFMAN, 1988, p. 117).

Essa noção é bastante importante para a análise da visão dos egressos quanto a socialização, bem como a idéia defendida por Goffman (1988, p. 119) de que

O indivíduo estigmatizado se define como não diferente de qualquer outro ser humano, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas próximas o definam como alguém marginalizado. Dada essa auto-contradição básica do indivíduo estigmatizado, é compreensível que ele se esforce para descobrir uma doutrina que forneça um sentido consistente à sua situação. Na sociedade contemporânea, isso significa que o indivíduo não só tentará, por conta própria, elaborar tal código, mas que, como já foi sugerido, os profissionais o ajudarão – algumas vezes com o pretexto de fazer contar sua história de vida, ou de contar como se saíram de uma situação difícil.

Assim, quanto à teorização do estigma, achamos ser importante para a explicação da constituição de redes de egressos, que terão um papel fundamental na ressocialização de egressos do sistema penitenciário.

A partir das discussões teóricas expostas, percebemos que, enquanto para os autores clássicos a socialização era tida como ordenadora da conduta dos indivíduos, com mais ou menos obrigatoriedade; nos sociólogos contemporâneos, a socialização é vista como um processo que servirá de parâmetro para a ação social.

Isso fica bastante claro na teoria da estruturação de Giddens, em que, comparadas às duas teorias expostas aqui, a ação social é a que mais adquire supremacia sobre as condicionantes estruturais.

Em Bourdieu, apesar de ele ter todo um aporte teórico voltado à prática, e uma teorização da ação, percebemos uma certa supremacia estrutural, orientadora das ações dos indivíduos, via constituição do *habitus*.

Já em Berger e Luckmann, apesar de a socialização primária ser condicionada por critérios estruturais como a classe social de nascimento do indivíduo; e, apesar de a socialização secundária, de certa forma, refletir a socialização primária, há, segundo Haecht (1992, p. 139) a idéia de que os efeitos da socialização primária não são irreversíveis.

Neste item, buscamos apresentar as principais categorias analíticas, que se verão no capítulo de análise empírica.

3.3 As críticas à noção de ressocialização no sistema penitenciário

A noção de ressocialização dentro do sistema penitenciário é vista de forma crítica pelos autores contemporâneos envolvidos com a problemática das prisões. Assim, nesse capítulo teórico vamos trabalhar com uma reflexão teórica que trata, especificamente, da questão da ressocialização no sistema prisional. Estamos dando um enfoque à parte a essas concepções, tendo em vista tais teorias basearem-se exclusivamente no universo das prisões, não servindo, amplamente para explicação de nosso fenômeno pós-prisional, a não ser pelo fornecimento de alguns elementos, que ajudarão na análise, como veremos adiante. Nesse capítulo,

utilizaremos as contribuições teóricas de Foucault, Baratta, Miralles, Capeller e Young.

Entre os teóricos que preocuparam-se com o tema pela ótica das ciências sociais, está Michel Foucault ⁷.

Michel Foucault demonstra que a idéia de ressocialização não serve para reintegrar os indivíduos socialmente, mas para torná-los indivíduos submissos, disciplinados para o trabalho.

De acordo com Foucault (1996, 2001), o discurso da ressocialização é concomitante à criação do sistema prisional e da pena privativa de liberdade, época em que se procurou mecanizar os corpos, via encarceramento, para a disciplina do trabalho nas fábricas, em que o panóptico de Bentham, bem demonstrado em *Vigiar e Punir*, preconiza o retreinamento dos indivíduos. Ressocializar significa, então, disciplina, trabalho e obediência à hierarquia das relações de poder.

Foucault (1996, p. 109) afirma que a duração da pena só tem sentido em relação a uma possível correção, e uma utilização econômica dos criminosos corrigidos.

Foucault, fazendo uma análise de como começaram a surgir os modelos penitenciários, por volta do final do século XVII e início do século XVIII, vai verificar que todo o sistema era baseado na suposta correção dos indivíduos, com o fim último de criação de mão de obra. O encarceramento teria, então, a finalidade de transformar a alma e o comportamento.

⁷ Dentre algumas obras de Foucault a trabalhar com a problemática do sistema penitenciário estão: *Vigiar e Punir*, *A verdade e as formas jurídicas* e *Ditos e Escritos IV – Estratégia, poder-saber*.

Entre o crime e a volta ao direito e à virtude, a prisão constituirá um espaço entre dois mundos, um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera. (FOUCAULT, 1996, p. 109).

Outras justificativas para o encarceramento, e para o trabalho desenvolvido dentro das prisões, estavam no custeio das próprias despesas dos presos e na retribuição individual dos prisioneiros, para assegurar sua reinserção moral e material no mundo da economia (FOUCAULT, 1996, p. 110).

Foucault (1996, p. 112) vai perceber que em todos os modelos iniciais de controle penal, estavam a idéia do castigo que leva em si uma certa técnica corretiva.

A correção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço dos sistemas de sinais e das representações que fazem circular. (FOUCAULT, 1996, p. 113 - 114).

Quanto aos instrumentos utilizados, não são mais jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. Exercícios e não sinais: horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. E, finalmente, o que se procura reconstituir nessa técnica de correção, não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social; é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele. Duas maneiras, portanto, bem distintas de reagir à infração: reconstituir o sujeito jurídico do pacto social – ou formar um sujeito de obediência dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder qualquer. (FOUCAULT, 1996, p. 114).

Na instituição carcerária, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos, utilizando-se de processos de treinamento do corpo, sob a forma de hábitos, de comportamentos. Foucault (1996, p. 114) vai afirmar que, na verdade, trata-se de formar sujeitos submissos, assim, o indivíduo a corrigir deve estar inteiramente envolvido no poder que se exerce sobre ele.

Em *A verdade e as formas jurídicas* (1999, p. 79), Foucault vai demonstrar como se forma a sociedade disciplinar, a partir da reforma e da reorganização do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e do mundo.

Todo o sistema é baseado na legalidade, para quem

[...] o crime ou a infração penal é a ruptura com a lei, lei civil explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político. Para que haja infração é preciso haver um poder político, uma lei e que essa lei tenha sido efetivamente formulada. Antes da lei existir, não pode haver infração. Só podem sofrer penalidade as condutas efetivamente definidas como repreensíveis pela lei. (FOUCAULT, 1999, p. 80).

Nesse sentido, em estando a lei representando aquilo que é útil para a sociedade, o crime é algo danificador,

[...] uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade; [e o criminoso], é aquele que rompeu o pacto social. Há identidade entre o crime e a ruptura do pacto social. Esta idéia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (FOUCAULT, 1999, p. 81).

Toda lei penal, nesse sistema, deve ter duas funções: em primeiro lugar, permitir a reparação da perturbação causada à sociedade; e, em segundo, ela deve impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social.

Foucault (1999, p.85) afirma que

Toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer.

Junto a essa emergência da idéia de controle, surge o conceito de periculosidade.

A grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. (FOUCAULT, 1999, p. 85).

Apesar de toda essa reflexão sobre o sistema legal penal, Foucault esclarece que a prisão não pertence a esse projeto teórico, tendo nascido como uma instituição quase sem justificção, a partir de uma prática para-judiciária, chamada de *lettre-de-cachet*.

A prisão, que vai se tornar a grande punição do século XIX, tem sua origem precisamente nesta prática para-judiciária da *lettre-de-cachet*, utilização do poder real pelo controle espontâneo dos grupos. Quando uma *lettre-de-cachet* era enviada contra alguém, esse alguém não era enforcado, nem marcado, nem tinha de pagar uma multa. Era colocado na prisão e nela devia permanecer por um tempo não fixado previamente. Essa idéia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa idéia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificção alguma ao nível do comportamento humano tem origem precisamente nesta prática. (FOUCAULT, 1999, p. 98).

E, nesse sentido, o modelo do panoptismo, que irá sustentar a idéia da prisão na época, opõe-se à teoria legalista, que se formara nos anos precedentes.

Corrigir os indivíduos ao nível de seus comportamentos, de suas atitudes, de suas disposições, do perigo que apresentam, das virtualidades possíveis. Essa idéia de uma penalidade que procura corrigir aprisionando é uma idéia policial, nascida paralelamente à justiça, fora da justiça, em uma prática de controles sociais ou em um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 99).

Foucault afirma que a utopia da fábrica-prisão foi realizada em uma série de instituições que obedeciam aos mesmos modelos e princípios de funcionamento, como escolas, orfanatos, centros de formação, prisões, hospitais, hospícios, os chamados *asylums*. Todas essas instituições não visavam à exclusão, mas, pelo contrário, fixá-los; e afirma que elas ainda hoje têm esse objetivo. Sendo assim, todas essas instituições visam a, ainda hoje, fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens.

Pode-se, portanto, opor a reclusão do século XVIII, que exclui os indivíduos do círculo social, à reclusão que aparece no século XIX, que tem por função ligar os indivíduos aos aparelhos de produção, formação, reformatão ou correção de produtores. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão. Eis porque oporei a reclusão ao seqüestro; a reclusão do século XVIII, que tem por função essencial a exclusão dos marginais ou o reforço da marginalidade, e o seqüestro do século XIX que tem por finalidade a inclusão e a normalização. (FOUCAULT, 1999, p. 114).

Nesse aspecto, existe uma relação bastante forte apontada por Foucault, nessas instituições disciplinadoras, entre o tempo ou a manipulação do tempo e o controle sobre os corpos: enquanto todo o tempo dos indivíduos deve ser oferecido ao aparelho de produção, colocado no mercado para ser vendido por um salário, ou seja, devendo haver a transformação do seu tempo em tempo de trabalho; deve haver também a formação, a correção do corpo para o trabalho.

A função de transformação do corpo em força de trabalho responde à função de transformação do tempo em tempo de trabalho. (FOUCAULT, 1999, p. 119).

Que o tempo de vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, globalmente, as define como instituições de seqüestro. (FOUCAULT, 1999, p. 122).

O que eu gostaria de mostrar é que de fato o trabalho não é absolutamente a essência concreta do homem, ou a existência do homem em sua forma concreta. Para que os homens sejam efetivamente colocados no trabalho, ligados ao trabalho, é preciso uma operação, ou uma série de operações complexas pelas quais os homens se encontram efetivamente, não de uma maneira analítica mas sintética, ligados ao aparelho de produção para o qual trabalham. É preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho. (FOUCAULT, 1999, p. 124).

Motta (2003), que selecionou e apresentou a compilação de textos de Foucault (2003) sobre a crise do sistema penitenciário, traz algumas contribuições acerca da obra deste autor.

Fazendo uma análise das influências sofridas por Foucault, ou das teorias absorvidas para a construção de sua obra sobre a prisão, Motta afirma que aquele absorveu o conceito de “economia política da punição”, de Rusche e Kirschheimer, transformando-o em uma “economia política do corpo”, assim, Foucault entende, segundo esse autor, que a prisão, desde a sua origem, está ligada a um projeto de transformação dos indivíduos.

Desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola ou a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. Para que o homem transformasse seu corpo, sua existência e seu tempo em força de trabalho foi preciso todo um aparelho de coações que atingem desde a creche e a escola e o conduzem ao asilo de velhos, passando pela caserna, sempre a ameaçá-lo: ou bem você vai para a usina ou bem você encalha na prisão ou no asilo de alienados! Foucault analisa o conjunto de procedimentos racionais e de técnicas operatórias produtoras da disciplina pelas quais se pretendeu durante esse período agir sobre os indivíduos, transforma-los, torna-los dóceis e úteis. (MOTTA, 2003, p. XXIII).

Contudo, esse autor esclarece que Foucault via em suas pesquisas que o fracasso da prisão fora imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o seu próprio projeto.

Desde 1820, constata-se que a prisão, longe de transformar os criminosos em pessoas honestas, só serve para fabricar novos criminosos, ou para enterrar ainda mais os criminosos na criminalidade. (MOTTA, 2003, p. XXIII).

Foucault considera que a 'prisão foi o grande instrumento para se recrutar', na verdade para fabricar, produzir delinqüentes. 'A partir do momento em que alguém entrava na prisão, ajustava-se um mecanismo que o tornava infame; e quando ele saía, não podia fazer nada diferente do que voltar a ser delinqüente. Ele necessariamente caía no sistema que fazia dele um alcagüete, ou um policial ou um denunciante'. (MOTTA, 2003, p. XXXI).

A análise dos delinqüentes feita por Foucault, segundo Motta, é no sentido de que a classe trabalhadora os tenha como exemplo, de que se não for para a fábrica, irá para a prisão; ao mesmo tempo em que os delinqüentes se transformam em força de pressão contra o proletariado.

Por fim, o autor faz uma análise mais ampla da obra de Foucault, demonstrando como o sistema penitenciário faz parte de todo um sistema mais vasto e complexo, que é o sistema punitivo, o qual se exerce sobre todas as pessoas, durante toda a vida.

Vive-se dentro de um sistema punitivo. É isso o que se deve pôr em questão. A prisão, em si mesma, não é senão uma parte do sistema penal, o sistema penal não é senão uma parte do sistema punitivo". Foucault afirma que a estabilidade da sociedade capitalista repousa sobre toda essa rede de pressão punitiva que se exerce sobre os indivíduos. (MOTTA, 2003, p. XXXV).

O sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior. (MOTTA, 1999, p. 120).

Assim, para que os indivíduos sejam uma força de trabalho disponível para o aparelho de produção, é preciso um sistema de coações, de coerção e de punição, um sistema penal e um sistema penitenciário. (MOTTA, 2003, p. XXXVI).

Contudo, como o conceito de ressocialização, mais do que um conceito sociológico, é parte do discurso jurídico de justificação da pena privativa de liberdade, sendo portanto um discurso datado, contextualizado, surgido com o intuito de treinar os corpos dos criminosos para a fábrica, sendo, portanto, concomitante à emergência do sistema de produção capitalista, para trabalhar com a noção de ressocialização, sob a ótica da criminologia, valeremo-nos, principalmente, de Baratta e Young.

Baratta (1999) trabalha com a temática do sistema prisional e a crítica ao conceito de ressocialização, na esteira de estudos desenvolvidos por Foucault. Partindo da idéia da criação do desvio como construção social, o autor (1999, p. 161) trabalha com o conceito de processos de criminalização. A sua teoria, e de toda a criminologia crítica, parte da idéia de que a criminalidade é um status atribuído a determinados indivíduos mediante uma dupla seleção:

[...] em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. (BARATTA, 1999, p. 161).

A criminalidade é um 'bem negativo', distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos. (BARATTA, 1999, p. 161).

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da 'população criminosa' aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o status de criminoso é atribuído. (BARATTA, 1999, p. 165).

O controle social exercido pela pena, geralmente a de prisão, serve, segundo Baratta, em termos estruturais, para impedir a ascensão social daqueles indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais baixos e, a partir de uma função simbólica, para cobrir, ou encobrir, um número amplo de comportamentos ilegais, que permanecem imunes ao processo de criminalização.

Assim, “o cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminosa”. (BARATTA, 1999, p. 167).

Na obra de Baratta, o cárcere aparece como o instrumento essencial para a criação de uma população criminosa, uma vez que não cumpre a função de reeducação social que a ideologia penal lhe impõe.

Baratta faz uma reflexão acerca da impossibilidade de os efeitos do cárcere desaparecerem à vida futura do condenado, efeitos que são opostos à sua reinserção. Assim, o autor faz uma crítica a um possível processo de ressocialização ou reeducação que deveria ser realizado nas prisões, uma vez que a população carcerária, vinda de zonas marginalizadas, teria defeitos em sua socialização primária.

O elemento realista é dado pela consciência de que, na maior parte dos casos, o problema que se coloca em relação ao detido não é, propriamente, o de uma ressocialização ou de uma reeducação. Na base do atual movimento de reforma penitenciária se encontra, antes, a representação realista de que a população carcerária provém, na maior parte, de zonas de marginalização social, caracterizadas por defeitos que incidem já sobre a socialização primária na idade pré-escolar. Observando-se bem, o que parecia um simples matiz filológico na definição do fim do tratamento ('socialização' ou 'ressocialização') revela ser uma mudança decisiva do seu conceito. Isso muda a relação entre a instituição carcerária e o complexo de instituições, privadas e públicas, pressupostas para realizar a socialização e a instrução. O cárcere vem a fazer parte de um continuum que compreende família, escola, assistência social, organização cultural do tempo livre, preparação profissional, universidade e instrução dos adultos. O tratamento penitenciário e a assistência pós-penitenciária prevista pelas novas legislações são

um setor altamente especializados deste continuum, dirigido a recuperar atrasos de socialização que prejudicam indivíduos marginalizados, assim como as escolas especiais tendem a recuperar os menores que se revelaram inadaptados à escola normal. Ambas são instituições especializadas para a integração de uma minoria de sujeitos desviantes. (BARATTA, 1999, p. 169).

Assim, Baratta afirma que todas as instituições acabam por ter a função de controle social dos indivíduos e o cárcere e a escola seriam os mais aptos a reproduzir a realidade social.

A complementaridade das funções exercidas pelo sistema escolar e pelo penal responde à exigência de reproduzir e de assegurar as relações sociais existentes, isto é, de conservar a realidade social. (BARATTA, 1999, p. 171).

Tem-se observado que a escola é um tal instrumento de socialização da cultura dominante das camadas médias, que ela os pune como expressão do sistema de comportamento desviante. (BARATTA, 1999, p. 173).

A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal corresponde ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contra-estímulos à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores. Encontramos no sistema penal, em face dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais fracos, os mesmos mecanismos de discriminação presentes no sistema escolar. (BARATTA, 1999, p. 175).

Baratta (1999, p. 183 - 184) esclarece como se constituem as carreiras criminais, a partir da *assunção de papéis criminosos*, por uma minoria marginalizada. Diante disso, demonstra o fracasso das instituições como a prisão de realizar tarefas de socialização e reinserção dos indivíduos, pois estas têm características e efeitos contrários a essas tarefas, e, pelo contrário, favoráveis à sua instável inserção na população criminosa.

O autor, analisando o processo de socialização a que é submetido o preso, esclarece que este sofre toda uma “desculturação”, responsável pela sua

desadaptação às condições de vida em liberdade, pela absorção de uma subcultura carcerária.

Baratta afirma que, a partir da “prisionização”, o preso será conduzido a dois processos característicos, que nada têm a ver com qualquer tipo de reinserção social: a educação para ser criminoso e a educação para ser bom preso.

A educação para ser bom preso ocorre, em parte, também no âmbito da comunidade dos detidos, dado que a assunção de um certo grau de ordem, da qual os chefes dos detidos se fazem garantes frente ao staff (em troca de privilégios), faz parte dos fins reconhecidos nesta comunidade. Esta educação ocorre, ademais, através da aceitação das normas formais da instituição, e das informais postas em ação pelo staff. Em geral, pode-se dizer que a adaptação a estas normas tende a interiorizar modelos exteriores de comportamento, que servem ao ordenado desenvolvimento da vida da instituição. Esta se torna o verdadeiro objetivo da instituição, enquanto função propriamente educativa é amplamente excluída do processo de interiorização das normas, também no sentido de que a participação em atividades compreendidas diretamente nesta função ocorre com motivação estranha a ela, e de que é favorecida a formação de atitudes de passivo conformismo e de oportunismo. A relação com os representantes dos órgãos institucionais, que, desse modo, se torna característica da atitude do preso, é marcada, ao mesmo tempo, pela hostilidade, pela desconfiança e por uma submissão sem consentimento. (BARATTA, 1999, p. 186).

Analisando a ressocialização via trabalho, Baratta faz a crítica ao problema do pleno emprego na sociedade capitalista, afirmando que

[...] a esperança de socializar, através do trabalho, setores de marginalização criminal, se choca com a lógica da acumulação capitalista, que tem necessidade de manter em pé setores marginais do sistema e mecanismos de renda e parasitismo. Em suma, é impossível enfrentar o problema da marginalização criminal sem incidir na estrutura da sociedade capitalista, que tem necessidade de desempregados, que tem necessidade, por motivos ideológicos e econômicos, de uma marginalização criminal. (BARATTA, 1999, p. 190).

Na mesma seara de estudos de Baratta sobre criminalização e cárcere, estão os de Teresa Miralles (1983) e Wanda Capeller (1985), voltados a analisar o conceito de ressocialização.

Miralles desvela a função da prisão, afirmando que, como última instância dos órgãos de controle administrativo de justiça, por mais que tenha um objetivo de castigo ou de ressocialização esta sempre comportará um caráter político.

Tendo em vista o fazer respeitar as leis penais, a disciplina é, segundo Miralles, a base principal da condição de ressocializado.

El individuo sometido a la instancia carcelaria es considerado desde un inicio como un sujeto rebelde, indisciplinado y por ende peligroso par el orden social mantenido por una sociedad disciplinada. De ahí que el objetivo primero de la cárcel sea el disciplinarlo. Orden, educación laboral, aceptación del trabajo, formación religiosa por la contención sexual y del cuerpo, se encuentren en los orígenes de la pena privativa de libertad. (MIRALLES, 1983, p. 96).

Reportando-se a Pavarini⁸, Miralles dirá que “[...] la carcel pasa a ser un aparato de transformación del individuo, un laboratorio va que mediante el tratamiento individualizado se crían los mecanismos para ‘ayudar’ al individuo a que quiera ‘volver a ser libre’, a través de la creación de nuevas normas de conducta”. (MIRALLES, 1983, p. 104).

Assim, a análise que faz do conceito de ressocialização é crítica, demonstrando como o indivíduo ressocializado deve adaptar-se às normas capitalistas.

El tipo de conducta que la resocialización ha de crear en el individuo (como hemos visto en el primer apartado de este capítulo) es aquella que se lleve a adaptarse a las normas consensuales capitalistas. Destacándose en él aspecto de la reintegración del individuo a la sociedad para que sea útil a la misma por la adquisición de capacidades técnico-laborales-disciplinarias para su integración en el

⁸ MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Carcere e fabbrica*. Bolonia: Mulino, 1977. P. 205. Apud MIRALES, 1983, p. 104.

proceso de producción y de consumo. Aspecto, pues, de tipo funcional. (MIRALLES, 1983, p. 104).

Como ambos aspectos resocializadores estarán por entero subordinados al régimen disciplinario de la cárcel, en último término el recluso se hallará constantemente sometido a una relación omnipresente con la autoridad de custodia. (MIRALLES, 1983, p. 104).

Analisando historicamente o conceito, Miralles afirma que por volta de 1950, com a implementação da terapia de tipo psiquiátrico e psicanalítico, a ressocialização se tornou uma panacéia, tendo feito até os próprios presos acreditarem em seu discurso. Contudo, como tal discurso estava atrelado à idéia de trabalho prisional, e hoje sabe-se que a situação vivenciada nas prisões no tocante a trabalho é das mais precárias, com este significando uma construção de relação de poder, um esquema de submissão individual e de ajuste a um aparato de produção, bem nos moldes da teoria foucaultiana, o discurso da ressocialização revela-se vazio, apesar de as legislações continuarem insistindo na importância da realidade laboral penitenciária como fórmula ressocializadora.

Capeller (1985), no intuito de analisar o conceito de ressocialização a partir da realidade social brasileira, desmascara o total desajuste existente entre o espaço discursivo e sua aplicação na instituição carcerária.

A autora (1985, p. 132) demonstra que está “[...] o conceito de ressocialização em desajuste na sociedade brasileira, porque as premissas fundamentais que construíram e formaram o conceito e o discurso sobre a ressocialização não são mais passíveis de aplicabilidade em nossa formação social”.

Assim, ela demonstra como, apesar de, na prática, não haver qualquer tipo de aplicabilidade do conceito ou do paradigma ressocializador, como artimanha política

ele é seguidamente invocado, para obscurecer a verdadeira face do sistema penitenciário brasileiro.

Na sociedade brasileira, hoje, o conceito de ressocialização estaria falido? Aparentemente, em uma resposta ingênua, diríamos que sim. Mas, na verdade, ele é sempre requisitado de modo novo, transformado e transposto para uma nova utilidade. Quando o sistema penitenciário mostra, pelo exercício real da violência, sua verdadeira face, apressam-se os políticos e administradores do sistema em resgatar o conceito de ressocialização, prometem verbas federais para a construção de novos complexos penitenciários, desviam e deslocam o conflito para a esfera mito-lógica, apresentam o mito da ressocialização como a única possibilidade dos indivíduos aliados serem felizes novamente e retornarem ao convívio social. (CAPELLER, 1985, p. 132).

Outro teórico da criminologia a trabalhar com a noção de desvio e tangenciar, de certa forma, o conceito de ressocialização, é Jock Young (2002). Este autor, analisa o fenômeno criminal e seus mecanismos de controle social e a relação destes com as mudanças sofridas na esfera da produção, na época atual, que ele chama de modernidade tardia.

Incorporar o pensamento de Young em nosso quadro teórico é importante pelo fato de que, se até então, todos os autores trabalharam com o conceito de ressocialização, criticamente ou não, verificar como ele é pensado hoje, em meio a um mundo de trabalho totalmente excludente, faz-se necessário.

O autor (2002, p. 15 - 16) trabalha a partir de linhas de causalidade entre mudanças no trabalho e no lazer, os níveis e a natureza da criminalidade e o impacto sobre o aparato de controle desta, sustentando que, apesar de muitas críticas sofridas por ele a partir dos criminólogos, tais variáveis têm relação.

Young faz uma análise do discurso político envolto à criminologia, afirmando que, enquanto a direita sustenta não haver qualquer relação entre as mudanças no trabalho e no lazer e os níveis de criminalidade, tendendo a relacioná-los a

problemas na educação infantil, ao uso de drogas e a valores morais flutuantes; a esquerda tende a achar que as mudanças no encarceramento, nos modelos de controle social são decisões político-administrativas que não se relacionam com o fenômeno da criminalidade.

Young faz uma comparação entre as concepções modernistas de explicação da criminalidade e as novas concepções na modernidade tardia, demonstrando como, de uma sociedade inclusiva, caminhou-se para uma sociedade excludente.

O autor (2002, p. 20 - 21) refere-se a três concepções principais de explicação da criminalidade na era moderna:

- O cidadão racional conforme e o desviante determinado: a grande maioria das pessoas é racional e adota livremente o consenso de valores. As exceções são uma minoria minúscula de criminosos profissionais e um número maior, embora ainda pequeno, de criminosos e desviantes determinados por circunstâncias psicológicas e sociais. A criminalidade e a dissidência racionais de grande escala, possíveis antes dos avanços modernos da cidadania, cessam de existir. Não existe mais o criminoso racional, o espectro que assombra o trabalho de Beccaria, uma possibilidade ou ameaça maior. Em geral, as pessoas não escolhem desviar – são levadas a isso.
- A conexão de causalidade estreita: o desvio ocorre em função de problemas menos situados no presente do que no passado: a conexão de causalidade é individualizada e seu sítio é freqüentemente a família. A noção de grupos relevantes, socialmente distinguíveis e ocupando espaços identificáveis é substituída pelo indivíduo atomístico, produto aleatório de alguma experiência inusual. As classes perigosas da pré-modernidade se tornam o indivíduo desviante da modernidade; é somente na modernidade tardia que o pária espacial e social aparece novamente com força, no conceito de subclasse.
- O Estado assimilativo: o papel do Estado de bem-estar social é assimilar os desviantes, integrando-os no corpo da sociedade. Para este fim, expande-se um corpus de especialistas, qualificado no uso da linguagem terapêutica do trabalho social, do aconselhamento, da psicologia clínica e disciplinas positivistas correlatas.

Ele demonstra como era o tratamento dado ao “outro desviante”, tendente a incluí-lo. Percebe-se aí a tamanha importância de conceitos como o de socialização,

readaptação, pois o desviante não era visto como inimigo externo, mas como alguém a quem falta “[...] civilização, ou socialização, ou sensibilidades [...]” (YOUNG, 2002, p. 21).

O ‘outro’ desviante é, portanto: minoria, distinto e objetivo, constituído como uma falta em termos de valores que são absolutos e incontestados. (YOUNG, 2002, p. 21).

Nesse aspecto, Young demonstra que os discursos penal e terapêutico são, portanto, de integração, de assimilação de valores, e de inclusão.

Criminosos ‘pagam sua dívida com a sociedade’ e depois se reintegram; o viciado em drogas é curado de sua doença; o adolescente anormal é instruído no sentido de se ajustar a uma sociedade que lhe dá boas vindas, e enfrenta barreiras permeáveis contra estranhos ou intrusos: elas estimulam a osmose cultural dos menos socializados rumo aos bem socializados. (YOUNG, 2002, p. 22).

No entanto, Young vai demonstrar que o movimento iniciado a partir da década de 1960, de emergência e ascensão do individualismo, culminou com um processo social de exclusão, vivenciado mundialmente por volta dos anos 1980 e 1990.

Assim, “a transição da modernidade à modernidade tardia pode ser vista como um movimento que se dá de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente”. (YOUNG, 2002, p. 23).

Diante dessas mudanças, de um mundo supostamente consensual, em que os valores baseados no trabalho e na família eram tidos como absolutos, passou-se a um mundo em que tais instituições não mais prevêm trajetórias integradas, o que, por fim, com a crise do trabalho, culmina com uma necessidade de policiamento pesado.

Para o autor, a visão que se tem da sociedade atual é a seguinte:

Um tal gradiente de inclusão e exclusão engendra, segundo Edward Luttwak (1995), tanto uma privação relativa entre os pobres, que dá lugar ao aumento da criminalidade, como uma ansiedade precária entre aqueles em melhor situação, a qual é caldo de cultura de intolerância e de imputabilidade dos que descumprem a lei. Como tenazes sobre nossa sociedade, crime e castigo derivam da mesma fonte. O que estou sugerindo é que tanto as causas da violência criminosa quanto a resposta punitiva a ela dirigida procedem da mesma fonte. A violência obsessiva das gangues de rua e a obsessão punitiva dos cidadãos respeitáveis são semelhantes não só em sua natureza, mas em sua origem. Ambas derivam de deslocamentos no mercado de trabalho: uma de um mercado que exclui a participação como trabalhador mas estimula a voracidade como consumidor; a outra, de um mercado que inclui, mas só de maneira precária. Vale dizer, ambas derivam do tormento da exclusão e da inclusão precária. (YOUNG, 2002, p. 25).

Nessa emergência de exclusão que se encontram as novas explicações para o fenômeno da criminalidade, em que

Homens jovens que enfrentam uma tal negação de reconhecimento, se voltam, em todo o mundo, no que deve ser quase uma lei criminológica universal, para a criação de culturas de machismo, para a mobilização de um dos seus únicos recursos, a força física, para a formação de gangues e a defesa do seu próprio 'quintal'. Tendo-lhes sido negado o respeito de outros, eles criam uma subcultura que gira em torno de poderes masculinos de 'respeito'. (YOUNG, 2002, p. 31).

Os 'rapazes', percebendo a irrelevância de sua escolaridade para os trabalhos manuais aos quais estão sendo encaminhados, criam uma subcultura de resistência contra a escola e o mundo mais amplo da classe média. Mas sua reação face à exclusão do mercado de trabalho primário, da carreira, de boas perspectivas e um futuro promissor é de endossar sua própria exclusão como se rotina fosse, corroborando a exclusão de outros igualmente vulneráveis. Assim, sua subcultura ou resistência eleva a obstinação e a forma física à categoria de virtude primeira: é sexista, freqüentemente racista e explicitamente anti-intelectual. (YOUNG, 2002, p. 31).

A saída para esses jovens vê-se bastante difícil: ou sujeitam-se à armadilha de empregos sem nenhuma perspectivas, ou criam uma subclasse de ociosidade e desespero.

Assim, enquanto na modernidade os desviantes eram tidos como minoria a ser ressocializada; na modernidade tardia eles estão em toda a parte; e, sendo assim, engendram atitudes no sentido do desenvolvimento de aparelhos de controle do crime e da criminalidade (YOUNG, 2002, p. 34).

A noção de exclusão social, cunhada a partir do diagnóstico desse processo, nasce, segundo o autor (2002, p. 40), com o declínio na motivação de integrar os pobres na sociedade, estando essa unicamente a cargo do mercado, uma vez que o Estado e a sociedade civil retrocederam.

A dinâmica fundamental da exclusão resulta de forças de mercado que excluem segmentos amplos da população do mercado primário de trabalho e dos valores de mercado, o que contribui para gerar um clima de individualismo. (YOUNG, 2002, p. 49).

Relacionada à exclusão, a criminalidade não deixa de ser reflexo deste fenômeno, bem como as tentativas de controlá-la, a partir de, principalmente, encarceramento e estigmatização. “A combinação de anomia aumentada e precariedade econômica é fórmula que pode levar a um ímpeto crescente de punir e de criar bodes expiatórios, provavelmente com fortes conotações racistas”. (YOUNG, 2002, p. 50).

Young (2002, p. 122) afirma haver dois tipos convencionais de explicação das causas da criminalidade: um cultural e um estrutural. O primeiro defende a tese de que o crime ocorre devido a uma “falha de cultura, de socialização, de ancoragem simbólica na sociedade, na comunidade e na família”. Assim,

- o indivíduo é geneticamente menos capaz de ser socializado;
- sua família é inadequada para a tarefa da educação social;
- os valores socializados são incoerentes, inconsistentes e contraditórios

Esses três níveis interativos de inadequação se articulam para produzir a falta de incorporação cultural do indivíduo. Esta abordagem sugere que o crime ocorre por causa de uma falta de inclusão na cultura de uma determinada sociedade. O crime ocorre por causa de um déficit de cultura. Este modelo foi associado ao positivismo individual e suas atrações ideológicas são claras: o desvio não ocorre por causa de desigualdades ou diferenças materiais na cultura, mas pela falta de uma cultura absolutista inquestionada e moralista.

E nisto parece haver uma grande influência de Émile Durkheim.

A segunda verifica que os déficits estão relacionados a bens materiais. Assim, a explicação do crime passa por fenômenos como desigualdade, pobreza, desemprego, ou seja, pessoas cometem crimes porque não estão incluídas na economia; e as formas de inibi-los são o fornecimento de emprego e renda.

Entretanto, o autor (2002, p. 123 - 125) critica ambos por não incorporarem a subjetividade do cidadão - e, nesse aspecto, Young demonstra estar bastante ligado à teoria de Anthony Giddens -, a capacidade dos atores de “[...] apoiar e estimar o valor da justiça, e sua capacidade de criar diferença cultural em vez de apenas produzir uma cultura dada, monolítica”.

Nesse momento, Young retoma o conceito de gueto, cunhado pela Primeira Escola de Chicago (FREITAS, 2002; MADEIRA, 2003), utilizando-o para a explicação da criminalidade atual.

A cultura do gueto está intimamente ligada à do mundo exterior, é dinâmica, impulsionada pelas contradições de oportunidades e ideais, de cidadania econômica negada e aceitação social bloqueada. Não é nem uma falta de cultura nem uma cultura essencialmente diferente. Mas a cultura do gueto é diferente: uma

subcultura construída por bricolagem a partir de uma cultura mais ampla que salienta certos valores e transforma outros. (YOUNG, 2002, p. 142).

A subcultura do gueto está irrecuperavelmente ligada à cultura mais ampla, mas é diferente: este é, na verdade, o significado da diversidade nas sociedades modernas recentes. A criminalidade deles é modelada por este individualismo, na medida em que é informada pela noção de violência justificada. (YOUNG, 2002, p. 142).

Tendo seu acesso negado ao status pleno de cidadania – um sentido de indignidade imposto diariamente pelo tratamento que recebem da polícia nas ruas, ou porque são incapazes de assumir o papel de marido ou chefe de família diariamente retratado sobre o fundo de lares confortáveis dos cenários de tantas séries televisivas, ou porque são temidos por estereótipo e preconceito – os jovens das classes mais baixas sofrem a mais extraordinária crise de identidade e auto-estima. Não é apenas com a privação relativa que eles se confrontam, mas com uma crise ontológica. (YOUNG, 2002, p. 143).

Os rapazes criam uma identidade de macho, antimulher, racista e antiintelectual para sobreviverem. De maneira semelhante, este endurecimento da identidade, o processo de essencialização, ocorre no mundo inteiro, onde quer que adolescentes do sexo masculino de classe baixa sejam marginalizados. Trata-se de uma espécie de lei geral das camadas mais baixas da sociedade, em que a divisão entre os sexos e a hostilidade contra a classe média é um traço comum. (YOUNG, 2002, p. 144).

Na modernidade tardia, os desviantes escolhem voluntariamente os seus desvios, e não são impelidos por circunstâncias, são vistos como problema, e não como a causa de um problema. Busca-se explicar o crime sem qualquer relação entre ele e os valores estruturais da sociedade. Assim, os desviantes são:

- vistos como monstros, criaturas que são essencialmente diferentes de nós. Seus atos são inacreditáveis, é impossível imaginar-se fazendo aquilo: estão no limite da compreensão e da simpatia humana;
- a perversão é vista como produto de um passado familiar monstruoso (mãe prostituta sadomasoquista que conspirava para abusar sexualmente dela). Sua experiência é essencialmente diferente da 'nossa';
- eles estão além da redenção. Tendo sido forjados como monstros, não podem mudar. Nenhum tempo de condenação pode redimir sua depravação. O melhor seria permanecerem na prisão, ou em outra instituição, para sempre. (YOUNG, 2002, p. 170).

Young (2002, p. 174) chama a esse tipo de explicação de essencialista e demonstra como a exclusão social, por bloquear oportunidades, acaba por ser realizadora das aspirações dos indivíduos:

Por exemplo, um homem forçado a uma situação em que tem poucos meios além do roubo para ganhar a vida pode passar a acreditar que é verdadeiramente ladrão, e ao mesmo tempo o espectador pode ter seu prognóstico confirmado – vejam, o homem que chamamos de “ladrão” continua a roubar.

O autor (2002) afirma que a redução da criminalidade deveria incluir a ação de uma série de instituições: a polícia, a família, a economia e o sistema educacional. No entanto, demonstra ele que todas essas variáveis foram enfraquecidas na modernidade tardia, assim, esta se caracteriza por um fosso entre os que estão no mercado de trabalho primário e os que estão no segundo ou fora dele.

Por fim, Young (2002, p. 224 - 231) critica as explicações criminológicas baseadas na família, argumentando que

[...] não só o tipo de família é irrelevante para a etiologia do crime e da delinqüência, mas que sugerir que tipos alternativos de relação parental fora dos padrões da família nuclear sejam inadequados equivale a etnocentrismo. A família não é o locus das causas da delinqüência, mas as forças sociais mais amplas de privação econômica, racismo e outras formas de injustiça social que estão na sua origem. Se quisermos reduzir a criminalidade, precisamos enfrentar a injustiça – tudo o mais são bodes expiatórios, são um erro de alvo.

Não há obviamente qualquer relação unívoca entre estabilidade familiar e criminalidade, nem, nesse aspecto, entre a vitalidade da família e a força da comunidade. A família pode ensinar a adesão aos valores da comunidade mais ampla, mas a presença da família forte não implica magicamente comunidade. Não se deve presumir que a família forte implique harmonia dentro de casa.

Dentro dessa crítica, Young (2002, p. 227) desmistifica a questão da falta paterna como explicativa da destruição moral das crianças - que até hoje ainda é muito invocada como modelo explicativo -, afirmando que

O problema é exatamente o oposto: há pais abusivos demais dentro das famílias nucleares, aterrorizando crianças e mães. Na verdade, uma vez que tenham filhos, as mulheres demoram muito para se tornarem mães solteiras. Frequentemente, elas toleram abusos em grande quantidade.

Young defende, numa tendência giddensiana de defesa da teoria da estruturação, que a criminalidade não é só questão de controle, mas também de motivação. Assim, explicita que

O grande erro em relação a instituições como a família é descrevê-la como um recipiente que mantém seus membros unidos e que, por várias razões, começou a vazar. Esta metáfora mecânica é falha porque enxerga os indivíduos como se fossem separados do recipiente, quando, na verdade, os membros individuais são o recipiente da família. Não foi a família que perdeu coerência e solidez em tal condição de continente dos homens, mulheres, adolescentes e crianças em seu seio. São os membros da família que, por várias razões, descontinuaram a família. Eles têm menos vontade de se submeter, de obedecer... há dimensões progressivas e regressivas: as estruturas patriarcais se dissolvem quando as pessoas começam a considerar-se e tratar-se cada vez mais como mercadoria. (YOUNG, 2002, p. 230).

Diante da teoria trazida, constatamos o problema de tentar-se trabalhar com o conceito de ressocialização, tendo em vista que, dentro do sistema penitenciário, (a) ele é visto, sob a ótica da criminologia e de Foucault como um discurso, só servindo a tentativas legitimadoras de processos de dominação; e (b) porque, segundo Young, pesquisas voltadas a esse objeto não fariam mais sentido, em meio a um

mundo excludente que não mais se preocupa em integrar, mas sim encarcerar para sempre.

Na explicação teórica da trajetória criminal, e na análise da ressocialização, utilizaremos os conceitos de construção de trajetórias criminais de Alessandro Baratta e de prisionização, de García-Borés Espí (2003); e dos conceitos de disciplinamento dos corpos, de Foucault, no sentido de demonstrar como a busca por uma ressocialização foi incutida nos egressos, a partir de sua passagem pela prisão, apesar deles percebem essa busca como uma ação reflexiva, voltada a autonomamente, fazer-lhes voltar a se reinserir socialmente.

4 A FUNDAÇÃO DE APOIO AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO/ FAESP

Passaremos agora à análise empírica de nosso objeto de pesquisa: a FAESP e os egressos do sistema penitenciário apoiados por ela.

Neste capítulo analisaremos o contexto de surgimento da FAESP, seus objetivos, sua estrutura e seu modo de funcionamento; a visão da Fundação pela sua diretoria, voluntariado, trabalhadores remunerados, e parceiros; e demonstraremos o perfil do egresso do sistema penitenciário apoiado por ela.

A preocupação com o egresso do sistema carcerário no Rio Grande do Sul surge, em 1997, inserida na Campanha da Fraternidade, que naquele ano teve como tema *A Fraternidade e os Encarcerados*, e como lema “Cristo liberta de todas as prisões”, levantando a questão do abandono do preso e o estigma do ex-presidiário e de sua família. Nesse contexto foi criada a Fundação de Apoio ao

Egresso do Sistema Penitenciário/ FAESP, sendo a única Instituição do terceiro setor voltada a essa temática.

A Fundação surgiu por iniciativa da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Porto Alegre, que, por meio de seu coordenador, levou ao Tribunal de Justiça o problema do egresso prisional e de seu abandono. Seu coordenador, hoje Vice-Diretor da FAESP salienta que:

A própria FAESP saiu da Pastoral, foi uma pence da pastoral carcerária, só que como a Pastoral Carcerária é dependente da Cúria Metropolitana, não pode figurar dentro da FAESP, não figura como fundadora, mas pra fazer o capital da fundação a maior parte foi dada pela Pastoral Carcerária. Nós cedemos as nossas minguadas finanças da Pastoral Carcerária e cedemos aquela vez R\$ 4000,00 pra a fundação da FAESP, pra ela fazer um capital de R\$ 5000,00. Essa foi a ligação com a pastoral. E eu como sou coordenador da Pastoral Carcerária botei a pedra fundamental da FAESP. (Giuseppe).

Assim, a partir de esforços de onze⁹ entidades, dez delas católicas, através de uma série de reuniões na sede do Tribunal de Justiça do RS, visando a abranger o problema do apenado, culminou-se com a criação da FAESP, em 23 de junho de 1997. Na época, a maioria de seus integrantes era formada por mulheres de juizes, desembargadores e promotores. Assim, cabe salientar parte do depoimento dado pela Presidente da Fundação, quanto à sua criação:

Chegamos a uma conclusão, depois com uma série de entidades que se incorporaram ou somaram conosco, que foram a Afructo, a Legião de Maria, a Sociedade Bom Pastor, a SBIPC, mais as voluntárias da Igreja São Sebastião, além da Pastoral Carcerária a Caritas Diocesana, enfim, todas essas entidades chegaram a um denominador comum, depois de vários debates, de várias reuniões lá

⁹ Serviço Interconfessional do Aconselhamento/ SICA, Conselho Municipal de Entorpecente/ COMEN, Renovação Cristã do Brasil/ RCB, Comissão de Justiça e Paz - Regional Sul 03/ CSP – CNBB, Sociedade Beneficente Bom Pastor/ SBBP, Movimento Familiar Cristão/ MFC, Associação Fraternal de Recuperação/ AFRUCTO, Universal “Comunidade Terapêutica Oásis”, Legião de Maria/ LM, Pastoral Carcerária/ PCA e Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre.

no TJ, chegamos a uma conclusão que o apenado deveria justamente ter melhor assistência num determinado ponto mais crucial na vida dele, ou seja, a saída da casa prisional, que muitas vezes, com situações difíceis, tanto na parte de educação, de saúde, e empregabilidade, e a parte familiar, a parte mais emocional, e a célula principal, família em apoiar ou não apoiar, nós sentimos a necessidade de criar esse grupo como fundação, apoiando o de liberdade condicional e liberdade total. (Tânia).

Dentre as suas concepções fundantes, cabe citar parte do depoimento de um de seus fundadores:

A divina providência nos encaminha para encontrar as soluções de ter uma casa para acolher o egresso, este irmão que espera ser encaminhado para uma vida digna, depois de ter desperdiçado seus melhores anos, cometendo barbáries ou crimes hediondos, com 18, 20 anos, e ficar fechado por 15, 20 ou até 30 anos, em verdadeiras masmorras surrealistas. Será uma casa para acolhê-lo, ajudá-lo a redescobrir o elo familiar, adaptar-se ao mundo novo, ter onde comer nos primeiros dias, ser recebido e tratado como verdadeiro cristão. Aqueles que condenamos, discriminamos, marginalizamos, poderão ter, enfim, um espaço para tentar se tornar seres humanos dignos (Giuseppe).

O vice diretor da Fundação ressalta que “[...] a idéia da Fundação não era ser paternalista ao acolher o preso e sim reintegrá-lo ao trabalho, para que se sustentasse. Para que pudessem, eles mesmos, dar o sustento à própria Fundação”. (Giuseppe).

Tendo em vista o objetivo de “[...] apoiar o egresso como autor de sua reintegração produtiva com a participação da sociedade [...]”¹⁰, em 25 de outubro de 1999 foi inaugurada a Casa do Egresso, localizada na Av. Bento Gonçalves, 2122, em Porto Alegre, visando ao atendimento de egressos que voluntariamente procuram a FAESP, com o intuito de obter dela algum tipo de apoio, condizente com seus objetivos.

¹⁰ Missão da Fundação, de acordo com sua Diretoria.

Quanto ao desenvolvimento das atividades da Fundação, a Casa do Egresso é um de seus maiores pilares, uma vez que é onde o egresso é recebido, entrevistado e encaminhado para as possíveis vagas de trabalho. O prédio onde está instalada a Casa, foi cedido, em termo de uso, à FAESP, prédio este que pertence ao patrimônio estadual, onde estava instalada uma Caixa Econômica Estadual, antes de sua desativação.

Quanto à estrutura da Fundação, ela é composta por cerca de 60 pessoas que congregam a diretoria e o exercício das atividades de atendimento aos egressos, como o plantão de atendimento, os encaminhamentos, e os acompanhamentos aos grupos. No que se refere à tomada de decisões, a Fundação está dividida nos seguintes órgãos: o conselho Curador, formado de 41 membros, cuja Diretoria, tem um presidente, vice-presidente e secretário; a Diretoria Executiva, que tem uma presidente, dois vice-presidentes, a tesoureira, e uma secretária; e o Conselho Fiscal, com três membros efetivos e três membros suplentes. Quanto às decisões, uma das integrantes da diretoria refere como se dá esse processo e a fiscalização da Entidade:

Então nós fizemos reuniões e tudo aquilo que vamos decidir é passado pela Diretoria Executiva e os grandes projetos e as grandes atividades são passadas para as reuniões ordinárias do Conselho Curador para serem aprovadas, assim como as nossas contas, nosso balancete, nosso relatório de atividades, que nós desenvolvemos durante um ano, porque, após a aprovação de Diretoria Executiva, Conselho Curador, ainda nós temos um órgão fiscalizador, que é o MP, através da Procuradoria das Fundações, então graças a Deus, até então, desde o balanço de 98 até agora, sempre é aprovado pela Procuradoria o balanço e todas as nossas atividades. Então estamos indo, sempre vendo uma forma mais prática, mais leve e mais condizente com as situações de necessidade desses egressos (Tânia).

Entre os objetivos da Fundação estão o apoio ao egresso com relação ao trabalho, educação, saúde e ajuda material. Quanto ao trabalho, há um encaminhamento do egresso para vagas pelo Projeto Vida Nova, através do convênio firmado entre FAESP e Detran, e na Cooperativa Laborsul, criada com a meta de reunir egressos do sistema penitenciário em liberdade condicional e total e servir de ambiente para a intermediação do trabalho. Dentre os outros objetivos estão a possibilidade de exposição e venda de produtos e artesanato feitos pelos egressos no salão da Fundação.

No que se refere à educação, a Fundação oferece cursos profissionalizantes, seja de reciclagem ou de iniciação, assim como cursos de educação formal, como alfabetização ou ensino básico.

Já no que se refere ao apoio à saúde, a FAESP encaminha o egresso à rede pública de saúde, bem como dispõe de um cirurgião-dentista que realiza consultas odontológicas gratuitas em seu consultório.

No tocante à operacionalização das atividades desenvolvidas pela Fundação, esta mantém-se a partir de doações e do trabalho voluntário.

O egresso toma conhecimento da Fundação a partir da indicação da Vara de Execuções Criminais, da Pastoral Carcerária ou através dos meios de comunicação. A Fundação, até o término da pesquisa de campo, havia atendido 302 egressos novos, sendo que, incluindo-se os retornos, a população de egressos atendida subia para cerca de 500 pessoas.

Quanto ao funcionamento da Entidade, há um plantão de atendimento, responsável pela acolhida do egresso, pela realização de entrevistas e cadastramento. Posteriormente, há o encaminhamento do egresso aos setores e locais de confecção de documentos, consultas médicas, ou vagas de trabalho; e por

fim, há o apoio material, que ajuda no custeio de documentos, distribuição de cestas básicas, fornecimento de vales-transporte, roupas e calçados.

As chamadas “plantonistas”, que figuram em número de sete, recebem o egresso em sua chegada à Fundação e encaminham-no para as áreas voltadas a diminuir seu estado de vulnerabilidade social. Além dessas profissionais, há psicólogas e assistentes sociais que atendem os grupos de egressos acompanhados mensalmente. Ao todo, incluindo o pessoal da Diretoria, que também são voluntários, a Fundação conta com cerca de 60 pessoas.

Como um dos principais objetivos da Fundação no apoio aos egressos é com relação à inserção social através do trabalho, criaram-se projetos com o intuito de fazer com que esse egresso tenha essa experiência profissional.

Assim, há duas possibilidades de inserção profissional de egressos através da FAESP: o Projeto Vida Nova, criado através de um convênio com o Detran; e a Cooperativa Laborsul, criada e instaurada na sede da FAESP, com o objetivo de também proporcionar trabalho aos egressos.

O convênio FAESP-DETRAN, intitulado Projeto Vida Nova, visa a dar emprego temporário a egressos, partindo da concepção de que “[...] eles vem buscar o trabalho, porque quando eles saem da casa prisional e eles vão para a família aí é mais um espaço que eles ocupam e mais uma boca para comer, então eles têm que buscar trabalho, eles têm que buscar, onde possam ter recursos. Então o trabalho para nós é um desafio”. (Tânia).

O Projeto Vida Nova foi firmado em 2002, com a abertura de cerca de 20 vagas para ex-presidiários em livramento condicional, sendo que até o momento já passaram por ele cerca de 50 egressos, contabilizando um índice de aproximadamente 17% do total de egressos que procurou a Fundação. A idéia da

abrangência em prover trabalho a egressos em livramento condicional veio da expansão de um PAC já firmado entre a Susepe e o DETRAN, para presos dos regimes semi-aberto e aberto. .

O convênio FAESP-DETRAN – Projeto Vida nova – permite que egressos trabalhem no departamento por seis meses, em diversos setores da Entidade, podendo, dependendo de avaliação, ser expandido por mais seis meses. O Projeto abrange, no máximo, um ano de trabalho e, após esse período, o egresso é totalmente desligado.

Quanto à Laborsul, sua criação deveu-se, segundo seu diretor, ao fato de que a FAESP viu a necessidade de criar vagas de trabalho a egressos, pela dificuldade destes angariarem-nas fora da Instituição:

A FAESP ela foi criada em 1997, aí depois viemos para cá em 99, e a FAESP, no trato com os egressos deu-se conta do óbvio, de que todos queriam trabalho, todo mundo quer trabalho, então, dentro dessa procura de trabalho, e ainda considerando a dificuldade deles, pelo fato de seu estigma, torna-se quase, qualquer emprego, em casa de família, qualquer casa, na minha casa, na tua casa, eu vou lá e digo, olha, eu sou egresso, o estigma é muito forte. Aí então achou-se por bem, a FAESP, que a idéia foi criar uma cooperativa, um sistema de cooperativa (Luiz).

A Laborsul surgiu amparada pela Lei das Cooperativas Sociais (BRASIL, Lei 9867, de 10 de novembro de 1999), que visa a reinserção social de cidadãos em desvantagem no mercado de trabalho, inserindo nesta categoria os ex-presidiários.

Segundo seu diretor, ela trabalha em convênio com uma metalúrgica, que faz as contratações de egressos a partir da exigência da demanda. Quando o convênio foi firmado, trabalhavam na Laborsul cerca de oito egressos, contudo, com a emergência de algumas crises econômicas, o número de egressos diminuiu para cerca de três. Quanto ao atual número baixo de egressos, o presidente justifica que

[...] não nos preocupamos em aumentar essa cooperativa, porque aqui, como nós somos voluntários, como não temos profissionais, e essa equipe precisa, uma cooperativa social de egressos precisa ter elementos profissionais permanentes, e nós todos trabalhamos um pouco amadoristicamente, né, então nós chegamos aqui com 8 associados, e foi uma experiência muito forte, muito difícil, trabalhar com essa clientela é muito difícil, aí então nós ficamos permanecendo com o contrato da Jackwall, com 3 trabalhando, sem, até segunda providência, sem preocupação em crescimento. (Luiz).

Com os objetivos de angariar pequenos lucros e “trazer a comunidade local para dentro da FAESP”, criaram-se duas outras iniciativas: o Brechó e o Bazar. O brechó está voltado à venda de roupas e calçados doados em excesso, que não são absorvidos pelo público egresso, cuja renda, com a venda de peças de R\$ 0,50 a R\$ 5,00, é destinada a custear despesas com cópias, material de escritório, ou seja, despesas rotineiras da Instituição. Já o Bazar, surgido da iniciativa de chamar a vizinhança, que no início apresentava certa restrição à instalação da Entidade naquele local, visa a fazer com que esta venda seus produtos de artesanato na sede da Fundação, fazendo parceria com os produtos de artesanato feitos pelos egressos, vendidos no mesmo local.

Diante da demonstração da estrutura e do funcionamento da Entidade, verificamos que, apesar de seus amplos objetivos, na prática, a Fundação atua com base em três eixos fundamentais: o plantão de atendimento, com o cadastro dos egressos que a buscam; o fornecimento de cestas básicas e distribuição de vales-transporte; e, por fim, encaminhamentos. Esses, à rede pública de saúde; a cursos profissionalizantes - fornecidos em pequena escala; e à vagas de emprego – que abrange ainda pequeno percentual (cerca de 20%) dos egressos que buscam a Fundação, via Laborsul e Projeto Vida Nova.

Quanto a essa avaliação da Entidade, o subcapítulo abaixo volta-se a trazer as visões do corpo de trabalho da FAESP, acerca de sua atuação, seus problemas, suas realizações e resultados.

4.1 A FAESP vista pelos dirigentes, voluntários, funcionários e parceiros

Como forma de avaliação da atuação da FAESP, buscamos saber quais as visões de sua diretoria, de seus voluntários, funcionários e parceiros, quanto à atuação da Entidade. Além disso, buscamos identificar qual a concepção de ressocialização da FAESP, a fim de atingir o seu público-alvo: os ex-presidiários. Esse subcapítulo terá seus resultados contrapostos ao capítulo seis dessa dissertação, que contempla a avaliação da Entidade, feita pelos próprios egressos.

Assim, tendo em vista a investigação acerca da atuação da FAESP, com vista ao apoio dos ex-presidiários, realizamos uma série de entrevistas com informantes-chave da Fundação e de seus parceiros.

O quadro abaixo traz o nome e os cargos ocupados, na Fundação, pelos entrevistados.

Quadro 1. Listagem de diretores e voluntários da FAESP entrevistados

Cláudia – psicóloga, coordenadora do acompanhamento aos grupos do Projeto Vida Nova
Guisepe – 2º Vice-Presidente da FAESP
Heloísa – defensora pública aposentada, plantonista
Jaqueline – jornalista, ex-secretária executiva da Fundação
Lúcia – secretária de desembargador aposentada, plantonista, coordenadora da área da saúde
Luiz – 1º Vice-Presidente da FAESP e Diretor da Laborsul
Rosane – Assistente social da VEPMA
Tânia – Presidente da FAESP
Viviane – Assistente social da VEPMA

Assim, de um universo de cerca de 60 pessoas que compõem a Fundação, entre diretoria, voluntários e funcionários, entrevistamos seis pessoas, sendo três diretores, três voluntários e um dos funcionários remunerados da Instituição, bem como duas assistentes sociais da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre/ VEPMA, parceira da Fundação.

Iniciando a análise, a primeira categoria a ser tratada é a que se refere às concepções da FAESP, denominadas de “missão”, revelando a inspiração católica da entidade.

Nela, ao mesmo tempo em que o egresso é visto como credor da sociedade, que deve pagar pelo que fez a ele, bem demonstrado em dois depoimentos, um de um dos diretores da Fundação, e o outro da coordenadora da área da saúde:

[A missão é] tentar recolocá-los na sociedade porque a sociedade está em dívida com eles, [...] tentamos iniciar o pagamento dessa dívida, mas sem protecionismo ou ato de benemerência. (Lúcia).

Eu me ajoelhei na frente dum preso um dia, pedi perdão pela sociedade ter feito aquilo a ele, eu disse, não tenho vergonha de

dizer, um preso do Paraná, eu me ajoelhei e pedi perdão, só posso te pedir perdão pra ti, porque o que a sociedade fez contigo é a maior injustiça do mundo, pra te tornar um ladrão, depois se torna um assassino, entro no tráfico de droga entrou, se viciou em droga e no fim ele cometeu um latrocínio. O que nós vemos hoje nas vilas, nas favelas é criança que tão completamente nas ruas. O que que vamos espera dessas crianças. (Giuseppe).

Existe, também, a idéia da responsabilização dos egressos, partindo da concepção de que a missão da FAESP “[...] é fazer com que o nosso cliente seja o próprio autor de sua inserção na sociedade, em busca do trabalho e com o auxílio daquela (da sociedade)” (Tânia), tanto na visão da diretoria, quanto de alguns voluntários, neste caso, de uma plantonista de formação jurídica, que acredita que:

Eles têm chance de conseguir uma mudança grande na vida, mas eles têm que querer. Eu sempre digo, tudo está em vocês, mas claro que eles precisam de uma ajuda externa, porque para conseguir trabalho não é fácil, então a gente percebe que eles têm bastante chance, mas eles têm que botar aquilo como objetivo principal, eles têm que lutar, se esforçar para conseguir mudar de vida. Eles sabem que aqui eles encontram um apoio, alguém que acredita na ressocialização deles, e eles têm que colaborar, eles têm que se ajudar. (Heloísa).

Há, assim, visivelmente essa tensão, entre as concepções ordenadoras das ações da entidade: a crença de que o apoio aos egressos é um dever, pelo pagamento de uma dívida que é, segundo alguns, da própria sociedade; e, por outro lado, a concepção de que, em primeiro lugar, o egresso deve querer ressocializar-se, devendo ser responsável por esse processo, no qual poderá contar com a ajuda da Fundação.

Essa última concepção, como verificaremos mais adiante, vai de encontro às expectativas dos egressos que a procuram, o que resulta numa série de conflitos entre a Instituição e seu público-alvo.

Outra categoria bastante invocada pelos entrevistados diz respeito à operacionalização das atividades da Fundação, realizada através do trabalho voluntário.

Assim, este é visto pela diretoria como imprescindível para o andamento da entidade, sendo que, na avaliação de uma de suas integrantes, o grupo de voluntários é consciente e responsável pelo seu trabalho.

Trabalho voluntário sempre terá, sempre nós precisaremos, quanto mais recursos humanos nós tivermos, em termos de voluntariado, melhor, e esse voluntário, nós já fizemos seminários com eles, eles estão inculcados que sejam voluntários implicados com o trabalho que tem aqui, eles têm que ser comprometidos com a FAESP, com o tipo de trabalho. (Tânia).

Contudo, essa não é a opinião geral de todo o grupo da FAESP. Assim, existem, quanto ao voluntariado da Entidade, algumas críticas por parte de outros voluntários acerca de ser um grupo muito diferenciado, cujas diferenças se projetam na FAESP. Assim, também há a crítica a certos setores mais conservadores, que tem por ideologia negar o passado e o delito de egressos. Na opinião da psicóloga, a diversidade do grupo acaba por transparecer nas disputas entre o grupo mais inovador, e o mais “acomodado”:

Aqui têm pessoas que trabalharam no sistema na época da FEBEM, ex-professora do presídio central, pessoas que têm afinidade com este tipo de realidade e acabam se identificando com isso, então, como nós temos grupos muito diferenciados, pessoas entrando, espírito inovador, aquela coisa toda, a gente acaba percebendo que há uma acomodação das partes. E eu acho que isso fica muito claro quando a gente percebe até as pessoas da diretoria, que têm características diferentes, personalidades diferentes, e todos esses vieses acabam se projetando dentro da fundação. (Cláudia).

Outras críticas se dão quanto à lentidão e a falta de estruturação do trabalho baseado no voluntariado, pois o voluntário não tem total disponibilidade de tempo. Assim, para a ex-secretária, o trabalho voluntário além de ser lento, acaba por não trazer grandes resultados:

Um trabalho baseado só no voluntariado é muito lento. Ele é muito lento e pouco estruturado. Ele não te oferece os resultados que, enquanto fundação, tu tens teus objetivos, procedimentos, toda a tua metodologia, mas ele não te traz os resultados esperados. Então eu acho muito difícil tu desenvolver um trabalho baseado no voluntariado. O trabalho baseado no voluntariado é muito lento, é quando a pessoa tiver um horário disponível. As impressões que eu tenho são essas. A percepção de voluntariado é justamente essa, eu tenho aquele horário disponível, eu já trabalhei muito, eu já estudei muito, o que eu posso te oferecer é isso, e nada além disso. (Jaqueline).

Tendo em vista essas críticas, outra questão-chave com relação à Fundação refere-se à tensão entre o trabalho voluntário e a necessidade de profissionalização de certos setores da Entidade. Assim, entre as pessoas da diretoria entrevistadas, percebe-se a necessidade de profissionalização, apesar de haver ainda uma falta de estrutura para tal política.

O que nós precisamos, e que a nossa estrutura ainda não deixou, é a profissionalização dos cargos, isso aí é importante [...] Graças a Deus os nossos voluntários tem sido muito conscientes da sua responsabilidade, só que para funcionar ainda melhor, nós temos que profissionalizar determinados cargos. (Tânia).

Além disso, entre os voluntários também há esta defesa, de se ter, na Entidade, uma equipe fixa, com profissionais específicos. Na visão ex-secretária, era imprescindível que houvesse “uma profissionalização da fundação em setores-chave, um captador de recursos, uma equipe de projetos, uma coisa fixa, eu acho

que isso aqui ia muito, mas assim, vai a passos muito lentos". (Jaqueline). Para ela, a profissionalização desses setores faria com que a Fundação "decolasse":

Só um profissional, uma pessoa remunerada, que goste do que tá fazendo, que precise do seu trabalho, que tenha um estímulo, eu tenho certeza que se a fundação investisse no profissionalismo de setores-chave eu acho que ela ia decolar (Jaqueline).

Essa também é a opinião da psicóloga, para quem tal profissionalização seria importante no sentido da realização de maiores projetos e da continuidade dos que estão em andamento:

Eu acredito que a fundação tenha que ter uma equipe técnica fixa, para que os projetos aconteçam e para que sempre exista continuidade naquilo que está se fazendo, pois não se pode exigir horários e disponibilidade de tempo de voluntários. É um trabalho que eu valorizo, mas eu acho que toda ong tem que ter uma equipe técnica remunerada, e que possa orientar as pessoas de forma adequada, justamente para que se tenha a mesma linguagem, os mesmos propósitos. O ideal é que a FAESP tivesse uma equipe técnica para que desse um tom mais de seriedade e profissionalismo na fundação, para que esses projetos também aconteçam. (Cláudia).

Para inibir um pouco os problemas decorrentes da falta de profissionalização, a Entidade, como não dispõe de muitos recursos financeiros e tendo em vista o fato de não ser geradora de empregos, apenas uma intermediadora, forma parcerias e constitui redes.

Essa formação de redes e parcerias aparece, nos depoimentos tanto da diretoria quanto dos voluntários, bem como na opinião dos parceiros, como imprescindível para a realização de um trabalho voltado ao ex-presidiário.

A FAESP realiza o seu trabalho através de convênios com órgãos públicos, como o Detran, e com o próprio Poder Judiciário, via VEPMA. A idéia da diretoria quanto à formação de parcerias é a de que "[...] sozinhos, as coisas não funcionam"

(Tânia). Assim também pensa o diretor da Laborsul, para quem “são várias as entidades públicas interessadas em dar trabalho e retorno financeiro também”. (Luiz). Contudo, ele alerta para o problema da burocratização na formação dos contratos com essas entidades, uma vez que a sua forma básica de contratação é o concurso público.

Na visão da diretoria da FAESP, a ampliação do trabalho de rede é uma meta, a fim de que o trabalho da Fundação seja levado adiante:

O que nós estamos tentando fazer é ir cada vez ampliando mais esse trabalho de rede, e eu acho que tem que ser replanejado também, para cada vez mais nós termos parceiros, novos voluntários, pra conseguir levar o trabalho adiante. (Tânia).

A presidente avalia a formação de parcerias como imprescindível para a obtenção de trabalho para os egressos, e demonstra como, a partir desses convênios firmados, o egresso muda sua auto-estima, e sua vontade de reinserir-se.

Então essa é a satisfação dessas parcerias, que dá aquela alavancada para o trabalho deles, e é interessante como eles mudam o visual, a auto-estima, eles vêm para cá, e quando são admitidos, tu vai ver eles dois meses depois, nem parece que são as mesmas pessoas, pelo desenvolvimento da auto-estima, aquela vontade de viver. E a VEPMA é nossa parceira, porque nós temos que fazer parcerias e trabalhar em rede, senão as coisas não funcionam. E lá da VEPMA nós temos os prestadores de serviço, é mais uma parceria, nós temos aqui como faxineiros, pintores, qualquer outra necessidade que a gente tenha, a gente lança mão da VEPMA, com os PSC. (Tânia).

Além disso, a parceira VEPMA, através de uma das assistentes sociais do Programa de Acompanhamento Social/ PAS, afirma que todo o apoio a egressos em livramento condicional surgiu através de reuniões entre a VEPMA, FAESP e Susepe.

Outra categoria mencionada pelos entrevistados, diz respeito às dificuldades vivenciadas pela FAESP, muitas delas decorrentes da falta de aporte financeiro e de políticas adequadas à ressocialização dos egressos.

Na opinião da ex-secretária, o projeto da FAESP hoje estrutura-se não como um projeto social, mas como um projeto de prestação de serviços, o que, em sua opinião, reflete os problemas de relacionamento interno do grupo formador da Fundação:

Ele é um projeto que hoje ele tá mais no nível da prestação de serviço, mas se ele tivesse uma política mais puxada, e uma coisa que vem da mentalidade das pessoas que administram, ele podia ser um projeto social, ele tá intitulado como, mas na verdade ele não é (Jaqueline).

Outro problema apontado pela ex-secretária diz respeito ao próprio pessoal voluntário que, por pertencer a alas distintas dentro da Fundação, acabam por retardar as atividades de trabalho.

A integração é frágil. É a formação mesmo, é como ela foi estruturada. As pessoas algumas até tentam se abrir um pouco, mas elas são em sua maioria muito conservadoras, muito reticentes, pouca ousadia e a fundação não tem recursos, mas também porque não busca ampliação. E aí tu fica naquela, ah eu não posso profissionalizar porque eu não tenho recursos, mas os recursos estão lá. (Jaqueline).

A ex-secretária aponta, também, o problema de não se ter um acompanhamento mais sistemático aos demais egressos, que não estão nos projetos da Fundação, bem como uma falta de acompanhamento às famílias desses egressos apoiados. Além disso, vê-se também como problema a pouca disponibilidade de vagas de emprego.

O único egresso que é acompanhado aqui é o que participa do Projeto Vida Nova, que vem aqui uma vez por mês, para ter seu

acompanhamento laboral, o projeto laboral da Cláudia. Mas um acompanhamento sistemático, pesquisa de campo, não tem não. Tu sabe que eles vêm, tu sabe mais ou menos onde eles moram, aqueles que tu estabelece algum vínculo, tu sabe porque eles aparecem, mas tu não tem um acompanhamento. E isso seria muito importante, é isso que amplia o trabalho, isso que aprofunda o conhecimento, tu sabe daquela pessoa, e não há. A única pessoa que faz um tipo de antropologia é o Seu Giuseppe, no trabalho dele da Pastoral Carcerária ele é aquela pessoa que dá os recursos, que mantém aquela família, dá uma certa ordem para aquele universo. (Jaqueline).

Quanto a essa última questão, a ex-secretária aponta outro paradoxo existente no trabalho da Fundação: se por um lado, as vagas de trabalho são escassas; por outro, como decorrência de um não acompanhamento sistemático aos egressos, quando aparecem possibilidades de emprego, muitas vezes os egressos não são encontrados.

Outra coisa que acontece muito, e é muito contraditório, por exemplo, surge uma oportunidade de trabalho urgente de pedreiro, aí a gente vai e procura e acha uns 15 pedreiros, e aí não encontra nem 5, tentando telefonar, porque eles não têm lugar para morar, não têm telefone fixo, é o telefone, do telefone do amigo, às vezes é uma ex-mulher; quando tu tem a possibilidade de trabalho, tu não encontra as pessoas, tu vai ver muito disso na tua pesquisa, vai te preparando porque essa vai ser uma tarefa árdua. Para começar, quando eles te atendem, eles já te atendem com uma resistência, é muito difícil de tu encontrar. Aquelas 300 pessoas cadastradas aqui, se hoje a gente fosse parar tudo e procurar, se a gente encontrar 15% delas, a gente encontrou horrores, e a gente esbarra nisso, e às vezes a chance aparece de um dia para o outro. Senão o vínculo que fica é esse, a cada dois meses vem e pegam um rancho, vale-transporte, e é isso. (Jaqueline).

Em sua entrevista, a ex-secretária também denunciou o problema da diferenciação interna de grupos, o que seria decorrente da não existência de uma política de integração entre os voluntários. Ainda, o problema quanto ao propósito da Fundação, de realizar um trabalho social, mas que, devido ao pessoal funcional, acabar por se tornar um trabalho assistencialista.

Pelas assistentes sociais da VEPMA, o problema apontado foi a falta de propostas, o que, segundo elas, têm melhorado bastante.

As pessoas vinculadas à FAESP também avaliaram, em suas entrevistas, a situação do ex-presidiário que vai em busca da Fundação. Para todos os entrevistados, o egresso busca a Fundação à procura de um trabalho. Assim, na opinião de uma das plantonistas, ex-defensora pública:

O maior objetivo deles é uma colocação de trabalho, eles ficam então naquela espera para surgir uma vaga que eles sejam chamados, o maior objetivo deles, em procurar a FAESP, é em busca de trabalho, de emprego. (Heloísa).

Contudo, a visão que se tem desse egresso e com relação a suas expectativas frente à Fundação, para parte considerável do voluntariado e do pessoal vinculado de outras formas à Entidade, é a de um egresso que tende a se apresentar como vítima, devendo, portanto, ser ajudado, de forma que a Entidade lhe dê tudo pronto, sem grandes esforços de sua parte. A crítica ao egresso é a de que ele busca sempre um emprego fixo, formal, no qual não tenha que se profissionalizar, e que não tenha que sair em busca de novos empregos. Essa opinião aparece tanto nas falas da plantonista, ex-defensora pública:

Eu acho que o egresso que vem até nós, que procura a FAESP, é aquele que realmente quer dar um rumo novo para sua vida, quer apagar o seu passado e levar uma vida digna daqui para diante. Porque aquele que é bandido mesmo, eles nem procuram aqui. Vem aqui o camarada para quem o fato de ficar preso serviu de lição, ele pensou e ele quer mudar de vida, aí ele vem nos procurar, ele vem pedir ajuda, agora o que sai de lá mais letrado do que quando entrou, o que aprendeu mais lá no presídio, nem nos procura. Então o camarada que vem até aqui porque ele realmente quer ajuda, e está disposto a mudar de vida. (Heloísa).

Quanto na visão de uma das assistentes sociais da VEPMA, cujo trabalho diário está voltado ao acompanhamento de egressos e de pessoas cumprindo penas alternativas.

Sempre eles só querendo ganhar, só eles querendo se beneficiar, deles era sempre a mesma coisa, e, aos pouquinhos, eu achava que eles para serem encaminhados, porque eles só querem cursos, só querem ser encaminhados pruma empresa onde vai ser assinada a carteira deles, mas eu não via eles estimulados a trabalharem. É que eles não conseguem assimilar que na verdade, se tu for dizer pra eles, seis meses eles não vão aceitar, aí estenderam pra um ano, aí um ano eles também não aceitam, por quê? Porque isso nunca vai satisfazer, porque pra eles é fácil sair e ganhar o emprego, nem trabalhar, crescer, se especializar, não, eles querem pra ter aquele dinheirinho pra eles garantido. (Rosane).

Uma das questões referentes à avaliação do egresso, na visão do grupo da FAESP, diz respeito à vitimização, considerada como uma das características do estigmatizado, na teoria goffmaniana (1988). Assim, na opinião da ex-secretária da Fundação, a percepção dos egressos como vítimas é uma das críticas realizadas por ela ao fato deles procurarem a Entidade na expectativa de conseguir trabalho, e achar que a Entidade tem obrigação em obtê-lo.

Eles têm a questão do ser vítima muito instituída, então eles são os coitadinhos sempre, e a gente tem que dar tudo pronto. Eles chegam aqui com essa coisa, com esse estigma também, a sociedade colocou eles lá. Não deixam de ter uma certa lógica, mas a questão é: eles chegam aqui com a idéia de que nós temos que dar tudo para eles, emprego, eles não têm qualificação profissional quase nenhuma, não têm quase estudo também, quase todos eles permanecem, ou estão desesperadamente tentando alguma coisa, sem perspectivas, esperando que a gente faça milagre. Que ele saia daqui, a noção de cidadania que eles têm da FAESP é que eles vão passar por aquele plantão, e depois eu vou sair com trabalho, e como se fala da reintegração, eles atribuem reintegração a esse trabalho, eles querem um trabalho, eles precisam de um trabalho, trabalho é a única forma de eles não voltarem, porque eles precisam comprovar trabalho, então eles acham que a gente vai fazer isso, e nem sempre a gente tem. (Jaqueline).

Assim, ela avalia que as chances dos egressos são restritas, pelo problema de ter absorvido a cultura criminal, e pelo seu perfil: falta de qualificação profissional, estigma, e pelo fato de, ao conseguirem participar dos projetos temporários de trabalho da Fundação, não organizarem-se para conseguir outras colocações:

As chances deles são muito restritas porque eles já são pessoas que não encontram o que a sociedade promete, lá dentro eles não são preparados para a vida, eles vêm daquele mundinho que é o presídio mesmo, com toda a sua hierarquia, sua linguagem, seus códigos de ética, quando eles saem, alguns saem tão despreparados que não imaginam mais o mundo sem a cadeia, porque eles vêm de famílias muito desestruturadas, é muito difícil algum deles ter um pai, uma mãe, uma família, uma mulher, um filho, passam muitas dificuldades, eles já vêm de uma coisa meio desestruturada, não tem qualificação profissional, não tem estudo. E são estigmatizados também, eles ficaram com aquela coisa do ter que dar, é complicado. E eles não conseguem, nem os do projeto, eles pensam que aquilo vai ser para sempre, e não se articulam nesse meio tempo. (Jaqueline).

Por fim, a psicóloga faz toda uma avaliação acerca das condições de inserção dos ex-presidiários. Para ela, um de seus problemas é a falta de empatia e sua desestrutura familiar, que fez com que tivessem uma trajetória marcada por “desgraças”:

A gente acredita que uma das coisas que eles menos têm, e isso faz parte do transtorno deles, é falta de empatia. Na verdade tudo tá muito alicerçado na estrutura familiar, no esquema de valores que eles adotam, se tu vai aprofundar os relatos que eles fazem, toda a história pregressa que eles têm e a convivência que eles tiveram com familiares, tu vai ver que toda a vida deles é uma desgraça pra nós, são doenças importantes na família, são tragédias, atropelamentos, mortes, tudo isso tem a ver com o contexto deles. Tem o conjunto do ambiente mas têm questões mais arraigadas na família nuclear. Essa questão de relacionamentos com mãe e pai, hoje se sabe que existem componentes genéticos, que influenciam os transtornos mais severos. (Cláudia).

Assim, para a psicóloga, a aprendizagem da empatia é imprescindível para sua ressocialização:

Claro que o ambiente deles foi vulnerável, mas eles também aprenderam coisas, então nós temos essa aspiração de que eles consigam aprender novamente a ter empatia, porque a empatia ela tá no fundo das questões mais altruístas; eu só ajudo porque eu entendo que tu precisas, e se eu não tenho empatia, eu vou te agredir, porque eu nunca vou achar que eu tô fazendo com que tu sofras; a empatia tá diretamente alicerçada na não agressão, na conduta altruísta e na conduta de fazer o bem ao outro. (Cláudia).

Além disso, ela afirma que os egressos tentam negar o delito que cometeram, acreditando que trabalhar isso com eles é necessário, tendo em vista a colocação nas vagas de trabalho:

Eles têm essa coisa assim de querer negar que isso é passado, eu não quero tocar no assunto, e eu digo: não, não, isso não é assim; se vocês tão hoje com dificuldade, se vocês tão hoje nesse grupo, se vocês tão hoje numa fundação de apoio ao egresso penitenciário é porque vocês têm um passado. Então eu procuro não entrar nesse mesmo discurso. A questão do delito é necessária porque eu faço seleção para trabalho, uma porque não se deve negar isso, para se poder abordar exatamente em que coisas a pessoa não tá legal, entender quanto tempo ela ficou no sistema, entender quanto tempo ela trabalhou no sistema, fazer uma outra compreensão nesse sentido para tu poder encaminhar essa pessoa para um trabalho, e para o trabalho no DETRAN eu preciso saber de tudo isso, porque eu tenho um perfil para atender. (Cláudia).

Todavia, se havia algum tipo de entendimento comum quanto às expectativas e à avaliação do egresso que procura a FAESP, por parte de seu grupo de trabalho, bastante diversificada é a sua opinião acerca do problema teórico da ressocialização, reinserção ou reintegração, e de como isso deve ser realizado na prática.

Assim, a presidente e a ex-secretária crêem que a reintegração do ex-apenado passa por um procedimento mais complexo que a simples garantia de trabalho, tendo de significar ganhos de cidadania. Para a presidente, a palavra ressocialização não serve para indicar o que ela entende como o processo

necessário ao egresso, para voltar a se inserir socialmente, uma vez que ela acredita que eles nunca foram cidadãos, para poder passar por uma volta, em termos de ganho de cidadania:

O que nós queremos é justamente, além de apoiar, ajudar, auxiliar, darmos o primeiro impulso para a inserção dele na sociedade, é que ele seja o próprio autor, ele vá buscar por ele mesmo, porque ele recebendo apoio, ele tem que fazer alguma coisa por ele, ele vai querer reorganizar a família, que isso ele precisa, e ele sempre tem essa parte emocional, nós queremos que ele se qualifique mais em termos culturais, em termos da educação... O final da coisa é que eles possam ser verdadeiros cidadãos, que eles se imponham na sociedade, se transformando.

Eu nem digo mais ressocialização, porque eu acho que esse pessoal nunca foi tão cidadão; a inserção deles na sociedade vistos como cidadãos, e não com esse estigma. Eu acho que têm aqueles que têm situação econômica favorável, que já têm uma certa estrutura, e se recuperam mais fácil que os outros, com problemas financeiros. (Tânia).

Já a ex-secretária disserta longamente sobre o que seria um processo de ressocialização, trabalhando com um público com uma realidade de vida tão complexa:

Eu acho que processo de ressocialização não é só trabalho, eu acho que esta é uma das formas, mas acho que processo de ressocialização é uma conquista muito maior...eu acho que ele passa por essa questão do trabalho, por um trabalho constante nessa área da psicologia, na questão da auto-estima, passa por conhecer a família, passa por conhecer as pendências que aquela pessoa ainda tem, as coisas que ela vem do sistema... E a ampliação desses projetos no sentido de que as pessoas comecem a dar trabalho mesmo, vínculo formal, eu acho que a principal forma de ressocialização é essa, de mudança de condições, porque senão, e eu acho que tu conhecendo só o egresso não é suficiente, tu tem que conhecer toda a família dele, tu tem que conhecer de que núcleo aquela criatura vem, como é a relação familiar dele, como é a questão de ser provedor ele tem quantos filhos? Vive do que? Eu acho que essa questão é mais ampla. (Jaqueline).

Assim, entre os entrevistados há a discussão acerca de a ressocialização poder ser obtida apenas pelo trabalho. Na opinião de uma das assistentes sociais, a simples aquisição de trabalho não adianta para a obtenção de ressocialização:

Só o trabalho eu acho que não adianta, porque eles não têm essa consciência, porque todo o tempo que a gente trabalhava com eles (no Detran), eles só exigiam que se fosse lá e se pressionasse pra dar um empreguinho pra eles de carteira assinada. Pra eles é só isso, vai, ganha o dinheiro, mas é a mesma coisa que a gente dar uma coisa pra eles e dizer: tu varre bem, agora esse varre bem significa passar a vassoura por tudo, chegar e recolher o lixo, não é simplesmente passar lá, passar aqui e vai e bota embaixo do tapete, que é o que eles fazem. (Rosane).

Para outros, o simples fato de ter, ou até de procurar trabalho, incluindo-se, nesse caso, a avaliação positiva da Fundação que acolhe o egresso, já bastariam para indicar um processo de reinserção social. Essa é a opinião da coordenadora da área da saúde, que crê na ressocialização pelo trabalho, apesar de verificar os problemas decorrentes do desemprego como empecilhos à sua obtenção por ex-presidiários:

A ressocialização do egresso, pra mim, tem que partir dum princípio básico, ele tem que trabalhar, porque senão tu não vai inseri-lo nunca, não é através de palestra, não é através de aconselhamento. Ele tem, a primeira coisa que trabalhar, pra ele se sentir produtivo, pra ele satisfazer as suas necessidades mínimas, mas como nós vivemos num país em que, muitas vezes, nem os que não cometeram delito nenhum não tem chance de emprego, tu vê a nossa luta como é que é. Então os nossos trabalhos sempre são, às vezes, temporários, se oferece pra eles. E a ressocialização passa basicamente por isso. E enquanto essa conjuntura nacional não se modificar, não houver mais políticas públicas para assistência efetiva de discriminados, a gente vai fazendo o que pode. (Lúcia).

Bastante mais simplificada é a opinião da plantonista ex-defensora pública, para quem o processo de ressocialização do egresso já estaria começando com a sua acolhida pela Fundação:

Eu acho que eles virem aqui, isso é muito importante para eles, porque é um local que acolhe o egresso, ouve, eles gostam de contar a história, eles gostam que a gente pergunte, aí eles conversam, eles gostam assim que tenha um local da cidade que eles podem procurar, que eles vão ser ouvidos, que as pessoas vão dar crédito para eles. Então isso é muito importante, o processo de ressocialização já começa aí. Só em saber que tem um local, que eles possam vir, que eles vão ser atendidos, que essas pessoas vão ouvir, vão dar atenção a eles, vão tentar achar um emprego para eles, é importantíssimo essa parte, porque eles saem sem rumo, eles saem sem ter o que procurar... Então eu acho que é muito importante essa acolhida e essa conversa com eles, eles se sentem muito aliviados e esperançosos. (Heloísa).

Outras contradições aparecem quando se menciona a questão do acompanhamento do egresso. Alguns sustentam que há o acompanhamento, pois os egressos sempre anunciam onde estão, e o que estão fazendo. Outros vêem a falta de acompanhamento como um problema, pois só se faz grupos sistemáticos com os egressos que estão vinculados ao DETRAN; com os demais não há qualquer forma de contato, que não seja quando o egresso volta a procurar a Fundação.

Quanto às metas da FAESP, segundo seus voluntários e diretoria, está a criação de um novo projeto, intitulado Projeto Vida Livre, com financiamento do Departamento Penitenciário Nacional/ DEPEN, do Ministério da Justiça, que, se aprovado, permitirá a contratação de alguns voluntários como funcionários, solucionando o problema da profissionalização de setores-chave, tão almejada pela Instituição. Tal projeto¹¹ consiste em

três projetos, o primeiro é Vontade de Sair, que é a nossa maior divulgação, nas casas prisionais, nos albergues, para que eles possam saber a que se propõe a FAESP, então nós vamos conversar com os profissionais, com eles mesmo, divulgando o que é a fundação, a que se propõe, o que nós vamos fazer, o que se abre aqui quando eles saírem essa alavanca para a inserção deles na sociedade. O segundo projeto é Vontade de Ser, esse projeto,

¹¹ O Projeto Vida Livre foi aprovado pelo Ministério da Justiça, passando a ser desenvolvido no início de 2004.

aqueles que vão querer “usar” a FAESP, vão receber bolsas, para estudar na FAESP, vão formar grupos e ali eles terão uma formação bem ... a questão programática vai ser organizada com base em tudo aquilo que eles vão necessitar no dia-a-dia para enfrentar pedido de trabalho, enfim, matemática, português, saber se portar diante de uma sociedade, vão se qualificar melhor. E depois, o terceiro projeto é o Ser Trabalhador, então aqueles que conseguirem passar por esses dois projetos vão ser encaminhados, ou pela cooperativa, a Laborsul, que funciona aqui na FAESP, e quem é o apoiador, por enquanto é a metalúrgica Jackwall, então eles serão aproveitados na cooperativa, ou em empresas que abrirão vagas, vamos ver como a gente vai fazer o trabalho, e eles estarão mais aptos, vão ser trabalhadores, disciplinados, para enfrentar este mercado de trabalho. (Tânia).

Além desse projeto, há a perspectiva de ampliação do Projeto Vida Nova para outras entidades, como a Corag, a SMAM, a Carris, ou seja, entidades que têm PACs¹².

As demais metas são a expansão da Laborsul, que hoje conta com o trabalho de apenas duas egressas, e a concretização de um projeto vinculado ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS para dar trabalho e formação profissional para presos em regime fechado, estimulando a formação de cooperativas dentro dos presídios, com a finalidade de qualificação profissional para quando saírem da prisão. O projeto prevê também a busca de vagas de trabalho para egressos do sistema penitenciário.

Além disso, há a meta de expansão dos acompanhamentos a todos os egressos da Fundação, bem como de suas famílias, conforme nos comentou a psicóloga da Entidade:

Já pensamos em a gente fazer esse outro tipo de acompanhamento, pra esses outros que não voltam, a gente ir em busca deles pra saber o que eles estão fazendo. Mas aí tem que fazer um projeto, e esse projeto nós vamos tentar fazer, pra gente poder também ver

¹² Os PACs são programas de trabalho para presos em regime aberto e semi-aberto. No caso do Projeto Vida Nova, ele surgiu da expansão de um PAC, englobando egressos em livramento condicional.

com a família, o que que pode ser feito com a família deles, que isso é muito importante. (Cláudia).

Por fim, quanto à avaliação da atuação da Instituição, todas as pessoas atreladas a ela, vêem em seus objetivos e em suas intenções um acerto. Contudo, para a presidente, ainda é necessário maior divulgação e resultados de maior quantidade e qualidade; mesmo assim, ela avalia o trabalho realizado até agora como exitoso:

Como uma das fundadoras da FAESP, eu acredito nos propósitos e temos, dentro desses poucos índices, e poucos atendidos, dentro do universo todo, nós estamos exitosos, só que nós precisamos ampliar essa infra-estrutura, aí teremos resultados maiores, de qualidade e quantidade. E somos crianças ainda, mas graças a deus estamos num compasso bom. Eu nunca me esqueço de um desembargador, ele disse assim, vão devagar, para começar a coisa certa, se vocês começam a se afobar muito, ou ter muita pressa, não vai dar certo. (Tânia).

Segundo a ex-secretária, a Fundação tem um grande potencial, mas perde-se muito tempo em função do voluntariado.

Ela é uma fundação cheia de boas intenções, as intenções são nobres, os objetivos também são, mas na prática tu te perde muito, tu desperdiça muito tempo, justamente porque ela é estruturada no voluntariado. (Jaqueline).

Para a coordenadora da área da saúde, este trabalho da Fundação é *uma gota no oceano* (Lúcia), mas que pode progredir. A plantonista, ex-defensora pública, crê que a FAESP realmente tem ajudado o egresso e, segundo ela, devido a isso, vem recebendo maior credibilidade da mídia.

A minha impressão aqui da FAESP é a melhor possível. Eu acho que é uma fundação que realmente tem ajudado e muito o egresso, e eu tenho notado que, desde que eu tô aqui, e é o segundo ano que eu

tô aqui, e, mês a mês, ela está se tornando mais conhecida. Só este ano já saíram várias reportagens do trabalho que é desenvolvido aqui, a imprensa, no geral, tá dando mais credibilidade, tão vendo que é um trabalho super importante, apesar da gente encontrar, às vezes, um receio de pessoas de querer ajudar, principalmente de pessoas que já foram vítimas de violência. (Heloísa).

Já a psicóloga, analisando a Fundação, e principalmente, o Projeto Vida Nova, afirma que seus resultados são positivos, o que resultou numa renovação do programa, mas alerta para o fato de que a FAESP precisa de uma equipe fixa e de mais projetos de trabalho.

Agora nós renovamos o contrato e ele foi renovado muito em função dos resultados. O pessoal conseguir ter um bom aproveitamento, as avaliações de desempenho que são feitas trimestralmente, elas acabaram nos avaliando, nos dando a prova de que esse pessoal trabalhou legal. (Cláudia).

Na avaliação das assistentes sociais da VEPMA, a FAESP tem um papel importante no sentido de proporcionar ao egresso uma experiência de emprego, via DETRAN, mas acham que o trabalho da Fundação ainda é muito lento; elas acreditam que a Instituição está se estruturando melhor, através de boas propostas. Além disso, acham acertada a concepção de responsabilização do ex-presidiário por sua reinserção social e profissional.

Eu acho que a FAESP tá se estruturando melhor, tá com umas propostas boas, eu não sei se tu tá sabendo daquele projeto, não sei em que pé tá aquele projeto, que é um monte de coisa, muito fantástica até. Então eu prefiro, eu conto com a FAESP, eu acho que é importante existir a FAESP pra poder dar aquele [...], a pessoa vai lá, faz um cadastro, e até quando tem essa possibilidade junto ao DETRAN, que é um espaço que eles abriram e parece que tão querendo abrir um outro espaço com a Corag, eu acho muito lento, eu acho as coisas muito lentas (Viviane).

Além disso, o segundo vice-diretor, presidente da Pastoral Carcerária, alerta para o fato de que quanto ao problema de moradia dos egressos, a Instituição ainda não conseguiu avançar muito.

Eu me lembro que um dia eu tava no Presídio Central e falei sobre a fundação da FAESP com um major e ele me disse, olhando de cima, tá vendo aquele senhor? Veio chorando me pedindo pra que eu não soltasse ele. Ele não tinha pra onde ir. Esse problema, infelizmente resolvemos muito pouco ainda. (Giuseppe).

A partir da demonstração das impressões das pessoas atreladas à FAESP, podemos constatar as seguintes conclusões: todos vêm no trabalho a principal expectativa dos egressos, quando procuram a Fundação; todavia, este é, justamente o maior problema salientado por essas pessoas, além da falta de recursos financeiros, e da necessidade de profissionalização de setores-chave da Entidade.

Quanto às avaliações positivas, o grupo da FAESP crê nos propósitos da Fundação; acredita na necessidade de atuação via formação de redes; mas julga ser necessário maiores resultados e maior acompanhamento de seus egressos.

No que se refere à concepção de ressocialização da Entidade, podemos interpretá-la à luz da teoria giddensiana, uma vez que os egressos devem, na visão da FAESP, “querer”, antes de mais nada, reintegrar-se socialmente, para só depois a FAESP começar a atuar. Partindo dessa mesma discussão teórica, tendo em conta as agências socializadoras de Giddens, responsáveis pela socialização dos indivíduos, podemos considerar a FAESP como uma agência ressocializadora, encarregada da responsabilização dos egressos de sua necessidade ressocializadora.

Além disso, constatamos que a Fundação busca oferecer elementos para esse processo ressocializador, contudo, como veremos, as expectativas dos

egressos passam muito mais por obter trabalho e renda, do que por estar dispendendo tempo em terapias e reuniões de grupo, voltadas à “conscientizações”.

4.2 Egressos do sistema penitenciário apoiados pela Fundação: um perfil

A fim de descobrirmos que tipo de egresso do sistema penitenciário procura a FAESP, optamos por fazer uma pesquisa quantitativa com amostragem de cerca de 50% do universo de egressos nela cadastrados. Para tanto, coletamos dados nos prontuários de atendimento desses egressos, nos quais constavam informações sobre a constituição familiar, dados sócio-profissionais e de cidadania. A segunda fase, foi realizada a partir da coleta de dados nos processos de execução criminal de cerca de 35% dos egressos da Fundação – o índice percentual de processos de execução analisados do universo amostral foi de 72% -, a fim de obtermos dados sobre crimes cometidos, *quantum* das penas, regimes, presídios freqüentados, se foram trabalhadores nos presídios, e quais as atividades desenvolvidas, bem como informações extras, contidas nessa rica fonte de pesquisa, que são os processos judiciais.

Como até o momento de término da pesquisa empírica contava com o atendimento de mais de 300 egressos, a pesquisa baseou-se num universo de 146 casos¹³, com o objetivo de, através de uma série de indicadores, investigar o perfil do egresso apoiado pela Fundação.

Os egressos são, em sua maioria, de Porto Alegre ou Região Metropolitana. Além disso, mais de 90% dos egressos que procuram a Fundação são homens. Apesar disso, as poucas mulheres têm representatividade grande nos empregos

vinculados à Fundação, como na cooperativa de trabalho e nos convênios firmados com órgãos públicos, como veremos na análise das entrevistas. Mais de 75% deles são solteiros, sendo pequeno o índice de egressos casados (7,5%), seguidos por separados, divorciados e em união estável.

Tabela 1 - Estado civil dos egressos apoiados pela FAESP

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULADO
TOTAL	146	100	100.00
Solteiros	113	77.4	77.4
Casados	11	7.5	84.9
Separados	4	2.8	87.7
Divorciados	4	2.8	90.5
viúvos	4	2.8	93.3
Em união estável	4	2.8	96.1
Sem resposta	6	4.1	100

Além disso, 44% dos egressos são brancos, 22% negros e em 33% dos prontuários analisados, não constava a cor do egresso. Quanto às idades, mais de 65% têm de 26 a 45 anos.

Tabela 2 - Idade dos egressos apoiados pela FAESP

IDADES	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULADO
TOTAL	146	100.0	100.0
Sem resposta	11	7.5	7.5
De 19 a 25	19	13.0	20.5
De 26 a 35	59	40.4	61.0
De 36 a 45	38	26.0	87.0
Mais de 46	19	13.0	100.0

No que se refere à escolaridade, os maiores índices estão entre os egressos que têm de quinta a oitava série do ensino fundamental, o que soma mais de 60% dos casos; mas há também quatro casos de analfabetismo; dezesseis casos de

¹³ Cerceamos a amostra nesse número de casos, pois este era o universo de egressos apoiados pela Fundação no início da coleta de dados.

egressos com ensino médio, dez com ele completo, e seis com incompleto; além de um caso de egresso cursando o ensino superior.

Tabela 3 - Escolaridade dos egressos apoiados pela FAESP

ESCOLARIDADE	FREQÜÊNCIA	%
TOTAL	146	100
Analfabetos	4	2.8
1 ^a a 4 ^a série	32	21.9
5 ^a a 8 ^a série	89	60.95
Ensino médio	16	10.95
Ensino superior	1	0.77
Sem resposta	4	2.8

A religião, importante aspecto a ser investigado quando se trabalha com o universo prisional, obteve como índices 57% de católicos, 33% de abstenção, e apenas 7% de evangélicos e 2% de espíritas; sendo que apenas um egresso declarou não ter religião. As informações contidas no processo criminal revelam uma realidade diferente, consoante ao que se sabe acontecer, pois na prática as pessoas se dizem católicas, mas têm freqüentado outras religiões, como a umbanda e as igrejas evangélicas, dentro dessas, a Igreja Universal e a Assembléia de Deus.

Quando da condenação, 71% deles estavam trabalhando, o que vem de encontro à relação muitas vezes defendida, mas já afastada, entre criminalidade e desemprego. Assim, essas pessoas estavam, em sua maioria, trabalhando quando foram condenadas, e provavelmente quando praticaram seus crimes, a menos que tenham encontrado trabalho justamente durante a tramitação de seu processo criminal.

Estes ex-presidiários realizavam, naquele momento, os trabalhos de auxiliar de serviços gerais, biscates, trabalhos em construção civil, com vendas, pintura ou como motoristas. Ao desempenhar tais atividades, 46% dos egressos afirmou estar, na época, realizado com o trabalho desenvolvido.

No que tange ao estudo anterior à pena, mais da metade dos egressos não estavam estudando quando foram presos, o que coaduna com suas baixas escolaridades e com a entrada cedo no mercado de trabalho, mesmo informal. Desta educação, foi igual o índice dos que fizeram e dos que não fizeram supletivo, tanto dentro como fora do sistema penitenciário: 26% para ambos.

Dentre suas profissões¹⁴, aqui começa a revelar-se a dura realidade da baixa qualificação profissional, ou, em alguns casos, da iníqua qualificação. Assim, as ocupações profissionais declaradas como profissão pelos egressos dividem-se em pedreiros, muitos deles apenas serventes de pedreiro, eletricitas, pintores, cozinheiros, motoristas e uma ocupação chamada de auxiliar de serviços gerais, cujo índice é bastante alto. A declaração das profissões pelos egressos coincide muito com o tipo de trabalho prisional realizado, residindo aí a explicação para tamanho índice de egressos que trabalham como auxiliares de serviços gerais. A tabela abaixo demonstra as profissões dos egressos. A soma ultrapassa os 100%, devido a alguns egressos ter declarado possuírem mais de uma profissão.

¹⁴ A tabela abaixo tem percentual maior do que 100% porque muitos egressos revelaram ter mais de uma profissão.

Tabela 4 - Profissões dos egressos apoiados pela FAESP

PROFISSÃO	FREQÜÊNCIA	%
TOTAL	190	146.3
Trab. Construção civil	29	22.33
Cabeleireiro	1	0.77
Mecânico	8	6.16
Trab. Indústria moveleira	5	3.85
Motorista	17	13.09
Cozinheiro	5	3.85
Funcionário público	5	3.85
Vendedor	3	2.31
Auxiliar de serviços gerais	8	6.16
Artesão	3	2.31
Faxineiro	2	1.54
Trab. informática	6	4.62
Açougueiro	1	0.77
Autônomo	2	1.54
Costureiro	2	1.54
Sem profissão	3	2.31
Sem resposta	90	61.64

Dos 146 casos pesquisados, 72% tiveram seu processo de execução criminal analisado, o que foi feito na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas/ VEPMA, na Vara de Execução Criminal/ VEC, ambas do Foro Central de Porto Alegre, e no Arquivo Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Este índice de 72% totalizou 105 processos analisados.

Destes processos, quanto aos crimes praticados¹⁵, houve 83 casos de roubo, 33 furtos, 16 homicídios, nove casos de tráfico de entorpecentes, oito atentados violentos ao pudor, seis casos de uso de tóxicos, cinco estupros, cinco lesões corporais, quatro casos de falsidade ideológica, dois latrocínios, um caso de lesão corporal seguida de morte, uma ocultação de cadáver e um caso de uso de documento falso.

¹⁵ Os crimes somam mais do que o número de processos pesquisados porque muitos egressos foram condenados pela prática de mais de um crime.

Tabela 5 - Crimes cometidos, motivadores de condenação, dos egressos apoiados pela FAESP

CRIME COMETIDO	FREQÜÊNCIA	%
TOTAL	174	119.17
ROUBO	83	56.84
FURTO	33	22.60
HOMICÍDIO	16	10.95
TRÁFICO ENTORPECENTES	9	6.14
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	8	5.47
USO DE DROGAS	6	4.10
ESTUPRO	5	3.42
LESÕES CORPORAIS	5	3.42
FALSIDADE IDEOLÓGICA	4	2.73
LATROCÍNIO	2	1.54
LESAO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	1	0.77
OCULTAÇÃO DE CADÁVER	1	0.77
USO DE DOCUMENTO FALSO	1	0.77

Estes egressos pesquisados tiveram o início de cumprimento de suas penas entre os anos de 1983 a 2001. Dentre os anos de condenação, a maioria dos egressos cumpriu de três a seis anos, mas as penas variaram de dois meses a 32 anos. Quanto às penas cumpridas, dentre os processos pesquisados, 65 deles foram condenado à pena de reclusão e cinco à pena de detenção. Quanto aos regimes, 32 egressos iniciaram em regime fechado, 31 em semi-aberto, cinco em regime aberto, três tiveram de cumprir Prestação de Serviços à Comunidade e dois tiveram suspensão condicional da pena/ *sursis*.

Ampla foi a gama de instituições prisionais freqüentadas pelos egressos dessa pesquisa. Dentre elas estão o Presídio Central de Porto Alegre, o complexo penitenciário de Charqueadas, a Colônia Penal Agrícola, o Instituto Penal de Mariante, e as casas destinadas para o cumprimento de penas em regime semi-aberto e aberto como o Instituto Miguel Dario e o Albergue Pio Buck. Quanto às mulheres, todas elas estiveram presas no Presídio Feminino Madre Pelletier e no Albergue Feminino, também em Porto Alegre.

Dentre esses egressos, cujos processos foram analisados, 58,2% deles trabalharam enquanto presos. Os trabalhos eram de faxineiro, na agricultura, cozinheiro, em serviço externo, como guarda ou mestre de cela, como paneleiro, auxiliar de serviços gerais, com costura, com costura de bolas e montagem de prendedores - que são atividades típicas de presídio -, com artesanato, manutenção e conservação de sede, e em olaria. Aspectos que chamaram a atenção, inicialmente, quanto ao trabalho prisional foi o alto índice de presos trabalhadores entre este universo pesquisado (58,3%) – o que já os diferencia da massa carcerária habitual, que cumpre a pena sem trabalhar (55%)¹⁶-, bem como o fato de que aqueles egressos que tiveram uma trajetória profissional dentro do sistema penitenciário, foram justamente aqueles condenados a altas penas, o que, mais tarde, confirmou-se ser uma prática no sistema, haja vista o cometimento de crimes graves e a necessidade de diminuição de suas penas, via remição. Verificou-se também que o trabalho prisional é algo a ser conquistado dentro dos presídios, não estando em nada relacionado a um possível perfil profissional já obtido pelos presos, quando trabalhadores. Assim, algo que se constata, quando há presos mais qualificados profissionalmente, é que esses se negam a trabalhar no presídio, por serem oferecidos trabalhos ditos “de presos”, que não reverterão em nenhum benefício quando da saída das prisões.

Contudo, as entrevistas demonstram que, discordando dos estudos aqui trazidos sobre trabalho prisional, verificamos que este é muito importante quando da saída da prisão. Assim, mais do que conseqüências internas aos presídios, no imaginário dos presos e egressos, o trabalho aparece como fator imprescindível de um retorno ao convívio social, e, também, de uma nova construção de identidade, de

¹⁶ Dado o índice de trabalho prisional no estado, de 45%.

ex-presidiário para um cidadão cuja nova vida é voltada ao trabalho. Quanto a isso, Foucault (1996), e sua teoria de disciplinamento dos corpos, vêm ao encontro do verificado nessa pesquisa: o desejo de encontrar trabalho logo depois da saída do sistema prisional.

Isso é explicável pelo fato de todo o sistema prisional ser organizado no sentido de dar privilégio ao trabalho, principalmente quando os condenados ingressam no período chamado de livramento condicional, já que as vagas de trabalho oferecidas durante os períodos de regime fechado são bastante escassas e precárias; já, no livramento condicional, os egressos devem comprovar trabalho periodicamente, mas este deve ser obtido sem a ingerência estatal.

Os egressos vieram até à Fundação, basicamente, através da Vara de Execuções Criminais, Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (32%) e da Susepe (9%). Outros meios, como a mídia e a Pastoral Carcerária, também contribuíram para a vinda dos egressos. Isso reforça a constatação de que a Fundação funciona como braço do Poder Judiciário, auxiliando pessoas que, legalmente, ainda estariam sob a custódia do Estado.

Quanto aos locais de moradia atual, a totalidade dos casos é de egressos de Porto Alegre e região metropolitana. São egressos que, atualmente, após o cumprimento da pena, moram, ou com sua família de origem (59 egressos), ou com a família atual (58 egressos); muitos deles com casa própria (63 egressos), com um alto índice dos que se dizem proprietários em áreas verdes e áreas invadidas não regulamentadas. Há dezoito egressos que moram de aluguel, dezessete morando de favor, com amigos ou sozinhos, e apenas três egressos morando em albergues e quatro sem moradia.

Tabela 6 - Situação habitacional dos egressos apoiados pela FAESP após a saída da prisão

TIPO DE HABITAÇÃO	FREQÜÊNCIA	%
TOTAL	292	200
CASA PRÓPRIA	63	43.15
SEM CASA	4	2.73
FAMÍLIA ATUAL	58	39.72
FAMÍLIA ANTERIOR	59	40.41
ALUGUEL	18	12.32
ALBERGUE	3	2.05
FAVOR/SOZINHO	17	11.64
SEM RESPOSTA	70	17.94

Muitos ex-presidiários não responderam a questão sobre contribuições à Previdência Social (62%), e dos que responderam, apenas 27% diz ter contribuído alguma vez; consubstanciando-se o fato de que essas pessoas desenvolveram, ao longo de suas vidas, em sua maioria, trabalhos precários, não formalizados, sem qualquer vínculo empregatício, sem garantias ou coberturas.

Quanto aos documentos, reveladores das condições mínimas de cidadania, verificamos que um pouco mais da metade dos egressos possuía carteira de identidade, carteira de trabalho e CPF; sendo que apenas dois egressos possuíam título de eleitor, o que se explica pela perda dos direitos políticos, quando do cumprimento de uma pena. A partir desses poucos indicadores, constatamos uma grande precariedade em termos de cidadania, pois falta-lhes, até mesmo, a documentação básica, o que indica uma grande perda de cidadania.

Outro aspecto a revelar a dura realidade do universo prisional refere-se à saúde dos egressos: destes, 15 afirmaram ser portadores de HIV, 15 disseram ser usuários de drogas, e seis alcoolistas. Outras doenças recorrentes entre os egressos são: hepatite, tuberculose, enfim, doenças sabidamente contraídas dentro do sistema penitenciário. Contudo, como as informações são obtidas via declaração dos egressos, este índice de usuários de drogas e álcool é muito aquém do índice verificado nos processos de execução criminal.

No que se refere à situação sócio-econômica dos egressos, após terem saído da prisão, 26% deles disseram estar fazendo biscates, enquanto 14% deles disseram estar trabalhando informalmente, mas com frequência; contudo, 52% deles afirmaram estar desempregados, o que revela um grande problema, se comparado ao índice de egressos que estavam em livramento condicional quando chegaram à Fundação (68%) e precisavam comprovar trabalho mensalmente, sob pena de serem recolhidos novamente aos presídios.

Quanto aos seus interesses, após a saída da prisão, metade deles ainda pensa em voltar a estudar, sendo que mais de 60% deles pensa em fazer algum curso profissionalizante (grande parte deles nas áreas de informática, eletricidade mecânica e culinária).

Das aptidões dos egressos, novamente, a que mais aparece tendo sido declarada por eles, é a de serviços gerais (43 casos), que, mais uma vez, denota a baixa qualificação profissional dessas pessoas; segue-se a aptidão para pintura (40 casos), para eletricidade (29 casos), para sapataria (29 casos), encanador (24 casos), motorista (21 casos) e cozinheiro (21 casos).

Quanto aos trabalhos desejados, quatorze deles gostariam de realizar serviços gerais; dez deles de trabalhar como motoristas; e onze deles disseram que gostariam de realizar qualquer trabalho. Eles gostariam, também, de trabalhar como eletricitas, cozinheiros, pintores, mecânicos e trabalhar na área de informática.

No momento da realização da pesquisa, 45% deles encontravam-se em livramento total; e 34% em liberdade condicional. Havia onze casos de egressos em regime fechado; quatro cumprindo Prestação de Serviço Comunitário; dois cumprindo pena em Prisão Domiciliar; cinco em regime semi-aberto; sete em regime aberto; e um egresso havia sido morto.

Tabela 7 - Situação jurídica atual dos egressos apoiados pela FAESP

SITUAÇÃO JURÍDICA	FREQÜÊNCIA	%	% ACUMULADO
TOTAL	146	100	100
LIBERDADE	66	45.2	45.2
LIVRAMENTO CONDICIONAL	50	34.2	79.5
REG. FECHADO	11	7.5	87.0
PSC	4	2.7	89.7
PRISÃO DOMICILIAR	2	1.4	91.1
REG. SEMI-ABERTO	5	3.4	94.5
REG. ABERTO	7	4.8	99.3
EGRESSO MORTO	1	0.7	100

Além disso, quanto à reincidência, 23% dos egressos pesquisados eram reincidentes. Quanto aos crimes cometidos após o cumprimento da pena, eram os seguintes: crimes contra a honra (0,7%), receptação (1,7%), crimes contra a liberdade sexual (0,7%), tentativa de homicídio (1,4%), crimes contra a liberdade pessoal (1,4%), crimes contra o patrimônio (3,5%) e crimes de tóxico (2,1%).

Assim, relacionando-se o trabalho prisional com a reincidência, verificamos que, dos egressos que foram trabalhadores prisionais, 68 deles não reincidiu, contra 17 que o fez; dos que não o foram, 44 não reincidiram, contra 17 que reincidiram. Apesar de não haver uma grande diferença explicativa através do trabalho prisional, em termos percentuais, cerca de 47% dos egressos que foram trabalhadores prisionais não reincidiram, contra 30% dos que não foram trabalhadores na prisão.

Tendo em conta o perfil da massa carcerária no Rio Grande do Sul (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002, p. 520 e seguintes), em que, de uma população total de cerca de 19.000 presos, 45% deles trabalham dentro dos presídios, percebemos que, em nossa pesquisa, obtivemos uma sobre-representação de trabalhadores prisionais (58,3%), o que pode ser um indicativo para explicação de tamanha redução nos níveis de reincidência dessa população, se comparados à massa carcerária, cuja reincidência situa-se na faixa dos 70%.

Com base nesse perfil apresentado, podemos adiantar algumas conclusões: os egressos que procuram a FAESP são, em sua maioria, da Região Metropolitana de Porto Alegre; de idades médias; com supremacia de brancos; e religião católica.

Quanto à trajetória profissional, revelaram-se trabalhadores antes da condenação, mas de profissões desqualificadas. Por outro lado, não eram estudantes quando foram presos - o que, provavelmente, explica-se pela necessidade de entrada cedo no mercado de trabalho -, apesar de terem escolaridades médias.

No que tange à trajetória criminal, são egressos que cometeram crimes contra o patrimônio; com penas médias, em regimes fechado e semi-aberto.

Como fator determinante para a comprovação da hipótese inicial dessa pesquisa, de que o perfil dos egressos que procuram a FAESP difere da massa carcerária no RS, está o índice de presos-trabalhadores obtidos nessa pesquisa, de 58,3%, índice significativamente maior do que o verificado em todo o estado, que é de 45%.

Quanto a sua trajetória atual, esses egressos chegaram à FAESP através do Poder Judiciário; moram em casa própria, com suas famílias; e estão, no momento, desempregados, ou fazendo biscates, apesar de quase metade deles ainda estar em livramento condicional, e necessitar comprovar trabalho à VEPMA. Além disso, são egressos não reincidentes.

5 EGRESSOS EM ENTREVISTA: TRAJETÓRIA DE VIDA PRÉ E PÓS-PRISIONAIS

Neste capítulo, faremos uma análise dos egressos, especialmente tendo como foco a ressocialização pós-prisional, para isso faremos uma análise de trajetória, utilizando-se dos principais conceitos trazidos no marco teórico, para explicação do fenômeno em questão.

A fim de elucidarmos melhor a trajetória dos egressos apoiados pela FAESP, realizamos uma série de entrevistas com egressos do sistema penitenciário que receberam algum tipo de apoio da FAESP. Ao todo, fizemos quatorze entrevistas semi-estruturadas, trabalhando com a técnica da história de vida e da análise de trajetória, não cerceando o discurso dos atores. Dentre as categorias de análise, trajetórias familiar, educacional, profissional e criminal, bem como religião, lazer e cidadania, foram as contempladas. A escolha dos entrevistados foi realizada a partir de uma distribuição quantitativa de categorias como sexo, religião e tipo de crime que motivou a condenação, a qual resultou na tabela abaixo. Contudo, devido à dificuldade de localização dos egressos, tal amostragem não foi fielmente mantida, selecionando-se os casos, diante de tal distribuição, de forma aleatória.

Tabela 8 - Distribuição do universo de egressos quanto aos crimes cometidos, sexo, cor e religião

	Hom	Mulh	Branco	Preto	Sem cor	Catól	Evang	Espírita	Umband	Sem religião	TOTAL
TOTAL	97	8	65	34	7	75	8	6	5	10	105
Liberdade sexual	9	0	4	5	0	7	1	0	0	1	9
Patrimônio	57	4	37	22	3	44	6	4	3	3	61
Homicídio	7	2	6	3	0	4	1	1	1	2	9
Tóxico	12	2	10	2	4	13	0	0	0	3	16
Lesões corporais	3	0	2	1	0	2	0	0	0	1	3
Falsidade ideológica	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Mais de um crime cometido	6	0	5	1	0	5	0	0	1	0	6

Partindo desses quatorze egressos entrevistados, podemos descrevê-los, segundo suas características básicas. Assim, foram entrevistados doze homens e duas mulheres, o que, de certa forma, condiz com a representatividade real de homens e mulheres egressos apoiados pela Instituição (dado trazido anteriormente, quando da descrição geral do perfil dos ex-presidiários atendidos pela Fundação). Destes doze egressos, sete eram brancos, sendo três deles condenados por crimes contra o patrimônio; dois condenados por crimes contra a pessoa - particularmente homicídio -; um deles condenado por tráfico de entorpecentes; e o outro por crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. Quanto aos negros, que totalizaram cinco egressos entrevistados, três foram condenados por crime contra o patrimônio; um pelo crime de homicídio; e o outro por crimes contra o patrimônio e contra a vida. No que se refere às mulheres, uma delas, de cor branca, foi condenada pelo crime de homicídio e a outra, de cor negra, por crime contra o patrimônio.

Tabela 9 - Espécies de crimes cometidos, motivadores de condenação, dos egressos entrevistados pela pesquisa, distribuídos por sexo e cor

	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	brancos	negros	Branças	negras	
TOTAL	7	5	1	1	14
Crime contra o patrimônio	3	3	1	1	8
Crime contra a vida	2	1	-	-	3
Tráfico de entorpecentes	1	-	-	-	1
Crimes contra a vida e contra o patrimônio	1	1	-	-	2

No que se referem às suas trajetórias, os egressos entrevistados diferiam, em primeiro lugar, quanto à idade. Havia quatro egressos com idades na faixa dos 40 anos; sete com idades na faixa dos 30 anos; e mais três com idades na faixa dos vinte anos. Destes, havia apenas uma egressa vinda do interior; os demais eram de Porto Alegre ou região metropolitana.

Quanto às escolaridades, estas tiveram relação direta com os anos de pena cumpridos, e tal relação era diretamente proporcional, pois quanto maior os anos de condenação, maior a escolaridade alcançada, em muito devido ao processo de escolarização formal fornecido dentro do sistema prisional, que, embora precário e não universalizante, foi responsável, nesse universo pesquisado, pela ampliação do acesso à escola a pessoas com baixa qualificação educacional.

No que se refere às profissões, verifica-se algo semelhante ao também presenciado em relação ao número total de egressos pesquisados; contudo, apesar de não terem tido ampla experiência profissional, quase todos os egressos entrevistados tiveram algum tipo de trabalho anterior à prisão.

Assim, a fim de que se possa reconhecer o egresso, suas falas, e sua trajetória, construímos um quadro para ser utilizada na leitura dos depoimentos, deixando claro que os nomes listados abaixo são fictícios, dado o objetivo de preservar os informantes.

Quadro 2 - Listagem de egressos da FAESP entrevistados, cor, idades e crimes cometidos

Carlos – homem, branco, 40 anos, condenado por latrocínio
Damião – homem, preto, 48 anos, condenado por latrocínio
Francisco – homem, preto, 26 anos, condenado por roubo
Jair – homem, branco, 21 anos, condenado por roubo
João – homem, preto, 38 anos, condenado por homicídio
Jorge – homem, preto, 31 anos, condenado por roubo e homicídio
José – homem, branco, 33 anos, condenado por homicídio e roubo
Juliana – mulher, preta, 33 anos, condenada por furto
Lucas – homem, branco, 22 anos, condenado por tráfico de drogas
Paulo – homem, branco, 44 anos, condenado por homicídio
Pedro – homem, preto, 39 anos, condenado por roubo.
Romeu – homem, branco, 36 anos, condenado por roubo
Sandra – mulher, branca, 34 anos, condenada por homicídio
Tiago – homem, branco, 36 anos, condenado por homicídio

5.1 Trajetória familiar

Embora haja toda uma teorização da criminologia atual voltada a desconstruir a importância da família na caracterização do fenômeno da criminalidade, optamos por incluir a categoria trajetória familiar na análise, pois, só assim, seria possível trabalhar com a técnica de análise de trajetória. Assim, não se almejou buscar explicações para a entrada no mundo do crime a partir da constituição familiar, mas sim, tentar verificar, numa concepção bourdiana, qual os níveis de capital social e cultural constituintes do *habitus* desses egressos, que serão importantes para a construção de suas trajetórias. Apesar desse cuidado, veremos, mais tarde, que os egressos consideram sua trajetória familiar, muitas vezes, explicativa de sua relação com o crime.

Os egressos revelam ter tido, em sua maioria, família nuclear composta de pai, mãe e irmãos. Estas famílias são as mesmas que hoje, com raras exceções, permanecem atreladas aos egressos, embora muitos deles tenham constituído novas famílias, com mulher e filhos, ou marido e filhos.

Das famílias de origem desses egressos, pode-se afirmar que há casos de egressos com famílias pequenas, com o pai garantindo o sustento da casa, e a mãe, em casa, cuidando dos filhos; há famílias grandes, do interior do estado, famílias moradoras de regiões rurais, nas quais o sustento era oriundo do trabalho de todos na lavoura, vigendo a lógica de quanto maior o número de filhos, mais pessoas para “trabalhar na terra”.

Há, e estas são a maioria, famílias moradoras da periferia de Porto Alegre ou região metropolitana; contudo, dentre estas, há aquelas com reduzido número de filhos e educação destes em moldes mais rígidos, com a não permissão de saída de casa, com a tentativa de inibir as “más companhias”; e aquelas famílias, também moradoras da periferia, tendo, contudo, elevado número de filhos, onde vige a lógica de que os mais velhos cuidam dos mais novos.

Há famílias de egressos que se caracterizaram pela formação religiosa, com egressos tendo todo o seu crescimento atrelado à relação com a igreja e a grupos constituídos dentro delas. Tais egressos, nesse caso específico, caracterizam-se pela colocação no mercado de trabalho, depois de adultos, pela escolaridade relativamente alta que obtiveram.

Outros egressos caracterizam-se pela perda dos pais na adolescência, o que acarretou a estes que fossem morar com avós ou tios; tal fato, na interpretação deles, contribuiu para a entrada no mundo do crime, por terem tido uma criação mais flexível, com os vínculos afetivos debilitados.

Há também egressos que perderam o pai cedo e a mãe permaneceu sozinha, cuidando dos filhos.

Há, por outro lado, egressos cuja trajetória familiar revela-se mais trágica, com a total desestruturação e falta de condições básicas. Este é o caso de um egresso que foi criado pela mãe, a qual foi expulsa de casa por seu pai, quando este soube de sua gravidez. Esta mesma mãe teve de dar o filho do meio, por falta de condições de criá-lo, e ela mesma, ao arrumar um companheiro, pôs seu filho - o egresso em questão -, para fora de casa, pela incompatibilidade deste com o seu novo marido.

A importância da análise de trajetória familiar destes ex-presidiários se dá pelo fato de que, depois de ter cometido um crime, sido julgados, e cumprido uma pena, os egressos são, constantemente, chamados a falar sobre sua trajetória, fazendo aquilo que Giddens (1989) chama de reflexão sociológica dos atores.

Assim, muito da explicação para a entrada no mundo do crime, para esses atores, dá-se em função de suas famílias: por terem sido criados “muito soltos”, por terem tido uma educação, na qual faltou autoridade, perda de valores, ou pelo seu histórico de abandono.

Diante desse panorama geral, o capítulo em questão investigará a trajetória familiar dos egressos entrevistados - desde a sua infância até hoje, passando pelos laços de sociabilidade pré e pós-prisão -, a fim de compreendermos a constituição do *habitus* dessas pessoas e de seus processos de socialização.

A análise geral da constituição familiar dos egressos revela uma predominância dos núcleos familiares incompletos, pela ausência de um dos progenitores. Este é o caso de sete famílias, em que o pai ou morreu quando o egresso ainda era criança ou saiu de casa devido a separações. Há, ainda um caso

de egresso que perdeu a mãe na infância, tendo sido criado por seu pai e a nova mulher. Os outros egressos caracterizam-se por ter uma trajetória familiar constituída pela presença de ambos os progenitores, mas, em dois casos, estes faleceram quando os egressos estavam ingressando na adolescência, o que gerou uma trajetória de “idas e vindas” em casas de parentes, que é vista por eles como causa para suas entradas no mundo do crime.

Um dos egressos referiu ter perdido os pais na adolescência, quando foi morar com parentes e amigos, constituindo uma trajetória sem rigidez:

No momento, eu não tenho pai nem mãe. Minha mãe eu perdi em 80 e o pai em 82, perdi meu pai e minha mãe, aí eu fui morá com meus tios. Eu tinha 18, 19 anos. Aí, como é que eu vou dizer, foi uma trajetória meia solta, daí eu meio exilado, perdi minha mãe e em seguida meu pai, daí já fui embora com meus tios, não era assim, não era um vínculo familiar, já não é a mesma coisa. Aí já não dei certo com a minha tia, daí já fui morá com um amigo, com uma família que eu conhecia, daí morei todo o tempo com essa família. Morei bastante tempo, mesmo. Até depois, daí já tava com 22 anos, aí saí da casa deles, aí me envolvi nesse homicídio, aí fui preso. (João).

Uma das egressas referiu que morava com sua mãe e mais oito irmãos, contudo, quando esta morreu, acabou indo morar com a avó, cujas condições já não eram as mesmas e acabou “desviando-se”:

Meu pai era separado da minha mãe, né. Eu vivia com a minha mãe, meu padrasto e oito irmãos, daí depois o meu padrasto morreu, fico eu, minha mãe, e dois irmãos, eu e mais dois mais novos, daí depois a minha mãe faleceu, daí eu fui morá com a minha vó, daí dali da minha vó eu já saí, já engravidei, em seguida que a minha mãe morreu. (Juliana).

Mais trágica é a história familiar de um egresso que morava com sua mãe, um irmão e o padrasto, sendo que seu pai não o tinha reconhecido legalmente como

filho; e seu outro irmão havia sido dado, por falta de condições financeiras da mãe em sustentá-lo:

Eu fui criado pela minha mãe só; tenho um outro irmão, a minha mãe teve que dar um por dificuldade, não tinha como criá, aí deu, eu tenho um outro irmão, filho dos mesmo pai que eu, e o meu pai faleceu antes deu caí em cana, quando eu fui preso meu pai tinha falecido. Eu tive um desentendimento com o meu padrasto, que tava companheiro da minha mãe, eu tava até trabalhando, eu tava morando na Alvorada com eles lá, e aí com os meus 14 ano eu tive esse desentendimento com ele, né, tive uma briga lá e daí eu decidi saí de casa. Daí eu saí de casa e fui morá com a minha vó, daí que começô tudo, daí eu já não tava mais ca minha mãe, tava c'aquilo na cabeça, daí logo em seguida fui visitá o meu pai, daí fui sabe que o meu pai tinha morrido há 2 semana, né, no tempo que eu tava ca minha mãe, o meu pai tinha falecido. Eu fui saber depois que já tinha gente morando na casa dele, os pertence dele já nem sabia onde andava, eu fiquei sabendo depois, e aquilo foi me transtornando, mais a minha mãe trocô eu pelo cara, optô de fica comigo e com o meu irmão pra ficá com o cara, né, ali que eu comecei a entrá no mundo do crime, aos 14 ano, morando ca minha vó. (Jair).

Outro egresso contou ter tido uma formação bastante rígida, com sua mãe controlando sua saída de casa, tentando protegê-lo das ameaças da “rua”, o que, em sua opinião, foi responsável pelo seu envolvimento criminal:

Minha mãe gostava muito de me ver dentro de casa, ela tentava me prendê pra me protegê, mas na verdade ela tava me prejudicando. Ela sabia de tudo, é um morro, e morro é tudo assim, é uma boquinha ali, é assalto ali, é assalto, é isso, é aquilo, é morte, e ela queria me prendê, dentro daquele, do útero dela, vamo se dizê assim, pra mim não sofre nada; mas de repente se eu tivesse convivendo com aquilo, eu não teria entrado naquela, porque eu já ia vê que aquilo é errado, mas não, ela me deixava trancado ali dentro, não me mostrava o que tem do lado de fora, e falava que não era pra mim saí, que aquilo dali não era certo, mas eu não visualizava aquilo, eu não via aquilo, como é que eu vou sabê que aquilo é errado, se só ela que me fala isso? Ela e meu pai me falam isso? Eu tenho que ver pra crer. A gente tem que ver pra crê. Daí chega um dia um cara larga um bagulho branco na tua frente, isso aqui é droga, isso aqui é cocaína, ah, isso aí que é droga? Tah, então me deixa vê, me deixa experimentá, vamo vê como é que é isso aí, pô, só me dizem que não presta, que é ruim, que não sei que, daí tu vai a primeira vez, não te dá nada; daqui a pouco tu tá indo a segunda, terceira, quarta,

quinta, sexta, quando tu vê, todo dia tu vai pruma festa e tá com a tua dentro do teu bolso; fumá a mesma coisa. (Lucas).

Percebemos que o tamanho da família não segue nenhuma regularidade: encontramos famílias de egressos nos quais eles eram filhos únicos; e famílias numerosas, com oito e nove irmãos.

No que se refere às ocupações dos pais - o que pode, de certa forma, revelar a condição sócio-econômica da família -, percebemos a supremacia de ocupações semi-qualificadas, com raras exceções. Assim, dos quatorze egressos entrevistados, dois tinham pais que desempenhavam funções públicas, como policial militar e agente penitenciário, e suas mães desempenhavam, respectivamente, a função de doméstica e a de costureira. Destas ocupações, depreende-se a classe social da família desses egressos como sendo a baixa.

Outros egressos caracterizam-se por ter tido pais que desempenhavam atividades de pequenos comerciantes ou produtores rurais. Este é o caso de dois egressos, cujos pais tinham fruteira ou eram agricultores, e todos esses com mães “do lar”. Quanto às condições sócio-econômicas de suas famílias, percebemos o pertencimento à classe baixa.

Há dois casos de egressos cujos pais ou padrastos desempenhavam atividades em bancos, estes se caracterizando por pertencerem à classe média-baixa.

Há outros dois egressos cuja situação sócio-econômica familiar era mais favorável, pois os pais desempenhavam atividades autônomas, ou tinham bons empregos: um deles era funcionário da VARIG e o outro era proprietário de uma fábrica de móveis.

Quanto às ocupações das mães, independente da profissão dos pais ou padrastos, com exceção de um caso, em que a mãe do egresso era auxiliar de enfermagem, todas as outras ou desempenhavam a função de “donas de casa”, ou de domésticas, faxineiras ou costureiras. Sendo assim, aqueles egressos criados apenas pela mãe (21,5%), caracterizam-se por pertencer à classe baixa, sendo os que têm, ou tiveram situação sócio-econômica mais precária. Os demais egressos não fizeram referência às ocupações de seus pais.

Continuando a análise de trajetória familiar desses egressos, interessou-nos saber como estava constituída a família dos egressos quando eles foram presos. Aqui, optamos por dividir o rol de entrevistados entre aqueles que já haviam constituído uniões, os quais chamaremos de “casados” (sem preocupação com a formalidade legal ou não desta união, até porque muitas vezes as informações dadas pelos egressos quanto a casamento ou união estável não coincidiam com as informações obtidas em seus processos de execução), e os que permaneciam atrelados a suas famílias de origem.

Do total de entrevistados, 43% dos egressos haviam constituído família quando foram presos, todos eles já tendo filhos. Os outros 57% ou permaneciam atrelados a suas famílias de origem (43%), ou haviam constituído novos laços de sociabilidade com parentes ou com amigos, às vezes, “comparsas” nas ações criminosas (14%). Aqui, relacionando-se a trajetória familiar no momento da prisão, com a idade do egresso, percebemos que aqueles vinculados a suas famílias de origem eram mais velhos (de 22 a 41 anos), do que aqueles que haviam se atrelado a novos núcleos sociais (18 e 19 anos). Quanto aos casados, não há qualquer relação com a sua idade quando preso, pois estes tinham, quando foram presos, de 18 a 30 anos. Contudo, com exceção daqueles que haviam perdido seus

progenitores (dois egressos), quase todos os outros egressos continuaram mantendo relações com suas famílias de origem.

Importou-nos saber, também, qual a reação das famílias com relação ao crime cometido, bem como o seu apoio, ou não, durante a vida carcerária destes egressos. Quanto ao primeiro aspecto, percebemos que, na opinião dos egressos, a maioria das famílias não desempenhou um papel coercitivo com relação a suas condutas e as conseqüências advindas delas. Com exceção do egresso vinculado ao tráfico, que havia desvinculado-se de sua família, por esta não aceitar seu envolvimento criminal,

Minha família antes era muito diferente, porque eu tava envolvido com armas, droga, tráfico, todo esses negócio, daí era tudo muito diferente, eu não tinha contato com a minha família, eu nunca tive, eu não ficava perto deles. Daí depois de tudo que aconteceu, eu fui pego, fui preso, passei um tempo preso na cadeia. (Lucas).

E de outro egresso, cuja mãe disse que ele havia morrido para ela quando foi preso. Os outros egressos não falaram sobre a reação de suas famílias (36% deles); ou disseram que elas haviam ficado surpresas com suas prisões, ou com o fato de terem cometido delitos. Voltaremos mais adiante a essa questão, quando passarmos a analisar as motivações para a entrada no mundo do crime, com a constituição ou não de carreiras criminosas, e aí, perceberemos porque, na opinião dos egressos, não houve muita reação de suas famílias ao crime, pois, na verdade, esses egressos entrevistados não se constituíram como “bandidos”, e sim seus crimes foram decorrentes de fatalidades, contingências, das quais se arrependem muito. Portanto, não restava a suas famílias a repressão às suas condutas, mas sim, o apoio incondicional, para que saíssem, o mais rápido possível, daquela trajetória adversa a que foram levados em suas vidas.

A mãe sempre me apoiô, ela sempre disse, que ela ia me ajudá, que eu parasse com essa vida, que lá eu tava meio perturbado, tava com a cabeça meia voltada, queira mais, que eu tinha umas amizade que só roubavam banco, coisa grande, coisa mais grande, maior do que eu fazia, daí a tendência que eu queria é, bah, se eu vou trabalhá, vou ganhá R\$ 300 pila por mês, numa ou duas tacada que eu fizê bem feita, eu posso ganhá, de repente, abri um negócio. (Francisco).

Todavia, se a reação ao delito e à prisão, por parte das famílias, não foram muito intensos, bastante diverso foi seu apoio aos egressos durante seu cumprimento da pena. Assim, 78% dos egressos tiveram apoio constante de suas famílias, sendo a figura da mãe a que mais aparece como a “apoiadora”, seguida de irmãs e companheiras. Dos 22% de egressos que se disseram não apoiados, 7,1% deles, ou seja, um egresso, afirmou como causa a falta de condições financeiras da mãe para visitá-lo, eis que ficou um tempo preso no interior do estado.

Eu fui condenado, não fugi, me largaram lá em Santa Cruz do Sul, a minha mãe não tinha condições de ir lá me vê, eu fiquei 5 mês e 25 dias lá sem visita, né. Era, de mês em mês, quando meu tio ajudava minha mãe, pra ela ir lá me vê. (Jair).

Outro egresso contou que sua família ficou magoada com ele, por ele dispensar a ajuda para contratação de defensor, o que causou o abandono por oito anos de prisão, mas este apoio foi restabelecido mais tarde.

Meu pai era funcionário federal, da Caixa, o meus irmão são fundador dessa MV de computação; o único que deu uma guinada fui eu, mesmo; a minha família tem um vínculo bom; aí, pelo um tempo, eles até ficaram magoado comigo que eles quiseram colocá advogado, e eu disse pra eles que eu não queria, mas eles não entendiam isso ali, que eu não queria, aí eles me deixaram, eu fiquei sem contato com eles uns 8 ano, porque eles queriam gastá um dinheiro em cima, um dinheiro que, naquele momento, ali, nos primeiro ano, não ia serví de nada, eles iam só botá dinheiro fora, entendeu, por uma coisa que eu podia fazê interno, lá dentro. (Pedro).

Analisando-se a constituição familiar dos egressos hoje, constatamos que 50% deles continuam mantendo os mesmos vínculos familiares da época em que foram presos. Os outros 28,5% constituíram novas famílias, mas não perderam o contato com as famílias anteriores, as quais eram as famílias nucleares desses egressos; e os outros 21,5% perderam totalmente o contato com os núcleos familiares de quando foram presos, constituindo novos núcleos.

Aqueles egressos que constituíram novas famílias, ou foram morar com outras pessoas que não o núcleo familiar de origem, revelam os problemas da falta de capital econômico para o sustento de seus novos lares.

No depoimento de um dos egressos, ele revela que, pelo fato de ter ido morar com uma tia, doente, com filhos pequenos, e sem marido, ele acaba sendo, em termos econômicos, o “marido dela”, por ser o principal provedor da casa:

Eu não tenho filhos, mas tenho a minha tia. A minha tia tem dois filhos e não tem marido. No caso, eu fico sendo o marido dela. Tem que ajudá ela, ela tá com umas pedra na vesícula, não tem como trabalhá, tem que fazê um tratamento, quem patrocina sô eu, daí. É por isso que não tem como juntá um dinhêro. (Jair).

Esse egresso, mesmo tendo uma namorada, pelo fato de já se considerar um provedor, não pensa em constituir logo uma união com essa namorada, o que pensa em fazer, apenas quando estiver “estabilizado”:

Ela é nova, eu também sô novo. Então nós tamo se conhecendo, pensamento de casá nós temo um dia, se nós tivé estabilizado, serviço fixo, filho também, pra depois. (Jair).

Outro egresso, cuja situação é mais favorável, diz pensar em constituir família, ter filhos, seguir uma “vida normal”:

O aspecto da família eu acho que também é importante, eu sou solteiro, eu não tenho filhos, eu pretendo me casar ainda, eu pretendo ter filhos, e como tava turbulenta ainda essa minha situação, de semi-aberto, tudo, mas agora eu já vou pensar nisso também, sabe, vô montá uma família, vou seguir minha vida normal. Eu acho que nada mais justo, depois de tudo isso (Tiago).

Expandindo esta análise, considerando-se os egressos casados, que hoje somam 78,6% do universo de entrevistados, percebemos que, quanto às ocupações de companheiras e companheiros, estas se caracterizam por ser bastante desqualificadas. Assim, há companheiras domésticas e faxineiras (14,3%); uma companheira que trabalha como vendedora em uma banca de revistas (7,1%); 28,6% de companheiras desempregadas; e 14,3% de companheiras cuja atividade profissional não foi revelada. Dos dois companheiros, que somam 14,3% do universo, um trabalha na Caixa Econômica Federal, como carregador, e o outro está preso. Essa egressa, cujo companheiro está preso, revelou não saber muito bem os motivos de sua condenação:

Ele tinha uma condenação de 10 anos atrás, que eu nem conhecia, porque nós tamo junto há 9 anos; ele tinha uma condenação de semi-aberto e não cumpriu o semi-aberto. Até eu nem sei do porquê que é, porque eu nem conhecia ele. E ele me disse que é por causa de uma guria menor, não sei. (Sandra).

Finalizando-se a descrição acerca da trajetória familiar de egressos prisionais apoiados pela FAESP entrevistados, chegamos ao aspecto principal quanto a um possível indicador de reintegração social na opinião dos egressos, demonstrando a importância da família para estas pessoas, tanto durante sua vida prisional quanto a seu possível processo de reintegração social, depois da saída da prisão.

Para uma das egressas, o fato de ter abandonado as drogas, fez com que sua família voltasse a procurá-la:

Quando eu tava usando droga, roubando, a minha família assim, que é irmãos, primos, sobrinho, se afastaram todo mundo, né. Aí fui pra cadeia, a única pessoa que ia era meu marido e meus filhos, aí depois, quando eu voltei, que eles viram que eu continuei trabalhando, começou a voltar todo mundo a me procurá, hoje em dia eles vão na minha casa de novo, sabe, me procuram, me ajudam, também, porque antes eles tinham me largado de mão. E daí tu sente que têm pessoas que gostam de ti em volta de ti, mas a droga faz todo mundo se afastá de ti, porque a pessoa vem falá contigo tu tá drogada, tu xinga a pessoa, né, não dá bola pro que a pessoa tá falando, a pessoa tá tentando te ajudá e tu não tá te ajudando. (Juliana).

Para outro egresso, o fato de ter uma estrutura familiar sólida foi importante tanto durante seu cumprimento de pena, quanto depois, em seu período de ressocialização pós-prisional:

A minha sorte é que eu tinha estrutura familiar, né, a gente mora em residência fixa, meu pai tinha um trabalho fixo, conseguia mantê nós, então eu acho que foi bastante importante essa estrutura de família, tanto no início, como durante e depois também. Sempre fui apoiado, em todos os momentos, na medida do possível, minha família nunca deixou de me visitá, nunca deixou de me dar atenção ou de me discriminá, muito pelo contrário, acho que aproximou mais a gente, né, com a situação. (Tiago).

Todavia, para a outra egressa, o fato de não ter tido apoio familiar durante o cumprimento da pena, a não ser de seu pai, que morreu antes dela sair do presídio, fez-lhe abandonar totalmente o contato com os irmãos:

A única pessoa que ficou do meu lado foi meu pai, até ele morrer. Foi a única pessoa, que meus irmão não me apoiaram nesse momento. Então agora, eles moram em Caxias, e outros moram lá pra fora e eu não dei endereço. Eles até vieram me procurar na Farroupilha, mas eu não quero, na hora que eu mais precisei, que eles sabiam que o que tinha acontecido comigo não tinha sido culpa minha, eles não me apoiaram, então, eu pra mim, eu acho que não (a importância da família), porque eu sai de lá, eu tive mais apoio das pessoas estranha do que da família. E depois que meu pai faleceu eu não tive mais visita, fiquei sem visita, daí eu puxei todo o tempo sem visita. (Sandra).

Assim, percebemos que todos eles estão, ou estiveram vinculados a laços de sociabilidade em algum momento da vida; e se estes, hoje, não são os laços originais, houve a constituição de novos núcleos. Além disso, percebemos, muitas vezes, na fala dos egressos, que uma ou várias pessoas desempenham papéis importantes em suas trajetórias. Assim, a figura da mãe e os filhos aparecem como personagens principais para 71,4% dos egressos, sendo seguidos pelas companheiras e companheiros (14,3%) ou por toda a família (21,4%).

Da análise geral sobre a trajetória familiar podemos concluir que os egressos tiveram trajetórias familiares constituídas por núcleos incompletos, ou completos por curtos períodos de tempo; não há regularidade no número de irmãos; os pais caracterizam-se por trajetórias semi ou desqualificadas.

Fazendo uma análise linear da trajetória familiar desses egressos e de seu capital econômico, através das ocupações de suas mães, e posteriormente de suas esposas e companheiras, percebemos a reprodução de seu *habitus*, a partir da transmissão de um capital econômico baixo.

Utilizando-se da conceituação de capital social de Bourdieu (1999), trabalhado por Barbosa ([200?]), para quem ele expressa o tempo e a atenção que os pais têm ou usam na interação com os filhos, monitorando suas atividades, promovendo seu bem-estar e o seu desempenho escolar, verificamos que tais egressos tiveram níveis variados de capital social, uma vez que não houve regularidade no tempo dispendido com os egressos, por suas famílias.

Na pesquisa de Barbosa ([200?], p. 4), ela utiliza-se de indicadores para a verificação do capital social das famílias: processo de formação e dissolução das famílias (relativo à estabilidade da relação dos pais e à presença de adultos no lar); e o comportamento reprodutivo (medido pelo tamanho da família ou pelo número de

irmãos), os quais se consubstanciariam nas quantidades de tempo dos adultos com disponibilidade para dar atenção aos membros mais jovens da casa, todos esses caracterizando-se como recursos de que dispõem os pais no processo de socialização dos filhos.

Utilizando esses mesmos indicadores, podemos obter o capital social de ressocialização dos egressos, a partir do tempo disponibilizado por suas famílias a eles na infância, bem como pensar em um nível de capital social dos egressos, a partir da disponibilidade de tempo dispendida enquanto presos.

Não obstante a transmissão de um baixo nível de capital social na infância, as famílias demonstram ter disponibilizado um certo período de tempo em visitas aos egressos, quando esses estiveram presos, o que pode indicar, utilizando-se do referencial teórico de capital social de Bourdieu, como níveis médios, em oposição ao capital social baixo, transmitido aos egressos, na socialização infantil.

5.2 Trajetória educacional

Nesse subcapítulo, pretendemos analisar a constituição da trajetória educacional dos egressos apoiados pela FAESP, a fim de demonstrarmos as escolaridades antes de presos, as atividades de ensino nos presídios, as escolaridades obtidas após a saída das prisões, e as atividades de ensino desenvolvidas atualmente.

A análise da trajetória educacional dos egressos apoiados pela Fundação revela que cerca de 71% deles tinham escolaridade em torno da 5^a. e 6^a séries quando foram presos. Os outros 14,3% possuíam escolaridade de ensino fundamental completo, enquanto um deles havia ingressado no ensino médio, sem

chegar a completar o primeiro ano. Houve um único caso de egresso semi-analfabeto com a 1ª série incompleta, e um caso de egresso com ensino médio completo.

Esses egressos estudaram, em sua grande maioria (92,8%) em Porto Alegre ou Região Metropolitana, excetuando-se o caso de uma egressa oriunda da zona rural da cidade de Lagoa Vermelha, que realizou seus estudos naquele local.

Perguntados acerca de seu desempenho como eram alunos, apenas cinco deles souberam responder a pergunta, lembrando-se de que, geralmente, “bagunçavam” em sala de aula, apesar de muitos referirem que eram bons alunos quanto à aprendizagem. Para quase todos eles, há coincidência de sua má atuação em sala de aula com o início do uso de drogas, ou com o início do trabalho. Além disso, os depoimentos dos egressos revelam a realidade do ensino escolar público destinado às classes populares e os problemas que afetam a escola na sociedade contemporânea.

Na opinião de um dos egressos, seu desempenho escolar era bom, dizendo ter facilidade de aprendizagem:

Eu era bom aluno, eu tinha facilidade de aprendê as coisa. Eu era assim, oh, se eu olhasse esse papel, eu podia fazê a prova que... E daí eu nem me preocupava em estuda, né. Eu tinha facilidade em aprende e entende as coisas, mas eu era incomodativo, né. E muito depois me revoltei, porque eu tinha um caminho bom, tava no caminho certo, tava estudando, certinho também na idade no colégio, até a sexta série, depois eu rodei, no mesmo ano que nós se mudamo pra lá. Eu mudei de colégio, depois eu rodei, sei lá por causa de que. (Francisco).

Na opinião de uma das egressas, seu fracasso escolar foi decorrente de sua entrada no mercado de trabalho:

la bem, até a 5ª série eu não rodei um ano. Daí na 5ª série eu comecei a trabalhá na Caixa, com 14 anos. Daí passei pra noite. Daí já começo aquele negócio de matá aula, fumá cigarro, sabe. Já me desviei totalmente, mas até a 5ª eu fui sem roda. (Juliana).

Essa é a mesma opinião de outro egresso que diz ter parado de estudar para trabalhar:

É que eu parei muito cedo de estudar, né, dificuldade, tinha que trabalhá, e aí eu não estudei. (Jair).

Na fala de um dos egressos, condenado por tráfico de drogas, seu mau desempenho escolar era decorrente do uso de drogas:

Fumava e entrava dentro da sala de aula, pra assistí aula, e estudava, drogado, armado dentro da sala de aula, duas vez me pegaram armado dentro da sala de aula, baleei colega meu dentro da sala de aula, drogado e ele me tirando, e eu armado na sala. (Lucas).

Perguntado acerca de como ia na escola, esse egresso afirmou que, antes de seu envolvimento com drogas, seu desempenho escolar era bom:

Matemática até hoje eu sou muito bem. Eu era um bom aluno, os professor nunca tiveram queixa forte de mim. Às vez aparecia uma discussão ou outra, muito bagunceiro, mas sempre passava de ano, sempre estudava pra passá, sempre fazia a minha parte, e esperava que eles fizessem a parte dele, mas eu não aceitava nem desproteção, se eles dirigissem a voz com um certo tom pra mim, eu já não aceitava, botava a minha parte e a deles, vamo se respeitá num ponto, senão dé o respeito, a gente parte pra ignorância, pelo menos era assim; agora eu não sô assim, agora eu tento conversá, não deu, converso de novo, tento, não deu, converso mais uma vez, se não deu, tu vira as costa, e vai te embora; naquele tempo não, conversava uma vez, não deu certo, estourava tudo. (Lucas).

Este egresso, diretamente envolvido com o tráfico de drogas, mas com uma escolaridade bastante alta - primeiro ano do ensino médio -, vê na escola a explicação para o seu envolvimento com as drogas.

Estudei, eu tenho o primeiro grau completo, e o primeiro ano do segundo.

Estudei na minha vila, no Morro da Cruz. Ali que começou, daí, más influências dentro do colégio, não iam pra estudá, e levavam as coisa pra dentro do colégio. Daí eu comecei vê, ó eles ganham dinheiro fácil, porque eu trabalhava naquela época, eu trabalhava na feira, com 12 anos de idade eu comecei a trabalhá. Eu trabalhava na feira de manhã, estudava de tarde, e à noite ficava na rua. Daí chego um tempo que eu larguei o serviço, só estudava e roubava, assalto. (Lucas).

No caso específico desse egresso, foi a escola a maior responsável pela sua entrada no mundo do tráfico de drogas.

Eu completei o primeiro ano lá. Daí eu fui fazer o segundo grau no Julinho, mas no Julinho era pior do que lá, tinha mais influências ali dentro. Daí eu não dei certo. Ah, eu vou ganhá meu dinheiro e vivê sozinho. (Lucas).

No caso da ex-presidiária que morava na zona rural, o fato de ter estudado apenas até a 5^a. série deveu-se a não ter escola de nível mais avançado em seu local de moradia, fato típico que faz com que aqueles que não tem condições de ir até a zona urbana tenham de ter seus estudos abortados, por falta de infra-estrutura.

Eu nunca rodei, eu sempre passei todos os anos. Eu parei de estudar com 12 anos, porque lá no interior só tem até a quinta série. Depois da quinta não tinha mais como estudar. (Sandra).

Apesar do índice de abstenção de 28,5% à pergunta quanto ao porquê de ter abandonado os estudos, este mesmo percentual de egressos afirmou tê-lo feito devido à entrada no mercado de trabalho. Os outros tiveram motivos mais

específicos: revolta, entrada no mundo do tráfico de drogas e, no caso de egressos com ensino médio completo, dificuldades financeiras para pagar uma faculdade particular, já que fizeram vestibular na UFRGS sem obter êxito.

O depoimento do egresso abaixo trata de suas dificuldades de concorrer no vestibular com jovens estudantes:

Eu tentei fazê uma UFRGS, sabe, primeira vez eu paguei. A segunda vez agora não paguei nada, já sei como é que é o sistema, como é que funciona. Mas só que, que eu não tinha condições, daí estuda um integrado, sabe. Ah, fui competí com os cara que tão ali, sem chance, não consegui nada. Eu ia tirá enfermagem, tirei primeiro de mecânica, na 2ª agora tirei de enfermagem. Mas não tem, se eu não estudá, não adianta. E é tudo jovem, sabe. O pior é que ali é uma competição, claro que é, mas bah, tudo jovem, não trabalham, o pai apoia, os pai apoiam pra eles sê aquilo ali, que eles tão sonhando, tão acreditando. (Damião).

Outro egresso também referiu ter feito vestibulares, contudo sem obter sucesso:

Eu já tentei, por duas vezes, fazer faculdade, na UFRGS, e na FAPA, passei nas duas, só que eu não peguei classificação. Tô tentando de novo fazer a UFRGS no fim do ano, porque na realidade eu queria fazer administração hospitalar, que tem na Unisinos, e eu não tenho condições financeiras pra sustentar uma faculdade. (Paulo).

A realidade vivenciada por estes ex-presidiário no tocante à escolarização formal dentro do sistema penitenciário revela uma trajetória especial, se comparados ao resto da massa carcerária que fica ociosa dentro das cadeias, sem estudo.

Os egressos em questão caracterizam-se por ser um grupo em que a escolarização no presídio foi muito significativa, tanto em termos de avanço em níveis de escolaridade, quanto no de obtenção de conhecimentos específicos na área jurídica, o que lhes possibilitou a movimentação de seus processos de execução criminal.

Na fala de um dos egressos, verificamos que a movimentação processual, realizada *intra-muros*, é uma prática corrente dentro do sistema penitenciário.

Aí eu até, com o tempo, eu comecei a eu me movimentá, eu mesmo dentro da cadeia. A gente tinha máquina de escrever, tinha umas petição, daí comecei eu a fazer por mim, mandei um ofício pro juiz, que era o Scapini, pedindo a desliga do meu advogado, no caso, pra ele não ter acesso ao meu processo, que eu tava desabonando ele, daí veio tudo certinho, foi aceito, daí comecei, daí dei a plena liberdade pra Defensoria Pública, pra eles podê movimentá o meu processo, pra ele não fica parado e comecei a movimentá eu mesmo, comecei a fazê petição, tirava o meu tempo de semi-aberto, que nem chegô, e assim eu fui fazendo. (José).

Na opinião de outro egresso, foi seu conhecimento de legislação de execução penal que o fez sair da prisão:

Foi através dessas normas aqui da LEP que eu consegui chegá onde eu tô agora, na condicional, lendo bastante a LEP e escrevendo em cima do art. 132, que me amparava no livramento condicional. (Carlos).

Dos quatorze egressos entrevistados, oito deles estudaram nas casas prisionais (57,1%), sendo que dos seis que não estudaram, dois deles não o fizeram porque já tinham completado o ensino médio e uma das egressas tinha uma filha pequena, que morava com ela no Presídio Madre Pelletier, o que a impossibilitou de estudar à noite. Os demais não referiram os motivos pelos quais deixaram de estudar.

Relacionando-se os anos de pena cumpridos do regime fechado à entrada em livramento condicional, percebemos que não há relação direta entre eles e o estudo na prisão; contudo, verificamos também que todos os egressos que tiveram penas altas, acima de seis anos, estudaram enquanto estavam presos.

Quanto aos egressos que estudaram (57,1%), cinco deles (35,7%) conseguiram avançar em seus níveis de escolaridade, sendo que destes, um conseguiu terminar o ensino fundamental e iniciar o ensino médio; e o outro conseguiu terminá-lo.

No entanto, os egressos demonstram as dificuldades de se conseguir estudar no sistema penitenciário, devido à conotação política que muitas vezes a escolarização adquire, para algumas administrações.

Hoje, tu vê, lá no sistema eu tirei o primeiro grau, tava estudando o segundo grau quando deu aquele motim, terminou; a polícia entrô lá e acabô com a escola, diz que era por causa da escola, o delegado, né, que através da escola é que tinha uns cara muito inteligente e acontecia as coisa errada na cadeia. Eles avaliaram assim, daí acabaram com a escola. Eu já tinha 4 disciplina terminada do segundo grau, e antes era 10, agora é 8 parece. Daí então eu fiquei sem estudá 2 ano, vim terminá meu segundo grau aqui na rua. (Damião).

Para as duas mulheres entrevistadas, a realidade da escolarização foi um pouco diferente. Aquela egressa cuja família era de Porto Alegre e os filhos puderam ficar com o pai durante a sua prisão, teve a oportunidade de estudar no presídio:

Estudei, fiz até esses provão, só que ia lá dentro pra nós fazê. Fiz dois, de fim de ano. Mas não foi o resultado pra lá e nem eu fui no Instituto de Educação ver. Tem que ir ali vê, pra vê as matérias que eu rodei pra mim fazê só as que eu rodei. (Juliana).

Já a egressa vinda do interior do estado¹⁷, a qual engravidou de um preso, hoje seu atual marido, num presídio de uma cidade do interior, tendo convivido

¹⁷ Há que se ter claro que no sistema penitenciário gaúcho só existe uma casa prisional feminina para o cumprimento do regime fechado. Sendo assim, as mulheres do interior do estado condenadas ou permanecem cumprindo pena em suas cidades, em presídios mistos, ou tem de ser removidas para Porto Alegre. Esta discussão tem sido alvo de pesquisas que revelam muitas vezes ser menos nocivo para a apenada permanecer em sua cidade, em contato com seus familiares, mesmo estando presa com presos do sexo masculino.

durante todo o seu cumprimento de pena em regime fechado com a sua filha, foi impossibilitada de estudar.

Eu tinha a guriuzinha. Essa de oito anos eu tive no presídio, quando tava presa, ela nasceu lá, daí não tinha como (estudar). Tinha colégio, quem não tinha filho estudava. Nós ficava na creche, daí não tinha como deixá as crianças de noite. (Sandra).

Outra questão, de cunho absolutamente processual-penal diz respeito à discussão quanto ao estudo ser ou não considerado para fins de remição de pena¹⁸. O entendimento majoritário permanece sendo o de que apenas o trabalho possa servir para descontar dias de pena, e não o estudo, o que acaba por desestimular a escolarização, eis que o trabalho prisional é, em muito, desenvolvido com o intuito de remir o tempo da condenação. Além disso, em sendo desconsiderado o estudo para fins de remição de pena, os processos de execução criminais não contêm o dado referente a estudo do preso, sendo assim, esta categoria só pôde ser analisada para o universo das entrevistas, tendo de ser “esquecida” quando se analisou o universo dos egressos apoiados pela Fundação.

A tabela abaixo demonstra as escolaridades antes de presos; depois da saída da prisão; e hoje, dos oito egressos que estudaram no sistema carcerário.

¹⁸ LEI DE EXECUÇÕES PENAS. Art. 126. O Condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. § 1º - A contagem do tempo para o fim desse artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

Quadro 3 - Escolaridades antes e depois da prisão; e escolaridade atual, dos egressos da FAESP entrevistados

	Escolaridade antes de preso	Escolaridade de saída da prisão	Escolaridade hoje
CARLOS	5 ^a . Incompleta	8 ^a Incompleta	8 ^a Incompleta
DAMIÃO	5 ^a .	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo
JAIR	4 ^a .	5 ^a .	6 ^a Incompleta
JOAO	6 ^a .	8 ^a . Incompleta	8 ^a Incompleta
JORGE	-	-	3 ^a Incompleta
JOSÉ	8 ^a .	8 ^a .	8 ^a
JULIANA	5 ^a	5 ^a	5 ^a
PEDRO	5 ^a	Ensino médio completo	Ensino médio completo

Relacionando-se, também, o estudo no presídio e a aquisição de conhecimentos jurídicos, constatamos que, apenas um, dos cinco egressos que aprendeu legislação penal no presídio, não freqüentou a escola, no sistema carcerário.

Assim, do universo dos egressos, menos da metade deles (42,8%) afirmou não ter aprendido conhecimentos jurídicos na prisão. Os outros não comentaram sobre o assunto (21,4%).

Continuando sua trajetória educacional, metade dos egressos continuou a estudar depois da saída da prisão, sendo que todos realizaram estudos em cursos supletivos.

Um dos egressos contou-nos sobre sua escolarização pós-prisional, revelando as dificuldades de voltar a estudar, depois de um período longo de não escolarização:

É o mesmo sistema daqui, sistema EJA, mas aqui é um ano e meio, lá é um ano. Lá é por avanço, até nem é tanto por nota, é mais pela tua presença em aula. Nota até nem..., mas daí eles botam uma média. Alcançô a média, um pouco mais é presença, e comunicação em aula. Eu terminei meu ano passado lá assim, só em comunicação. Não em presença e em matéria, terminei, mais só em comunicação. Até mesmo porque é muito difícil tu pegá assim de cara, com vários ano sem estudá, voltá, e a tua cabeça tá tão ampla assim, pra aquilo ali. (José).

Outra realidade é a de um egresso, que após ter saído da prisão, alcançou altos níveis de escolarização com a entrada no ensino superior:

Assim que eu ingressei, em 99, no livramento condicional, eu retomei os estudos, eu senti a necessidade de retomá os estudos, eu tinha então até a 7ª série. Aí eu concluí meu primeiro grau, que eu não tinha, fiz um ofício pra juíza, comunicando que eu teria interesse em voltar a estudar, se ela me concedia um horário pra mim chegá mais tarde; a permissão, sem problemas, ela me concedeu. Até a 7ª série eu fiz o regular, depois na 7ª pra 8ª eu fiz o supletivo, também porque distanciou muito a minha idade em relação a turma. Aí eu ia ficar muito tempo assim, sabe, aí eu concluí o primeiro grau, com o supletivo, e o segundo grau também com o supletivo, e isso aí foi me dando um incentivo, foi me dando forças assim, e prestei um vestibular, consegui passá, e hoje faço faculdade de Direito, vou pro 3º semestre, e procuro sempre buscá algo mais, assim, dentro do que eu posso, dentro do tempo e das condições que te oferecem, embora eu ainda tando aliado com a justiça ainda, faltando pouco tempo, eu tô aliado na justiça ainda. (Tiago).

Aqueles que não voltaram, expressaram em suas entrevistas a vontade de continuar seus estudos. Para um dos egressos, que após ter saído da prisão, voltou a estudar, mas teve de abandonar, a vontade de concluir o ensino médio é muito grande:

2000 agora eu tava no colégio, mas eu já tava na 8ª antes, daí eu tentei uma continuação e não consegui levá até o final; daí eu parei de novo. Mas eu tenho vontade, se Deus quiser, agora ano que vem eu vou acabar, né, mais perto que eu ando, bah, pra qualquer servicinho é 2º grau. (Francisco).

Na opinião de outro egresso, a vontade de estudar reflete seu desejo de conseguir trabalho:

Eu quero fazer um supletivo, pra terminar, pra ver se eu consigo gerar alguma coisa mais, porque três filhos, uma esposa e mais eu, é difícil, não é fácil, é todo dia leite, fralda, pra aquele pequenininho, pros otros já é material escolar, roupa. (Lucas).

Contudo, significativos são os depoimentos das mulheres, que não o podem fazê-lo, por terem de cuidar dos filhos.

Eu penso em estudar, mas agora aqui, na rua fica mais difícil pra estudar por causa das criança, né. É por causa que tem três criança, tem a gurira de 10, o guri de 8, e a gurira de 6. Daí saio, chego às 17h, e depois já vou sair pro colégio de novo, voltá só tarde da noite, daí fica ruim. (Juliana).

Eu comecei esse ano e tive que desistir por causa das crianças. (Sandra).

A distribuição das escolaridades dos egressos hoje demonstra que o egresso semi-analfabeto não continuou seus estudos, e um dos egressos cursa hoje a 3ª. série do ensino fundamental. Os demais têm escolaridade acima da 5ª série, sendo que as duas egressas mulheres foram as que permaneceram com esta escolaridade, muito em função de terem filhos pequenos.

Os outros egressos têm a 8ª. série incompleta (21,4%); ensino fundamental completo (7,1%); 1º. ano do ensino médio completo (7,1%); ensino médio completo (21,4%); e ensino superior incompleto (7,1%).

Quadro 4 - Escolaridades e idades dos egressos entrevistados pela pesquisa

	Escolaridade	Idade
CARLOS	8.ª série incompleta (?)	40
DAMIAO	Ensino médio completo	48
FRANCISCO	8.ª série incompleta	26
JAIR	6.ª série incompleta	21
JOAO	8.ª série incompleta	38
JORGE	3ª. série incompleta	31
JOSE	Ensino fundamental completo	33
JULIANA	5ª. série	33
LUCAS	1º. ano do ensino médio	22
PAULO	Ensino médio completo	44
PEDRO	Ensino médio completo	39
ROMEU	1ª. série incompleta	36
SANDRA	5ª. série	34
TIAGO	Ensino superior incompleto	36

Assim como a família, a educação desempenha, na opinião dos egressos, uma importância imprescindível no imaginário dos egressos, no tocante à sua reinserção social e profissional.

Na fala de uma das egressas, a educação é vista como necessária para o trabalho:

É a coisa mais importante para o trabalho tudo. (Sandra).

Para outro egresso, seu estudo pós-prisional também reflete o desejo de conseguir um emprego:

Eu espero ir mais pra frente ainda. Acho que é o mais importante. O primeiro grau pra mim tá bom assim. Fica melhor até pra arrumar um emprego. (Jorge).

No depoimento de um dos egressos, sua escolarização foi responsável pela saída da prisão:

Bah, é importante sim, pra mim eu acho, sabe. Senão não sei, não fosse o estudo eu não teria saído daquele lugar lá, porque daí eu seria fácil de se manobrado, já não teria mente própria, e daí não teria que passa pelo 2º grau, não teria passado por essa escola de teatro aí. (Damião).

Como parte integrante da trajetória educacional, cabe referir a experiência de um dos egressos junto a um grupo de teatro. Esse egresso, que já havia feito peças de teatro dentro do sistema penitenciário, e tem uma alta escolaridade, de ensino médio completo, referiu que o teatro foi a “parte” que mais gostou, em toda a sua vida:

Eu era o mais velho, mas eles me respeitavam pela minha inteligência, o que eles faziam, eu fazia também, interpretá, decorá o texto, bah, é legal, legal pra caramba. Foi a parte assim que toda a minha vida, foi a parte que eu mais gostei, sabe. Depois tá no Mário Quintana lá; bah (emocionado). Trabalhei ali pra montá o cenário, mas bah, foi legal depois. Os festerê, né. As pessoas via as foto da gente na peça que nós fizemo, tava as foto ali num painel, as pessoa vinham olhá. Ator, amador, mas não interessa. Bah, gostei. (Damião).

Ele, apesar de ter se acidentado e ficado com certo comprometimento mental, contou-nos acerca das peças nas quais atuou, referindo detalhes acerca da vida de escritores como Graciliano Ramos e Bertold Brecht, o que revela um alto nível de capital cultural, bastante destoante do que verificamos quanto à maioria dos egressos entrevistados.

Tendo em conta o exposto acima, referente às trajetórias educacionais dos egressos apoiados pela FAESP, constatamos um ganho de capital cultural, desde a sua infância, até após a saída da prisão, se comparados os níveis de escolaridade e os anos de estudo desenvolvidos por esses egressos.

Assim, da maioria dos egressos que entraram nos presídios com escolaridades de 5^a e 6^a séries, mais da metade deles têm, hoje, escolaridades de 8^a série ou mais.

Quanto à sua trajetória escolar na infância e adolescência, percebemos aquilo que Adorno (1991b) caracteriza de socialização incompleta, a partir da chamada expulsão da escola dos jovens das classes populares, com vista à sua entrada no mercado de trabalho, seja lícito ou ilícito.

Quanto ao estudo nos presídios, encontramos um alto percentual de estudantes, o que, não pôde ser contraposto ao índice geral de presos no RS, dada a inexistência de tal percentual; nem ao índice geral de egressos apoiados pela

FAESP que estudaram, pois tal informação não constava em seus processos de execução.

Diante do exposto, constatamos que, não obstante o baixo nível de capital social transmitido aos egressos na infância, o que se revelou em níveis também baixos de capital cultural; na prisão, esses egressos conseguiram elevar seus níveis de capital cultural, haja vista as elevações nas escolaridades que obtiveram.

Nesse caso, uma categoria utilizada para a verificação do nível de capital cultural atual dos egressos foi o domínio menor ou maior da língua culta, verificado a partir das citações das entrevistas (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 21).

5.3 Trajetória profissional

O subcapítulo a seguir trata da trajetória profissional, englobando a análise de suas experiências laborativas quando jovens; anteriores à prisão; enquanto presos; depois de obter a liberdade; e atualmente, dos 14 egressos apoiados pela FAESP entrevistados.

A análise da trajetória profissional dos egressos do sistema penitenciário vinculados à FAESP entrevistados, demonstra-nos que todos tiveram experiências profissionais antes de ser presos, embora nem todos estivessem trabalhando no momento da prisão (apenas metade deles estavam trabalhando quando foram recolhidos).

Das experiências profissionais anteriores à prisão, percebemos uma diversidade de atividades laborativas, o que demonstra não haver, para a maioria dos egressos (85,7%) uma profissão definida. Os únicos entrevistados que demonstraram exercer uma única atividade, por um maior período de tempo,

desenvolviam atividades na área da construção civil, um deles trabalhando como pedreiro:

Trabalhava com o outro meu cunhado, de servente. Sempre trabalhei de pedreiro. Mas hoje em dia pra arrumá serviço de pedreiro e carteira assinada eu não consigo, tem que sê de 2 ano pra cima. (Romeu).

E o outro, como pintor autônomo:

Trabalhava de pintor. Eu trabalhava como autônomo, né. Daí eu fazia, pegava uma casa duma senhora, um apartamento, ali, a gente vivia assim, né. (João).

Os demais multiplicam atividades, sendo coerente aqui citar algumas delas para exemplificação:

Meu primeiro trabalho foi aos 14 anos, eu ajudava meu pai numa fábrica de móveis que ele tinha. Ele era o dono da fábrica de móveis. Aí próximo ao quartel, aos 18 anos, me alistei, servi no Exército. Aí tive outro trabalho, trabalhei na Gaúcha Car, trabalhei no supermercado Real, no Dossul, até aí tudo tranqüilo. (Tiago).

Eu trabalhei em inúmeras coisa, eu trabalhei em fábrica de móveis, trabalhei em transportadora, trabalhei na Quaker, trabalhei na Sogenalda, trabalhei em mercado, no supermercado Real, ali no Iguatemi, primeiro mercado, quando inauguraram eu comecei a trabalhá, com carteira assinada, e na época eu tinha 13 anos. Meu primeiro emprego foi no Real. Aí depois dali comecei, né. Trabalhei na Duarte, indústria de artefato de madeira, fábrica de móveis, hoje faliu. Depois trabalhei em mercado, na minha zona lá, trabalhava de arrecadador de jogo do bicho, é ilegal, mas era o serviço que eu tava, antes de ser preso. E tinha mais o comércio do meu pai, né. (José).

Trabalho, eu trabalhei de office-boy, em confeitaria, trabalhei de servente também agora por último, que eu consegui, que eu tenho na carteira assim, trabalhei muito de bico. (Jair).

Ah, eu fui cobrador de ônibus, de duas empresa, da Sopal e da Soul, eu fui motorista de táxi, fui representante do Silvio Santos, vendia carnê, eu fui corretor de imóveis. Eu fui umas coisinhas boas,

sabe, perante às chinelagens que eu cometi, as cagada, vamo dizê assim, a grosso modo. Então eu fiz algumas coisas boas, legais, eu não precisava tê pendido pra esse lado. (Carlos).

Tendo em vista o tipo de atividades desempenhadas pelos egressos, 57,1% deles trabalhavam informalmente; 14,3% conjugavam atividades formais e informais; e 28,6% desempenhavam atividades com carteira assinada, cumprindo as formalidades legais.

Seguindo sua trajetória profissional, interessou-nos saber se o egresso estava desenvolvendo algum tipo de atividade profissional quando foi preso. Conforme já foi mencionado, metade dos egressos estavam trabalhando, em atividades como pintura, construção civil, pescaria, vendas em mini-mercado, e um egresso tinha emprego público (caso do egresso que foi condenado ao regime aberto e permanece no emprego até hoje, uma vez que ainda cumpre pena, em regime de Prisão Domiciliar).

Dos demais, 28,6% não estavam trabalhando e os outros 14,3% caracterizavam-se pela especificidade: um deles estava esperando a convocação para servir ao Exército e o outro afirmou trabalhar como apontador do jogo do bicho, considerando esta atividade como um trabalho comum.

Relacionando-se a experiência de trabalho tida pelo egresso como apontador do jogo do bicho e vendo em sua fala a defesa de que uma contravenção penal é uma forma de trabalho, percebemos muito bem aquilo que Zaluar (1994, p. 48 - 49) aponta em seus textos, a respeito da ética do provedor. Nesse caso, em sendo o jogo do bicho algo que garanta alguma rentabilidade, além de ser uma prática social costumeira, não é considerado uma conduta criminalizável, pelo contrário, aparece como forma de trabalho honesto e garantidor do sustento familiar.

Em juízo [...] disseram, acima de tudo, tu é um contraventor, eu disse não, eu não sô um contraventor, eu tava trabalhando. Tudo bem que é fora da lei, trabalhá com o jogo do bicho, só que isso aí não vem ao caso, eu acho que é um serviço. Aí ficou por isso mesmo. (José).

Houve apenas um egresso que não respondeu a esta pergunta.

Partindo para a análise do trabalho prisional, verificamos que 85,7% foi o índice de egressos que desenvolveram atividades passíveis de obtenção de remição¹⁹. Apesar desse alto índice de trabalho prisional, as entrevistas revelaram alguns dos códigos ou das normas atinentes ao sistema prisional, as quais, na maioria das vezes não são de domínio público e revelam-se totalmente díspares com o que preceitua a legislação, neste caso a Lei de Execuções Penais.

Apesar de muitos ex-presidiários entrevistados ter trabalhado dentro das prisões, descobrimos que esta não é a realidade do sistema prisional gaúcho, no qual há uma política que privilegia aqueles que têm penas altas a cumprir, justamente pela possibilidade de remição de suas penas, em detrimento daqueles que têm penas mais curtas e sairão antes da prisão, não necessitando, na opinião das administrações, remir o tempo de condenação.

Além disso, o trabalho prisional é obtido por merecimento, por bom comportamento, ou por aqueles que se vendem ao sistema, delatando seus colegas de infortúnio, sendo chamados “cagüetas” por Varella, no Estação Carandiru (1999, p. 152).

Um dos egressos, filho de policial militar, revelou as condições sofridas dentro do sistema prisional:

¹⁹ LEI DE EXECUÇÕES PENAS. Art. 126. O Condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. § 1º - A contagem do tempo para o fim desse artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

Não trabalhei, passei muita necessidade, passei todo esse tempo no corredor, porque eu tinha muito, porque eu era filho de polícia, filho de polícia no meio de ladrão, tu não é bem recebido, a própria polícia não gosta disso. E eu sempre pedia uma cela pra mim, mas eles nunca me davam, sempre me deixavam no corredor. Sofri muito ali dentro. (Lucas).

Esse egresso afirmou que o trabalho é destinado àqueles presos com penas mais altas. Assim, disse que há trabalho, mas:

Tem, às vezes tem, se tu tem 25 anos, 30 anos pra cumprí, aí eles te botam né; se tu passa um ano ali, com bom comportamento, dois anos com bom comportamento, daí eles te botam na cozinha, ou na limpeza, algum tipo de limpeza, porque a limpeza do próprio pavilhão quem faz são os presos. E tu é obrigado a fazer a limpeza dali, mas tem a limpeza lá de dentro dos gabinete, negócio das polícia mesmo, daí eles arrumam isso ali, têm os porteiro lá de dentro, os cara que cuidam, daí eles botam os bandido. (Lucas).

Outro egresso, que também disse não ter trabalhado, comentou sobre a política de privilégio de dar trabalho aos presos com penas altas:

Não cheguei a trabalhar porque é assim, tem que deixá trabalhá aqueles que tem mais cadeia, eu tinha pouca, eu entrei com bastante, mais aí depois minha mãe me ajudou muito, apelou minha cadeia, porque tinha um monte de coisa errada. (Francisco).

Outro egresso, este com pena bastante alta, disse ter trabalhado, mas revelou que as oportunidades são raras:

Trabalhei, trabalhei. Trabalhei algum tempo, não trabalhava muito porque as oportunidades são raras, sabe. Às vez tu tá trabalhando em algum lugar, no presídio, sai uma transferência grande e tu é transferido pra outro presídio, ou pra outra penitenciária, aí já tem que começá tudo de novo, os estudo também, sabe, me privaram várias vez de estuda. (Carlos).

Contudo, conforme já foi referido quando da análise geral dos egressos apoiados pela Fundação, as atividades desenvolvidas foram típicas de “de preso”:

artesanato; faxina; confecção de prendedores; costura de bolas; montagem de torneiras; trabalho na cozinha; agricultura e agropecuária (para aqueles removidos à Colônia Penal Agrícola em Mariante); plantão; mestre de cela; barbeiro, e costura de roupas (mulheres presas no Madre Pelletier).

Apesar disso, relacionando-se as variáveis trabalho prisional com o trabalho realizado depois de preso, e com as expectativas profissionais, constatamos que, para vários egressos, a atividade aprendida, e realizada dentro dos presídios, aparece como a atividade desenvolvida depois da saída da prisão, ou senão, como a atividade de desejo de alguns egressos.

Alguns egressos tiveram toda uma trajetória de trabalho dentro do sistema, prisional, trajetória essa que poderá ajudá-lo a arrumar algo fora do regime fechado ou até mesmo quando em livramento condicional, pelas redes que se estabelecem entre presos, funcionários, técnicos, e posteriormente com a Fundação, que possui voluntários que são técnicos dentro do sistema prisional.

Esse foi o caso de um dos egressos, que teve uma grande experiência como cozinheiro na prisão:

Aqui não trabalhei, aqui eu trabalhava só de faxina, dentro da galeria. Depois desci pra baixo lá (PEJ), na transferência aquela do 305 (artigo da LEP), aí eu fui pra galeria nova lá, continuei trabalhando na D, depois fui trabalhá na cozinha da PEJ, onde que eu saí pro semi-aberto. E aí da cozinha fui trabalhá, peguei o semi-aberto, daí no semi-aberto fui pará no CPA, trabalhei também na cozinha do CPA, lá, fiquei uns 6 mês no CPA, daí pedi transferência pro Miguel Dario, daí aqui no Miguel Dario eu vim trabalhá, que eles davam um salário mínimo, tinha um apoio de salário mínimo. Daí eu falei lá com um agente, o agente achô que talvez viu o meu trabalho e foi, vamo dizê, eu fiz o trabalho que ele me pediu, na cozinha, que mudei muitas coisa, mudei, tentei fazê uma coisa que os cara não faziam lá, fazê uma comida, e o home viu que eu fazia as coisa certo. Então vou te levá prum, que lá o salário era R\$ 40,00 por mês, e ele, bah, vô te dá uma chance, então, vô te dá uma oportunidade, então tu ganha R\$ 240,00, um salário mínimo, que era na época, daí eu disse, oh, Seu Cláudio, o Sr. que sabe, ele

disse não, eu vi aí que tu tá sempre no teu horário aí, não dá problema lá nem nada, então eu vou tentá te levá, agora um ... tá pegando de diretor lá no Miguel Dario e eu vô sê chefe de disciplina, lá, então vou te dá oportunidade, vô te levá pra lá pra vê se tu consegue ajudá a tua família um pouco mais. Eu disse: não, tudo bem Seu Cláudio. Daí me levou pro Miguel Dario, me trouxe, no Miguel Dario eu fui trabalhá aqui no IPF, né, que é o Instituto Forense, e aí ele me deu uma oportunidade ali, porque eu ia podê pegá a condicional com eles. (João).

Assim, percebemos que o trabalho prisional, contrariando alguns dos estudos trazidos na revisão bibliográfica dessa dissertação (HASSEN, 1999; RAMALHO, 2002) – que falam do não aproveitamento profissional das atividades realizadas nas prisões, por ser típicas de preso -, para esses egressos, objeto dessa pesquisa, foi bastante significativo para a sua trajetória posterior ao cumprimento da pena privativa de liberdade.

Assim, na opinião do egresso que aprendeu a cozinhar, seu intuito era conseguir profissionalizar-se nessa área, através da realização de um curso:

Pra mim foi a maior experiência que eu tive na minha vida (o trabalho na cozinha do presídio). E agora, no semi-aberto, e aqui com a Dona Viviane, também tentei buscá um curso grátis, não consigo buscá um curso de cozinheiro, pelo menos se eu conseguisse um curso grátis, eu ia tentá arrumá, e tentá dá continuidade, mas é difícil, tu vê, todo tempo que eu tô aqui, desde o semi-aberto, condicional, três anos, e não consegui, e olha, a D. Viviane lutou lá na FAESP, pediram lá pra D. Cláudia também, sempre, sei lá, aí também busquei, vi, mas tudo que é curso tem que pagá, né, então não tem condições. (João).

Para outro, que disse ter sido pedreiro antes da prisão, e hoje não conseguir mais esse tipo de serviço, hoje, após ter aprendido artesanato no presídio, diz viver disso:

Eu faço artesanato, faço as minhas almofada. Aprendi no presídio. Costurava bola também. Fazia mais uns barquinho lá dentro. Eu saí já do presídio fazendo artesanato. (Romeu).

A outra egressa também considera importante o trabalho realizado na prisão, pela trajetória de trabalho em que se inseriu, após longo período sem trabalhar:

Eu acho que foi, por causa que daí, antes eu era menor e eu tinha um serviço que eu ganhava, né, daí depois eu me perdi no meio do caminho, daí depois com 30 ano, eu volto a trabalhá de novo, daí depois eu fui pro albergue, também, aí fui pro DETRAN, daí do DETRAN eu trabalhei no Cemitério, daí depois ganhei a condicional, 10 mês eu trabalhei no cemitério, já fiquei só um mês em casa, já vim pra cá trabalhá. Tem bastante firma lá dentro. Tinha ..., que era uma firma de torneira, tem o Hospital Conceição, que as gurias fazem roupa, e tem a ARACHANE, que é uma firma de bolsas térmicas, que elas fazem. Tinha também a multicapas, mas a multicapas saiu de lá. E tinha uma cooperativa lá dentro, das gurias, que elas fazia roupas, pra vendê tanto lá dentro, quanto pra fora. (Juliana).

Também aqueles egressos que não foram condenados ao regime fechado tiveram uma experiência profissional quando em regime semi-aberto.

Trabalhei na pecuária, trabalhei na cozinha, trabalhei no IPF, aqui do lado do São Pedro e trabalhei no DETRAN, onde eu tô hoje, ali no Arquivo Central. (Jair).

Continuando sua trajetória profissional, todos os egressos desempenharam atividades profissionais depois da saída do presídio. Aqui, devido ao apoio da FAESP, podemos dividir os egressos em três grupos distintos: aqueles que estiveram vinculados ao grupo do DETRAN, via convênio DETRAN-FAESP, que somam 57,1% do universo de entrevistados; os que estiveram vinculados à Cooperativa Social criada dentro da FAESP, a Laborsul, que somam 21,4% do universo; e os demais, 21,4%, que não estiveram atrelados a nenhum projeto de trabalho da Fundação, desenvolvendo atividades como as de pedreiro, artesão, Papai Noel, e funcionário público.

Além dos trabalhos vinculados à FAESP, aqueles egressos desenvolveram outras atividades, como o emprego em metalúrgica, em empresa de conserto de ar-condicionados, em cemitério, na Carris, como pedreiros, chaveiros, seguranças, jardineiros. Nesses trabalhos, prevalece o modo de contratação informal.

A partir de toda essa trajetória profissional que iniciou com experiências profissionais geralmente na adolescência – quando muitos dos egressos tiveram de abandonar os estudos para ingressar no mercado de trabalho -; continuou com o trabalho desenvolvido quando presos; e com o trabalho prisional desenvolvido durante o cumprimento da pena; até chegar às experiências profissionais após a saída da prisão; interessou-nos saber qual a situação atual dos egressos entrevistados.

Assim, do universo de egressos em análise, 71,4% deles estão, no momento, exercendo algum tipo de atividade, contudo, uma análise qualitativa, demonstra que, excluindo-se aqueles que ainda estão vinculados aos programas de emprego da FAESP, seja convênio FAESP-DETRAN (14,3%), seja Laborsul (14,3%), e aqueles que conseguiram empregos formais (21,4%), os demais (21,4%) estão a realizar biscates. Os desempregados somam 28,5% do universo de egressos.

Quanto à sua situação atual, podemos constatar que há cinco egressos empregados em trabalhos considerados formais, sendo que destes cinco, três estão vinculados à FAESP, pois um dos egressos que hoje é contratado do DETRAN iniciou no Projeto Vida Nova e as outras duas são egressas que trabalham na Laborsul.

Dos outros dois egressos: um é funcionário público e o outro é funcionário de uma empresa privada, terceirizada, que presta serviço de limpeza ao Poder

judiciário. Contudo, este último, quando da realização da entrevista, estava desempregado e ficamos sabendo de sua posterior contratação.

Além destes, há outros dois egressos que na época da entrevista estavam vinculados ao Projeto Vida Nova.

Um deles, que trabalhava com movimentação de arquivos, disse gostar do trabalho, pela constante realização de exercício físico:

No DETRAN, trabalho em movimentação de arquivo, eu movimento as caixa, eu já tinha até pedido antes pra dona Úrsula, porque daí eu já acostumava com os peso, daí pegá no picão, na obra, virá massa, erguê saco de cimento, daí eu já tava acostumado. Porque antes eu só tava sentado, procurando as cartêra de habilitação, era uma coisa que eu não tava fazendo força, ficava só sentado. Gosto (do trabalho), o corpo sempre ativo, sempre fazendo força, não fiquemo parado nunca. (Jair).

Perguntado a respeito de se gostaria de continuar no Projeto, o egresso fez a seguinte afirmação:

Bah, eu vinha até falando nisso. Porque a D. Ursula tava cobrando bastante de nós, eu tava dizendo pra ela, em vez dela cobrá, por que ela não dava uma segunda chance pra nós, não assinasse a cartera, dar uma chance de mais uns 6 mês que seja, uns 3 mês, que nem agora, vai terminá em setembro meu contrato, bem pertinho do final do ano. (Jair).

E mais outros três que estiveram vinculados. Contudo, um deles teria encerrado seu contrato em setembro, portanto já deve estar na lista dos desempregados ou daqueles que realizam trabalho informal, que totalizam sete egressos, dependendo da situação atual deste egresso. Assim, os depoimentos abaixo demonstram a situação profissional da maioria dos egressos: a realização de biscates.

Um dos egressos conta que está parado e com dificuldades de sustentar sua família, recaindo todas as despesas sobre seu pai, que acaba tendo de sustentar a todos:

Bom aí, fazem duas semanas, sem nenhum bico, só com o dinheiro que eu ganhei daquela vez. Não dá mais, eu vim de a pé, nem mais passagem em consigo. Meu pai recebeu hoje, como ele é brigadiano, e ele já não tem dinheiro, chega no bar, é tanto, que muitas coisa assim, oh, pai, não tem isso, daí ele pega no bar, como ele tem conta, pega no bar e me dá, mas eu não agüento isso, né meu, ele me sustentô quando eu era criança, agora é minha vez, eu que tenho que sustentá meu filho, e não o meu pai, é poucas vez que eu vô assim, mas daí ele sustenta mais a minha irmã, mais a minha mãe e ele, né, já vai um gasto de 800, 900 pau por mês, só em comida, e ele é daqueles que não faz rancho, ele vai pegando pouquinho por pouquinho, e daí vai lá em cima, né meu, são três casa, a da minha irmã, a da minha mãe, e a dele. (Lucas).

Outro egresso, que abriu uma loja de conserto de bicicletas, complementa sua renda com a realização de “bicos”:

Aquele dia que tu ligô, eu tava lá eu fui fazê um bico. Ah, eu voltei eu faço uns bico até de segurança, ali na Carlos Gomes. Eu moro perto (do pai), mas o meu estabelecimento é no mesmo prédio do dele, ele me cedeu um espaço. Ele disse: ah, o serviço tá ruim, faz o que tu gosta; e é uma coisa que eu gosto, mexê em bicicleta. Vai te virando aí, ele disse, até a hora que tu achar. (José).

A importância do trabalho é algo bastante presente nos depoimentos dos egressos. Para a maioria deles, o trabalho aparece como a categoria-chave para a sua reinserção social. Uma das egressas falou da importância do trabalho conseguido através da FAESP, para o abandono do crime:

Se não tivesse a FAESP, eu acho que teria voltado tudo de novo, por causa que emprego é ruim de conseguir, quem tá na condicional. Trabalhá de faxina, essas coisa, eu nunca trabalhei e nem ninguém ia dar, por causa do meu delito, então aqui já, eu vim pra cá já assim, a gente não fica pensando nas coisa ruim, porque a gente tem um dinheiro todo fim de mês, pra ti comprá as tuas coisa, pra ti comprá as coisa pro teus filho. (Juliana).

Outro egresso, que estava desempregado, disse que iria tentar conseguir emprego, para construir algo na vida:

Agora eu tô tentando ver de outra forma, como é que eu vou trabalhá. Eu já fiz alguns bicos lá, em elétrica, eu trabalho como pintor, mas um serviço bom ainda não arrumei fixo lá. Então depois que eu tomá aquele ânimo, eu vou fazer aquele curso pra tê uma profissão. Motorista de táxi também é uma coisa que é terrível, tu depende das corrida, se faz corrida, ganha, se não faz, não ganha. A mãe tem um amigo que toda a hora tava precisando de motorista pra trabalhá pra ele, que ele tem um táxi, mas ele é músico, sabe, mas daí não é uma coisa fixa, uma coisa que vá te dá um retorno legal, tu vá trabalhá e vá tê um retorno. Então eu não quero isso, eu quero uma coisa que dê pra mim levá pra frente, que dê pra mim tê um retorno, pra mim construí alguma coisa, eu tô com 40 ano, não sei se vou conseguir construí, quando é que vai ser o meu fim, mas eu tô tentando, tô esperneando daqui e dali e honestamente eu vou tentá consegui. (Carlos).

Já a outra egressa afirmou com veemência que o mais importante para a reinserção social de presos é o trabalho:

Primeiro lugar é o trabalho, daí se a pessoa quer, tem que ser pelo trabalho, foi pelo trabalho que eu fui conseguindo, porque quando eu saí, não tinha nem onde morá, não tinha casa, agora eu tenho minha casa, tenho minhas coisa, comprei tudo as coisa pra casa, trabalhando aqui. Então, eu acho que a primeira coisa que eles dão, que eles ajudam é o trabalho. Porque não adianta todo mês ficá dando uma sacolinha de rancho, se a pessoa não quer trabalhá. A pessoa tem que se ajudá, né. (Sandra).

Todavia, os egressos têm total ciência da dificuldade de se conseguir emprego, pela sua condição de ex-presidiários. Na fala de um dos egressos, o problema de se ter antecedentes, inviabiliza a obtenção de emprego que não seja subsidiado:

Depois que eu saí do sistema penitenciário, desde que eu cumpri até o meu livramento eu não havia conseguido trabalho, até em

função dos antecedentes, na hora que tu vai fazer a busca ali, aí registra antecedentes, e como a maioria das empresas, na hora de fazer um recrutamento eles pedem, além da tua documentação pessoal, a tua folha corrida, isso aí me impedia de conseguir um trabalho, de carteira assinada. (Tiago).

Já outro, vê nos muitos anos que passou preso, a dificuldade para obter trabalho:

Que tá difícil serviço por fora, imagina depois de quase 18 anos recolhido, a segunda vez que eu fui recapturado, depois de foragi em Caxias, uma oportunidade de trabalho é difícil. (Carlos).

O que verificamos, pois, como conclusão acerca da trajetória profissional dos egressos é um percurso constituído pelo trabalho, apesar desse, na maioria das vezes, ser caracterizado pela informalidade e por atividades precárias.

Tal trajetória de trabalhador, perpetua-se dentro do sistema prisional, com um alto índice de egressos realizando trabalhos, esses típicos de presos. Apesar do tipo de atividade, os egressos consideram-na de suma importância para o seu posterior retorno e reintegração ao convívio social.

Continuando sua trajetória, os egressos caracterizam-se pela inserção profissional posterior ao cumprimento da pena, muito devido à atuação da FAESP, que foi responsável por conseguir experiências de trabalho para mais de 70% dos egressos entrevistados.

O trabalho aparece, pois, na visão desses egressos, como a categoria-chave de ressocialização, como veremos mais adiante, no capítulo referente a sua análise, apesar de saberem da dificuldade em obtê-lo, pelo problema da estigmatização.

A partir da demonstração da trajetória profissional desses egressos, caracterizada por uma socialização no mundo do trabalho, mas utilizando-se do

conceito de socialização secundária de Berger e Luckman, constatamos uma socialização num mundo do trabalho de ocupações desqualificadas, fruto de uma socialização primária baseada em um referencial de classe baixo.

Tendo em vista uma explicação baseada em Bourdieu, verificamos um *habitus* tendente a reproduzir a trajetória de trabalho de seus pais, a partir da categoria de subproletários (BOURDIEU, 2001).

Além disso, tendo em conta a construção teórica de Zigmunt Bauman (1998), acerca das dicotomias existentes entre o mundo moderno, cuja premência pela segurança era a tônica; e o mundo pós-moderno, ávido por liberdade, mas em que esta se consubstancia, basicamente, pela possibilidade de consumo, constatamos, nesses egressos, a sua constituição enquanto “estranhos” nessa nova ordem.

Assim, verificando nesses egressos a dificuldade de colocação no mercado de trabalho e a sua conseqüente impossibilidade de consumir, não vimos participação deles na liberdade característica do mundo pós-moderno.

Aqui, então, adiantando as análises sobre a atuação da FAESP, esta é percebida como a porta de entrada no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, na sociedade; contudo, notamos uma nítida contradição entre os objetivos da Fundação – a responsabilização dos egressos como atores sociais que devem buscar sua reinserção através de esforço pessoal, tornando-se autônomos – e as expectativas dos egressos: conseguir, através da FAESP, um emprego formal, por tempo indeterminado, que lhes permita gozar dos plenos direitos de cidadania, incluindo aí o direito ao consumo, tão almejado por eles, e tão bem demonstrado por Bauman em suas análises sobre a sociedade pós-moderna.

5.4 Drogas

Um capítulo à parte, mas que faz parte de todos os estudos que trabalham com violência hoje, tal é a sua relação com o fenômeno - seja em nível macro com a ligação entre criminalidade e tráfico de drogas; seja pelo fenômeno micro, no qual as drogas são parte do cotidiano de jovens, de prisões, de escolas, enfim, do mundo atual -, é o referente às drogas. A droga, como já foi muito bem descrito pelos pesquisadores da temática, acompanhou historicamente o fenômeno da criminalidade, tendo tornado-se atualmente objeto intrinsecamente relacionado a ele.

Aqui, nos restringimos a descrever em que momento as drogas cruzaram com a trajetória desses egressos, qual a sua influência para a sua socialização numa cultura da violência que os fez acabar em uma carreira criminal.

Deixamos claro que nem todos os egressos tiveram envolvimento com drogas, ou, pelo menos, nem todos quiseram, e deixaram, este envolvimento transparecer de forma tão clara em algumas entrevistas.

Do universo de entrevistados, 71,4% deles disseram ter feito uso de drogas. Além disso, do restante, apenas quanto a dois egressos (21,3%) não há indícios de ter tido relação com drogas, pois dos outros dois egressos sabe-se, por informações “não-oficiais”, que estavam relacionados ao tráfico de drogas, embora não tenham sido responsabilizados criminalmente por isso.

Quanto ao tipo de droga consumida, este varia conforme a idade do egresso, pois os mais velhos tiveram contato com todos os tipos de drogas, incluindo as típicas das décadas de 70 e 80: chá de papoula, LSD (ácido lisérgico), etc. Já os egressos mais jovens utilizaram-se das drogas atuais, como a maconha, a cocaína, o éter e o crack.

Quanto ao início do uso de drogas, todos os egressos que declararam ter sido usuários, referiram ter começado o uso na adolescência; e 28,5% deles afirmou ter usado drogas até a entrada no sistema prisional, momento em que suspenderam o uso. Quanto ao motivo para o uso, os entrevistados não conseguiram formular justificativas plausíveis, mas acham-na em meio a todo um contexto que os faz burlas as regras e valores.

Com relação à parada do uso, apenas um dos egressos não referiu ter parado. Todos os outros disseram não mais usar, tendo como motivações: a entrada na prisão (28,5%); a concepção de que droga “era coisa de guri” (7,1%); a necessidade de parar pela necessidade financeira de sustentar o filho (7,1%); e a decisão de abandonar uma a uma quando da entrada em liberdade (7,1%).

No que se refere ao uso atual de drogas, nenhum dos egressos que confessou ter feito uso, afirmou continuar usando drogas até o momento da entrevista. E eles fizeram toda uma reflexão para o fato de terem-na abandonado, seja por questões econômicas, seja por problemas de saúde ou até mesmo pela conversão religiosa. Aqui, cabe mencionar o depoimento de uma das egressas entrevistadas, que afirma não ter parado com as drogas, e sim “estacionado”:

A gente não diz que a gente abandonô, a gente estaciona, né, a gente dá uma parada. Por causa que tem a recaída, né. Ainda bem que até hoje eu não tive, eu fui pará quando eu fui presa, daí quando eu saí eu pensei, pô, se eu fiquei dois ano lá dentro sem usá droga, por que que eu vô usá agora, né? Aí me esforcei pra não usá. Claro, vieram, ofereceram. A gente tem que resisti, dizê não. A gente não pode dizê que parô porque é tão pouco tempo, pra tanto tempo de uso, né. São anos. Eu comecei a usar em seguida que a minha mãe morreu, uns 17 anos, eu tô com 33. Quer dizer que eu parei com 30, dos 17 aos 30, até eu ir presa. Mas até agora, esses 3 ano, eu tô conseguindo. (Juliana).

Relacionando-se o uso de drogas com a trajetória criminal, verificamos que apenas 28,5% dos egressos afirmaram haver tal tipo de relação. Os demais, ou não declararam o uso, portanto não fizeram tal relação (28,5%); ou não deixaram explícito que as drogas não tinham nada a ver com os crimes que cometeram (21,4%).

Mais adiante, quando analisarmos a trajetória criminal, explicitaremos melhor tal associação, inclusive trazendo parte dos depoimentos dos egressos.

Outro aspecto interessante de ser relacionado às drogas é o seu uso, ou a sua penetração dentro dos estabelecimentos prisionais. Assim, sempre aparece, na fala dos atores, alguma referência a seu uso no sistema penitenciário, embora não havendo, muitas vezes, o uso direto por aquele que fala. Um dos egressos, embora afirmando não usar drogas na prisão, disse que sempre as viu:

Eu via, sempre teve a droga, mas eu já tava determinado pro que eu queria, né, parei. Daí lá eu não era drogado, eu era esportista, porque lá eu metia forma, né. Tinha uns outros cara, tinha o meu grupinho. (Francisco).

Já outro, que fez uso, contou como, muitas vezes, o ambiente prisional não permite que se abandone determinados tipos de drogas:

De 74 quilo, o crack me largô com 55, 56 quilos. Só nos arame, que nem dizia a minha mãe: bah, tu tá te matando, meu filho. Lá em Caxias, terra do crack, sabe. Lá é impossível. Inclusive quando eu foragi, a verdade foi essa. Quando eu foragi do semi-aberto em Caxias foi pra me vê livre do crack, pra mim largá. Consegui largá e me separá daquelas amizade que eu tinha, sabe, que eu usava, eu era usuário. E foi o jeito que eu achei de conseguir largá, de me afastá, na verdade foi esse. E eu consegui, sabe. No momento que eu foragi, em janeiro de 99, até o dia que eu fui preso, em dezembro de 99, eu nunca mais usei. E de lá pra cá não usei mais também, daí fiquei só com a cocaína, o cigarro e a maconha. Larguei a cocaína em 2000, e daí em 2002, agora ano passado, dia 16 de janeiro larguei a maconha, que faltava, e o cigarro, que eu fumava

há 22 ano, tinha tentado largá 4 vezes já. Eu não contraí nenhuma doença, todo esse tempo. Tomei (cocaína) injetável, cheirei, eu mesmo aplicava. (Carlos).

Esse mesmo egresso conta o que é feito pelos presos, para drogarem-se, na falta de condições mínimas de higiene:

Eu conheci pessoas que na falta de água, assim, com a cocaína dentro do aparelho, né. Eles enfiavam a agulha no sangue e misturavam a cocaína com o próprio sangue. Tiravam o sangue assim, sabe, pra misturá a cocaína pra depois se injetá, ou então, com água de esgoto. Não sei como é que essas pessoa não morrem, são forte, né. Eu fico pensando assim, se é uma pessoa que tá acostumada numa vida regrada, do bom e do melhor, desde pequeno, morre. E aquela pessoa ali, aquele cascudo ali, não morre, aquele animal não morre. Cachorro vira-lata, parece que adquire anticorpos, né. (Carlos).

Por fim, o final deste capítulo refere-se a depoimentos tragicômicos decorrentes do uso de certos entorpecentes. Aqui, selecionamos certas passagens de entrevistas, de egressos para demonstrar um pouco do outro lado de suas vidas, de suas experiências e de suas peripécias em meio a uma realidade tão hostil.

Isso aí foi em 1977, 78. Eu tinha meus 15, 16 ano de idade. Optalidom ele é um, diziam na época, eu lembro vagamente, que era pra abri o apetite, moderador de apetite. Aí eu tomava com um cálicezinho de conhaque. Tomava e ficava que ficava, sabe. O cérebro funcionava a mil. Daí, eu dizendo pro cara, não, eu tô acostumado a tomá 5, 10, 15 optalidom, deixa eu toma uns 5 LSD. Então o seguinte sabe, eu dizendo pra ele, não, mas tô acostumado a tomá 5, 10, 15 optalidom, não faz efeito. Eu tomei meio com conhaque, com um martelinho de conhaque, meu Deus do céu! Fiquei assim. Bom, eu vi uma viatura preto e branco, mas eu lembro que eu vi, Não era viatura que eu vi. Eu tô dizendo que é viatura porque um amigo que tava do meu lado, que me acompanhô, disse pra mim, depois que era uma viatura. Mas eu vi uma viatura e saí correndo atrás achando que era uma tartaruga gigante (Risos). Olha bem, loco pra sê preso. Alucinado, sabe, vendo coisas que não existia. E corria e dizia: eu vô pegá aquela tartaruga, e ele me agarrando: não, não, é uma viatura da Civil, e eu correndo atrás. Daí passô aquela viagem, aquela alucinação. Aí a gente pegô o ônibus lá no Cassino. Aí tamo indo pra Rio Grande, daí daqui a pouco eu abri a janela assim, 20 ano atrás. Tinha 15, 16 ano. Tô com 40, eu guspi assim, na janela do ônibus,

aquilo ressecô, sabe, a garganta. Então vinha aquelas alucinações e parava, um vai e vem. Então eu guspi assim, e daqui a pouco eu comecei a gritá: socorro, socorro, o barco vai afundá, e tô me escondendo embaixo (risos). Aquele guspe que eu dei, virô uma onda e tava vindo pra afundá o barco, eu comecei a gritá, ainda bem que eu não pulei pela janela. Tava me escondendo embaixo do banco.

Depois um formiguero, daí eu peguei um machado, depois quando eu cheguei noutra local lá, eu comecei a dá machadada e facãozasso num formiguero. Na minha cama dizendo que tinha um formiguero. Quebrei toda a cama a machado, dizendo que era um formiguero. Briguei com um dragão de sete cabeça, numa esquina que não existia. Era só na minha cabeça que tava, eu brigando e um amigo de longe: pára, pára. Deus que me perdoe, daí foi a última vez, nunca mais tomei aquilo. Não, eu não vô tomá mais isso.

Teve uma época que eu tomei um tal de chá de papoula, que eu tava te falando, com canela, cravo e vinho, sabe. Aí eu tava pintando uma casa duma mulher lá. Eu tava pintando o banheiro dela, e o vaso de descarga, a latrina tava intupido. Então tava cheio de defecações, sabe. Daí eu não sei o que me deu, eu sei que eu voltei da alucinação assim, tomando-lhe paulada da mulher, da dona da casa, sabe (risos). Eu metia o pincel dentro do vaso e passava na parede. Alucinado da droga, Deus que me perdoe, aí, as droga que eu experimentava, eu não queria mais, porque daí eu via que a loucura era muito terrível.

A tal de cola, também cheirei. Daí umas 3, 4 vez. Daí, eu tive umas alucinação que eu não quis mais cheirá, sabe. Claro, tem uma alucinação que eu me imaginei o Tarzan, comecei a gritá e chamá a Jane (risos). Teve outra que eu fui no Jardim do Édem, eu conheci o Adão e a Eva (risos). Teve outra que eu saí correndo assim, era da altura disso aqui, mas ou menos, uma escadaria, ali no IAPI, eu pulei, me imaginando um passarinho. Ainda bem que era baixo, né. Cai do outro lado, espatifado (risos). É não é brincadeira, virando cambota, me pendurando em cipó invisível (risos), Tarzan. (Carlos).

Relacionando-se a problemática do uso de drogas com as pesquisas referentes ao tema, citadas no capítulo *retro*, constatamos haver, para o universo em questão, as mesmas explicações encontradas nas pesquisas de Alba Zaluar (1994) para o fenômeno de emergência do tráfico de drogas e da criminalidade no Rio de Janeiro. Percebemos que, muitos egressos, inseriram-se no mundo do crime por sua relação com as drogas, a partir de uma socialização na cultura da violência (ADORNO, 1991b). Tal fato, é responsável pela busca do crime e do tráfico de

drogas como instrumentos de ascensão social e possibilidade de obtenção de bens de consumo.

5.5 Trajetória criminal

O capítulo sobre a trajetória criminal compreende o momento de realização das condutas delinqüenciais; o período de julgamento; e o período passado dentro do sistema carcerário. Tal capítulo parece ser o mais instigante de toda a análise, pois aqui, os ex-presidiários fazem toda uma reflexão acerca dos motivos que os levaram a praticar os crimes, bem como contam, às vezes, detalhes sobre os atos que originaram suas condenações; além de contarem as peripécias vividas dentro das prisões.

A análise de trajetória dos egressos entrevistados demonstra uma certa supremacia no cometimento de crimes contra o patrimônio (50%). Os crimes contra a vida somaram 28,5% e os demais foram crimes de tráfico (7,1%); e crimes em que os tipos penais violados foram a vida e o patrimônio (14,3%), tratando-se de egressos que praticaram roubos e homicídios na mesma investida criminal²⁰.

Embora já tenhamos explicitado acerca dos tipos de crimes motivadores da condenação dos egressos, optamos por abrir a análise, demonstrando o tipo penal praticado por cada um deles. A tabela abaixo traz a representatividade geral dos egressos. Vemos que seis foram condenados por homicídio, quatro por roubo, um por furto, dois por latrocínio e um por tráfico de drogas. Utilizando-se a conceituação da sociologia da violência, percebemos que todos foram condenados pela prática de

²⁰ Aqui não estão inseridos os latrocínios, que figuram nos crimes unicamente contra o patrimônio.

crimes violentos²¹. Há que se ter presente que os casos somam mais de 100%, pois há egressos que foram condenados pela prática de mais de um crime.

Tabela 10 - Tipos penais cometidos pelos egressos da FAESP entrevistados

	TIPO PENAL	Frequência	%	% acumulado
TOTAL	TOTAL	15	128.55	128.55
CRIMES CONTRA A VIDA	Homicídio	5	35.71	35.71
CRIMES CONTRA O PATRIMONIO	Roubo	6	42.85	
ENTORPECENTES	Furto	2	14.28	64.27
	Latrocínio	1	7.14	
	Tráfico de drogas	4	28.57	28.57

Quanto ao local de cometimento desses crimes, com exceção de um, cometido no interior de Lagoa Vermelha-RS, todos os demais foram cometidos em Porto Alegre ou Região Metropolitana, grande parte deles nas vilas onde os egressos moravam na época.

Quanto às idades dos egressos quando cometeram tais delitos, mais da metade (57,1%) o fizeram por volta dos 20 e poucos anos; 35,7% até os 20 anos; e um egresso (7,1%) com mais de 40 anos.

As motivações para esses crimes, segundo 42,8% dos egressos, foram no intuito de obtenção de dinheiro fácil. Relacionando-se as motivações aos tipos de crimes cometidos, percebemos que, só um daqueles que cometeram crime exclusivamente contra o patrimônio, não o fez em vista de obter dinheiro fácil. Trata-se de uma egressa, que afirma ter cometido o crime pela necessidade de conseguir dinheiro para se drogar. Outras justificativas situam-se na por eles chamada “trajetória solta”, quando apontam como causa para a entrada no mundo do crime a morte ou o abandono dos pais; a imaturidade; a vontade de poder obter objetos de consumo, como roupas e tênis de marcas caras; o desemprego (apenas para um

²¹ Crimes violentos compreendem tentativas e atos consumados de homicídio doloso, roubo,

dos egressos); as más companhias; a fome; e, no caso de egressos que cometeram homicídios, a legítima defesa e, principalmente, a fatalidade.

Quanto à explicação para a entrada no mundo do crime, os egressos sempre fazem certa reflexividade de suas ações (GIDDENS, 1998). Assim, todos eles montam em seu imaginário algum tipo de explicação que considerem plausível à entrada na vida da criminalidade. Para um dos egressos, embora tenha revelado em sua entrevista, um anterior envolvimento criminal, o crime a que foi condenado é explicado por imaturidade e por outras circunstâncias:

Isso aí foi uma coisa assim, de momentos, pessoas, que esse negócio que aconteceu comigo aí, se eu tivesse saído de moto, no dia, não teria acontecido, como eu saí de a pé, de bicicleta, daí acabei encontrando os guri, aí acabei deixando a bicicleta lá, se eu tivesse de moto, eu jamais ia deixá a moto, daí eles, ah, vamo dá uma volta em tal lugar, assim, assim, daí eu peguei e fui, por impulso, e eles também tavam tudo loco, o que tava de cara era eu, que eu não usava droga, quando eu cheguei onde é que eles tavam, eles tavam tudo se drogando. Aí acabo de nós ir, não era prá acontecê nada do que aconteceu, por causa da loucura deles, no fim acabô acontecendo. Porque eu tentei até, em parte, mudá a história. (José).

Outro egresso disse que seu envolvimento criminal foi em decorrência das más companhias, mas disse também, que após começar a roubar, gostou da atividade:

Tudo começou, na real foram más companhias, porque causa que eu tinha um futuro, olhando hoje mesmo, quando eu olhava, podia ter um bom futuro, porque eu jogava futebol, jogava no Inter, e a maioria dos jogador que tem no Inter são da minha época, conheço eles, morava até no meu bairro, como o Claiton, esse aí, morava no Jardim Vila Nova, e o meu time jogava sempre com o time deles lá, e tinha um monte de gurizada boa, uns que jogam salão profissional, otros jogam nuns time meio de fora, da várzea, como o Paulinho Diniz que jogava no Inter, agora tá sumido; Marcelo Scoth jogava no mesmo time. Eu acho que eles tão emprestado pruns time pequeno,

mas já são profissional, já tão ganhando mais de mil e poucos por mês, só correndo atrás da bola. E eu perdi, comecei a me envolver com as amizade lá...eu andava armado e já robava, tava do jeito que o Diabo gosta, eu fui pra cadeia e daí pensei, eu sempre fui de trabalhá, eu trabalhava, eu sempre procurei trabalhá, daí eu comecei a me envolver por causa da droga... Depois a gente começa a gostá também, a gente começa a conseguir dinheiro fácil, no início a gente não é, mas depois a gente começa a gostar, daí, por aí, puxa o revólver, põe a mão na cara, pega um dinheiro, pega mil, pega trezentos, daí já dá, gastava em droga, cervejada. (Francisco).

Além disso, o cometimento de crimes é sustentado, muitas vezes, pela possibilidade de obtenção de dinheiro fácil. O egresso citado anteriormente afirmou que o crime sustentava seu desejo de consumir objetos caros e de boas marcas:

Era assim ó, moça, agora eu sou um homem, no tempo eu era gurizão, gostava, eu andava, graças a Deus, eu sempre andei bem, assim, bem arrumado, eu gostava do melhor, se eu soubesse que aquilo lá era, quanto mais caro, pra mim, era mais interessante; relógio citizen, quanto mais moderno, aquele lá que eu vou fazer uma correria pra compra, aquele Nike tá trezentos e pouco, tem uns até de quinhentos, aquele lá que eu quero, aquelas jaqueta de couro, sabe assim, eu andava bem, que as pessoa que eu andava era tudo meio assim, sabe, nós era tudo bem, ninguém era, se fosse meio chinelo não andava, eu era até meio nojento. Era amigo de carro me ligando, eu não tinha, né, mas tinha bastante amizade. Na praia, a minha mãe ficava loca, era toda a hora amigo de carro, de moto, me ligava, vamo saí, vamo pra praia, vamo fazê, vamo acontecê, é eu procurei sempre o melhor.

Eu também gostava de lugar bom, na 24, na antiga Croco, e o Estação Zero, só lugar bom, também a Berlim aqui, ia pra Berlim, só lugar bom, bom ambiente também, que que eu vou querê ir lá, pago 3, 5 real, e ir lá. Deus que me perdoe, num Deus nos acuda. (Francisco).

Outro egresso, iniciou com o uso de drogas seu envolvimento criminal, o que o impossibilitou de realizar seu sonho: servir ao Exército.

Eu comecei usando droga, comecei no baseadinho, no mundo da rua, depois com o tempo que eu não tinha condições de sustentá eu robei, cometi um delito e aí, quando eu tava prestes a realizá um sonho que eu desde criança eu quis servi o quartel, eu me alistei, com 18 ano completei, me alistei, daí decidi pará com tudo, pará

co'as droga, daí ficava mais dentro de casa, coisa e tal, recebi uma proposta duns amigo meu que tinham dinheiro pra pegá, eu tava sem dinheiro, tava morando nessa época, eu já tava morando ca minha tia, já não morava mais ca minha vô...e a minha tia tava sem comida dentro de casa e tava com os dois filho, tava separada. Eu recebi a proposta de consegui um dinheiro fácil e fui, né. Não pensei que eu já tava com 18 ano e já era de maior. (Jair).

Outros, caracterizam a entrada no crime como questão de sem-vergonhice:

Eu acho que a explicação seria dinheiro fácil, não existe outra, e sem-vergonhice mesmo. Não existe justificativa. Ah, eu fui porque eu precisava. Ia trabalha, né? Então eu acho que é pessoa sem-vergonha mesmo, quando tem uma índole pra aquele lado, não adianta, não adianta dizê não, porque um companheiro que me levô, as companhia má, não existe má companhia, quem faz as companhia é a gente, né. Somos nós que fizemo as companhia, a gente sai, ninguém é obrigado. Então eu acho que eu fiz o que eu fiz pela minha cabeça. (Carlos).

Outros, apesar de deixar claro que sem as más companhias não teriam se envolvido com crimes, alertam que cometeram os delitos por fome.

Por que que eu assaltava? Fome. Eu ia na pilha deles, dos meus amigo. Bem dizê, assaltá eu não assaltei. Eu só tocava o carro. Até hoje eu sô motorista, só não tenho carterá. Nunca tive. (Romeu).

Dos seis egressos que praticaram homicídios, pelo menos três deles, incluindo uma mulher, alegaram não ter tido a intenção de matar, embora sua falta de motivação não tenha sido admitida pelo Poder Judiciário.

Aos 24 anos que aconteceu essa fatalidade aí, né. Eu cometi um delito na Justiça, art. 121 (homicídio) e fui condenado, fui julgado e fui condenado. Eu acho que o meu caso foi um caso isolado, porque o meu caso foi um caso de homicídio, né. O cara arrombô a nossa casa, eu tinha arma na época, fui dar um tiro pra dar uma advertência. Tive a infelicidade de matá o cara, não foi latrocínio, não foi nada. (Tiago).

Uma fatalidade. A pessoa tava alcoolizada, com 12 mg/l de sangue, tava bem alterada. O filho era traficante. Uma família bem

perturbada, e, tanto que o filho foi assassinado também pelo policial, ele tava assaltando um carro e aí tava um soldado da brigada à paisana, saiu até no jornal, aí veio a morrer. Então uma família, não justificando, mas né. Então a gente fica, é uma coisa bem atípica na nossa família. A gente não tem assim esse hábito, esse tipo de envolvimento. Quando a gente pode, a gente até ajuda os outros, dá a atenção devida. (Paulo).

Quanto às vítimas dos crimes contra a pessoa, 28,5% deles cometeram crimes contra pessoas conhecidas, incluindo dois enteados, um vizinho e conhecidos da vila onde um dos egressos morava. Quanto àqueles que cometeram crimes contra o patrimônio, as vítimas são difusas, não aparecendo nas falas dos egressos, a não ser nos casos de latrocínio, em que eles assassinaram um motorista de ônibus e um “pai de família”. Estes mesmos egressos, hoje mais velhos, colocam toda a culpa na sua imaturidade e utilizam-se do recurso do arrependimento como forma de eximir-se da culpa pelo crime que cometeram.

Fui preso por assalto. É e uma morte, sabe. Eu não gosto nem de dizer latrocínio, eu digo uma morte porque é uma lembrança muito ruim, sabe. Hoje eu não faria o que eu fiz, sabe, e também não foi uma coisa proposital, foi uma coisa, um acidente que aconteceu, sabe. Eu tinha 21 anos de idade.

Eu assaltei relojoaria, assaltei mercado, posto de gasolina, essas coisa assim, sabe. Aqui em Porto Alegre, pagamento de firma

Esse fato aconteceu porque eu amordacei uma vítima, começô a gritá, amarrei as mão, toquei um cobertor por cima, morreu asfixiado, sabe, na hora da fuga, porque não era a intenção matá, não era mesmo, nunca foi. A vítima gritô, daí eu pra me vê livre dos grito, eu cometi essa naba aí. Mas eu me arrependo até hoje desse crime aí, às vez eu paro, eu queria apagá certas coisa da minha mente, eu penso nos filho, sabe, naquela época eu tinha 21 anos, quando eu fui preso, eu vejo como se fosse hoje, eu tava numa sala um pouco menor que isso aqui, da delegacia central da Ipiranga ali, numa sala assim, num xadrez no primeiro andar, tá eu e esse companheiro que era menor, tinha 17 ano, aí chego uma moça com 19, 20 ano na porta e o irmão dela, regulando de idade, um ano mais velho ou um ano mais novo que ela. E daí eu tava sentado assim no chão, sabe, tava preso, daí ela disse: ah, foi esse aí que matou o pai? Ah, me deu uma tristeza. (Carlos).

Fui preso porque matei uma pessoa, matei pra roubá. Eu era muito jovem, sabe, tinha 18 ano. Então eu fiz isso aí, mas me arrependi, me arrependo até hoje, sabe. Me arrependo porque eu perdi várias

coisa. Eu tava desempregado, meus amigo me ofereceram bobagem, ah, foi um tempo perdido, mas em compensação, me ensinô várias coisas, que eu aprendi. Eu poderia tá numa situação melhor, de repente, mas tinha que acontecê, fazê o que. Aconteceu, aconteceu. Paguei, o importante é que paguei tudo, não devo nada pra Justiça. Tô aqui, não devo nada pra ninguém, e ando aí a vontade, se eu quisé sai, eu saio, qualquer no morro, tem o Nossa Sra. da Conceição, de vez em quando eu vô ali, mas agora depois do acidente eu não fui ainda. Faz 4 mês que eu não vô ali. Eu me criei ali, e foi ali que deu a zoeira minha, sabe, o homem era motorista do Caldre Fião. (Damião).

Outro aspecto destacado pelos egressos diz respeito à possibilidade de permanecerem impunes aos seus crimes. Assim, 57,1% deles pensavam que poderiam ou que deveriam ter ficado impunes ou terem sido absolvidos pelos crimes que cometeram.

A Justiça achou que foi homicídio qualificado. Então, aí volta tudo de novo, a questão de dinheiro, que tu não tem, se a gente tivesse condições de pagar um bom advogado, talvez, não sei, não posso, sou leigo no assunto, talvez se eu fosse condenado, não pegaria esses 8 anos, sei lá. Ficam um monte de ponto de interrogações. Tu não pode dizer que a justiça agiu de má fé ou errou, tu não sabe. (Paulo).

Novamente aqui, a relação criminalidade *versus* drogas aparece como associação, cabendo citar os depoimentos dos egressos nos quais eles ora afirmam que as drogas desempenharam papel fundamental para sua entrada no mundo do crime, ora afirmam que o fato de serem usuários em nada influenciou em suas condutas delinqüenciais.

Eu já usava (droga) antes de começa a trafica...Cocaína, maconha, e muita bebida, porque até assalto a banco eu fiz, só não fui pêgo, graças a Deus.
Tudo isso foi com meus 19 anos. Hoje só o cigarro que eu continuo, e eu era, desde os 14 ano eu cherava, até os meus 20. Eu já era um viciado, na verdade, porque todos os dia era uns R\$ 300, R\$ 400, conto por noite, só em droga. (Lucas).

Eu roubei pra me drogá, por causa que meu marido não aceitava e não aceita, por causa que ele não é de usá droga, nunca fez nada. Daí eu pegava, ele não me dava dinheiro pra mim usá droga, daí ele saía pra trabalhá, ele trabalhava na Caixa também, só que ele era carregador, aí ele saía pra trabalhá e eu pegava e saía pra roubá, pra sustentá meu vício, que eu tava bem atirada mesmo nas droga, na cocaína. (Juliana).

Por outro lado, há egressos que, embora o uso regular de entorpecentes, viam-se “eticamente” impedidos de praticar ações criminosas sob o seu efeito.

Por incrível que pareça, eu preferia usá a droga depois que eu fazia. Eu tinha receio de fazê drogado e cometê, fazê algum mal pras pessoa, ou fazê alguma coisa errada, que me prejudicasse, sabe, que eu fosse preso. Então eu tinha que tá lúcido, eu era dessa opinião. Pra roubá, pra fazê isso e aquilo, tinha que fazer lúcido. Pra fugí da cadeia tinha que tá lúcido, não podia usá droga. Condenava aqueles que cheravam cocaína, tavam junto envolvido numa fuga; ou que fumavam maconha pra fugir. Condenava eles porque tinham que tá lúcido pra sabê o que tavam fazendo na hora. Não podiam, eu sempre fui dessa opinião, sabe. (Carlos).

Interessou-nos saber também se os egressos entrevistados haviam tido envolvimento com outros crimes, além dos que motivaram suas condenações. Assim, mais da metade deles havia cometido outros delitos antes de serem presos, e quanto às explicações dadas, percebemos ser as mesmas dos crimes pelos quais foram condenados. Além disso, também como critério de análise de suas trajetórias criminais, verificamos que apenas 28,5% dos egressos entrevistados havia tido algum tipo de passagem pela antiga-FEBEM²².

No intuito de vislumbrarmos a trajetória dos egressos entre o cometimento do crime e a sua entrada no sistema carcerário, relacionamos o ano do delito com o ano de prisão. Assim, dos egressos entrevistados, 64,2% deles foram presos no mesmo ano em que cometeram os crimes; já os demais levaram de um até 14 anos para

²² Hoje Fundação de Apoio Sócio-Educativo/ FASE-RS.

serem presos. Esse egresso, cujo período entre o cometimento do crime e a prisão foi de 14 anos, revelou:

Daí depois de 14 ano me pegaram. Eu me omiti, esse homicídio que eu tive envolvido foi em 81, em 85 saiu a condenação, mas como eu não tava presente, eles me fizeram condenação à revelia. Fui preso só em 95. Eu morava na vila e continuei morando. Só que eu não roubava, não fazia nada, sempre trabalhei, né. Eu nunca saí de Porto Alegre. Minha filha tinha 7 ano na época, daí vô preso, bah, minha família nem, minha mulher sabia um pouco do que tinha acontecido, bah, se torna um troço desses, daí, eu, oh, qué vim vê, vem, eu não sei o que vai acontecê. Não posso ir embora hoje. Daí, como eu tinha a preventiva, 120 dias, ficá preso, aí eu consegui, que tinha 2 testemunha a favor, 2 testemunha que se omitiram de mim, uma era meia parente da mulher, daí outro cara, eu era metido a rico mesmo, andava bem dentro da vila, então deixa ele sofre um pouco. Essa aí é conversa que a gente ouve dos otros, daí hoje passa por mim e bah, desculpa pelo aquilo ali. Ela até fica hoje meio de me vê lá, falo pra otros, não adianta, eu me omiti também na época de me apresentá, eu também não sabia, nunca tinha me envolvido com Justiça, nem nada, me omiti de procurá uma ajuda, no caso, quando fui buscá informação já era tarde. Comecei a buscá isso aí pra mim quando eu já tinha outra família já. Foi em 90, fui em 2 adevogado, e não tinha como quebrá essa preventiva. Daí eu perdi de buscá a minha liberdade. Minha liberdade, só buscando no fechado, segui preso, então a hora que me pegarem, me pegaram. (João).

A tabela abaixo mostra o ano de cometimento dos crimes e o ano de prisão do universo de egressos entrevistados

Quadro 5 - Ano dos crimes e ano de prisão dos egressos entrevistados

Egresso	Ano do crime	Ano da prisão
CARLOS	1984	1984
DAMIÃO	1981	1981
FRANCISCO	1999	1999
JAIR	2000	2000
JOAO	1981	1995
JORGE	1991	1995
JOSÉ	1994	1994
JULIANA	1993/94	2000
LUCAS	2000	2000
PAULO	2000	2000
PEDRO	1986/87	1988
ROMEU	1989	1989
SANDRA	1994	1994
TIAGO	1991	1995

Quanto às penas, a tabela abaixo demonstra o crime cometido, a pena e o regime aplicados, e o tempo cumprido em regime fechado. Da análise da tabela, constatamos que quatro egressos foram condenados a penas de 4 a 8 anos (28,5%); apenas dois egressos foram condenados a penas iguais ou inferiores a dois anos (14,3%); cinco egressos foram condenados a penas entre 10 e 15 anos (35,7%); e três egressos foram condenados a penas superiores a 18 anos (21,4%), sendo que, para dois deles, superiores a 25 anos.

Destes egressos, 78,6% foram condenados a penas de reclusão e 14,3% a penas de detenção. Quanto aos regimes, 57% deles foram condenados ao regime fechado; 21,4% ao regime semi-aberto; e 7,1% ao regime aberto. Não tivemos acesso a um processo de execução criminal. Além disso, daqueles egressos que foram condenados ao regime fechado, cinco deles ficaram por volta de cinco anos presos neste regime; dois ficaram 14 anos; e dois ficaram de dois a três anos.

Quadro 6 - Crimes cometidos, penas e regimes aplicados, e tempo de cumprimento da pena em regime fechado

Egresso	Crime	Quantum Da Pena	Regime	Tempo de Cumprimento em Regime Fechado
CARLOS	Latrocínio, dois roubos	29 a, 2 m	Reclus/ fech	14 a
DAMIÃO	Latrocínio	15 a	Reclus/ fech	14 a
FRANCISCO	Roubo	6 a, 2 m	Reclus/ semi-ab	-
JAIR	Dois roubos	6 a	Detenç/ semi-ab	-
JOAO	Homicídio	11 a, 9 m	Reclus/ fech	5 a
JORGE	Homicídio, dois roubos	14 a, 2 m	Reclus/ fech	5 a
JOSÉ	Dois homicídios, uma tentativa de homicídio, um roubo	26 a, 10 m	Reclus/ fech	5 a
JULIANA	Dois furtos	4 a, 7 m	Reclus/ aberto	2 a
LUCAS	Tráfico de entorpecentes	1 a, 6 m	Não consta	6 m
PAULO	Homicídio	8 a	Reclus/ semi-ab	-
PEDRO	Quatro roubos, um furto	12 a, 6 m	Detenç/ fech	6 a
ROMEU	Roubo	2 a	Não consta	-
SANDRA	Homicídio e ocultação de cadáver	18 a, 4 m	Reclus/ fech	3 a
TIAGO	homicídio	12 a, 6 m	Reclus/ fech	5 a

Continuando a análise, inserimo-nos nas questões referentes a suas trajetórias prisionais. Aqui, devido às entrevistas terem sido semi-estruturadas, percebemos a maior riqueza de informações dos egressos, principalmente porque a passagem pela prisão foi o aspecto mais marcante em suas trajetórias, e teve um papel imprescindível na constituição de seus “eus” (GOFFMAN, 1988, 2001).

Para a análise desse momento em suas trajetórias, faz-se necessário verificarmos como foi a vida desses egressos dentro do sistema carcerário, a fim de percebermos qual o seu grau de prisionização (Garcia-Borés Espí, 2003).

Assim, grande parte dos egressos percorreu um número significativo de casas prisionais, circulando pelas principais penitenciárias do estado: Presídio Central de Porto Alegre/ PCPA; Penitenciária Estadual do Jacuí/ PEJ; Penitenciária Estadual de Charqueadas/PEC; Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas/PASC; Penitenciária Feminina Madre Pelletier (no caso das mulheres).

Apesar de terem permanecido bastante tempo presos em regime fechado, apenas dois dos egressos que foram condenados a este regime estiveram envolvidos em fugas dentro das prisões. Os outros dois que fugiram foram condenados ao regime semi-aberto e aberto.

Um dos egressos condenado ao regime fechado, conta como era a rotina de trabalho dos presos que queriam fugir dos presídios:

Eu trabalhei dentro de túnel assim que, eu andava no meio dos rato. Tatu a gente chamava. Fazê um tatu. Então os túnel subterrâneo, por baixo do presídio, pra saí na rua, 15, 20 metro de túnel. E os rato assim passando, água corrente de cano de esgoto de 60, sabe o que é cano de 60 né? Aqueles que dá pra andá só com os cotovelo, não dá pra andá de quatro, só com os cotovelo se arrastando, sabe, os cano que corre a água. E aí tem urina de rato, tem fezes de rato, e os rato andam por ali e eu cortado não peguei uma doença. As vezes fico mas como, meu Deus, que eu sobrevivi. Eu fico pensando nisso. Eu fui preso dentro desses túnel, a prova é do que eu tô escrevendo que eu fui preso, no último, que eu não consegui ir embora, eu fui preso, ali no Presídio Central de Porto Alegre, sabe, tava já na calçada da Av. Rocio já. Eu consegui uma planta que me deu todo o projeto dos esgoto do presídio e o que que tinha que cavá pra chega nas caixas centrais, sabe, pra podê segui só por dentro de cano, daí. Daí eu consegui essa planta que eu cavei mais ou menos daqui até aquele sofá ali adiante. Cavava com panela, com ferros, aqui não tem, mas tipo aquelas canaleta, mas mais larga, sabe. Tem ferro de escada lá, canaleta também, que a gente arrancava, hoje já não existe mais, porque já foi tudo arrancado pra fazer estoque, pra fazê pá pra cavá, com as mão. Cavava com as mão, cavava com os dente, pra ir embora. (Carlos).

Apesar desse intenso trabalho, ele contou só ter conseguido fugir uma vez, tendo sido capturado logo em seguida:

Então eu consegui fugir essa vez, em 28/02/1995. Aqui no Presídio Central, aquela fuga de 45 presos. Faz 8 anos. Deu no jornal, deu na televisão, uma fuga de 45 presos em massa. E aí eu era um dos envolvidos, eu fui o primeiro a pisá no chão do outro lado, com corda feita por lençóis, os gancho pra descê feito com aquelas canaleta ali, que eu tinha arrancado ou cerrado. Entortava, fazia gancho, pra pode botá nos parapeito dos muro e descê. Arma artesanal, sabe. Feita de cano de chuveiro de água, que lá os cano são de ferro, né,

então a gente fazia com madeira, botava cartucho. Arma de fogo mesmo, sabe, improvisada, que dava pra dar 2, 3 tiro e botá fora. (Carlos).

Quanto à relação com drogas dentro da prisão, apenas um egresso disse ser usuário, trazendo relatos bastante contundentes acerca da insalubridade envolta ao uso de drogas nos estabelecimentos prisionais.

Quanto ao trabalho e à escolarização na prisão, já foram mencionados, nos subcapítulos respectivos às trajetórias educacionais e profissionais. Contudo, cabe aqui lembrarmos os índices de egressos que trabalharam (85,7%) e que estudaram (57,1%) nos presídios.

Quanto a suas vidas na prisão, os egressos contam algumas histórias.

Um dos egressos falou sobre as relações sociais dentro da prisão, contando sobre as escolhas entre grupos de presos:

Lá dentro tu escolhe tuas amizade, tu seleciona, tu tem 3 caminho a seguir, tu escolhe o mal, o tu é neutro; tu escolhe o teu caminho, aí eu procurei, eu escolhi aqueles que eram o melhor pra mim, sabe, pra mim não apodrecê a minha cabeça lá dentro, eu não ficar ruim sabe, que eu nunca fui ruim, que eu não queria fica ruim, chegô uma época que eu até quis ser meio ruim, sabe, de eu querê agarrá pra ir embora, fazer qualquer coisa pra ir embora, mas aí eu vi que não adiantava, teve uma época também que eu pensei duas ou três vez em me matá, achando que eu nunca mais ia sair, pensei, uma vez eu fiz uma corda pra me enforcá, olhei pra grade, pensei nos meus filho, na minha mãe, na minha família, aí desisti, sabe, mas é terrível, lá dentro é horrível, é um lugar assim que ninguém quer tá, só loco pra pensá: ah, vô sair e vô fazer pior, pensando que não vai voltá, que vai ficar aqui fora. (Carlos).

Os egressos também demonstram haver uma distinção entre os tipos de presos; entre aqueles que buscam aprender coisas, estudar, saber do mundo de fora; e os que são totalmente absorvidos por aquela realidade prisional, com sua

lógica, seus códigos, tendo seu “eu mortificado”, numa linguagem goffmaniana (GOFFMANN, 2001).

Assim, aquele mesmo egresso contou sobre a discriminação dos “presos bandidos”, para com os “presos trabalhadores”:

Existe a discriminação por parte de preso também. Tem uma parte da massa que é inadmissível o preso trabalhá dentro do presídio, dentro duma penitenciária. Tem uma parte da massa que julga desse jeito. Tem uma parte da massa que acha errado, sabe, eu trabalhá ou estudá dentro do presídio. Eu tenho que sê bandido, eu tô lá porque eu cometi crime, lá eu vô ter que ser bandido. Essas são as mente mais terrível, sabe. São as mente mais difícil de recuperá, até porque aquele lugar não recupera mesmo. A pessoa se recupera por si, sabe, escolhendo o lado que ela tem que seguí, sabe, o caminho que ela tem que seguí, ou quando ela tem uma índole boa, pra não deixá se misturá ou se misturá e acabá apodrecendo, se poluindo mesmo. Mas não que o lugar, o lugar a tendência dele é só piorá, sabe... Porque ali é uma escola do crime, uma faculdade, ensina coisas ruins e coisas boas, pra quem quer. Então existe essa distinção sim e discriminação, sabe, de as pessoas ter as maiores penas terem as maiores oportunidades, que é pra poder aliviar o peso da pena e ganhá remição. (Carlos).

Esse egresso revelou ter havido melhoras bastante significativas dos anos 80 até os dias atuais, nos presídios gaúchos:

Pra ti tê uma idéia como é que era o sistema penitenciário dos anos 80 pra cá, aquela polícia dos anos 80, dos anos 70, vamo dizê assim, que era época do finado meu pai, sabe, era um tipo de polícia, um tipo de agente que eu acho que eles tinham menos instrução, menos tato, menos assim, jeito pra lidá com preso que a polícia de hoje, sabe. Hoje eles têm mais jeito pra lidá com o preso, eles têm mais educação, eles respeitam mais, embora ainda exista uma parte que não respeita, sabe. Então quer dizer, mais a maior parte, ela melhorou bastante, o sistema prisional, os agente, ainda existe aqueles agente antigo, que tão na época da ignorância, na época da brutalidade. Agora tá bem diferente, nesse sentido aí, tanto por parte do preso, como por parte da polícia, dos funcionário, eles tratam com mais respeito, eles respeitam mais a visita, antigamente não respeitavam a visita, provocavam várias situações constrangedoras. Mas isso aí é uma coisa que hoje é certo, 90% hoje é melhor que nos anos 70 e 80, a eficiência, o respeito com o preso, com a visitas. (Carlos).

Ele comentou que, nos anos 80, a “dureza” do sistema penitenciário acabava por revoltar mais a massa carcerária:

Não é o preso que procura greve, em muitos caso, ou quem bota fogo, ou provocam motim, é o tratamento que reflete, entendeu, é a reflexão daqueles que tá indo preso. Isso aí eles têm que dá retorno. Eu já convivi com esse tipo de coisa, de eu ter que fazer parte não querendo, sabe, quando tu não participa duma coisa, mas tu já junto ali, então tu é envolvido. Já fui envolvido assim de tá junto, não tá participando, mas tá junto. Eu tô num pavilhão, tô numa galeria que tá acontecendo aquelas coisa, então é uma parte que é envolvida. (Carlos).

As mulheres no sistema penitenciário têm uma trajetória diversa dos homens, especialmente aquelas vindas do interior do estado, haja vista a inexistência de prisões femininas em outros locais que não a Penitenciária Madre Pelletier, em Porto Alegre. Assim, fruto de uma grande discussão doutrinária e jurisprudencial, o problema de se saber qual o melhor a ser feito quando o condenado é do sexo feminino: se deixá-la perto de sua família, em sua cidade, “misturada” aos presos homens; ou se trazê-la para Porto Alegre, para uma prisão específica para mulheres, mas fazendo com que se perca o contato familiar.

Essa vivência ocorreu com uma das egressas, que foi condenada pelo cometimento de um homicídio e, após ter permanecido certo tempo em um presídio no interior do estado, próximo a sua cidade, foi removida para o Madre Pelletier.

Foi muito ruim, separada dos meus filho, meus filho eram pequeno, eu tinha os gêmeo com dois aninhos, dois anos e nove meses, pra mim foi muito difícil. Eles ficaram lá no interior. Eu fui presa lá e vim pra Porto Alegre. (Sandra).

Já as presas da capital, tendo em vista a grande amplitude do trabalho prisional nas penitenciárias femininas, acabam por ter uma rotina de trabalho bastante intensa.

A minha vida no presídio foi calma. Não tive briga assim com ninguém, não tive. Eu cheguei e comecei a trabalhá dentro do presídio, aí levantava 8 horas, descia pra baixo pra trabalhá, subia só às 5, às 5 horas, chegava tomava banho, brincava ali com as gurias um pouco no corredor, depois fechava a galeria, nós ia dormi, só no outro dia de novo. Visita eu tinha só do meu marido e dos meus filho. E eu trabalhava, e daí dava pra mim ajudá eles na rua, dava pra mim mandá um dinheiro pra eles e me mantê lá dentro. Só que a gente sofre muito, mas foi bem tranqüilo. (Juliana).

Quanto à situação atual desses egressos, 28% deles estavam em livramento condicional até o término da pesquisa; 7,1% em prisão domiciliar (um egresso); e 64,2% deles já estavam em liberdade. Além disso nenhum deles tinha outros processos criminais tramitando nas Varas da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul. Segundo esta informação, nenhum dos egressos, até o momento, era um reincidente em potencial.

Quanto aos motivos de abandono do crime, ele aparece, para muitos dos egressos, como forma de obtenção de vida nova, em decorrência de uma série de fatores, como a expiação sofrida dentro da prisão, a conversão religiosa, a constituição de uma nova família, aparecendo neste caso a figura dos filhos ou de uma “companheira salvadora”. O abandono do crime, para eles, deu-se com a saída da prisão, mas a sua permanência, longe dele, deve-se à obtenção de trabalho. Na opinião de um dos egressos, ter um filho o fez querer abandonar o crime:

Meu filho me fez refletir, ele é tudo pra mim agora, tudo que eu faço é por ele. Nem penso em mim, se eu tiver que ir lá do outro lado do mundo e sei que tem gente lá, se é pro meu filho, eu vou, azar, seja o que tem que ser. Acho que uma criança... Uma criança faz tu mudar assim, da cabeça aos pés, tu muda tudo. Um filho muda toda a tua vida. Olha só, tenho um real, vou compra um baseado, bah, meu filho tá sem uma bolacha, vamo dizê, tu não compra aquele baseado, mas tu vai lá comprá o leite e olha pro teu filho, ele tá comendo ali, é melhor do que aquilo que tu ia fumá, porque tu vai

deixá uma criança chorando pra usá uma porcaria, que vai me dá meia hora de alucinação e deu? (Lucas).

Outro, disse ver na cadeia uma “faculdade”, na qual se aprendem coisas boas e ruins, mas disse ter optado por uma vida honesta:

Eu vi a cadeia como uma faculdade, aprendi muita coisa, sei fazê um monte de coisa se eu quisé, mas depende se eu quisé fazê, como eu não quero, tô optando por uma vida honesta, independente de tá difícil a situação ou não; tô lutando pela minha dignidade de novo, então por isso que eu digo assim, ela é difícil, e ao mesmo tempo é uma lição, porque com tudo isso aí, tu amadurece, eu amadureci bem mais, é claro que não precisa ser só lá. (José).

Para uma das egressas, a permanência na prisão a fez abandonar as drogas, e, conseqüentemente, o crime:

Eu acho que pra mim, né, ninguém gosta de cadeia, de ir preso, mas pra mim eu acho que foi uma boa, porque hoje em dia, eu acho que se eu tivesse na rua eu taria morta por causa das droga, já, né; tinha perdido meus filho; tava bem magrinha, já não dormia mais, passava noites e noites acordada, cherando cocaína; cherando loló, pra mim foi uma boa. (Juliana).

Perguntados sobre o que faz com que um egresso seja reintegrado à sociedade, eles afirmaram:

Eu acho que a consciência dele mesmo. Porque a minha consciência pesô bastante. No sentido de eu ter que me alevantá de manhã, um dia bom, que nem tava aquele dia que eu me lembro até hoje, te só lavado o rosto, escovado os dente e já ido, nem pensei duas vez, bah, vô, não vô, só recebi o convite, me alevantei, escovei meus dente, nem se despedi da minha tia, nada, peguei deixei ela dormindo e saí. Eu digo, se eu tivesse, hoje, ca cabeça que eu tô hoje, tivesse antes, eu teria pensado 2 vez, né. Eu tenho certeza que eu não pensei porque eu nunca tinha caído em cana, nunca sube o que é cadeia, prisão, Febem.

(A prisão) ajudá não ajuda, porque ela deixa as marcas difíceis de apagar. (Abandonar o crime) pra alguns ajuda, mas tem gente que gosta, né. Vida boa, barriga pra cima, comendo e bebendo. Tem gente que gosta. Eu, como eu já passei bastante trabalho, desde

pequeno eu venho passando trabalho, passei um trabalho imenso, né, com essa maratona que eu fiquei, fiquei pouco tempo, mas foi um grande trabalho, coisa que eu nunca pensei em usá, eu usei ali dentro. (Jair).

Além disso, seus relatos trazem o problema da estigmatização. Assim, perguntados acerca de como vêm a questão do estigma, apenas metade dos egressos respondeu à pergunta. Os demais não souberam, ou não quiseram falar acerca das conseqüências de serem ex-presidiários

Dos que responderam, são variadas as formas de como vêm e como lidam com o estigma. Uns afirmam não esconder aquilo que fizeram, e acreditam já ter pago pelo crime, portanto não se preocupam muito com o estigma, sustentando que todos têm o direito de errar.

Ah, eu não escondo, não escondo porque foi uma coisa que eu fiz e eu paguei. Todo mundo tem o direito de errá, né. Ninguém é santo. Eu errei e paguei. Paguei até a mais, eu penso que eu paguei até a mais, poderia ter levado uma chance, eu levei um susto, a primeira vez, 18 ano, bastante tempo de se habilitado, daí como o juiz não quis. (Jair).

Outros dizem não gostar de falar sobre o assunto, afirmando que o passado é para ser esquecido.

Eu não me importo com isso aí. Eu nem penso. Nem gosto de falar também. Tem que esquecer, passado é passado. Tem que pensá pra frente agora. (Jorge).

Outros afirmam ter aprendido a lidar com a vergonha.

Às vez eu esqueço, hoje, através da Viviane mesmo, eu aprendi a lidá mais com isso. Eu já dei palestra pra 40 assistente social, já dei palestra pra 40 psicólogas, a juíza mesmo conversa comigo, a fonoaudióloga conversa comigo, a psicóloga conversa comigo, eu aprendi a lidá mais com essas pessoa, a perdê a vergonha. Porque o ladrão pode ser o que fez, mas vergonha ele tem. Ele é cara de pau naquela hora, aí não quer sabê, se tivé 10 ali ele passa por

cima dos 10, mas se ele tivé num ambiente, ele passa vergonha, por isso, o ladrão mesmo, ele gosta de tá sempre bem arrumado, pra não tê vergonha, pra se senti normal. É uma coisa boba, mas é assim.

Tem pessoas na cadeia que anda bem mais arrumada que muitos aí na rua, desde som, televisão, tudo, máquina de lavá, tudo, acredite se quisé. Tem de tudo, comida da rua, toda hora, não comem comida da cadeia. (Pedro).

E, para os demais, percebe-se o ressentimento pelo fato de que o estigma os impede, muitas vezes, de arrumar trabalho

Falta agora, bah em maio, falta meses aí, e tá tranqüilo, só tá essa situação do, que eu tô devendo pra Justiça ainda, mas fora isso, tá tudo bem, trabalho, pessoal não discrimina em momento algum aí, que não sou só eu que trabalho nessa condição, tem mais pessoas, inclusive uma boa parte aqui, não existe, de repente pode ser que exista, mas pra mim, eu nunca sofri uma discriminação diretamente, é, porque quem trabalha aqui é preso, muito pelo contrário, o pessoal aqui te apóia. Cabe também a cada um reconhecer e segui o que é certo, ou não, porque quantas oportunidades as pessoas recebem e não aproveitam, né, e aí, uma outra oportunidade que uma outra pessoa vai querer receber, de repente já vai ficar mal vista, em função daquela outra que não soube aproveitar, né, que foi o caso da FAESP, em alguns casos aí. Os cara foram ali, ah, a gente qué trabalhá, aí conseguiram trabalho, conseguiram tudo, depois sacaneavam, roubavam no serviço, até aqui mesmo no DETRAN, então isso aí, de certa forma, mancha assim o papel daquela pessoa que realmente quer se reabilitá mesmo, que tá a fim de...Puxa, acho que errá, quem não erra, hoje em dia? E se a pessoa reconhecer o erro, já é alguma coisa positiva. (Tiago).

Da análise de trajetória criminal dos egressos apoiados, constatamos ter sido egressos que cometeram crimes contra o patrimônio (50%) e contra a vida (cerca de 30%), na busca da obtenção de dinheiro fácil, ou por fatalidade, nos casos de homicídio. Tais egressos pensavam poder ficar impunes; todavia, foram, muitos deles, condenados a penas de reclusão maiores de 10 anos, em regime fechado. Tendo uma trajetória prisional desenvolvida nas principais penitenciárias do Rio Grande do Sul, não tiveram grandes problemas disciplinares ou fugas, tendo altos índices de trabalho e estudo nesses estabelecimentos.

Quanto às representações simbólicas da passagem pelo sistema prisional, verificamos ter havido, em nível teórico, aquilo que Garcia-Borés Espí (2003) chama de prisionização, considerada como uma ressocialização na cultura carcerária, com a absorção das suas normas e valores. Contudo, nesse caso, na cultura da administração prisional, com a inculcação de um *habitus* de trabalho, visto a partir de uma lógica bourdiana, ou do disciplinamento dos corpos na lógica de trabalhador, numa perspectiva foucaultiana.

Utilizando-se do conceito de construção de carreiras criminais de Baratta, não conseguimos vislumbrar tal fenômeno, a não ser por alguns egressos mais comprometidos com o mundo prisional.

5.6 Lazer

No próximo subcapítulo, faremos uma breve análise acerca de como os egressos percebem a categoria lazer e como esta constitui-se, para eles, como algo estranho a sua vida atual, ou como algo visto por eles como de não pertencimento, por indicar, muitas vezes, relação com a criminalidade.

A discussão acerca da categoria lazer é importante de ser incorporada, pois constitui-se como parte do capital cultural, utilizando-se da teoria bourdiana.

Analisando-se a categoria lazer, percebe-se que só 35,7% dos egressos disseram realizar alguma atividade que, para eles, seja considerada como de lazer. Destes, para três egressos, a forma básica de diversão é o futebol; sendo que para os outros dois, ela se resume a brincar com o cachorro, para um egresso que adorava jogar futebol e basquete e converteu-se à Assembléia de Deus e não pode mais jogar; e usar o computador.

Assim, o esporte, que sempre apareceu como tipo de lazer saudável, para inibir a criminalidade, principalmente nas classes populares - por isso as políticas de construção de *playgrounds*, experiência iniciada pela Escola de Chicago e replicada em outros países e momentos, como o Brasil, como modelo de programas voltados à segurança pública -, relacionado ao fenômeno da conversão religiosa, aparece como prática inibida, pois as igrejas evangélicas proíbem competições e disputas, características de jogos esportivos. Essa é a situação de um dos egressos que sempre foi vinculado ao esporte, e hoje, crente, não pode mais praticá-lo:

Eu jogava basquete, eu tava sempre no Marinha todo sábado, eu trabalhava no Marinha, jogava basquete, jogava futebol, lazer, fazia um esporte, fazia peso, não anabolizante, essas coisa eu nunca usei, essas frescura, não usava, mas eu gostava de vitamina.

Hoje não jogo mais. Não pode, por causa que o crente, né, o jogo é uma disputa, e o crente não disputa.

A Dona Viviane mexe comigo, o filho dela também joga, joga numa Sogipa, não sei em qual ele joga, e ela, bah e o basquete? Ela sabe que eu sempre gostava, às vez eu vinha até fardado, andava sempre de blusa regata, andava bem no clima, e pra mim foi, eu deixei, né, por causa que foi o caminho que eu decidi optar, né, então eu tenho que seguir as regras, até eu olho, eu passei agora na Érico Veríssimo, porque eu jogava ali no Tesourinha, ali com aquelas gurizada, e eles tavam jogando, mas era uma senhora, o marido dela e as criança, assim, a gente sente um pouco, né, mas é um esporte, um lazer, mas eu parei, com o basquete, basquete eu sempre gostei, eu até olhava NBA, no 10, dos americano assim, sabe, que é bem interessante, é bem mais interessante que os daqui, né, eu olhava, porque eu era muito esportista, eu gostava assim, sabe, daí eu optei por ser crente, foi a salvação, né. (Francisco).

Dos outros entrevistados, 21,4% afirmaram não realizar, atualmente, nenhuma atividade de lazer, seja porque ficam todo o tempo disponível em casa, com suas famílias, seja porque estão impossibilitados de realizar aquilo que gostavam de fazer como atividade de lazer, como é o caso do egresso que fazia

teatro e agora está afastado por ter sofrido um acidente, já referido na trajetória educacional.

(Fico) só em casa com os filhos. Geralmente eu nem saio, fico mais ca minha mulher. (Jorge).

Os outros 35,7% não comentaram nada acerca de atividades de lazer.

Todavia, para alguns egressos, a palavra diversão aparece com conotação negativa, com referência à vida criminosa que levavam em meio a drogas, mulheres e festas.

Divertir? Eu já me diverti muito, tudo que eu joguei fora. Não quero mais, diversão passou. (Francisco).

Assim, percebemos, a partir de uma interpretação com base na teoria do capital cultural de Bourdieu, que os egressos só percebem o lazer como tempo morto, como tempo para nada, esvaziado de qualquer sentido. Assim, cabe mencionar a citação em que Bourdieu menciona as perspectivas dos homens destituídos de ilusão:

Privados desse universo objetivo de incitações e indicações que orientam e estimulam a ação e, por conseguinte, toda a vida social, eles só conseguem viver o tempo livre que lhes é deixado com tempo morto, tempo para nada, esvaziado de qualquer sentido. O tempo parece se esvair porque o trabalho assalariado é o suporte, senão o princípio, da maioria dos interesses, expectativas, exigências, no passado aí implicado, em suma, um dos fundamentos máximos da ilusão enquanto engajamento no jogo da vida, no presente, como investimento primordial – todas as sabedorias sempre ensinam a identificar o desprendimento do tempo ao desprendimento do mundo – que faz o tempo, sendo o próprio tempo.

Excluídos do jogo, esses homens destituídos da ilusão vital de ter uma função ou uma missão, de ter que ser ou fazer alguma coisa, podem, para escapar ao não-tempo de uma vida onde não acontece nada e da qual não se pode esperar nada.

E para tentar se livrar do sentimento, tão bem expresso pelos subproletários argelinos, de ser o brinquedo de constrições externas (“sou como uma casa boiando n’água”), e tentar romper com a submissão fatalista às forças do mundo, também podem, sobretudo os mais jovens, buscar em atos de violência que valem em si mesmos até mais – ou tanto quanto – do que os ganhos que proporcionam, ou em jogos de morte com a moto ou o carro, um meio desesperado de existir diante dos outros, para os outros, de ter acesso a uma forma reconhecida de existência social, ou simplesmente, de fazer com que aconteça algo em lugar de nada. (BOURDIEU, 2001, p. 272).

Apesar de os egressos não virem o lazer, senão como “tempo morto”, a teoria sociológica e criminológica aponta o inverso, desde a Escola de Chicago (FREITAS, 2002; MADEIRA, 2003), para a qual os playgrounds eram formas de inibição da criminalidade como forma de “diversão” das classes populares.

Outro meio de interpretar a categoria lazer, a partir da teoria de Bourdieu, é verificar nesses egressos déficits de capital cultural, a partir de seu *habitus* e de suas aspirações, pois apenas vêem no futebol uma forma de divertimento, não havendo mais nenhum gosto que indique um maior nível capital cultural.

5.7 Religião

A questão da religião, quando se trabalha com o universo prisional, sempre é algo a ser analisado. Isso se deve a vários fatores: em primeiro lugar, porque o fenômeno da conversão religiosa em classes populares é cada vez mais amplo; e, em segundo, porque o universo prisional é sempre um *locus* propício a tais mudanças.

As razões para a conversão religiosa foram explicitadas no texto de Rodrigues (2002, p. 22), para quem tal fenômeno deve ser inserido “dentro de um contexto de modernidade, de diversificação religiosa, no qual emerge uma nova

concepção de sujeito, consubstanciada na noção de indivíduo, e que indica uma possibilidade de escolhas mais individualizadas em substituição a uma religião herdada”.

Analisada num contexto carcerário, de acordo com Segato (2001, p. 140), as chamadas religiões de “superioridade moral” monopolizam os discursos que permitem a redenção. Tais religiões são, segundo a autora, os cristianismos, principalmente os pentecostalismos, e a missão carismática.

Portanto, dentro das prisões, apesar do espaço de intenso controle social sobre a vida e o comportamento dos indivíduos, a compreensão dos processos pelos quais os sujeitos aderem a uma religião, dá-se no sentido da percepção dessa como uma prática relevante, que pode estar indicando transformações significativas na vida dos presos (RODRIGUES, 2002).

Apesar de toda essa discussão sobre o fenômeno religioso nas cadeias, nosso universo de pesquisa não tinha, *a priori*, suscitado uma reflexão maior acerca do fenômeno, pois os dados quantitativos gerais sobre todos os egressos analisados traziam uma representatividade muito alta de católicos e pouquíssimos casos de evangélicos, espíritas, umbandistas. Como a resposta para tal dado era apenas dada pela auto-declaração, sem maiores questionamentos, o prontuário de atendimento da Fundação não revelava nada que pudesse indicar algum tipo de fenômeno de conversão religiosa na cadeia, ou fora dela. Também as informações iniciais do processo de execução criminal, ou seja, as informações obtidas no inquérito policial, não revelavam nada diferente. Informações diferenciadas passaram a aparecer na parte dos pareceres sociais realizados com o objetivo de sugerir ou não uma possível troca de regime. Eis que apareceram alguns evangélicos, mas ainda não havia uma amostra significativa. Só quando fomos

realizar as entrevistas é que pudemos constatar qualitativamente o fenômeno da evangelização.

Assim, a análise do fenômeno da religião entre os egressos apoiados pela Fundação demonstrou que, do universo de entrevistados, 50% se declararam católicos; 14,3% afirmaram ser evangélicos; igual percentual de egressos afirmou não ter religião; e 21,4% não responderam à pergunta.

Apesar dessa supremacia católica, na prática, quando perguntados acerca de ser ou não praticantes de alguma religião, 42,8% dos católicos disseram não freqüentar a igreja; 28,5% deles disseram freqüentar outras religiões, como o espiritismo e a Igreja Universal do Reino de Deus; 14,3% não comentaram acerca de freqüentar ou não; e, apenas, 14,3% dos católicos afirmaram ser praticantes, ou seja, apenas um egresso, cuja família sempre foi praticante.

Quanto aos declarados evangélicos, um deles disse ser freqüentador e o outro afirmou ter se retirado da comunidade após ser preso.

A igreja foi meio omissa neste aspecto, então, me retirei da comunidade onde eu estava, não tenho mais freqüentado, porque o pastor na época foi uma das minhas testemunhas, mas a pedido de terceiros, e das três vezes que ele teve lá em casa, pra ver como é que eu estava, foi pedido a terceiros, então não é uma coisa assim, mesmo que não concordasse, que eu estivesse errado, que ele viesse: olha, na parte espiritual tu tá errado, por isso, por isso, por isso e tal; tu tem que te arrepender e tal; quer dizer, mesmo que ele viesse dar um apoio espiritual, ele não teve..., até mesmo pelo contrário. Ele me citou um versículo da Bíblia, não, tu agiu em legítima defesa, porque a responsabilidade do apartamento era da tua mãe, tua mãe não estava, tu tava responsável por isso. Além do patrimônio do teu apartamento, tu era responsável pela tua irmã, mesmo sendo de maior, porque ela é mais velha do que eu, então tu é responsável pelas pessoas que tão na tua casa, tu estava defendendo, ele estava te ameaçando, e ele tinha a intenção nítida e clara de entrar e te prejudicar, tu, a tua família e o teu patrimônio. Então isso é considerado legítima defesa. Aí ele me mostrou o livro de Romanos e tal. E, mesmo assim, ele, quando ia, ia pedido por terceiros. Até mesmo as pessoas, que eu fazia parte do grupo de jovens há 22, 23 anos, então as pessoas nunca foram assim quando

eu passei no Pio Buck, nunca foram visitar ou ver. É um ambiente totalmente diferente, tu vai lidar com pessoas que tão, que não fazem parte da minha realidade mesmo eu estando numa situação desta, não faz parte da minha realidade, então eu não tive esse apoio, claro que a gente não deve, se a pessoa é religiosa, não deve se apoiar em homens, e sim em Deus, mas é complicado. Principalmente são pessoas que estudaram teologia, tem um conhecimento maior e, teoricamente, a gente tem essa concepção de que as pessoas têm conhecimento como lidar, como tratar com as pessoas, né, são pessoas públicas, então tu fica meio receoso. E quem me apoiou foram pessoas que nem da igreja eram, nem da minha religião, da minha crença. Então tu fica, pô, aonde tá pegando, claro que comparando hoje a 2000, a 3 anos atrás, vamos dizer assim, claro que eu tô com a cabeça mil vezes melhor, tô sabendo lidar com as coisas, pra mim já é uma coisa que já tá atrás, que morreu junto, tem que cumprir a pena, então ta. (Paulo).

No que se refere ao momento de suas conversões religiosas, todos os católicos o são desde crianças, tendo sido batizados. Já quanto aos evangélicos, considerando-se aqui os auto-declarados e os praticantes, o que soma 35,7% do universo de entrevistados, apenas dois converteram-se após a saída da prisão. Os outros passaram a freqüentar tais religiões ainda pequenos, por influência dos pais. Além disso, dois dos egressos que se afirmaram católicos e sem religião têm na família pessoas evangélicas: a família da namorada de um, e os filhos de outro.

Analisando o fenômeno da conversão, mas diferentemente daquilo que se vê nas pesquisas – a conversão ocorrendo dentro dos presídios – o que constatamos foi uma mudança de religião depois da saída da prisão; e a justificativa para tal é das mais racionais, muito antes do que uma explicação de cunho religioso. Assim, a opção pelas igrejas evangélicas se dá pela busca de controle externo, que não mais pode ser feito pelo sistema prisional, pois se está fora dele.

Eu converti agora em 2001, eu acho, que eu conheci minha esposa, minha mulher. Daí eu me converti, e a primeira igreja que eu fui foi a Universal, daí quando eu pisei lá, eu disse não é esse lugar, porque eu quero uma coisa mais rígida, que eu sou assim, uma pessoa muito positiva, porque eu acredito naquilo que eu quero sabe, eu sou assim, bem, se eu quero aquilo, eu vou lutá por aquilo, daí eu fui na Universal, mas a Universal é muito liberal, daí eu disse, se é

assim, eu fico como eu tô, no mundo, aquelas mulher tudo pintada, minha mulher não usa pintura, não usa nada, né; daí eu disse, não é esse lugar que eu tô procurando, é a igreja, mas não é essa daí, daí eu fui na Assembléia de Deus e vi, é essa aqui que eu tô procurando, que é uma doutrina mais rígida, que eu não ando de bermuda mais. (Francisco).

A permanência nesse tipo de religião também se dá por motivos utilitaristas, pois a partir dela há a crença no ideal da acumulação financeira. Assim, perguntado sobre se pretende continuar crente, o egresso afirmou:

Não, não, firme, firme, porque aqui eu afirmei meus passo, porque eu era muito gurizão, né, eu já tô ficando meio assim, numa idade que já não dá pra brincá, ou te indireita ou..; eu queria vivê muito, assim, tê dinheiro, muito assim, mas eu trabalhava, né. Daí eu decidi optar por ter família, que eu nunca parei pra ter filhos, assim, eu tava pensando, eu tô ficando velho, quero ter um herdeiro, uma herdeira, né, uma criança pra incomodar, ah pai, me dá isso, me dá aquilo, pra incomodar, nem que seja. Eu tava ficando velho, daí agora eu parei pra ter, eu tenho tempo, e antes, se eu tivesse tudo bem, mas não tive, não apareceu.

Eu acho que (a conversão) é o caminho, ;porque eu acho que sei lá, pra mim eu tava um ano trabalhando, e não conseguia nada, e o dinheiro era só festa assim, também porque eu morava com a mãe, daí comida ela dava, casa tinha, daí eu só tinha que trabalhá pra comprá as roupa, o resto era farra, saí, e eu também já queria saí, eu já tava numa idade que eu queria tê o meu cantinho. (Francisco).

Apesar de, nos depoimentos dos egressos, haver toda uma justificativa religiosa para a conversão, pela busca de paz interior, percebemos que, diante do binômio criminalidade – conversão religiosa, estas aparecem no imaginário das classes populares como as duas únicas alternativas de sobrevivência.

Eu me converti na rua, porque muitos se converte lá dentro só pra saí, e pra depois fazê tudo errado. Eu me converti na rua, né, que eu conheci a minha companheira, e ela era desviada assim, por causa de muita tristeza, do primeiro casamento, e eu tava procurando, eu não tinha paz de espírito, daí eu tava procurando tê uma paz interior, tava cansado, não queria mais, daí eu conheci ela, não que eu tivesse fazendo nada errado, eu já tava na condicional, eu tava trabalhando, tava estudando, só que eu gastava meu dinheiro em

farra, eu saía de noite, eu gastava meu dinheiro e aí eu ficava reinguiando o mês todo, sabe, só com as fichinha, gastava em cervejada, queria aparentá uma coisa que não era, sabe, tê bastante dinheiro, vivê bastante, aquela vida ilusionária, boba, né.

Foi na Igreja que Deus me resgatou, sabe assim, por causa que eu fiz um propósito, bah, é muita gente, é muita gente que não vale nada, muita gente ruim, muita gente má, que tem prazer de matá, que tem prazer de fazer os outro ficá por baixo, poder de tê poder, tá todo mundo ali sofrendo, como é que alguém que ser mais? Às vezes tem uns lá lotado de cadeia, nem vão sair mais, vão morre ali dentro, e aí tem que calcular, porque, por eles, qualquer coisa serve, tá entendendo? Iguamente eles vão ter que puxar trinta anos; daí se matá um ou dois, ou três, pra eles tanto faz; daí a gente tem que se cuida, né, sabe que a gente... Eu pensei pra mim, esse um ano e sete mês que eu fiquei lá preso, poderia tá trabalhando, fiquei lá olhando pras parede, olhando pra cara de barbado. (Francisco).

Outro aspecto interessante de ser abordado, mas não vinculado necessariamente à religião, é a questão da importância de Deus na vida desses egressos. Assim, 42,8% deles afirmaram crer em Deus e ver nele a causa para terem saído da prisão e do mundo do crime.

Na fala de um dos egressos, percebemos que o fato de ter saído ileso da prisão deve-se à ação divina, por sua crença em Deus:

Eu costumo dizê que a minha religião é Deus. Eu acredito, confio em Deus, por tudo que eu passei, por tudo que eu vi, pela minha própria sobrevivência, sabe. E pelas coisa que eu vi acontecê ao longo do tempo, eu acredito que eu tenho um anjo da guarda muito forte, porque todas as pessoa que se fizeram meus inimigo, se que opuseram contra mim, por antipatia ou alguma coisa desse gênero, sabe, foram morrendo. Sem eu mover um dedo, sem eu falar nada contra eles, sem eu nunca tentá prejudicá eles, nunca prejudiquei. Eles foram morrendo no presídio ou na rua, ou saiam e voltavam pra morrê. E nunca pensei o mal pra eles. Eu imagino que eu devo ter uma proteção muito forte. Eu acredito em Deus bastante, sabe. Não freqüento. Eu simplesmente acredito. (José).

Outro crê que Deus lhe reservou essa trajetória na prisão, a fim de lhe manter vivo:

Sô católico. Eu freqüentava quando criança, fui na catequese, fiz. Acredito bastante (em Deus). Até eu tenho em mim, que nem eu pensava no Central ali, eu pensava assim, que no mundo que eu

tava, que nem eu vi vários amigo meu saí pra rua, e tão há 7 palmo, tão morto, não tão mais vivo. Deus quis assim, em vez de optá o destino da morte, ele optô o destino da prisão. Pra mim tê essa cabeça que eu tenho hoje. (Jair).

No caso específico de um egresso que diz não ter religião, mas diz acreditar em Deus, apesar de não ser evangélico, a família toda é freqüentadora da igreja Assembléia de Deus:

A minha família eles são evangélico. Então eu não sô inimigo de ninguém, eu procuro sê amigo de todo mundo, não desejo o mal pra ninguém, só quem convive comigo sabe. Se eu ficá com raiva de ti agora, tu me fizé alguma coisa errada, daqui 15, 20 minuto eu vô esquecê, já perdoei, sabe, eu sô assim, sabe, graças a Deus. Isso sempre existiu em mim, sabe, só que eu nunca tinha parado pra ver que eu era assim, sabe, que sempre existiu, desde menor, eu sempre tive um coração bom, só que eu nunca parei pra pensa. (Carlos).

Há outros que demonstram, em suas falas, que a religião católica sempre é a de auto-afirmação, apesar de na prática freqüentar igrejas evangélicas ou templos espíritas. Um dos egressos disse ser católico, apesar de freqüentar a IURD:

Sô católico né. Eu freqüento a evangélica, a Universal. Quando dá tempo eu vou, geralmente na sexta-feira eu sempre vou. Outros dias não dá por causa da aula. Eu sempre gostei de culto, essas coisa, nunca gostei da outra religião (umbanda). É, nunca gostei. (Jorge).

Já o outro, apesar de também ser católico, disse ser freqüentador de casa espírita, e de outras religiões:

Ah, eu sô católico, batizado em igreja católica, mas eu freqüento casa espírita. Tem uma casa que eu freqüento e tal. Meus pais freqüentam, e sempre que fui lá, foi tudo bem. Eles me ajudaram muito também, né, antes de acontecer isso comigo, eu tinha otros problemas também, de saúde, então lá foi o ponto onde eu sempre fui. Agora faz um tempo que eu não vou, né, que fica no sábado, e

no sábado tem que tá aberto, como é que eu vou fechá pra ir lá, não dá. Mas eu tenho que ir lá, eles mandaram eu ir lá, que eu tenho que fazer uma nova segurança. E vô em batuque, vô em qualquer religião. Não vou dizer assim que sô adepto a todas, mas eu vô em qualquer lugar. (José).

Da análise sobre a religião, percebemos ser esta bastante significativa para uma possível ressocialização, uma vez que, mesmo quantitativamente não tenhamos encontrado um alto número de evangélicos e, em sendo a maioria dos católicos, não praticantes, encontramos nessa pesquisa aquilo que Carvalho²³ (apud RODRIGUES, 2002, p. 72) chama de distinção entre espiritualidade e religiosidade.

Assim, se poucos egressos são religiosos, considerando-os como praticantes de alguma religião; a maioria deles remete-se a Deus, ao sentimento de redenção, ao arrependimento; todos esses parâmetros bastante significativos para explicar um rompimento com o mundo do crime, relacionado também com a teoria do estigma de Goffman (1988).

Outra questão fundamental é o papel desempenhado pelas igrejas evangélicas, frente ao problema do preso e do ex-presidiário. Nesse aspecto, percebe-se que o controle social durkheiminiano, preconizado como resultado da socialização dos indivíduos, volta à tona, pois as igrejas evangélicas desempenham a função primordial de “acalmar” as classes populares, que não conseguem incluir-se socialmente na lógica da sociedade pós-moderna, que, segundo Bauman, liberdade sustenta-se pelo consumo e a possibilidade de consumir.

²³ CARVALHO, José Jorge. Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea. *Série Antropologia*, n. 114. Brasília: UNB, 1991. P. 1 – 49. Apud RODRIGUES, 2002, p. 72.

5.8 Cidadania

Uma categoria importante de ser incluída na análise, diz respeito à questão da documentação dos egressos, por representar um dos direitos básicos à cidadania, que é existir formalmente. Assim, dos egressos entrevistados, pouco mais da metade tinham, ao chegar à Instituição, carteira de identidade (57,1%); 42,8% deles possuíam CPF; 50% deles tinham carteira de trabalho; apenas 35,7% possuíam certidão de nascimento; e apenas um dos egressos possuía carteira de motorista. Além disso, somente 42,8% deles haviam, em algum momento da vida, contribuído à Previdência Social.

Diante de tais informações, e retomando os dados referentes ao universo da população apoiada pela Instituição, percebemos, tanto para este universo de entrevistados, quanto para o universo total da pesquisa, uma complicada falta de cidadania, o que, dentro dos presídios pode ser caracterizado como uma mortificação das personalidades, que são violadas em sua mais simples garantia, que é a de ter nome, sobrenome, trajetória profissional, todas essas personalidades, garantidas pela documentação legal da pessoa.

Para trabalhar com o conceito de reintegração social, é importante, ainda, incluir a perspectiva da concepção de cidadania de Marshall (1967). Tal concepção parece dar uma idéia clara do que teria de ter um indivíduo que passou por um processo de ressocialização e agora deve ser integrado à sociedade, tendo acesso aos direitos sociais, políticos e culturais, a que Marshall se refere em sua obra, como sendo as condições plenas da obtenção de cidadania.

Assim, considerando-se a aquisição dos direitos básicos de cidadania como o porte de documentos, percebemos estar, os egressos, nesse sentido, semi-reintegrados, constituindo-se formalmente como semi-cidadãos.

6 O PAPEL DA FAESP E SUA EFETIVA ATUAÇÃO FRENTE AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Desempenhando uma função que legalmente é estatal, a FAESP situa-se na interface entre a incipiente atuação do poder público e a organização da sociedade civil, para buscar cobrir esta lacuna. Assim, como nem mesmo o poder público consegue, através de seu sistema penitenciário, ressocializar ou, ao menos, recuperar e diminuir os índices de reincidência – que, conforme já mencionado, estima-se que esteja, hoje, em torno de 70% (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002, p. 523) ²⁴ -, essa tarefa, realizada por uma Instituição cujas verbas não são estatais – além de bastante escassas -, torna-se bastante árdua.

Além disso, como a Fundação desempenha suas funções apenas servindo-se do trabalho voluntário, há o diagnóstico, feito pelos próprios entes da Fundação, de que é preciso profissionalizar setores-chave, para solucionar problemas como os de disponibilidade de horários e de tempo de execução dos projetos.

Mesmo assim, a Fundação tem tido uma importante atuação frente a um universo tão amplo e tão carente de quaisquer perspectivas, o que verificamos pelo baixo índice de reincidência, de cerca de 23%, encontrado entre os egressos apoiados por ela.

²⁴ Vide nota 1.

Parte dessa atuação, deve-se aos convênios com órgãos públicos e à cooperativa de trabalho criada junto à Fundação, a qual trabalha em parceria com uma metalúrgica, com atualmente três egressos (a participação dos egressos já chegou a ser de dez, mas devido à queda na demanda da produção, este número teve de ser reduzido) que são remunerados segundo sua produção.

Quanto ao convênio com órgãos públicos, a FAESP mantém cerca de 25 egressos trabalhando no DETRAN, desempenhando as mais variadas funções, em conjunto com os outros trabalhadores do órgão. Tal convênio tem duração de seis meses, podendo ser por igual período, visando a proporcionar uma experiência profissional e uma forma de recomendação para que o egresso possa sair dali, apto a encontrar outro trabalho. Há novos projetos para que, iniciativas desse tipo sejam desenvolvidas com outros órgãos públicos, dentre estes, a CORAG, os quais ampliarão a gama de egressos que entrarão em regime de livramento condicional, já com uma possibilidade de emprego temporário.

Apesar disso, na prática, a atuação da Entidade ainda é muito incipiente, pois através dela, apenas cerca de 20% do seu público consegue colocar-se no mercado de trabalho. Sua política mais abrangente, em termos quantitativos, acaba sendo pautada pela distribuição de cestas básicas e vales-transporte. Em razão do apoio material, dos 302 egressos já atendidos pela Fundação, mais da metade continua tendo um retorno periódico à Instituição.

Como a Fundação é bastante recente, há diversos problemas, dentre os quais a falta de profissionalização e a carência de recursos mais vultosos, tendentes a poder ampliar os projetos. Contudo, há uma série de iniciativas que buscam coibir tais dificuldades, calcadas na importância que o egresso credita ao trabalho como

forma básica de reintegração social; nesse sentido, a busca por emprego continua sendo a tônica e a maior dificuldade da FAESP.

6.1 A FAESP na visão dos egressos do sistema penitenciário apoiados

O capítulo a seguir traz um relato da visão que os egressos têm da FAESP, enfocando, especialmente, a sua atuação. Tal capítulo é imprescindível, uma vez que objetiva a contrapor a visão da FAESP, às percepções de seu público-alvo: os egressos.

Assim, achamos interessante retomar as principais constatações obtidas no capítulo quatro, no qual percebemos ser o trabalho a categoria-chave do processo de ressocialização; bem como a principal expectativa dos que a buscam. Quanto às concepções da entidade, tem-se que sua missão é a responsabilização do egresso, como um ator que deve buscar inserir-se socialmente.

Além disso, o grupo da FAESP vê o problema da vitimização dos egressos que buscam, na visão da Entidade, obter vantagens, sem dispendir grandes esforços. Outra constatação, que deve ser contraposta pelos egressos é o problema do voluntariado, percebido pelo grupo da Instituição, e a necessidade de profissionalização de certos setores.

Iniciando a análise, constatamos, em primeiro lugar que 28,5% dos egressos entrevistados continuam atrelados à Fundação, direcionados através dos programas de trabalho.

Quanto à forma de chegada até a FAESP, 64,3% deles foram encaminhados pelo Serviço Social da VEPMA, o Programa de Acompanhamento Social/ PAS, o que demonstra a efetividade da rede formada entre o Poder Judiciário, via Vara de Execuções, e a Instituição. Os demais, chegaram até a Entidade, de formas variadas: através da Susepe (14,3%), através da descoberta da FAESP com outros presos, pela mídia, ou por indicação de agentes penitenciários.

Quanto às expectativas desses egressos com relação à FAESP, 78,6% deles pretendiam buscar, na Fundação, a obtenção de trabalho. Os demais, almejavam conseguir cursos profissionalizantes e outros recursos.

Relacionando-se às expectativas quanto à atuação da Entidade, com os ganhos obtidos dela, verificamos que igual percentual recebeu oportunidades de trabalho vinculado à Fundação - três deles na Laborsul, e os outros oito egressos no Projeto Vida Nova. Todavia, na época da entrevista, destes onze egressos, apenas duas egressas permaneciam na Laborsul; do mesmo modo, remanesciam no Projeto Vida nova, apenas três egressos, como já foi relatado no capítulo referente à trajetória profissional.

Aqui, com o intuito de aprofundar a análise, é mister que se divida o universo de entrevistados em três grupos distintos: o primeiro, dos egressos que estiveram no Projeto Vida Nova e foram desligados; o segundo, dos egressos que continuavam atrelados a ele ou à Laborsul na época de suas entrevistas; e o terceiro, daqueles egressos que não haviam sido incorporados aos programas de emprego da Fundação.

Dos oito egressos que estiveram trabalhando no DETRAN, seis deles formam o primeiro grupo. Nos seus relatos, não poupam críticas à Instituição, uma vez que esperavam que o projeto fosse ampliado, residindo aí a maior fonte de decepção.

Para um desses egressos, não houve interesse da FAESP em ampliar o projeto de trabalho, além disso, a jornada intensa os impedia de procurar outro emprego:

A gente buscava isso aí dentro do grupo, e ninguém questionava: pô, mas daqui pra frente, que que vai sê desse cara? Nunca ninguém penso isso aí, né. Bah, deram uma oportunidade de um ano, com tu trabalhando 8 horas, o que tu vai fazer, tu vai buscá o

que fora daquelas 8 horas? Não vai buscá nada. Tu tinha das 8h30min até às 6h, pra trabalhá, daí tu vai buscá o que? Tu sabia do contrato, nós sabia que tinha um contrato de um ano, mas eles podiam ter dado outra oportunidade pra nós buscá em outra função, que eles tavam buscando, mas nunca; eu acho que nunca teve interesse, no meu pensamento, que se diz hoje, dos 5, só um trabalha hoje, dos 5 que abriu caminho pros otros. (João).

Para outro egresso, o problema de uma contratação por tempo determinado consubstanciou-se na impossibilidade de sonhar e fazer planos:

Um trabalho de um ano só, que não te dá mais esperança nenhuma. Além disso, é um grande problema, a Sra. não pode sonhá, a Sra. não pode fazê planos, não é verdade? É aqui, ali agora, e deu, já era, acabo. (Pedro).

O egresso abaixo pergunta-se por que o trabalho não continuou, uma vez que, segundo ele, foi bem desenvolvido:

Foi bom pelo seguinte, foi bom que eu não passei fome, assim nesse um ano. O trabalho foi tão bom que não deu a seqüência; o trabalho foi tão valoroso, que ninguém abriu uma porta mais ampla pra nós, tá entendendo? Foi uma coisa limitada. Era assim, ó, se tu trabalhasse bem tu concluía um ano, se tu trabalhasse mal, qualquer queixa, qualquer coisa, tu caía fora. Eu tava trabalhando, de bico assim, mas o que eu queria arrumá era um serviço assim, de carteira, porque eu já tô ficando velho, pra tê aposentadoria. Eu acho que no início deveria ser assim, ó, não deveria ser limitado, conforme o esforço, porque lá tem serviço pra vida toda, como limpeza de pátio, os serviço que tão sendo feito ali, dependendo, poderia passa de carteira ali, normal, de manutenção, geral, dando uma chance assim boa, não uma coisa temporária, que o serviço tá tão bom e acabou, tão bom que acabou, né. (Francisco).

Na opinião de outro egresso, a vontade de ampliação do projeto veio de encontro à política da Fundação:

Nós sempre tentemo lutá sabe, em busca de tentá amplia esse um ano, e de repente a FAESP, ou algum do Detran não gostou muito. Nos tentemo buscá isso aí, até nós falemo com a Dona Cláudia, que

é a psicóloga lá na FAESP, em relação deles entrá em contato com a Secretaria e tentá falá com o Secretário da Justiça, com alguém mais, pra isso, eles disseram que tinham uma audiência não sei quando, não sei o que que foi, se tiveram mesmo essa audiência; se não, foi só um negócio assim, oh, vamo dizê pra eles que têm uma audiência marcada tal dia, pra a gente não pegá e fica sempre batendo na mesma tecla ali. A gente tava em busca, e naquelas dali, eles não tavam muito. (José).

Já outro egresso, menos revoltado com a atuação da Instituição, confirmou a idéia de que um trabalho definitivo seria melhor, mas disse acreditar que a FAESP fez tudo o que pôde:

Eu acho que seria bom se fosse uma coisa definitiva. Mas aí é que a gente tem que dá o passo conforme a perna, né. Foi o que a FAESP conseguiu, foi o que o Projeto Vida Nova conseguiu. Então seis meses, um ano pra dá oportunidade pra outros, né, pra outros podê ingressá então, é um tipo de apoio até a pessoa consegui uma coisa melhor, né, mas e quem não consegue? Como foi o caso da maioria que fico ali, né, que fico um ano ali que não conseguiu, quem conseguiu foi 2;3, então, eu por exemplo, eu não cheguei a ficá 2 meses ali. (Carlos).

Na mesma esteira, está a avaliação feita por esses egressos com relação à atuação da Fundação. Um dos egressos disse não mais procurá-la, pois contratos de um ano não servem a ele, que disse ficar muito angustiado quando o contrato acaba:

Eu já nem busco lá, que eu sei que em vez de dá a passagem, nem vô lá, porque eu já vi os outros meus companheiro, chegá lá e tu ouvi abóbra das pessoa, o cara sabendo que eles recebe um x de passagem pra dá, e se tu vai duas, três vez, eles te dão um monte de não. Eu, só o que eu penso é que eles têm chance de ajudá mesmo, eles têm mais meio do que qualquer outra pessoa, de buscá meios de ajudá um preso. A gente viu vários problema lá que aconteceu, dentro, enquanto a gente tava trabalhando; pessoas lá tentaram, e aí não tinham o que comê, aí davam um rancho, depois atiravam na cara das pessoa, não, tu já pegô a semana passada. Eu nunca mais vô procurá ela, se tivesse nesse mesmo processo de fazê contrato de um ano, pra mim não serve, pra mim, serve contrato aberto. Eu vô ficá de novo um ano ali, depois vô tê que saí

e procurá tudo de novo. Então não me serve. Eu ficá ansioso, começa a chega dezembro, bah, vô tê que saí de novo. E agora? Tudo do zero de novo. Pô, daí fica um negócio meio esquisito. Talvez até eles vão pensá agora nisso aí, se não tão pensando, que a gente brigô, teve os encontro lá, sempre botemo isso em pauta, não sei se a D. Cláudia levô à direção isso aí, a gente sempre expôs alguma coisa, expôs aqui pra D. Viviane no grupo, até várias discussão houve sobre isso aí. (João).

Outro egresso denunciou a falta de interesse da FAESP em não verificar o trabalho desenvolvido pelos egressos, no DETRAN:

Eu vejo desinteresse deles. Exemplo: no dia que eu vim aqui, ela não sabia, eu digo, mas como que vocês não vão sabê se vocês têm vínculo com nós, ou o único vínculo que vocês tem com nós é só no final do mês? Então vocês devem tá lucrando alguma coisa, então não é um serviço social, então tem algo mais por trás disso, que se a gente faz um trabalho, eu acho que a Sra. vai tá ali olhando de vez em quando, pra vê se eles tão cumprindo o que tá no contrato. O trabalho da FAESP é bom, mas requer melhorias, que as pessoas acreditem mais nela, tem pessoas que vêm aqui, a maneira de tu dizê um não pra eles, é a palavra mais curta, mas tu tem que sabê dizê um não que largue ele com alguma esperança, pra ele não virá as costa e saí ali e pô, não consegui aqui, não vou vendê em lugar nenhum. A gente sabe que eles não tem obrigação, mas eles fizeram a gente depositá essa confiança neles. Então não deixassem chegá até onde chegô. Fosse mais brando, mas né, a gente não vê incentivo na parte deles nenhum. (Pedro).

Outro, mais efusivo, disse que os projetos só beneficiam à Fundação; além disso, denunciou a política adotada por ela e pelo DETRAN, de não discutir com os egressos:

O que eu posso falar em relação a FAESP é que é um projeto que não beneficia ninguém, a não ser eles. Porque a gente que sai numa condição assim que a gente tava, aí pra encarar o mundo aqui fora assim, na real a FAESP é assim, que nem dá um doce pra criança e tirá, porque eu, a princípio eles não me ajudaram em nada, a não ser o que eu tinha que fazer, que era o meu trabalho no DETRAN. Fui mal atendido lá também, não sei por que motivo. A gente começou a ver assim, sabe, começamo a freqüentá lá e começamo a ver que não era, que era só uma imagem assim, por trás daquilo ali não, totalmente fora assim, não tinha nada a ver com a gente. A gente ia tudo porque era um emprego, a gente precisava

do emprego, a gente não aceitava, e eu acho que a maioria das pessoas que tã pelo convênio da FAESP com o DETRAN não vão aceitar também, a forma deles, porque o DETRAN fez uma coisa de não debater de frente com a gente, então a gente tinha a psicóloga Úrsula, a gente conversava com ela, ela não ajudava em nada, a única coisa que ela dizia era o seguinte, que nós tava emprestado da Secretaria pro DETRAN, mas como que a gente trabalha dentro dum prédio que é todo do DETRAN, quer dizer, o serviço não tá valendo de nada. E a gente sempre debatia com ela, e ela sempre tinha um meio de sair fora, de fugir do que a gente falava pra ela. (José).

Contrariando o que foi dito pelo voluntariado da Entidade, os egressos afirmam que a curta experiência de trabalho no Detran, certificada por um documento emitido pela FAESP, acaba por minar qualquer possibilidade de obtenção de emprego, em razão da estigmatização que confere ao ex-presos. Assim, para esse egresso, o fato de o certificado vir em nome de uma fundação de apoio a ex-detentos, revela todo o período vivido por eles na prisão:

Aquilo não vale nada, não vale nada pelo seguinte: vem escrito assim, ex-detento, vai numa firma o cara vai dizer ali..., em cima diz FAESP, quem pegá FAESP ali já deu, e aí o cara só te ilude, começa a dizer pra ti: ah, semana que vem tu vem aqui, por isso eu digo, ajuda, pra quem tá agora, tá na condicional, pô, até é uma boa ajuda, mas mais pra frente, tu fica na beira nem eira, vai por ti mesmo.

Se pegarem negócio da FAESP, comprovando que tu teve um ano trabalhando, vão vê que tu teve tantos presos, daí vão vê ali, aqui é uma fundação pra ajuda o ex-detento, aí não adianta, pô esse cara teve preso então, então que dessem um atestado de que prestô um serviço no DETRAN, não precisa nem botá o nome da FAESP, mas aí não, a FAESP não quer, tem que aparecê o nome da FAESP, na história. Daí é o que eu tô dizendo, é o lance que eles pensam mesmo, não pensam no próprio detento. Fundação de apoio ao egresso, o cara soube que teve preso, eu usei droga, eu cumpri uma pena, sei lá, o cara vai dizê, pô, tu usou droga, também tu é um cara irresponsável, vai dizê pra ti, ou tu vai dizê, oh, roubei, eu briguei, sei lá, que tu fez, que tu vai tê que dizê, mas mesmo assim, o cara vai dizê, teve preso, ba, ba, ba, aí vai saí contrato? (João).

Outra crítica feita pelos egressos é quanto ao não acompanhamento daqueles que foram desligados do Projeto Vida Nova. O mesmo egresso citado acima,

denunciou, em sua entrevista, que havia saído do projeto há quatro meses, e até então, não havia sido procurado pela FAESP:

A dona Cláudia falô que existe acompanhamento conosco, e até agora, eu tô faz 4 mês que nunca me perguntaram se eu era vivo, morto ou se eu tava preso, ainda, oh, delinqüiu e voltô pro fechado de novo. (João).

Cruzando-se as expectativas e a avaliação dos egressos quanto à FAESP, com variáveis como escolaridade e idade, não foi constatada qualquer tipo de associação significativa.

Os egressos que participaram do primeiro grupo do Projeto Vida Nova reivindicam para si a criação do projeto. Na visão de um egresso, quando da assinatura do contrato, não havia uma entidade para figurar no pólo passivo, eis quando a FAESP foi encontrada:

No fim, os cara tão lá não sabiam o que faziam, que tava aparecendo um serviço, tavam dando oportunidade pra 27 caras, mas tinha que tê uma entidade por trás, pra segurá, no caso. Daí eu sei que ela disse, não sei se foi a D. Viviane ou a D. Úrsula, que acharam a FAESP, daí começaram as reunião com a FAESP: que que tinha que fazê, que que não podia fazê, entendeu, e foi quando fechô o trabalho com a FAESP. Aí que nós fomo trabalhá. Aí surgiu 9 vagas lá pra Secretaria de segurança, no fim as 9 vaga só ficamo entre 5, foi até 7 cara, mas na época o Gilson e outro rapaz lá desistiram, não era pra eles o serviço, que era puxado o serviço, né. Serviço de limpeza, manutenção de tudo, tinha que limpá o pátio, que tava um mato lá. (João).

Outro egresso afirmou que o convênio foi buscado por eles, no grupo da VEPMA, só depois tendo a FAESP ingressado, na época da assinatura:

Nós demo início a esse trabalho social, eu, a D. Viviane e o João. Hoje tá grande, ela tem secretária, ela tem mais duas ajudante, antes era só nós, esse projeto do DETRAN - FAESP isso foi nós que chamemo o Superintendente lá, na época que eles não tinham

conhecimento que o semi-aberto tava fazendo um trabalho com o DETRAN, aí as pessoa que iam saí do DETRAN, porque elas ganhavam condicional, porque que nós não fizemo uma luta pra nós vê se as pessoa da condicional não pegam esse trabalho, porque nós não temo nenhum vínculo com a Susepe, aí que nós chamemo o Superintendente, conversemo com ele, e como o Foro não pode pagá e nem recebê dinheiro, foi aí que nós entramo com a FAESP. Por isso que eu brigo, porque eu não sou um leigo, posso ser burro, por ter feito as coisa, mas não leigo. (Pedro).

Outro egresso denunciou que eles são o início da FAESP, e que só a partir do Projeto Vida Nova é que a Instituição cresceu:

Nós somos o início da FAESP, eu e mais uns otros, nós conhecemos a FAESP e um monte de coisa errada que tem assim, sabe, daí agora entrou um monte de gente nova. No início a FAESP não teve nada, a FAESP cresceu quando fizeram esse negócio, esse contrato com o DETRAN, daí a FAESP deu uma crescida. Sei que a FAESP ela ajuda, ajudou, mas, na real, ela não nos ajudou, no fim, nós que quisemo fazê, e conforme foi, nós levamo tudo no pratinho pra FAESP, que a FAESP é a única que atende os egresso, que podia fazer um convênio, e aí foi o que aconteceu, mas graças a Deus, nós não fizemo por nós, fizemo pelos otros também, né, que nós tinha esse grupo aqui [do FORO] que não era só por nós, pensava pelos otros também, que tão lá e que vão saí, e que querem mudá de vida, porque o grupo que nós tinha aqui, que era os mais antigo, que eu era um dos mais novo, em idade também, os otros tudo tinha 30 e poucos, uns 40 anos, daí entre nós, nós tinha assim, se tu botasse eu Francisco, tu sabe que ele vai lá, vai trabalhá e vai abri espaço pra otras pessoa . (Francisco).

Há, nesse caso, que se deixar claro que, como o trabalho da FAESP funciona em rede com o grupo do PAS, com muitos egressos participando duplamente, e como aquele grupo foi articulado anteriormente à implantação do Projeto Vida Nova na FAESP (e justamente daquele grupo foram enviados egressos), há certas divergências, certas mágoas, de egressos que se desvincularam da FAESP, mas que continuaram atrelados ao PAS. Coincidentemente, quatro egressos bastante atuantes do grupo do PAS, e os primeiros egressos a trabalhar no Projeto Vida Nova (todos eles já desligados hoje), prontificaram-se em dar entrevistas e, suas opiniões,

coincidentalmente críticas com relação à Instituição, vieram à tona já no início das conversas.

Há um único caso de egresso que esteve no Projeto Vida Nova e foi contratado posteriormente pelo DETRAN, que avaliou a Instituição de forma bastante positiva:

Eu acho que a FAESP tem um papel importante, embora sendo a procura maior do que a oferta, eu acho que a FAESP tem um papel importante no sentido de, pelo menos, mostrar, tentar mostrar pra quem realmente quer se ressocializar, que existe a possibilidade de ressocialização, né, que eles te propiciam ali trabalho, não de imediato, porque isso aí não é imediato; tu olha a população do país, daí tu vê que todo mundo tá procurando trabalho, ainda mais pruma pessoa que já tenha algum respaldo relativo à justiça, alguma coisa, pro cidadão normal, capacitado, já tem dificuldade. Então a FAESP, dentro do possível, ela faz, ela faz bastante coisa; embora, às vez, tenha alguns desagradados, alguém que não queira cumprir, mas isso aí também não tem como fazer em linha reta. Eu acho que a dificuldade maior que a FAESP encontra é o fato de ser uma entidade não governamental, que não disponibiliza de verbas do governo, sendo só através de doações que eles fazem os recursos; isso também dificulta bastante, né, até porque eles não têm pra oferecer, né, e tem alguma coisa que o pessoal consegue ali, que é através de artesanato, ali, mas é uma renda insignificante. Então eu acho que a FAESP é importante nesse sentido, e eu gostaria, se fosse possível, eu acharia que a FAESP teria que ter um amparo assim, de repente, até de um órgão governamental, né, pra que as pessoas também se mobilizem, principalmente os empresários, essas pessoas que detêm o capital, que detêm o poder do capital, que realmente é a minoria que manipula a maioria, né, e pra realmente oferecer condição pra quem realmente quer se ressocializar, reconheceu que cometeu o erro, tenha pelo menos a oportunidade, né, que daí pelo menos tu pode dizer assim, que a oportunidade foi dada, a gente aproveitou; se não quis aproveitar, não foi por falta de oportunidade. (Tiago).

Os demais egressos, divididos entre o grupo dos que estão no DETRAN ou na Laborsul, fazem uma avaliação positiva da Instituição, principalmente por acreditar que ela irá continuar-lhes ajudando. Essa é a opinião do egresso abaixo, que permanecia, na época da entrevista, no Projeto Vida Nova:

Da FAESP, eu penso só coisas boas, que me ajudou bastante, né. Creio que futuramente vá me ajudar mais ainda, né. A tendência é crescer, eu penso assim. É uma ajuda pra gente, né. A sociedade, aí na rua, não vai dar ajuda, né. Isso com certeza, um serviço, eles não vão arrumar. Pra mim só coisas boas da FAESP. (Jair).

Já os egressos que não obtiveram da FAESP a possibilidade de emprego, também avaliam positivamente a Fundação.

Portanto, perguntados sobre o grau de satisfação com relação à FAESP, 28,5% dos egressos afirmaram ser muito baixo; 7,1% afirmaram ser baixo; 7,1%, médio; 28,5%, alto; e 21,4% afirmaram ser muito alto.

Assim, relacionando-se os objetivos da Fundação, explicitados em seu lema: “Apoiar o egresso como autor de sua reintegração produtiva, com a participação da sociedade”, com as expectativas da maioria dos egressos que procuram a Fundação - que é obter trabalho, de preferência, formalizado e por tempo indeterminado -, percebemos um paradoxo: as expectativas dos egressos com relação à atuação da FAESP são muito maiores do que o que ela se propõe a fazer por eles.

Além disso, quando verificamos as justificativas para o trabalho da FAESP, a inibição da reincidência aparece como questão-chave; e tendo em vista o índice de 23%, indagamos: esse índice representa algum tipo de acerto na atividade desenvolvida pela FAESP, ou é o público diferenciado que a procura que tem esse índice de reincidência, independente de sua boa ou má atuação?

Aqui, relevante é trazer a motivação de muitos egressos para a procura da Fundação, enaltecendo a escolha prévia de mudança em suas condutas. A idéia de abandono do “mundo do crime” é anterior à chegada na FAESP. Isso fica muito claro em vários depoimentos: na opinião de um dos egressos, sua vontade de mudar de vida o fez acompanhar o grupo:

Pô, eu tava interessado de mudá de vida mesmo; pô, então eu vou acompanhá aquele grupo ali; não vou dizer que os 5 tava interessado; tá, mas tem 3 que querem mudá, dois que querem mudá, então vamo dá oportunidade pra eles. Vamo incentivá eles. Bah, se de 5, 2 mudassem, já tá havendo um, como é que eu vou dizê pra ti, já tá havendo uma reforma na coisa, mas talvez eles não pensava assim. (João).

Outro egresso afirmou que eles sabem o que querem, fazendo parte de um grupo que quer mesmo mudar de vida, pois se não quisessem, oportunidades para a volta ao crime não faltariam:

O exemplo DETRAN-FAESP, tudo isso surgiu no Foro, com a Assistente Social Viviane, então a gente soubemo que nós queremos, é moroso, têm uns que querem, uns que não querem, a gente sabe disso, mas que dê oportunidade pra aquelas pessoa que querem tê uma vida nova. Têm uns que não querem mesmo, têm dificuldade, eu já vi amigo meu que já voltaram, uns roubam porque são ladrão mesmo, a vida deles é roubá. Na cadeia não existe só o ladrão, existe o pai de família, existe o trabalhador que teve um deslize na vida, por conseqüências diversas, não é verdade? E às vez, ele vem pra rua, pra tentá recomeçá de novo, e se debate com diversos muros de sustentação, né cara? É um trabalho a desenvolver, e atrás de nós vem mais gente, o que nós tamo fazendo hoje não é pra nós, é pra otros que tão vindo, que querem uma oportunidade, aí um não diz nada, o outro não fala nada, mas eu não, o peito, eu levanto de pé, mesmo assim, se eu quisesse, eu subia aqui a Barão, ia ali em cima ali agora e: pô cara, preciso dum quilo de pó, que eu tenho crédito, quinze é quinze, eu não quero isso. Tendeu? Pegava, e quanto eu ia ganhá, quinhentos por dia, e eles ganha aí, 30 mil por semana, só deitado, acredite se quisé, não tô nem aí pra isso. (Pedro).

Depois da passagem pela Instituição, avaliando a trajetória e a situação atual dos egressos, verificamos que eles estão divididos, proporcionalmente, em quatro grupos distintos, tendo em vista a situação sócio-profissional atual²⁵.

²⁵ A situação atual refere-se ao momento de término da dissertação, e não ao momento de realização das entrevistas.

Tabela 11 - Situação profissional atual dos egressos da FAESP entrevistados

Situação atual dos egressos	Freqüência	%
TOTAL	14	100
Empregados formalmente	3	21,4
Empregados via FAESP	3	21,4
Fazendo biscates	5	35,7
Desempregados	3	21,4

A tabela acima demonstra que três egressos conseguiram empregos fixos e formais, dois deles após a passagem pela FAESP; além disso, três egressos ainda continuam atrelados aos programas de emprego da Fundação, dois deles, com a perspectiva de permanecer por tempo indeterminado; todavia os demais, divididos entre os que fazem biscates e os que estão desempregados somam mais da metade do universo de egressos entrevistados, o que demonstra as condições precárias de pessoas que, depois da passagem pela prisão deveriam estar reinseridas socialmente.

6.2 A constituição de redes de ex-presidiários

Valendo-se do conceito de rede social, cunhado por Barnes, para quem “[...] as conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise de ação, em termos de rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos”. (BARNES, 1987, p. 163).

Além do que, “[...] na construção do modelo de rede social, o fato empírico crucial é que toda pessoa real impinge em outra, ou entra em contato com várias outras pessoas”. (BARNES, 1987, p. 165); Barnes (1987, p. 167) sustenta que o

termo rede refere-se a “[...] um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros”.

Tal conceito é válido para analisar os egressos, na medida em que constituíram redes sociais e as mantêm até hoje, a partir de sua formação em um grupo na Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas/ VEPMA, perpetuando-se através de seu trabalho no Projeto Vida Nova, tendo sido constituída por eles a primeira turma, conforme foi mencionado. Tais egressos, que talvez tenham se conhecido até mesmo antes de serem soltos, mantêm-se em contato, sabem uns dos outros, e, em suas entrevistas, faziam menção ao que os outros egressos da rede pensavam.

Assim, em vários momentos, surgiu, na fala dos egressos, a preocupação com os amigos de sua rede social. Isso fica bem claro nos depoimentos de alguns dos egressos, para quem, “o que eu não quero para mim, eu não quero para os meus amigos”. (Pedro).

Segundo a teorização de Barnes (1987, p. 168), percebemos que a rede constituída por egressos é uma “rede de laços sociais entre pares” finita, pois os egressos se constituíram como rede, a partir de suas trajetórias de ex-presos. Assim, verificamos que estes egressos, cujas entrevistas englobaram cerca de 50% de sua rede, podem ser considerados ressocializados pelas redes de pertencimento que constituíram.

Analisadas sob a ótica goffmaniana (GOFFMANN, 1988), as redes de estigmatização, como são referidas por esse autor, constituem uma forma de tornar tal grupo “verdadeiro”, publicizando suas políticas e ideologias. Em nossa pesquisa, considerando o grupo da VEPMA uma rede típica de ex-presidiários, percebido por eles como seu grupo verdadeiro, e servindo de oposição ao grupo da FAESP, visto

como “não-verdadeiro”, constatamos a criação de uma rede de pertencimento, que irá influenciar em suas percepções, tanto com relação à atuação da Instituição – conforme demonstrado acima -, quanto às suas próprias representações sobre o que significa a ressocialização, discussão a qual passaremos agora.

6.3 A ressocialização da perspectiva dos egressos

Nesse subcapítulo, buscamos discutir a ressocialização da perspectiva dos egressos e a percepção acerca de suas expectativas.

Utilizando-se do conceito de ressocialização em Giddens (1994), que trata da ruptura com valores previamente aceitos e com a conseqüente aquisição de outros, podemos analisar o período pós-prisional como a fase da trajetória desses egressos imprescindível para determinar sua ressocialização ou não.

Para trabalhar com esse conceito, e verificarmos uma possível ressocialização, resolvemos retomar as conclusões obtidas a partir de suas análises de trajetória, por sustentarmos que um processo de ressocialização está diretamente relacionado à trajetória dos atores ou agentes. Para isso, retomaremos os principais conceitos utilizados como elementos teóricos para a elaboração da análise.

Iniciando esse retrospecto, tendo em vista a trajetória familiar, percebemos, no capítulo *retro*, que os egressos tiveram, na infância, baixos níveis de capital social, mas que sempre mantiveram um certo nível, ao longo de suas vidas, eis que, durante o cumprimento de suas penas e após a saída das prisões, todos constituíram ou permaneceram atrelados a laços de sociabilidade, em que há dispêndio de tempo e atenção para com eles.

Quanto à trajetória educacional, constatamos um aumento de capital cultural, desde a infância dos egressos, até os dias atuais, decorrente, em muito, do processo de escolarização sofrido *intra-muros*, que os fez crer na importância da educação para a sua ressocialização.

No que se refere à trajetória profissional, verificamos algo um pouco distinto: parece-nos, a partir de uma teorização berger-luckmaniana, que a socialização primária desses egressos, sendo a base de sua socialização secundária, resultou numa trajetória em que o trabalho esteve presente em todos os momentos de suas vidas, seja na adolescência, quando tiveram de abandonar os estudos para trabalhar; seja quando foram presos – quando metade deles exerciam atividades profissionais; seja no presídio; ou após a saída da prisão.

Assim, como reflexo das trajetórias familiar e educacional, a trajetória profissional revela um grande envolvimento com o mundo do trabalho, claro que desqualificado, informal, precário, mas que, em seu imaginário, aparece como única forma de reintegração social.

Quanto ao envolvimento criminal, esse percebido muitas vezes como a forma de “dar-se bem na vida, sem grandes esforços”, aparece, para esses egressos, após a saída das prisões, como um erro, resultando em arrependimento; já a prisão, considerada como a pior fase da vida, para muitos deles, acabou sendo vista como responsável por uma espécie de reflexão, voltada ao abandono do crime, pelo ambiente degradante no qual tiveram de permanecer determinado período de tempo; apesar de acreditarem que a prisão não recupera ninguém.

Todavia, é dentro dos presídios que parece ter ocorrido um dos principais fatores de ressocialização, com a sua constituição como presos trabalhadores, e não como “bandidos”.

Assim, já fora da prisão, apareceu, para os egressos, a questão da religião, em que a conversão, para uns; e a espiritualidade, para outros, mostraram-se imprescindíveis para o abandono do crime, a partir de sua percepção como “abençoados” ou “escolhidos por Deus”.

Além disso, como trajetória pós-prisonal, a constituição das redes de egressos, demonstrada acima, representa um papel importante para suas relações de pertencimento, verificando-se a constituição de atores que, apesar de estigmatizados, vêm-se com certa voz e força política.

Diante dessa retrospectiva sobre suas trajetórias, retomando o conceito de ressocialização giddensiano, podemos perceber que, a maioria dos egressos considera-se ressocializada, por crer que suas regras-valores-normas acabaram adequando-se aos padrões vigentes.

A partir da perspectiva goffmaniana (GOFFMAN, 1988, p. 41 - 42) de construção de carreiras morais, na qual o autor considera que as pessoas estigmatizadas, via aprendizagem, socializam-se e incorporam o ponto de vista dos “normais”, podemos, partindo dos relatos dos egressos entrevistados, percebê-los como sujeitos que acreditam ter-se ressocializado, ou estar socializados na cultura “normal”, tendo adquirido as crenças da sociedade mais ampla.

Essa é, segundo percebemos, a constatação realizada por eles quanto à ressocialização. Contudo, diferentemente de sentirem-se ressocializados, os egressos não se percebem como cidadãos reintegrados, pois permanecem no mercado informal, dos biscates, não obtendo as condições plenas de cidadania, não dispendo de capital econômico suficiente para prover suas famílias, permanecendo na categoria chamada por Bourdieu (2001) de subproletariado. E, nesse sentido, seu

sentimento de não integração, ou de exclusão, acaba transparecendo em seu grau de satisfação com a vida.

Assim, após a passagem pela FAESP, podemos fazer um balanço a respeito de seu grau de satisfação com a vida, e com a Instituição, levando em consideração a obtenção de trabalho, através da FAESP, a permanência atual nesse trabalho:

Quadro 7 - Grau de satisfação com a vida e com a FAESP, dos egressos que estão, ou estiveram atrelados a programas de trabalho da Instituição

EGRESSO	TRABALHO FAESP	TRABALHO ATUAL FAESP	GRAU SATISFAÇÃO COM A VIDA	GRAU SATISFAÇÃO COM A FAESP
Carlos	Sim	Não	Pouco Satisfeito	Satisfeito
Damião	Sim	Não	Pouco Satisfeito	Satisfeito
Francisco	Sim	Não	Insatisfeito	Insatisfeito
Jair	Sim	Sim	Pouco Satisfeito	Satisfeito
João	Sim	Não	Insatisfeito	Insatisfeito
Jorge	Sim	Sim	Pouco Satisfeito	Satisfeito
José	Sim	Não	Insatisfeito	Insatisfeito
Juliana	Sim	Sim	Satisfeita	Satisfeita
Lucas	Não	Não	Insatisfeito	Satisfeito
Paulo	Não	Não	Pouco Satisfeito	Pouco satisfeito
Pedro	Sim	Não	Insatisfeito	Insatisfeito
Romeu	Não	Não	Insatisfeito	Satisfeito
Sandra	Sim	Sim	Satisfeita	Satisfeita
Tiago	Sim	Não	Satisfeito	Satisfeito

Da análise do quadro depreendemos: entre os egressos que não foram apoiados com a obtenção de emprego (três egressos), dois consideram-se insatisfeitos com a vida; e um, pouco satisfeito com esta. Quanto à satisfação com a FAESP, dois consideram-se satisfeitos, e um, pouco satisfeito.

Daqueles que obtiveram a possibilidade de trabalhar, mas já saíram dos programas de emprego (sete egressos), quatro consideram-se insatisfeitos com suas vidas; dois, pouco satisfeitos; e outro, satisfeito. No que se refere à instituição, quatro consideram-se insatisfeitos, e três, insatisfeitos.

Já dos egressos que conseguiram emprego pela FAESP e mantém-se nele (quatro egressos), duas egressas consideram-se satisfeitas com sua vida; e os outros dois, pouco satisfeitos. Quanto à FAESP, todos consideram-se satisfeitos com sua atuação.

Assim, a partir da descrição acima, constatamos que, apesar de a maioria dos egressos considerar-se insatisfeita ou pouco satisfeita com suas vidas, atualmente, a maioria deles, mostra-se satisfeita com a atuação da Instituição.

Partindo dessa demonstração, podemos retomar a discussão central, presente em nosso problema de pesquisa, referente à existência ou não de um processo de ressocialização e de reintegração dos egressos da pesquisa, bem como a verificação quanto ao tipo de processo sofrido.

Assim, consideramos que os egressos passaram por um processo de ressocialização, via reestruturação da personalidade e absorção de normas e valores sociais voltados ao mundo do trabalho. Tal ressocialização, como veremos adiante, deveu-se, em muito à sua percepção como “trabalhadores”, dentro da prisão.

Contudo, quanto a um processo de reintegração, acreditamos não ter havido, pois esse deveria significar ganhos em termos de cidadania, a possibilidade de provimento da família, e a percepção dos egressos como pessoas incluídas. Dado o índice de egressos insatisfeitos com suas vidas, atualmente, cremos que a sua reintegração ainda está longe. Assim, se formos verificar que tipo de reintegração lhes foi destinada, veremos a mera possibilidade de ingresso no mercado informal, precário, sem garantias ou formalidades legais, que, para eles, não é vista como trabalho, apenas como “bicos”, que ajudam a “não passar fome”.

Cabe, pois, inserir agora as expectativas dos egressos entrevistados quanto a sua situação atual, a fim de explicitarmos melhor o que significa, para eles, esses processos de ressocialização e reintegração.

Nessa análise, utilizaremos a teoria bourdiana da relação entre esperanças e oportunidades (BOURDIEU, 2001, p. 264 e seguintes), para quem, como já mencionado no capítulo teórico, “[...] por intermédio das disposições do habitus, as esperanças tendem universalmente a se harmonizar mais ou menos às oportunidades objetivas”.

Diante dos depoimentos dos egressos quanto às suas expectativas, após terem saído da prisão e passado pelo apoio da FAESP, vislumbramos um acerto da teoria bourdiana no tocante a nosso objeto, uma vez que os egressos têm esperanças somente quando sabem que poderão concretizá-las.

Assim, para aqueles que ainda cumprem pena, a esperança de ter a “ficha limpa” representa uma expectativa no sentido da ressocialização, pela possibilidade da obtenção de trabalho, pelo abandono do estigma, pela viabilidade de aquisição de direitos políticos, etc.

Eu é terminá essa etapa, terminá essa etapa, não deve mais nada pra Justiça, e fazer o que eu sempre quis, que eu tô fazendo até hoje, erguê a minha cabeça, trabalha. (José).

Ou senão, aqueles que acabaram de cumprir suas penas, também esperam, ansiosamente, pela “limpeza de seus nomes”.

Eu falei aqui com o Júlio, daí eu fui reintegrá o meu título de novo, dá entrada no título que ele fica suspenso. Tem que ir na Padre Cacique, que eu tive lá, ele me deu um papel, agora eu quero que ele veja, se ele passa no computador e veja se passa, que até o nome, se a pessoa precisa dum serviço e o cara dá o teu nome ali, como aconteceu esses dia aí numa firmazinha pequena, há uns 2

mês atrás eu acho que aconteceu isso, eu tava com meu nome, tava com a folha corrida, e dei a folha corrida pro cara. Eu tenho que tirá meu nome do DIP, das informações abertas as rotativas na rua, que se tu é abordado, passa teu nome e consta que tu tem alguma coisa com a justiça. E eu acho que isso aconteceu lá, que o cara tem uma segurança lá de noite e eu acho que o cara é sargento. Daí eu acho que ele pego meu nome aí tava quase certo tudo, daí de uma hora pra outra ele, eu acho que ele tinha um carro do lado, tava uma viatura na frente, quando eu cheguei lá, daí eu acho que ele passo meu nome. (João).

Já aqueles que estão empregados, almejam continuar em seus empregos. Os demais, sonham com a entrada no mercado informal, com a abertura de um “negócio”, como o trabalho autônomo.

Agora eu tô pensando em fazer um curso que eu te falei, eu tô com duas matrícula preenchida, sabe.

Então eu tô na dúvida, a única dúvida que eu tô é que o instituto Padre Reus é mais barato, sabe. A mensalidade é mais leve. Eu quero fazer de eletrônica de rádio e televisão, e eu sô meio curioso e eu já concertei vários. Estragá não, porque todos os aparelhos que eu mexi e tava estragado, ficô do jeito que tava, quando eu não conseguia arrumá; e vários eu consegui arrumá, então a mãe disse pra mim que era uma coisa que eu devia fazer, sabe. Eu tenho tino pra essas coisa.

Em 8 mês eu já tinha tudo projetado. Em 8 mês eu ia comprá uma moto, uma CG 125 pra mim, que caso eu saísse dali sem arrumá nada, pelo menos com a moto eu ia pode me empregá de office-boy em qualquer lugar. Trabalhá com tele-entrega, com esse tipo de coisa. E a minha idéia era essa, desempregado eu não fico, eu dizia pra Deise. Saí daqui eu vou fazer isso aí, eu vou economizar, que a mãe tava me ajudando, Tava botando na poupança, no Banrisul, mas me deram esse pontapé na bunda aí. (Carlos).

Assim, por mais que os egressos almejem estudar, seu intuito sempre é a colocação no mercado de trabalho.

Ah, meus plano é terminá os estudo, que nem eu disse pra Sra. aí, tentá um serviço, já tive experiência em mercado, né, tem uns mercadinho lá perto de casa lá, vô tentá por lá, se eu consegui, não consegui, vô terminando os estudos. (Jair).

Novamente invocando a teoria bourdiana, citamos o caso de um dos egressos cuja situação sócio-econômica é bastante favorável, se comparada aos demais, pois ele foi o único que conseguiu, após sair da prisão, ingressar no ensino superior e ser efetivado no Detran, como trabalhador formal. Esse egresso, cujas oportunidades objetivas são maiores, tem como “esperanças”, o exercício da advocacia, mostrando-se, pois, com as maiores expectativas e com as maiores condições de alcançá-las.

Eu acho que ,atualmente, as minhas perspectivas é conclui esse curso, aí, que eu quis muito esse curso, aí, né, até depois desse meu envolvimento com a Justiça, me chamou mais atenção, esse curso de Direito, né, até porque envolve diretamente a área jurídica. Eu pretendo atuar na área penal, pretendo concluir essa faculdade, e me manter num trabalho, até conseguir pagar o meu curso, depois eu quero atuar como profissional liberal, né. E eu acho que eu aprendi muita coisa, hoje eu penso duas a três vezes antes de fazer qualquer coisa [...] embora eu errando eu aprendi, eu já te falei. E acho que basicamente agora é isso aí, é concluir esse meu curso aí, continuar no meu trabalho, aí. Eu acho que basicamente é isso aí. (Tiago).

No entanto, essa realidade demonstrada acima é única, perto das oportunidades objetivas escassas, destinadas a esses egressos que, devido à adequação de seu *habitus*, acabam por não ter expectativas, refletindo aquilo que Bourdieu chama de “homens destituídos de ilusão” (2001, p. 272).

Apesar disso, a volta ao crime como forma de obtenção de sustento não é admitida pelos egressos, que esperam não ter de ser obrigados reincidir para garantir os bens materiais para suas famílias. Assim, perguntados sobre se voltariam a cometer ações criminosas, os egressos chegam a exaltar-se:

Não, deus que me perdoe, nem fala isso. Ah, sai pra lá. (Carlos).

E deixam claro que a volta ao crime é uma possibilidade descartada, em meio a um mundo de trabalho, que é visto como a forma básica de reinserção social

Não, nunca mais, eu vou conseguir emprego sim, quem procura acha, a gente tem que persistí, persistência que é a grande coisa, tem que tê força de vontade e persistência, eu fui nas agência, fui na Zero Hora segunda feira, que segunda-feira é o dia de fazê ficha lá, fui até lá, me indicaram uma firma de limpeza, lá perto da Vila Farrapos, eu fui até lá a pé, isso que eu fui lá da Glória até a ZH, da ZH eu fui pro centro e depois até lá a pé procura serviço, eu e um outro, o marido do irmão da minha mulher, que ele também tá sem serviço. (Francisco).

Só um egresso deixou em aberto a possibilidade de volta ao crime como forma de sustento, justamente o egresso mais atrelado ao mundo carcerário, que, em sua entrevista, falou sobre estarem perguntando por ele, no sistema penitenciário, pois ele está “parado” com suas ações delinqüenciais.

Fazê o que, é a vida, a lei da sobrevivência. Se isso vié a acontece um dia, o serviço da D. Viviane não valeu nada. Toda essas bateria de psicóloga que a gente foi, e é isso aí, é brabo, né, mas eu ainda vi o Felipe, naquele dia ele tava com a mulhé dele no hospital, eu ainda tô bem, tenho carga na minha bateria ainda, mas e o Felipe, e os otros, que não tem né, que não tem as mesma base de sustentação que eu tenho. (Pedro).

Dessa análise das expectativas, podemos aprofundar a discussão, a partir dos autores de nosso quadro teórico.

Partindo de Boudieu, podemos constatar como a FAESP atua no sentido de desencorajar as aspirações orientadas a objetivos inacessíveis, norteando as ações dos egressos para objetivos mais realistas, tendo em vista a sua concepção ressocializadora, baseada em experiências de trabalho de curta duração, mais compatíveis com aquilo que ela pode oferecer como instituição, e com o que eles podem conseguir, como ex-presidiários.

Além disso, sob esse mesmo ponto de vista teórico, percebemos que as expectativas e as oportunidades objetivas dos egressos reproduzem seus *habitus*, que refletem a aquisição de capitais sociais e culturais. Assim, aqueles egressos, cujos níveis de capitais eram mais baixos, continuam, após o cumprimento da pena, a reproduzir esse *habitus* de classe baixa. Já aqueles cujos níveis de capital social e cultural eram elevados, já desde a infância, são hoje os que possuem as melhores oportunidades e, também, as maiores expectativas.

Numa visão giddensiana, podemos encarar a FAESP como agência socializadora, desempenhando toda essa função de orientação dos egressos. Já quanto à análise de suas expectativas, podemos sustentar que tais egressos tiveram problemas relacionados a suas agências socializadoras, que acabaram por fazer-lhes sujeitos cujo monitoramento reflexivo não conseguiu deixá-los fugir das conseqüências não intencionais de suas ações criminosas, mas que, hoje, parece ser responsável pelo seu abandono do mundo do crime.

A fim de tentarmos compreender o porquê da FAESP ter uma certa efetividade, enquanto que nas prisões ela é nula, sustentamos que o egresso que procura a Fundação difere do chamado “preso típico” (com baixa escolaridade, sem experiência de trabalho prisional,...), o que se confirma com a análise dos dados quantitativos, bem como pelos depoimentos dos egressos e das pessoas vinculadas à FAESP. Para tanto, acreditamos haver dois tipos de explicação teórica para essa problemática, (a) uma de inspiração giddensiana, para o fato de o egresso que procura a Fundação querer, reflexivamente, voltar a reinserir-se socialmente; tendo, como agente consciente que é, abandonado o mundo do crime, estando, contudo, cerceado por uma série de condicionantes que poderão fazer com que voltem à criminalidade; ou (b), pelo contrário, tendo em conta uma explicação foucaultiana ou

bourdiana, na qual os egressos, através da experiência prisional, assimilaram o discurso da ressocialização, via inculcação de um *habitus* de trabalho, que os faz, agora, depois de soltos, voltar-se à procura dele, e, nesse sentido, poderíamos dizer que eles fazem parte do grupo ínfimo de pessoas a quem a pena de prisão garante o controle social.

Além disso, percebe-se que a dicotomia existente dentro dos presídios, constatada na pesquisa de Ramalho (2002), acerca da distinção entre criminosos natos, irrecuperáveis, e presos trabalhadores, mantém-se fora do sistema prisional, e, no nosso caso em especial, apenas procura a FAESP aquele preso não bandido, o típico preso-trabalhador, que tivera experiências de trabalho anteriores à pena, durante o seu cumprimento, e hoje tentam recolocar-se no mercado de mão de obra barata e desqualificada. É patente, através das falas dos egressos entrevistados, a distinção entre eles, os criminosos por “percalços da vida” e os outros, os bandidos, os maus, aqueles que gostam do que fazem, não querem sair dessa vida e não tem nada a perder com suas ações. Tudo isso fica bastante claro quando se verifica a importância do trabalho prisional para essas pessoas, o que vai totalmente contra o constatado por Hassen em sua pesquisa acerca de presos trabalhadores no PCPA, na qual ela verificou que o trabalho prisional só teria influências interprisionais, não servindo a qualquer aproveitamento fora disso. Há que se deixar claro que a importância defendida aqui se subsume a uma contribuição simbólica, percebida pelo egresso, e não a advinda de qualquer tipo de qualificação profissional que possa fornecer algum tipo de facilidade prática na obtenção de trabalho fora da cadeia.

Além disso, através da análise de trajetória, percebemos que tais egressos constituíram seus “eus”, numa linguagem goffmaniana, a partir de suas trajetórias

como trabalhadores, que, por circunstâncias adversas, acabaram caindo na criminalidade, mas que, dentro dos presídios, sempre se viram como “não bandidos”. Então, foi a falta de oportunidades que os fez “cair”, havendo distinção, nesse caso entre os que percebem que talvez a sobrevivência os faça voltar ao crime (Pedro); e os demais, para quem, voltar ao crime, nunca mais.

Analisado teoricamente essa última idéia, podemos nos valer da concepção de conseqüências não intencionais da ação, em Giddens, para explicar como, em caso de necessidade, os egressos poderão vir a praticar, novamente, ações criminosas.

Qual é, pois o seu projeto de liberdade? É, segundo eles, conseguir um trabalho, por entender que, só através dele, eles conseguirão se constituir como cidadãos, inserindo-se na sociedade.

Todavia, aí verifica-se a maior contradição entre suas expectativas com relação à atuação da FAESP, e o real apoio dado por ela, a cerca de apenas 20% do universo dos que a procuram.

O que é, então, na visão desses egressos, uma pessoa ressocializada? É ter trabalho para poder consumir e prover a família - de preferência um emprego formal, que lhes garanta a possibilidade de obter aposentadoria -; ter a possibilidade de voltar a estudar; não ser identificado como “criminoso”, isto é, livrar-se do estigma; ou seja, a idéia da “estabilidade na vida”, que era buscada por muitos deles como a chance de, através do crime, alcançarem a segurança (BAUMAN, 1998), já que, como sujeitos pobres e desqualificados, viam-se não poder.

Com a passagem pela prisão, e a sensação de que “o crime não compensa”, só o trabalho assalariado aparece, no imaginário dessas pessoas, como a saída para poderem “tocar” suas vidas como “cidadãos de bem”.

As conclusões a que se chegam são as seguintes: o trabalho prisional desempenhou um papel fundamental na ressocialização dos egressos dessa pesquisa. Tal papel deveu-se, principalmente, não no sentido de garantir experiência profissional ou de dar-lhes uma profissão (apesar de haver egressos que sustentam tal questão); mas, sim, no sentido de perpetuar as dicotomias trazidas das classes populares entre “trabalhadores” e “bandidos”, “trabalhadores” e “vagabundos” (ZALUAR, 1994, HASSEN, 1999), mantendo simbolicamente a distinção desses egressos; enquanto dentro do presídio, como presos trabalhadores. Assim, a lógica do disciplinamento para o trabalho, preconizada por Foucault, consolidou-se para este universo, que saíra da prisão em busca de colocação profissional.

O que, então, liga essa idéia ao conceito de socialização desde os clássicos?

O conceito de socialização sempre esteve atrelado a uma idéia de normalização e inclusão dos indivíduos na sociedade capitalista; sendo assim, todo e qualquer comportamento tido como patológico ou anômico, deveria ser tratado, para que a sociedade mantivesse seu equilíbrio. A idéia da socialização nos clássicos, principalmente em Durkheim, perpassa uma ideologia conservadora, eis que, para serem vistos como cidadãos normais, os indivíduos deveriam respeitar o pacto social.

Sendo assim, podemos sustentar que houve um processo de ressocialização dos egressos que procuram a FAESP. Contudo, tal processo, mantido pela atuação da Entidade, mas não garantido por ela, deve ser entendido como uma tentativa, que deu certo, tendo por conta os baixos índices de reincidência dos egressos que procuram a Fundação, de controle social desses indivíduos.

Assim, sendo o controle social a tônica da sociedade atual, tanto a prisão, quanto a FAESP, e as igrejas evangélicas - as quais alguns egressos estão

vinculados -, foram responsáveis por inclui-los e apaziguá-los, fazendo com que seus sonhos hoje resumam-se a obter um trabalho lícito, formal, que os possibilite viver humildemente com suas famílias, na periferia das grandes cidades.

Embasando-se na teoria da criminologia crítica de Alessandro Baratta, podemos sustentar que a atuação do Estado, através de políticas voltadas ao “apoio” a ex-presidiários, bem como o apoio feito por instituições do terceiro setor, visam a perpetuar o controle social sobre as classes subalternizadas, uma vez que o controle exercido pelo sistema penitenciário, através da pena privativa de liberdade, não tem alcançado a efetividade que deveria.

Apesar de ser uma ONG, não tendo surgido a partir de um movimento social, não há legitimidade para com aqueles que deveriam ou que são alvo de sua política. Todo o sistema decisório é feito verticalmente, indiretamente por integrantes do próprio poder judiciário, e os egressos não se enxergam nele.

A questão sustentada como hipótese inicial de trabalho, de que os egressos apoiados pela ONG diferiam da massa carcerária, vem ao encontro da teoria de Baratta, para quem há, no sistema penitenciário, a distinção entre a educação para ser criminoso e a educação para ser bom preso. Isso fica evidente no sentido de que os egressos apoiados pela fundação foram educados na segunda categoria e, por isso, devido às redes de ligação entre o poder judiciário, sistema penitenciário e a ONG, foram apoiados por esta.

Parece-nos, a partir de toda a análise de trajetória dos egressos e da análise da Instituição, que o fato de os egressos que a procuraram terem baixos índices de reincidência não se deve a sua atuação, eis que, ainda são muito incipientes os projetos voltados à garantia de emprego. Cremos, ainda, que a mera distribuição de

cestas básicas e vales-transporte não é suficiente para resgatar e manter indivíduos longe da criminalidade.

Sendo assim, e os dados dessa maneira o demonstram, só podemos crer que alguma causa anterior à chegada desses egressos à Instituição é que garante o abandono das práticas criminosas.

Relacionando-se a atuação da FAESP com as discussões trazidas por Jock Young (2002), acerca das diferenças encontradas quanto ao tratamento do crime e do criminoso nas sociedades moderna, e da modernidade tardia, a qual caracteriza-se pela exclusão e por altos índices de encarceramento, percebe-se, no tocante à política da Fundação, uma contextualização na era moderna, com suas metas inclusivas, reintegradoras e ressocializadoras.

Apesar de, na prática, verificar-se que a lógica da exclusão é a tônica da sociedade atual, na visão da Entidade, há o discurso de “trazer de volta esse irmão que estava perdido”. Verificamos aí, explicitamente, a problemática trazida por Young quanto à percepção do criminoso: se visto “como um de nós”, ou como outro, como “monstro” a ser banido de nossa sociedade.

Os egressos em análise, ainda são percebidos pelo discurso da FAESP, como “nós”; enquanto que, na sociedade em geral, passaram a ser percebidos como “outros”. Talvez, por isso, haja todo um paradoxo entre o ideal responsabilizador, apregoado pela Entidade, que visa a fazer com que eles, após uma curta experiência de trabalho de um ano, possam “lutar” para conseguir outros empregos, numa sociedade que os vê como irrecuperáveis. Portanto, a eles, só serviria uma chance de trabalho angariada e mantida pela Instituição.

Outro aspecto quanto à atuação da Entidade, refere-se a que as suas concepções reintegradoras acabam por reproduzir a legislação de execução penal;

portanto, parece que os objetivos reintegradores e os meios utilizados para alcançá-los acabam sendo os mesmos utilizados, ou subutilizados, dentro do sistema carcerário.

Enfim, qual a conclusão final a respeito da atuação da FAESP?

A Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário desempenha um importante papel no apoio aos egressos, principalmente se levarmos em consideração que é um trabalho desenvolvido voluntariamente, que acaba dando visibilidade ao problema dos egressos, que se constituem como categoria social, antes desconhecida, a não ser quando considerada como responsável por altos índices de reincidência.

Por fim, como demonstrado ao longo da pesquisa, o trabalho é a categoria-chave para a ressocialização, na visão de todos aqueles envolvidos com o problema do egresso prisional, principalmente, eles mesmos.

Mas o mais importante a explicitar é que, toda a atuação da Instituição será mais efetiva, dependendo do tipo de trajetória dos egressos que são apoiados por ela, o que, para nós, explica o porquê do baixo índice de reincidência dos egressos que a procuram.

7 CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, elencaremos agora as principais constatações obtidas com essa pesquisa.

Quanto ao perfil do egresso apoiado, verificamos diferir da massa carcerária gaúcha, pelo alto índice de trabalhadores prisionais encontrado entre eles.

No que se refere a suas trajetórias, constatamos que os egressos entrevistados estiveram sempre vinculados à laços de sociabilidade; alcançaram altas escolaridades; e têm uma trajetória profissional perpassada pelo trabalho, inclusive no presídio, depreendendo-se disso, níveis baixos de capital social e altos níveis de capital cultural. Quanto à trajetória criminal, cometeram crimes contra o patrimônio, pela obtenção de dinheiro fácil; e crimes contra a vida, por fatalidade. No que se refere à vida prisional, verificamos grande envolvimento com trabalho e estudo, demonstrando um alto grau de prisionização, considerada aqui como a ressocialização na cultura da administração carcerária, pela lógica de trabalho em que se inseriram. A maioria deles diz ter abandonado o crime por razões diversas.

Quanto à situação atual, constatamos que a maioria dos egressos não realiza atividades de lazer, têm em Deus e na religião uma fonte de “sustentação”, sendo que os evangélicos vivem à base do controle social obtido com sua conversão.

No que se refere à atuação da FAESP, na perspectiva de seu grupo de trabalho, verificamos que a missão da Entidade é a responsabilização do egresso, que deve buscar, ele próprio, sua reintegração social, contando, para isso, com a ajuda da Instituição. Quanto à essa política responsabilizadora, opõem-se os egressos, por esperar dela empregos formais, por tempo indeterminado, e não simples experiências temporárias de trabalho.

Assim, vemos que aqueles que estiveram vinculados aos programas de emprego da FAESP e foram desligados, avaliam de forma negativa a atuação da Instituição; já os que, não receberam apoio de trabalho, bem como os que ainda estão atrelados aos empregos angariados pela FAESP, avaliam positivamente sua atuação.

Quanto à ressocialização, verificamos que a percepção dos egressos é quanto a estarem ressocializados, principalmente pela inculcação das normas e valores atinentes à necessidade do trabalho em nossa sociedade. Contudo, no que se refere à reintegração social, percebem-se como excluídos, pois não conseguem prover suas famílias, e não têm condições mínimas de cidadania, só obtendo experiências de trabalho precárias ou informais, o que, em seu imaginário, não é condizente com um estado de reintegração social.

Tendo em vista as suas expectativas, percebemos haver adequação com aquilo que Bourdieu (2001) chama de relação entre esperanças e oportunidades, pois os egressos não almejam nada além do que o básico para sua sobrevivência.

Quanto à atuação da FAESP, vimo-la como uma agência socializadora, nos moldes giddensianos, tendo uma participação no controle e na inculcação de uma lógica voltada à importância do trabalho. Contudo, constatamos que toda a efetividade de seu trabalho é dependente da trajetória dos egressos apoiados, em que os níveis de capital social e cultural, a socialização secundária, e a constituição desses como trabalhadores desempenhará papel fundamental na diminuição, ou não, dos índices de reincidência dos egressos que buscam a Fundação.

Quanto a essa característica de construção do eu como trabalhador, verificamos que importante fator foi desempenhado dentro da prisão, com a dicotomia estabelecida entre presos trabalhadores e criminosos natos. Em que, os

egressos dessa pesquisa consideraram-se pertencer ao primeiro grupo, numa lógica foucaultiana de disciplinamento para o trabalho.

A percepção atual dos egressos, no tocante ao mundo do crime, é de abandono; a menos que, numa teorização giddensiana, sejam levados, por conseqüências não intencionais de suas ações, a delinqüir novamente.

Assim, vemos como positiva a atuação da FAESP, principalmente por dar visibilidade e ser responsável pela construção dos egressos como categoria social; contudo, a fim de uma maior efetividade, em termos quantitativos, no apoio ao egresso do sistema penitenciário, a Fundação deve buscar profissionalizar-se, angariar mais recursos, e ampliar o número de egressos com experiências de trabalho, a fim de que, seus baixos índices de reincidência, reflitam também, num maior nível de reintegração social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, São Paulo, v.3, n. 1-2, p. 7 - 40, 1991c.
- ADORNO, Sérgio. A socialização incompleta: os jovens delinqüentes expulsos da escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 79, p. 76 – 80, 1991b.
- ADORNO, Sérgio. Cidadania e administração da justiça criminal. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (Org.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS: IPEA: Hucitec, 1994. P. 304 – 327.
- ADORNO, Sérgio. Crise no sistema de justiça criminal. *Ciência e Cultura*, Ano 54, n.1, p. 50 – 51, jul./ ago./ set, 2002a.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84 – 135, jul./ dez. 2002b.
- ADORNO, Sérgio. Reincidência e reincidentes criminais em São Paulo: 1974 a 1985. *RBCS*, São Paulo, v.9, n. 3, p. 70 – 94, fev. 1989.
- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista Usp*, São Paulo, n. 9, p. 65 – 78, mar. / abr./maio 1991d.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. A socialização na delinqüência: reincidentes penitenciários em São Paulo. *Cadernos Ceru*, série 2, n. 3, p. 113 - 147, 1991a.
- AZEVEDO, Rodrigo G. *Informalização da justiça e controle social*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.
- BARBOSA, Maria Lúgia de Oliveira. *Capital social: a família como fator de desempenho escolar*. Mimeo. Texto aceito para publicação na Revista da ABEP, [200?].
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. P. 159 – 223.
- BAUMAN, Zigmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERGER, Peter. *Perspectives sociológicas*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOLÍVAR O., Lúcia. Comentários sobre Rodley. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P. 57 – 64.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas: sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas sociais e estruturas mentais. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 3, p. 113 – 119, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 65 - 70.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu. escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 71 - 80.

BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas: sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.

BRASIL, Lei nº 9714, de 25 de novembro de 1998. Altera dispositivos do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26/11/1998.

BRASIL, Lei nº 9867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e funcionamento das cooperativas sociais, visando a integração social dos cidadãos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11/11/1999.

BRASIL, Lei nº 7210, de 13 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13/07/1984.

BUSTOS RAMIREZ, Juan. El control formal: policía y justicia. In: Bergalli, R.; Bustos, J. *El pensamiento criminológico*. Bogotá: Temis, 1983. P. 63 - 73.

CAPELLER, Wanda. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 127 - 134, 1985.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: EDUSC, 2001.

DUBAR, Claude. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FAESP. Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário. *Folheto de divulgação*. Porto Alegre, 2000.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Sintoma social dominante e moralização infantil*. São Paulo: EDUSP: Ed. Escuta, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, 14. ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

FREITAS, Wagner C. *Espaço Urbano e Criminalidade: Lições da Escola de Chicago*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GARCÍA-BORÉS ESPÍ, Josep. El impacto carcelario. In: BERGALLI, Roberto (Coord.). *Sistema penal y problemas sociales*. Valência: Tirant lo blanch, 2003.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony. *Sociología*. Madrid: Alianza, 1994.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAECHT, Anne van. *A escola à prova da sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

KARAM, Maria Lúcia. Violência e criminalidade no Brasil. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 17 – 22, jan. / jun. 1995.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, p. 37 – 56, abr. 2002.

LEMGRUBER, Julita. Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação no crime. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1996.

MADEIRA, Lígia Mori. O retorno da cidade como objeto da sociologia do crime. Resenha bibliográfica. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 370 - 377, jan./ jul. 2003.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MILLÁN, Tomás R. Austin. *Fundamentos sociales y culturales de la educación*. Victoria: Ed. Universidad Arturo Prat, 2000. Reprodução eletrônica: www.geocities.com/tomaustin_cl/educa/libro/cap5.htm

MIRALLES, Teresa. El control formal: la cárcel. In: Bergalli, R.; Bustos, J. *El pensamiento criminológico*. Bogotá: Temis, 1983. P. 95 - 120.

MONCLÚS MASÓ, Marta. La penalidad em la europa de nuestros días: algunos rasgos generales. In: DORES, António Pedro. *Prisões na Europa: um debate que apenas começa*. Oeiras: Celta, 2003. P. 149 - 160.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: Foucault, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 78, p. 15 – 36, abr. 2002.

PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução: O estado de direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P. 11 - 30.

POZZEBON, Fernanda Sporleder de Souza. *Egresso do sistema penitenciário: a trajetória de um estigma e o papel da FAESP*. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – PPG Ciências Criminais/ Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, 3. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório Azul: 2001/2002*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2002.

RODLEY, Nigel. Tortura e condições de detenção na América Latina. In: MENDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, violência e injustiça: O não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P. 39 - 56.

RODRIGUES, Gilse. *Negociando crenças: um estudo antropológico sobre conversão religiosa em uma penitenciária feminina*. Porto Alegre: UFRGS, PPGAS, 2002.

SALLA, Fernando Afonso. Sobre o trabalho nas prisões. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 23 – 40, jan. / jun. 1995.

SANTOS, José Vicente Tavares do. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n.1, p. 105-122, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares do. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*. ano 54, n. 1, p. 22 – 24, jul. / ago. / set., 2002a.

SANTOS, José Vicente Tavares do. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./ dez., 2002b.

SEGATO, Rita. Religião, vida carcerária e direitos humanos. In: NOVAES, Regina (Org.). *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. P. 137 - 145.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000. P. 26 - 46.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 78, p. 77 – 90, abr. 2002.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Ática, 1985.